

**UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARANÁ
SETOR DE CIÊNCIAS HUMANAS, LETRAS E ARTES – SCHLA
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM SOCIOLOGIA**

TIAGO VALENCIANO PREVIATTO AMARAL

**O COMPASSO, O ESQUADRO E A ORDEM DISCRETA: PERFIL SOCIOLÓGICO
DOS GRÃO-MESTRES DA MAÇONARIA PARANAENSE**

**CURITIBA
2016**

UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARANÁ
SETOR DE CIÊNCIAS HUMANAS, LETRAS E ARTES – SCHLA
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM SOCIOLOGIA

TIAGO VALENCIANO PREVIATTO AMARAL

**O COMPASSO, O ESQUADRO E A ORDEM DISCRETA: PERFIL SOCIOLÓGICO
DOS GRÃO-MESTRES DA MAÇONARIA PARANAENSE**

Tese apresentada como requisito parcial ao exame de qualificação para o grau de Doutor, pelo Curso de Pós-Graduação em Sociologia – Linha Instituições e Poder, Setor de Ciências Humanas, Letras e Artes da Universidade Federal do Paraná.

Orientador: Prof. Dr. Ricardo Costa de Oliveira.

CURITIBA

2016

Catalogação na publicação
Mariluci Zanela – CRB 9/1233
Biblioteca de Ciências Humanas e Educação - UFPR

Amaral, Tiago Valenciano Previatto

O compasso, o esquadro e a ordem discreta: perfil sociológico dos
grão-mestres da maçonaria paranaense / Tiago Valenciano Previatto
Amaral – Curitiba, 2016.

284 f.; 29 cm.

Orientador: Ricardo Costa de Oliveira

Tese (Doutorado em Sociologia) – Setor de Ciências Humanas
da Universidade Federal do Paraná.

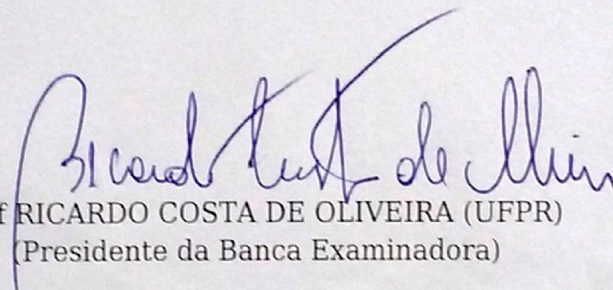
1. Maçonaria - Paraná. 2. Prosopografia. 3. Maçonaria -
Rituais. I. Título.

CDD 366.12

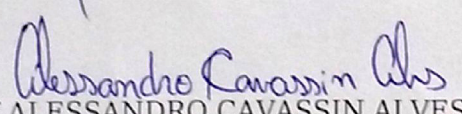
TERMO DE APROVAÇÃO

Os membros da Banca Examinadora designada pelo Colegiado do Programa de Pós-Graduação em SOCIOLOGIA da Universidade Federal do Paraná foram convocados para realizar a arguição da Tese de Doutorado de **TIAGO VALENCIANO PREVIATTO AMARAL**, intitulada: "**O COMPASSO, O ESQUADRO E A ORDEM DISCRETA: PERFIL SOCIOLÓGICO DOS GRÃO-MESTRES DA MAÇONARIA PARANAENSE**", após terem inquirido o aluno e realizado a avaliação do trabalho, são de parecer pela sua APROVAÇÃO.

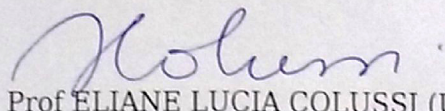
Curitiba, 23 de Março de 2016.



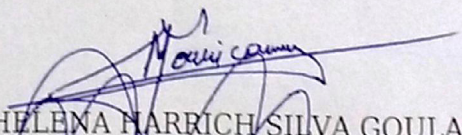
Prof RICARDO COSTA DE OLIVEIRA (UFPR)
(Presidente da Banca Examinadora)



Prof ALESSANDRO CAVASSIN ALVES (UNIANDRADE)



Prof ELIANE LUCIA COLUSSI (UPF)



Prof MÔNICA HELENA NARRICH SILVA GOULART (UTFPR)



Prof REGINALDO BENEDITO DIAS (UEM)

AGRADECIMENTOS

Talvez a seção de agradecimentos de uma tese de doutorado seja o espaço de maior liberdade dos formalismos acadêmicos do autor. Entretanto, não poderia esquivar-me destas formalidades, dos sentimentos e, sobretudo, daqueles que colaboraram ou inspiraram o andamento deste trabalho. Agradeço, de saída, ao Prof. Dr. Ricardo Costa de Oliveira, por acreditar em um tema inovador: a relação entre a maçonaria, a sociologia e o Estado do Paraná enquanto objeto de investigação sociológica.

Em seguida, agradeço aos mestres e amigos desta caminhada acadêmica de onze anos ininterruptos, da graduação ao doutorado. Os mestres são os professores do Departamento de Ciências Sociais da Universidade Estadual de Maringá e do respectivo Programa de Pós-graduação – casos, em especial, da Celene Tonella (a primeira orientadora a gente nunca esquece), da Simone Dourado, da Marivânia, do mestre Ozaí, do Walter Praxedes, da Carla Almeida, do Reginaldo Benedito Dias (história) e do José Antônio Martins, emprestado da filosofia. Da UEM não posso esquecer-me dos amigos de jornada, mas cito dois em especial: Alexandre Almeida Castro e Rafael Egidio Leal e Silva. Se este doutorado foi possível ele só o foi por causa do Rafael, que me orientou durante toda a jornada acadêmica até aqui.

Pela Universidade Federal do Paraná recordo-me dos professores que cursei as disciplinas, em especial, a professora Simone Meucci. Dos colegas, são vários, mas cito o Júlio César Lourenço, que tem as mesmas origens acadêmicas que eu; o Marcos Valle, sempre nos recepcionando em sua residência; o Sandro Castro; e todo o pessoal do Núcleo de Estudos Paranaenses (NEP), a saber: Vanderlei HM, Marcelo Marcelino, Sivaldo Forteski, Ana Vanali, Milene Zerek, Daiane Cernelós, Demétrio, Alessandro Cavassin e a Mônica Goulart, que tanto tem contribuído com esta jornada.

Outros amigos também estiveram comigo nestes quatro anos de idas e vindas a Curitiba. Destaco a figura do Mauro, aficionado pelas lombadas de Califórnia, do Caramujo, do Jair Elias dos Santos Júnior e do Vinicius Buzato, quase

sempre parceiros nas empreitadas de carro, além do Paulo Henrique Costa que sempre compreendeu demais esta fase da minha vida. Amigos também que ficaram torcendo pela chegada à reta final. São tantos, mas friso, para encerrar a lista, Deolírio, Leonardo e Márcio Gil, João Paulo Pereira, a dupla Joaquim Francisco dos Santos Neto e Adriano Prado Marquioto, além do Teófilo Stefanichen Neto (meu mentor espiritual) e a Maria Victória Borghetti Barros, que sempre apostou neste que vos escreve. A eles, o muito obrigado pelo incentivo ou por simplesmente ouvir os lamentos das horas necessárias às angústias acadêmicas.

Dos laços afetivos, divido os agradecimentos em três. A priori, a todos os gaiteros e compositores das vaneiras gaúchas que tanto ouvi. Meu muito obrigado à equipe do Grupo Minuano, que na maioria das vezes embalava os bailes que tocavam no carro de Maringá a Curitiba. À Thaynara Ferrari, a irmã que não tive e que hoje posso assim chamar. Agradeço à Fernanda Sales, parceira nas horas que precisei de uma mão amiga ou de um simples incentivo todas as vezes que chegava e a encontrava. Os momentos de paz de espírito devo a ela. Por fim, aos meus pais e familiares mais próximos. Aos meus avós, os vivos e os falecidos. À minha mãe Lucilene, que já venceu um câncer e pode acompanhar de perto toda essa trajetória; e ao meu pai Epitácio, que em momento algum deixou de incentivar. O muito obrigado fraterno e sincero.

A história é a mãe da verdade, Êmula do tempo, depositária das ações, testemunha do passado, exemplo e anúncio do presente, advertência para o futuro.

(Miguel de Cervantes, escritor espanhol – 1547/1616)

VALENCIANO, Tiago. **O compasso, o esquadro e a ordem discreta: perfil sociológico dos grão-mestres da maçonaria paranaense**. 2016. Tese (doutorado). Programa de Pós-graduação em Sociologia. Setor de Ciências Humanas, Letras e Artes (SCHLA). Universidade Federal do Paraná: Curitiba, 2016. 283 páginas.

RESUMO

O presente trabalho tem como destino sumário analisar coletivamente, a partir do método prosopográfico, o perfil dos Grão-Mestres do Grande Oriente do Brasil – Paraná (GOB/PR), da Grande Loja do Paraná (GLP) e do Grande Oriente do Paraná (GOP), com o objetivo de delimitar uma elite estratégica, constituída a partir de indivíduos e capitais sociais específicos, como profissão, carreira maçônica e inserção social. Assim, a questão desta tese (qual é o perfil sócio-profissional dos grão-mestres da maçonaria paranaense) destina-se a compreender este grupo social estratégico, medindo os limites da presença e atuação social coesa no Paraná. Em primeiro lugar, um balanço sobre a maçonaria é efetuado, explicitando suas origens, constituição histórica no Brasil e no Paraná. Em seguida, abordamos as possibilidades do método prosopográfico e de seu uso como técnica sociológica. Adiante, há o estudo dos perfis destes indivíduos, investigando os padrões de recrutamento dos maçons em questão, no que tange à origem social, profissional, carreira na instituição e a relação das respectivas atividades profissionais com a sociedade. Por fim, um exame detido dos resultados será realizado – ainda sob a égide do problema de pesquisa: em qual medida a biografia coletiva dos Grão-Mestres se relaciona com a sociedade paranaense quanto à posição social, profissional, política e institucional.

Palavras-chave: Maçonaria; Prosopografia; Maçonaria paranaense; Grão-Mestres.

VALENCIANO, Tiago. **The compass, square and discreet order: sociological profile of the Grand Masters of Freemasonry Paraná**. 2016. Tese (doutorado). Programa de Pós-graduação em Sociologia. Setor de Ciências Humanas, Letras e Artes (SCHLA). Universidade Federal do Paraná: Curitiba, 2016. 283 páginas.

ABSTRACT

This research is to analyze collectively destination, from prosopographical method, the profile of Grand Master of the Grand Orient of Brazil - Paraná (GOB / PR), the Grand Lodge of Paraná (GLP) and the Grand Orient of Parana (GOP), in order to define a strategic elite, made from specific individuals and social capital, as a profession, masonic career and social inclusion. The question of this thesis (which is the professional social profile of the Grand Masters of freemasonry of Paraná) is intended to realize this strategic social group, measuring the limits of presence and cohesive social action in Paraná. First, a report on freemasonry is made, explaining its origins, historical development in Brazil and Paraná. Then we discuss the possibilities of prosopographical method and its use as a sociological technique. Forward, there is the study of the profiles of these individuals, investigating the Masons recruitment patterns concerned, with regard to social origin, professional, career institution and the respect of their professional activities with society. Finally a close examination of the results will be held - still under the aegis of the research problem: to what extent the collective biography of the Grand Masters is related to the Paraná society and social status, professional, political and institutional.

Key-Words: Masonry; Prosopography; Freemasonry of Paraná; Grand Masters.

VALENCIANO, Tiago. **El set-cuadrado, la plaza y el orden discreta: perfil sociológico de los Grandes Maestros de la masonería de Paraná**. 2016. Tese (doutorado). Programa de Pós-graduação em Sociologia. Setor de Ciências Humanas, Letras e Artes (SCHLA). Universidade Federal do Paraná: Curitiba, 2016. 283 páginas.

RESUMEN

Este trabajo tiene como objetivo analizar colectivamente, desde el método prosopográfico, el perfil del Gran Maestros del Gran Oriente de Brasil - Paraná (GOB / PR), el Gran Tienda de Paraná (GLP) y el Gran Oriente de Paraná (GOP) con el fin de definir una elite estratégica, a partir de individuos específicos y el capital social, como profesión, carrera masónica y la inclusión social. La pregunta de esta tesis (que es el perfil socio-profesional de los Grandes Maestros de la masonería Paraná) está pensado para hacer realidad este grupo social estratégica, la medición de los límites de la presencia y la acción social cohesionado en Paraná. En primer lugar, se realiza un informe sobre la masonería, explicando sus orígenes, desarrollo histórico en Brasil y Paraná. A continuación se discuten las posibilidades de método prosopográfico y su uso como técnica sociológica. Adelante, no es el estudio de los perfiles de estos individuos, que investigaron los patrones de reclutamiento masones en cuestión, en relación con el origen social, institución carrera profesional y el respeto de sus actividades profesionales con la sociedad. Por último, un examen detallado de los resultados se llevará a cabo - aún bajo la égida del problema de investigación: ¿en qué medida la biografía colectiva de los Grandes Maestros se relaciona con la sociedad de Paraná y el estatus social, profesional, político y institucional.

Palabras-clave: Masoneria; Prosopografia; Masoneria del Paraná; Grandes Maestros.

LISTA DE TABELAS

TABELA 1 – Grão-Mestres do GOB e Presidentes na Primeira República (1889-1930)

TABELA 2 – Lojas Maçônicas do Paraná (1853-1889)

TABELA 3 – Lista de Grão-Mestres do Grande Oriente do Brasil – Paraná

TABELA 4 – Lista de Grão-Mestres do Grande Oriente do Paraná

TABELA 5 – Lista de Grão-Mestres da Grande Loja do Paraná

TABELA 6 – Município preponderante do Grão-Mestre GOB/PR

TABELA 7 – Município preponderante do Grão-Mestre GOP

TABELA 8 – Município preponderante do Grão-Mestre GLP

TABELA 9 – Relação profissão/ocupação dos Grão Mestres do Grande Oriente do Brasil – Paraná

TABELA 10 – Relação profissão/ocupação dos Grão-Mestres do Grande Oriente do Paraná

TABELA 11 – Relação profissão/ocupação dos Grão-Mestres do Grande Loja do Paraná

TABELA 12 – Inserção política dos Grão-Mestres do GOB/PR

TABELA 13 – Inserção política dos Grão-Mestres do GOP

TABELA 14 – Inserção política dos Grão-Mestres da GLP

TABELA 15 – Inserção social dos Grão-Mestres do GOB/PR

TABELA 16 – Inserção social dos Grão-Mestres do GOP

TABELA 17 – Inserção social dos Grão-Mestres da GLP

LISTA DE FIGURAS

FIGURA 1 – Relação potência/loja maçônica e organização interna.....	36
FIGURA 2 – Rupturas na estrutura da maçonaria no Brasil.....	64
FIGURA 3 – Templo da Loja Fraternidade Paranaense nº 555.....	75
FIGURA 4 – Templo da Loja Unione e Fratellanza nº 779 e Sede Administrativa da Delegacia do GOB no Paraná.....	78
FIGURA 5 – Anúncio de jornal noticiando a reunião de janeiro na capital federal (Rio de Janeiro).....	81
FIGURA 6 – Sede do Grande Oriente Estadual do Paraná.....	83
FIGURA 7 – Sede do Grande Oriente e Supremo Conselho do Paraná.....	86
FIGURA 8 – Foto do interior do templo, situado no andar superior.....	86
FIGURA 9 – Anúncios de jornal sobre a maçonaria.....	92
FIGURA 10 – Anúncio sobre a Grande Loja Simbólica no Paraná.....	96
FIGURA 11 – Fachada da sede da Grande Loja do Paraná – Rua Visconde do Rio Branco, 1485	96
FIGURA 12 – Sede administrativa da GLP – Rua Brigadeiro Franco, 4173.....	97
FIGURA 13 – Casarão dos Parolin antes da reforma promovida pela GLP.....	98
FIGURA 14 – Casarão dos Parolin após a reforma promovida pela GLP	98
FIGURA 15 – Timbre do Grande Oriente do Paraná.....	102
FIGURA 16 – Primeira sede do Grande Oriente do Paraná.....	103
FIGURA 17 – Segunda sede do Grande Oriente do Paraná.....	103
FIGURA 18 – Edifício Acácia.....	105
FIGURA 19 – Edifício Helo Center.....	110
FIGURA 20 – Sede do Grande Oriente do Paraná.....	111
FIGURA 21 – Sede do Grande Oriente do Estado do Paraná.....	116
FIGURA 22 – Mapa de expansão da maçonaria no Paraná no Século XX.....	120
FIGURA 23 – Rupturas na estrutura da maçonaria no Paraná.....	124

LISTA DE SIGLAS

APAE – Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais
CMSB – Confederação da Maçonaria Simbólica do Brasil
COMAB – Confederação Maçônica do Brasil
ERAC – Encontro Regional de Aprendizizes e Companheiros
GLP – Grande Loja do Paraná
GLUI – Grande Loja Unida da Inglaterra
GOEPR – Grande Oriente do Estado do Paraná
GOB – Grande Oriente do Brasil
GOB/PR – Grande Oriente do Brasil – Paraná
GOP – Grande Oriente do Paraná
NEP – Núcleo de Estudos Paranaenses
OAB – Ordem dos Advogados do Brasil
PAEL – Poderosa Assembleia Estadual Legislativa Maçônica
PEN – Partido Ecológico Nacional
PMDB – Partido do Movimento Democrático Brasileiro
PP – Partido Progressista
PSDB – Partido da Social Democracia Brasileira
PTB – Partido Trabalhista do Brasil
REAA – Rito Escocês Antigo e Aceito
UEM – Universidade Estadual de Maringá
UFPR – Universidade Federal do Paraná

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	1
-------------------------	----------

PARTE I – CARACTERIZAÇÃO DO OBJETO: A MAÇONARIA

1 COMO PESQUISAR A MAÇONARIA?.....	5
1.1 DA PEDRA BRUTA À TÁBUA DE DELINEAR: A FORMAÇÃO DA MAÇONARIA	12
1.2 MAÇONARIA: CONCEITO E IDEOLOGIA.....	21
1.3 PARA ALÉM DOS SEGREDOS: A ESTRUTURA INTERNA DA MAÇONARIA	33

PARTE II – FUNDAÇÃO E HISTÓRIA DA MAÇONARIA BRASILEIRA

2 COMO A MAÇONARIA SURTIU E ESTÁ ORGANIZADA NO BRASIL?.....	39
2.1 A HISTÓRIA DA MAÇONARIA NO BRASIL À GUIA DO GRANDE ORIENTE DO BRASIL	39
2.2 A PRIMEIRA CISÃO: A ORIGEM DA CONFEDERAÇÃO DA MAÇONARIA SIMBÓLICA DO BRASIL (CMSB).....	49
2.3 A SEGUNDA CISÃO: A FORMAÇÃO DO COLÉGIO DE GRÃO-MESTRES DA MAÇONARIA BRASILEIRA, ATUAL CONFEDERAÇÃO MAÇÔNICA DO BRASIL (COMAB).....	55
2.4 CONSIDERAÇÕES SOBRE A ORGANIZAÇÃO DAS INSTITUIÇÕES NACIONAIS DA MAÇONARIA NO BRASIL: OS MOTIVOS PELOS QUAIS A MAÇONARIA É E NÃO É UMA INSTITUIÇÃO COESA.....	61

PARTE III – A MAÇONARIA NO PARANÁ

3 A ORIGEM E O DESENVOLVIMENTO DA MAÇONARIA PARANAENSE.....67

3.1. MAÇONARIA NO PARANÁ: DA PROVÍNCIA AO INÍCIO DO SÉCULO XX.....	67
3.2. A DELEGACIA DO GRANDE ORIENTE DO BRASIL NO PARANÁ.....	74
3.3. O GRANDE ORIENTE ESTADUAL DO PARANÁ	79
3.4. O GRANDE ORIENTE E SUPREMO CONSELHO DO PARANÁ.....	84
3.5. O GRANDE ORIENTE INDEPENDENTE DO PARANÁ	91
3.6. A GRANDE LOJA DO PARANÁ.....	93
3.7. O GRANDE ORIENTE DO PARANÁ – PRIMEIRA FASE.....	100
3.8 O GRANDE ORIENTE DO PARANÁ – POTÊNCIA INDEPENDENTE	106
3.9. O GRANDE ORIENTE DO PARANÁ – SEGUNDA FASE	107
3.10. O GRANDE ORIENTE DO ESTADO DO PARANÁ / GRANDE ORIENTE DO BRASIL – PARANÁ.....	112

4 RADIOGRAFIA DA FORMAÇÃO E INSTITUIÇÃO DA MAÇONARIA NO PARANÁ: UMA SÍNTESE HISTÓRICO-SOCIOLÓGICA.....119

5 A MAÇONARIA EM PESQUISA O PROGRAMA DE TRABALHO DO NÚCLEO DE ESTUDOS PARANAENSES.....127

PARTE IV – O MÉTODO PROSOPOGRÁFICO E A SOCIOLOGIA DAS ESTRUTURAS SOCIAIS

6 AS PERSPECTIVAS DO USO DO MÉTODO PROSOPOGRÁFICO.....139

6.1. DEFINIÇÃO E CONTEXTO HISTÓRICO DA PROSOPOGRAFIA.....	139
6.2. A APLICABILIDADE DA PROSOPOGRAFIA NA SOCIOLOGIA.....	144
6.3. A MAÇONARIA VISTA COMO UM CAMPO PRÓPRIO DE AÇÃO.....	149

PARTE V – A BIOGRAFIA COLETIVA DOS GRÃO-MESTRES DA MAÇONARIA PARANAENSE

7 ANÁLISE SOCIOLÓGICA DOS GRÃO-MESTRES DA MAÇONARIA PARANAENSE.....158

7.1 RELAÇÃO CAPITAL/INTERIOR: OS MUNICÍPIOS DE ORIGEM DOS GRÃO-MESTRES.....187

7.2 EDUCAÇÃO E PROFISSÃO: O HABITUS SOCIAL DOS GRÃO-MESTRES.....193

7.3 A MAÇONARIA AINDA ATUA POLITICAMENTE COM A MESMA INTENSIDADE?.....197

7.4 INSERÇÃO SOCIAL DA MAÇONARIA: OS LAÇOS INTERINSTITUCIONAIS.....203

CONSIDERAÇÕES FINAIS208

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS.....218

ANEXOS.....227

INTRODUÇÃO

Maçonaria. Uma instituição instigante. Esta é a primeira motivação para o andamento deste trabalho, intitulado “*O compasso, o esquadro e a ordem discreta: perfil sociológico dos grão-mestres da maçonaria paranaense*”, objeto deste texto, requisito parcial ao exame de qualificação para o grau de Doutor, pelo Curso de Pós-Graduação em Sociologia – Linha Instituições e Poder, Setor de Ciências Humanas, Letras e Artes da Universidade Federal do Paraná, orientado pelo professor Ricardo Costa de Oliveira. Esta instituição – citada por seus membros como milenar¹, lembrado inclusive passagens bíblicas – em uma categorização mitológica (LÉVI-STRAUSS, 1978, p. 34), é objeto de uma diversidade de trabalhos escritos por maçons e de grupos que a abominam.

Editoras especializadas, grupos de pesquisas, lojas maçônicas, ex-integrantes, instituições religiosas (em sua maioria igrejas evangélicas, de forma mais aberta na atualidade e a igreja católica, do Século XIV em diante) publicam materiais alusivos à maçonaria. Em uma breve pesquisa na internet é possível verificar que se torna praticamente impraticável efetuar uma contagem e classificação destas edições sobre o assunto. Apenas quando restringirmos a busca a trabalhos acadêmicos que a cifra de pesquisas é restrita, uma vez que o interesse das ciências humanas sobre a maçonaria é algo recente. São duas as revistas acadêmicas que versam sobre a instituição: *Fraternidade in Praxis*, com a primeira edição em 2013; e *Ciência & Maçonaria*, editada pela primeira vez no mesmo ano.

Se considerarmos a produção científica acadêmica sobre o tema podemos listar o número de trabalhos. Somente a partir da década de 1990 é que a maçonaria atraiu a comunidade acadêmica nacional², com pesquisas direcionadas para a historiografia. Neste sentido, verificamos dois eixos temáticos dominantes: a atuação política da instituição e seus membros no Brasil da segunda metade do século XIX até a primeira metade do início do Século XX; e a mesma participação em

¹ Conforme definição do Grande Oriente do Brasil. Disponível em: <<http://gob.org.br/index.php?c=4644>> Acesso em: 29 ago 2015.

² O trabalho de Carvalho (2007) analisa esta produção.

movimentos atribuídos aos maçons, como a Independência Nacional (CORDEIRO, 2008) e a Proclamação da República (COSTA, 2003; CLEBERSON, 2012).

Assim, em uma análise rápida sobre esta produção sobre a maçonaria, questionamos: quais são as possibilidades de efetuar um trabalho acerca do tema, utilizando a sociologia como aporte de pesquisa? E mais: quais são as chances de executar uma pesquisa relacionando a sociologia, a maçonaria e o Estado do Paraná? A partir destas questões, procuramos estabelecer um paralelo entre os assuntos. A dificuldade de pesquisar academicamente a maçonaria – imposta pela escassa bibliografia e acesso aos templos maçônicos – fez com que a instituição fosse estudada apenas a partir de materiais devidamente publicados, em categorias analisadas na primeira parte desta tese. Igualmente, a sociologia pode oferecer subsídios de análise institucional (o uso da prosopografia e da denominada sociologia do campo e das estruturas sociais, de Bourdieu). Por fim, o Paraná se constituiu como recorte geográfico e temporal do objeto da pesquisa, visando delimitar o horizonte de investigação. Destacamos, portanto, o ineditismo da associação entre sociologia e maçonaria, uma seara pouco (ou talvez ainda não) explorada pelos cientistas sociais, seja na antropologia, sociologia, ciência política ou aproximação destas áreas do conhecimento.

Considerando o trinômio maçonaria / sociologia / Paraná, procuramos estabelecer um objeto de possível densidade sociológica e ainda não estudado: os Grão-Mestres, isto é, a elite político-institucional da maçonaria no Estado. Nossa tese é a seguinte: analisando coletivamente, a partir do método prosopográfico, o perfil dos Grão-Mestres do Grande Oriente do Brasil – Paraná (GOB/PR), da Grande Loja do Paraná (GLP) e do Grande Oriente do Paraná (GOP), podemos visualizar uma elite estratégica, constituída a partir de indivíduos com capitais sociais específicos, como profissão, carreira maçônica e inserção social. Logo, a questão desta tese (qual é o perfil sociológico dos grão-mestres da maçonaria paranaense) tem como propósito compreender este grupo social estratégico, medindo os limites da presença e atuação social coesa no Paraná.

A trajetória desta tese de doutorado perpassa por cinco partes estruturantes e sete capítulos. Na primeira parte, buscamos qualificar e definir o objeto de pesquisa – a maçonaria. Evidenciamos as possibilidades de pesquisa da instituição,

delimitando o discurso acadêmico e o engajado, isto é, o científico e o que pretende disseminar os postulados maçônicos. Ainda assim, explicamos a dinâmica institucional a partir das pesquisas realizadas, situando-as no debate posterior propriamente dito. Por fim, o conceito da instituição aliado a debate sobre a ideologia também é efetuado.

A segunda parte procura expor como a maçonaria se instalou em território nacional da perspectiva das potências maçônicas, uma espécie de organismos de âmbito estadual ou nacional que reúnem um conjunto de lojas maçônicas (as representações municipais, em geral). Retratamos, desta maneira, o Grande Oriente do Brasil (GOB), a primeira potência brasileira e as duas principais dissidências: a Confederação da Maçonaria Simbólica Brasileira (CMSB) e a Confederação Maçônica do Brasil (COMAB).

Já a terceira parte objetiva demonstrar o perfil da maçonaria no Paraná, desde a fundação da primeira loja maçônica em 1837 até a consolidação do Grande Oriente do Brasil – Paraná (GOB/PR), da Grande Loja do Paraná (GLP) e do Grande Oriente do Paraná (GOP). A intenção desta parte é subsidiar a tese, articulando os movimentos institucionais aos perfis dos Grão-Mestres, a fim de que a compressão destas biografias coletivas seja minuciosamente caracterizada.

Ainda assim, efetuamos dois balanços importantes para a compreensão desta tese. O primeiro deles diz respeito à síntese quanto à instalação da maçonaria no Paraná, além do debate relacionado à sociologia. O segundo balanço é um levantamento bibliográfico sobre esta pesquisa e sua inserção com os trabalhos do Núcleo de Estudos Paranaenses (NEP), da Universidade Federal do Paraná (UFPR), bem como a articulação desta tese com as demais pesquisas concluídas e em andamento do NEP.

A quarta parte pretende explicar a metodologia adotada (a prosopografia), articuladas aos conceitos de campo, *habitus*, capital simbólico e trajetória social de Pierre Bourdieu e autores correlatos. Para tal, sinalizamos que o estudo de perfis coletivos, em grupos sociais delimitados no tempo e no espaço, tende a auxiliar na assimilação da atuação dos seus membros – neste caso, os Grão-Mestres do GOB/PR, GLP e GOP. Além disso, os capitais sociais e a estrutura societária em que estes indivíduos pertencem serão explorados a partir dos conceitos de *campo* e

habitus, de Bourdieu. O argumento apresentado nesta parte é que a maçonaria constitui-se em um campo próprio de social, em que as regras destes ocorre m articuladas com os aspectos intra e extrainstitucionais, com agentes jogando o jogo do campo em busca de melhorar suas posições sociais, a partir de capitais simbólicos.

Durante a quinta e última parte, há a análise da biografia coletiva dos Grão-Mestres das potências citadas, em um esforço de somar estas biografias coletivas e, portanto, perpetrar a prosopografia e as trajetórias sociais, bem como oferecer indícios para a resolução da tese proposta. Para isso, optamos pelo estudo detido de cada trajetória dos Grão-Mestres e seus componentes, como o município de origem, a escolaridade, a relação profissão/ocupação, a atividade política das lideranças maçônicas do Paraná e as conexões interinstitucionais existentes.

Nossa tese funda-se no argumento de que os Grão-Mestres da maçonaria paranaense tem um perfil sociológico em que suas trajetórias sociais foram constituídas nas relações estabelecidas dentro do campo da maçonaria, com o *habitus* adquirido com o tempo, articulado interna e externamente à este campo, além de uma trajetória marcada por alta escolarização, postos ocupacionais tradicionais, atividade política presente e perpetuação em outras instituições sociais – o que caracteriza, em suma, o itinerário percorrido para que um maçom se torne Grão-Mestre, isto é, liderança estadual da instituição no Paraná.

PARTE I – CARACTERIZAÇÃO DO OBJETO: A MAÇONARIA

1 COMO PESQUISAR A MAÇONARIA?

Quando pronunciamos a palavra maçonaria, uma série de juízos de valor é emitida instantaneamente, seja por quem fala ou por quem ouve tal expressão. Estes juízos, baseados em opiniões estritamente pessoais, permeiam o universo que circunda a maçonaria, uma instituição carregada de ritos, misticismo, crenças e poder. Independentemente daqueles que acreditam ou deixam de acreditar nos mistérios que envolvem a maçonaria, desde sua incerta fundação até os dias de hoje, ela tem motivado pesquisadores, curiosos, rivais e até mesmo os seus integrantes a conhecer profundamente a sua origem, o seu itinerário e o seu destino.

Afinal, o que é a maçonaria? Como podemos descrevê-la e caracterizá-la? É um grupo de influência ou uma fraternidade entre seus membros? O que se pode obter sendo maçom? E mais: quem exerce o poder e comanda os destinos da instituição? Estas e outras perguntas são objeto deste capítulo, no sentido de compreender, delinear e delimitar “de qual maçonaria estamos falando”, ou seja, dentre as inúmeras interpretações sobre o que é a ordem maçônica, procuramos neste capítulo tentar demonstrar o que de fato ela é, elencando sob o ponto de vista sociológico os principais pontos da mesma.

A tarefa de caracterizar a maçonaria perpassa por alguns pontos cruciais para o seu entendimento. O primeiro deles é definir quando a instituição começou a agir, ou seja, se há uma data de fundação específica ou se os grupos maçônicos desarticulados atuavam de acordo com os ideais próprios. Esta “tradição” em ligar a história da maçonaria a uma cultivo mitológica é tema recorrente entre os maçons. Hamill (2000) argumenta que a ordem surgiu no mesmo momento que Jesus Cristo. Por outro lado, Lévi-Strauss (1978) ratifica que este discurso mitológico é um problema para quem realiza a ciência – que, empiricamente, deve comprovar os fatos. Portanto, questionamos, ao estilo do autor: o que de fato isto importa para nossa pesquisa?

Podem significar duas coisas diferentes. Podem significar, por exemplo, que a ordem coerente, como uma espécie de saga, é a condição primitiva, e,

sempre que se encontrem mitos em elementos desconexos, há de tratar-se do resultado de um processo de deterioração e desorganização; neste caso, apenas se encontram elementos dispersos do que anteriormente foi um todo significativo. Pode-se também apresentar a hipótese de que o estado desconexo é o arcaico, e que os mitos foram reunidos e postos em ordem por alguns nativos sabedores e filósofos, que nem sempre aparecem em toda a parte, mas apenas em determinado tipo de sociedade. (LÉVI-STRAUSS, 1978, p. 34)

Ora, o mito surge, para Lévi-Strauss (1978) enquanto saga para os maçons, como iremos observar no ponto 1.1 sobre as origens da maçonaria, em que elementos desconexos formam o discurso comprometido com a instituição. Apesar da tradição dos discursos “mitológicos” sobre a gênese da instituição, tanto os pesquisadores da área quanto os acadêmicos divergem muito sobre o tema, apontando argumentos que ratificam as possíveis evidências e refutando os contrários – algo que abordaremos adiante (COLUSSI, 2003; ISMAIL, 2012).

O segundo ponto diz respeito à caracterização institucional engajada ou acadêmica. Diante das diversas vertentes que corroboram para a definição do que é a maçonaria e o que fazem os membros da instituição, optamos pela classificação feita por Colussi (2003, p. 26) que preconiza em separar a bibliografia existente sobre o tema:

A história da maçonaria, mesmo que, no Brasil, ainda não esteja contemplada nos estudos acadêmicos, vem sendo escrita desde os seus primeiros tempos por historiadores descomprometidos ou comprometidos com a ordem. Entre os primeiros, identificamos e definimos os acadêmicos e os não acadêmicos, denominando-os aqui também como tradicionais. No grupo dos acadêmicos, as principais referências localizaram-se em obras de história da maçonaria produzidas a partir da década de 1970 em alguns países europeus. Longe de repetir os vícios de um tipo de historiografia apologética ou de combate à ordem, esses autores têm procurado observar e analisar a maçonaria de novas óticas.(COLUSSI, 2003, p. 26)

De um lado, a autora pontua que existem aqueles autores comprometidos (maçons e antimaçons), que priorizam explicar os pontos inerentes à instituição a partir de uma ótica engajada, isto é, demonstrar o que a maçonaria traz de bom ao indivíduo (discurso comprometido maçônico) e os prejuízos que ela pode trazer (discurso comprometido antimaçom). Por outro lado, existem aqueles autores descomprometidos (tradicionais ou acadêmicos), abordando basicamente por via histórica as tradições da instituição (discurso descomprometido tradicional), e os que

trataram a maçonaria enquanto tema de pesquisa na academia (discurso descomprometido acadêmico).

Evidente é que nossa pesquisa enquadra-se na via do discurso descomprometido acadêmico, pois ao passo que utilizamos o discurso descomprometido tradicional, este não seria suficiente para dar conta do nosso problema: explicar o quem é quem, as relações socioinstitucionais e elitistas que sustentam o poder da maçonaria na sociedade. Portanto, valer-se somente do discurso descomprometido tradicional é ignorar o que acontece nos bastidores da instituição, olhando o passado histórico em busca das tradições e dos grandes feitos, deixando de lado nosso interesse pelo pretérito-presente da maçonaria no Paraná.

Esta tentativa nos remete à ideia de afastar sistematicamente as prenoções, uma das regras da sociologia Durkheimiana (1960, p.27), isto é, ainda que seja difícil separar as paixões, o conhecimento prévio sobre o assunto e os conceitos formados, espera-se que, segundo Durkheim, haja a separação entre o que é sentimento e verdade científica:

Com efeito, a coisa é reconhecida principalmente pelo sintoma de não poder ser modificada por intermédio de um simples decreto da vontade. [...] Considerando, então, os fenômenos sociais como coisas, não fazemos mais do que nos conformar com a natureza que nos apresentam. (DURKHEIM, 1960, p. 26-27)

Portanto, para Durkheim, “o sentimento é objeto de ciência, não é critério de verdade científica. De resto, não existe ciência que, em seus primórdios, não tenha encontrado resistências análogas” (1960, p.29). A verdade científica deve imperar em relação aos sentimentos e ao discurso engajado, o que justifica a opção pelo descomprometimento da pesquisa acadêmica, com um olhar exteriorizado quanto à descrição da atuação maçônica.

Optamos pela definição dos objetivos e dos valores maçônicos por duas vias: discurso comprometido do universo maçônico, para tentar identificar o que a instituição pode colaborar quanto aos benefícios sociais do ingresso de um candidato; e o discurso descomprometido acadêmico, na tentativa de elucidar a visão científica do que são e o que fazem os maçons. Esta escolha baseia-se na

quantidade de publicações maçônicas existentes e, ainda que situadas na seara do discurso comprometido, elas podem apontar possíveis respostas para questões levantadas e ainda não completamente equacionadas³. As fontes engajadas da maçonaria trazem à luz elementos ainda não revelados e que podem contribuir para o aperfeiçoamento do discurso descomprometido acadêmico, nosso tipo ideal de pesquisa sobre o assunto.

A necessidade em aproveitar a produção maçônica pró-instituição é constatada quando expomos o terceiro ponto para a caracterização do que é a maçonaria: a dificuldade na obtenção de fontes. Exceto os pesquisadores engajados – geralmente os já integrantes da maçonaria e, frequentemente, que já participam há anos da ordem, os que desejam conhecer mais sobre a organização passam pelos mesmos problemas já ditos anteriormente, remetendo às disputas entre os seus defensores e os seus opositores. Ou seja, obter fontes seguras e confiáveis para dizer quem são e o que fazem os maçons nem sempre é algo simples de se executar.

A saída encontrada para o problema da confiabilidade das informações é o uso de fontes públicas, disponíveis na bibliografia publicada, maçônica ou não (COLUSSI, 2003; CASTELLANI, 2004; BARATA, 2006; CARVALHO, 2010; ISMAIL, 2012)⁴, nos acervos de bibliotecas e museus e na internet (ZUCOLI, 2001), que contém uma imensidão de portais abordando sobre o assunto. Esta metodologia favorece a consulta e formação dos conceitos e perfis deste trabalho, suprimindo a necessidade incondicional de recorrer à maçonaria para buscar dados (algo que

³ CARVALHO (2007) demonstra a quantidade e o gênero das publicações acadêmicas acerca da maçonaria. Disponível em: < <http://www.freemasons-freemasonry.com/22carvalho.html>>. Vários acessos.

⁴ As publicações de referência são: COLUSSI, Eliane. **A maçonaria gaúcha no século XIX**. Passo Fundo: UPF, 2003; CASTELLANI, José. **Cartilha do Aprendiz**. Londrina: A Trolha, 2004. 4. Ed; BARATA, Alexandre Mansur. **Maçonaria, sociabilidade ilustrada e independência do Brasil 1790-1822**. São Paulo: Annablume, 2006; CARVALHO, William Almeida de. **Pequena história da maçonaria no Brasil**. Revista de Estudos Históricos de La Masoneria. San José – Costa Rica: v.2, n.1, p. 30-58, mai-nov. 2010; ISMAIL, Kennyo. **Desmistificando a maçonaria**. São Paulo: Universo dos Livros, 2012; ZUCOLI, Hiran Luiz. **A Maçonaria no Paraná**. Curitiba: edição do autor, 2001.

pode nos levar apenas ao discurso maçônico engajado) ou acreditar apenas no discurso antimaçônico (também carregado de prenoções). Do mesmo modo, se nos pautarmos apenas pelos materiais acadêmicos, estes podem levantar anseios estritamente direcionados aos problemas de pesquisa de cada estudioso, fadando a discussão relativamente às particularidades.

Desta forma, nossa tarefa de produzir um discurso acadêmico descomprometido perpassa, sobretudo, pela busca de informações nas mais diversas fontes existentes, a fim de que construamos algo consistente e que condiz com a definição sobre o que é a maçonaria, de onde surgiu e como atua. Assim, a discussão sobre a instituição está focada basicamente no *onde* e *como* trabalhar com os materiais disponíveis, no intuito de formatar apontamentos sobre o tema.

Este tipo de trabalho deverá inspirar a *artesanía do objeto de análise*, conforme Wright Mills aponta (2009). O propósito é, ao reunir informações necessárias acerca da maçonaria, explicitar o conceito sobre a instituição, formado em uma espécie de “bricolagem”, para combinar elementos ainda não previstos do objeto durante sua análise:

Estimule a reabilitação do artesão intelectual despretensioso, e tente se tornar você mesmo tal artesão. Deixe que cada homem seja seu próprio metodologista; deixe que cada homem seja seu próprio teorizador; deixe que teoria e método se tornem parte da prática de um ofício. [...] Seja uma mente independente na confrontação dos problemas do homem e da sociedade. (MILLS, 2009, p. 56)

Neste sentido, espera-se que a reunião de materiais que abordam a maçonaria reflita um *mosaico de informações palpáveis* de nossa questão motriz, isto é, a explicação do “quem é quem” na direção de três organismos maçônicos no Paraná da década de 1940 até hoje. Portanto, a preocupação de Castro (2009, p. 14) quanto à visão do mundo que o sociólogo tem – formando, assim, a sua perspectiva sociológica, deverá ser acompanhada da imaginação sociológica. Esta imaginação sociológica só ocorre a partir do momento em que o sociólogo visita e revisita seu arquivo de informações, aprimorando a “visão adequada de uma sociedade total e seus componentes” (MILLS, 2009, p. 14). Este tipo de imaginação (a sociológica) diferencia o técnico que reúne informações do profissional da área, pois:

A imaginação sociológica consiste em parte considerável na capacidade de passar de uma perspectiva para outra, e, nesse processo, consolidar uma visão adequada de uma sociedade total e de seus componentes. É essa imaginação, é claro, que distingue o cientista social do mero técnico. Técnicos adequados podem ser instruídos em poucos anos. A imaginação sociológica também pode ser cultivada; por certo ela raramente ocorre sem muito de trabalho, muitas vezes rotineiro. Há no entanto uma qualidade inesperada em relação a ela, talvez porque sua essência seja a combinação de idéias que ninguém supunha que fossem combináveis – digamos, uma mistura de idéias da filosofia alemã e da economia britânica. Há um estado de espírito lúdico por trás desse tipo de combinação, bem como um esforço verdadeiramente intenso para compreender o mundo, que em geral falta ao técnico como tal (MILLS, 2009, p.41)

Este estímulo de dar forma ao objeto de análise é um dos desafios desta tese, pois a utilização da tríade maçonaria/sociologia/Paraná é o ineditismo deste trabalho, inaugurando assim uma vertente de pesquisas acerca do objeto de análise (maçonaria) relacionado à imaginação (sociológica ou de quem a executa) e o Estado do Paraná, sobretudo a produção do Núcleo de Estudos Paranaenses, conforme analisaremos adiante. A bibliografia nos demonstra que há uma quantidade considerável da produção acadêmica sobre a maçonaria no campo da história (AZEVEDO, 1996; COLUSSI, 2003; ANDRADE, 2004 BARATA, 2006)⁵. Entretanto, o desafio de inaugurar as discussões do tema no Paraná perpassa por nossa análise.

Neste capítulo, a primeira etapa de levantamento bibliográfico dará as explicações sobre o surgimento da maçonaria. Para tal, utilizaremos dois gêneros literários sobre a ordem: os pesquisadores engajados (CASTELLANI, 2004; CARVALHO, 2010; ISMAIL, 2012), uma vez que existem teorias acerca do nascimento da instituição; e os pesquisadores acadêmicos (COLUSSI, 2003; BARATA, 2006), ressaltando o universo que circunda tal definição.

No segundo momento, pretende-se relatar a formação da maçonaria no Paraná e sua primeira movimentação: quais foram as lojas fundadas, quem são os primeiros líderes e como ela foi disseminada no Estado. Tal itinerário nos conduzirá às cisões existentes e a caracterização de nosso objeto de pesquisa – o quem é quem dos altos postos das três instituições maçônicas paranaenses consolidadas: o

⁵ Idem nota 3.

Grande Oriente do Brasil-Paraná (GOB-PR), a Grande Loja do Paraná (GLP) e o Grande Oriente do Paraná (GOP).

Esta trajetória almeja contextualizar o leitor no universo maçônico, apresentando as principais expressões, a sua formação, a organização interna da instituição, o processo de recrutamento de um candidato e sua disposição na sociedade. Neste sentido, o exercício de olhar a sociedade pelo viés maçônico e enxergar a maçonaria exterior, fora dos templos, constitui um estranhamento do olhar, treinado, identificando e selecionando⁶ os principais aspectos que colaborarão na pesquisa:

Talvez a primeira experiência do pesquisador de campo - ou no campo - esteja na domesticação teórica de seu olhar. Isso porque, a partir do momento em que nos sentimos preparados para a investigação empírica, o objeto, sobre o qual dirigimos o nosso olhar, já foi previamente alterado pelo próprio modo de visualiza-lo. Seja qual for esse objeto, ele não escapa de ser apreendido pelo esquema conceitual da disciplina formadora de nossa maneira de ver a realidade. Esse esquema conceitual – disciplinadamente apreendido durante o nosso itinerário acadêmico, daí o termo disciplina para as matérias que estudamos -, funciona como uma espécie de prisma por meio do qual a realidade observada sofre um processo de refração - se me e permitida a imagem. É certo que isso não é exclusivo do olhar, uma vez que está presente em todo processo de conhecimento, envolvendo, portanto, todos os atos cognitivos, que mencionei, em seu conjunto. Contudo, e certamente no olhar que essa refração pode ser melhor compreendida. A própria imagem ótica – refração - chama a atenção para isso. (OLIVEIRA, 1998, p. 19)

O “olhar estranhado”, que reflete um “prisma” acerca da coleta de dados sobre a maçonaria durante a constituição de nosso arquivo deve ser uma premissa fundamental para o desenvolvimento da tese, lembrando ainda o “estranhamento da sociedade” segundo Durkheim (1960). A dupla constituída entre “olhar estranhado” e “estranhamento da sociedade” devem auxiliar o pesquisador na tarefa de esmiuçar o objeto de estudo (no caso, a maçonaria), uma vez que a neutralidade na elaboração de conceitos de um tema de tamanha abrangência deve prevalecer. Em suma: o aspecto do prisma, de Roberto Cardoso de Oliveira, nos porá em atenção para melhor arguir quanto à classificação do que utilizar para a

⁶ Referimo-nos ao chamado “olhar etnográfico”, abordado por Roberto Cardoso de Oliveira em “O Trabalho do Antropólogo”. Brasília/São Paulo: Paralelo Quinze/Editora da UNESP, 1998.

compreensão da maçonaria, de sua relação com a sociologia e, sobretudo, da classificação dos dados sobre os Grão-Mestres analisados.

1.1 DA PEDRA BRUTA À TÁBUA DE DELINEAR: A FORMAÇÃO DA MAÇONARIA

Muito tem se questionado sobre o que é a maçonaria. Em rápida busca em qualquer meio de informação, podemos definir os principais objetivos da instituição, além de seu conhecido lema cunhado e popularizado via Revolução Francesa: Liberdade, Igualdade e Fraternidade. Porém, àqueles que desejam aprender mais sobre o tema, depara-se com fontes divergentes quanto à origem e evolução histórica, repassadas de acordo com a interpretação de cada autor.

A primeira explicação, de forma mítica, sobre a origem da maçonaria, é dada na época da construção do Templo de Salomão. Segundo a lenda bíblica, “o Rei Davi, pertencente à Tribo de Judá, queria construir uma casa para Jeová, Deus de Israel na bíblia hebraica, para que fosse guardada a Arca da Aliança (objeto onde as tábuas dos dez mandamentos e outras especiarias de valor religioso foram guardadas)”. Este desejo não foi concedido por Deus, por conta das disputas existentes nas guerras do período. Apenas Salomão (que significa paz), filho de Deus, poderia edificar a obra (NETO, 2005). Ou seja, segundo a bíblia, a “casa de Deus” deveria ser erigida em paz.⁷

Sem a habilidade necessária para a construção do templo, “Salomão solicitou à Hirão, Rei de Tiro, que fizesse a obra. Hirão designou Hirão Abif, um habilidoso mestre na arte de construir, para que a erguesse. Abif selecionou cerca de 153.600 trabalhadores e os dividiu em três categorias distintas: 80.000 estariam nas montanhas, cuidando da extração de pedras; 70.000 carregariam estas pedras até o local da obra; e 3.600 trabalhadores iriam construir inspecionar e ensinar os métodos de construção”.⁸

Esta divisão de trabalhadores seria, segundo Elias Mansur Neto (2005), a primeira organização dos primórdios da maçonaria:

⁷ Presentes na Bíblia nos livros de Samuel 7:1-16; Reis 5:3-5; 8:17; e Crônicas 17:1-14; 22:6-10.

⁸ Reis 5:15-16; 9:20-21; 2 Crônicas 2:2.

Para que a organização funcionasse, Hirão chamou os 80.000 que extraíam pedras da montanha de Aprendizes; os 70.000 que levavam as pedras para o local da construção foram chamados de Companheiros; e os 3.600 que trabalhavam diretamente na construção do Templo ensinavam e inspecionavam o trabalho foram chamados de Mestres. As lojas maçônicas de hoje são constituídas basicamente de Aprendizes, Companheiros e Mestres. (NETO, 2005, p. 22)

Segundo a lenda, como a maioria dos trabalhadores não era alfabetizada, a comunicação entre os operários era executada por sinais, toques e palavras e, para que o pagamento fosse realizado, cada operário – de acordo com o seu grau, deveria pronunciar uma palavra, uma espécie de senha, identificando se era um aprendiz, companheiro ou mestre. Àqueles que porventura esqueciam a palavra, ficava automaticamente sem o pagamento.

A pedra fundamental do Templo de Salomão foi fixada em 967 a.C., quatro anos após Salomão ter assumido o trono, que trocou a mão-de-obra dos operários de Hirão por alimentos. Especula-se, ainda, que Hirão, Hirão Abif e Jesus Cristo foram os três primeiros mestres da maçonaria, algo não confirmado até hoje (NETO, 2005).

Lévi-Strauss também argumenta sobre a formação de um mito a partir da bíblia:

Tem-se precisamente o mesmo problema com a Bíblia, porque parece que o seu material de base era formado por elementos desconexos que depois foram reunidos por filósofos conhecedores para tecer uma história contínua. Seria extremamente importante descobrir se a situação entre os povos sem escrita que foram estudados pelos antropólogos é a mesma que a da Bíblia ou outra completamente diferente. (LÉVI-STRAUSS, 1978, p. 34)

O tipo de mito citado por Lévi-Strauss – que tem “o mesmo problema da Bíblia” é a questão da reunião de informações desconexas, dispersas e, que a partir da visão de um profissional (normalmente filósofo), este passa a ser catalogado, colocado em ordem. Assim, o mito do início da maçonaria foi instaurado: a partir da releitura do livro (a bíblia), os maçons atribuíram a si mesmo este passado glorioso, pautado pela presença durante a construção do templo do rei Salomão, entre outros feitos mítico-históricos.

Este primeiro período da síntese explicativa sobre as origens da maçonaria nos auxilia a compreender a fase primitiva ou lendária da instituição, isto é, o

momento no qual não havia registros históricos e incontestes de sua gênese. A maçonaria primitiva ou lendária está fadada às explicações orais, tradicionais, repassadas normalmente entre os próprios maçons, sem a necessidade de comprovação científica, por exemplo, que os fatos demonstrados realmente aconteceram (SPOLADORE, 2003).

Muitos integrantes da instituição ainda hoje acreditam que esta é a verdadeira origem da mesma. Entretanto, não há como precisar a data da fundação. Kenngo Ismail (2013) alega que esta não é a história comprovada da criação da maçonaria, pois “As versões são geralmente bastante similares entre si e, pelo conteúdo, se parecem com as histórias contadas para crianças antes de dormir”⁹. Na visão do autor, portanto, a ordem deve caminhar para pesquisas mais científicas, no sentido de comprovar os fatos propagados, pois um maçom do Século XXI, que possui senso crítico, não deve acreditar em ensinamentos neste sentido.¹⁰

Diante da crítica das origens lendárias da maçonaria, procurou-se justificar sua criação, com elementos concretos quando comparados com a primeira fase, essencialmente lendária. Assim nasce a segunda fase explicativa, denominada fase operativa. A instituição estava ligada diretamente às corporações de ofício, que nasceram no Século XII para disciplinar a produção artesanal característica da Idade Média – que substituíram a relação escravista dominante da Europa da época:

O emprego de escravos tende a afastar homens livres do trabalho, que é visto como ocupação indigna. Ao longo da classe superior, que não trabalha, proprietários de escravos, forma-se uma classe média que também não trabalha. Devido ao emprego de escravos, a sociedade é forçada a adotar uma estrutura de trabalho relativamente simples, servindo-se de técnicas que podem ser utilizadas pelos escravos e, que, por essa razão, tornam-se relativamente impermeáveis à mudança, ao melhoramento e a adaptação a novas situações. A reprodução do capital fica vinculada à reprodução dos escravos, desta maneira, direta ou indiretamente, ao sucesso de campanhas militares, à produção de reservas de escravos, e nunca é passível de cálculo no mesmo grau que numa sociedade na qual não é a pessoa inteira que se compra por toda vida, mas serviços especiais de trabalho de indivíduos que, socialmente, são mais ou menos livres. (ELIAS, 1993, P. 56)

⁹ Disponível em: <<http://www.noesquadro.com.br/2012/03/historia-da-maçonaria-para-adultos.html>> Acesso em: 19 dez 2013

¹⁰ Presentes na Bíblia nos livros de Samuel 7:1-16; Reis 5:3-5; 8:17; e Crônicas 17:1-14; 22:6-10.

Portanto, o trabalho não possuía visão positiva e, desta forma os escravos realizavam tal ofício. Com a introdução das corporações de ofício, o trabalho passou a um caráter positivo, com a hierarquia de seus trabalhadores e a união de profissionais que atuavam nas mesmas áreas, ampliando negócios e racionalizando o sistema de produção. Para época, as corporações representavam um significativo avanço no modo de produção, estritamente artesanal e direcionado para pequenas e simples realizações.

O “sistema feudal” apresentava um estranho contraste com a constituição tribal. Com a dissolução desta última, novos agrupamentos e novas formas de integração foram necessariamente criados. Havia uma forte tendência a individualização, reforçada pela mobilidade e expansão da sociedade. Ocorria aí uma individualização em relação à unidade tribal e, em parte, também em relação à unidade familiar, da mesma maneira que ocorreriam mais tarde movimentos de individualização em relação à unidade feudal, à unidade da guilda, à unidade de classe e, repetidamente, à unidade familiar. O juramento feudal nada mais era do que a conclusão de uma aliança protetora entre guerreiros individuais, a confirmação sacramental da relação individual entre o guerreiro que dava terra e proteção e o outro que prestava serviços. (ELIAS, 1993, p. 61)

As novas formas de configuração social passaram a existir com a instituição do sistema feudal. Os trabalhadores das corporações de ofício voltados à arte da construção de templos e catedrais explicam os primórdios da maçonaria, segundo os autores filiados a este marco teórico. Podemos citar os trabalhos de Charles Webster Leadbeater em “Pequena História da Maçonaria” (2012), que apesar de retomar a fase lendária e os ocultismos derivados dela, também considera o período operativo como gênese da instituição. Outro documento disponibilizado via internet da Grande Loja de Santa Catarina¹¹ ressalta esta fronteira, mesmo admitindo a “fragilidade e a incompletude” da história da maçonaria. As corporações de ofício são relatadas em países como Alemanha, França e Itália, justificando a atuação das mesmas.

¹¹ Disponível em: <<http://glp.org.br/site/wp-content/uploads/downloads/2011/07/Hist%C3%B3ria-da-Ma%C3%A7onaria-para-Aprendizes-Per%C3%ADodo-Operativo-pela-GLSC.pdf>>. Acesso em 19 Dez 2013

Barata (2006) também defende que o princípio da atividade maçônica deu-se com as corporações de ofício:

Apesar das divergências, grande parte dos historiadores concorda que a Maçonaria, como hoje a conhecemos, é herdeira das corporações de ofício surgidas durante o período medieval, as quais gradualmente tiveram sua composição social alterada com a admissão de membros da pequena nobreza, de negociantes, os chamados “maçons aceitos” (BARATA, 2006, p. 24)

Segundo o autor, o início da maçonaria enquanto corporação de ofício caminhou lado a lado aos registros documentais das ideias da instituição. Dois manuscritos são importantes para o conhecimento da maçonaria na virada do século XIV para o XV e que indicam as origens maçônicas a partir das corporações de ofício: o regius e o cooke. Estes e outros manuscritos históricos¹² são considerados os documentos mais antigos da maçonaria, uma vez que retratam o pensamento da época em relação à instituição. Em geral, dá-se relevância a estas publicações pela quantidade de informação de filosofia maçônica, alimentando a doutrina da instituição.

Recorrer ao passado é algo frequente entre os teóricos comprometidos (isto é, aqueles que são da maçonaria) para justificar o passado glorioso da instituição. Além da questão mitológica da bíblia (LÉVI-STRAUSS, 1978), a busca por documentos que justificassem o presente também é alvo desta construção de uma possível tradição elaborada pela própria maçonaria, com raízes fincadas em um antiquíssimo passado. O propósito é justificar com um argumento histórico as suas origens, seus feitos, enfim, os atributos da trajetória social que, transformados em ideologia, poderão ser repassados a seus integrantes. As “tradições inventadas” foram objeto de estudo de Hobsbawn (1984), que as definiu como:

Por “tradição inventada” entende-se um conjunto de práticas, normalmente reguladas por regras tácita ou abertamente aceitas; tais práticas, de natureza ritual ou simbólica, visam inculcar certos valores e normas de

¹² Uma listagem com os principais manuscritos e comentários dos mesmos foi elaborada pelo maçom Sérgio Roberto Cavalcante, da ARLS Cavaleiros do Sol nº 42, da Grande Loja do Estado da Paraíba, disponível em: <<http://www.fraternidadefarroupilha.org/historia/antigosmanuscritos.htm>>. Acesso: 20 dez 2013

comportamento através da repetição, o que implica, automaticamente; uma continuidade em relação ao passado. Aliás, sempre que possível, tenta-se estabelecer continuidade com um passado histórico apropriado (HOBSBAWN, 1984, p. 9)

As “tradições inventadas” são, desta forma, integrantes do modo de atuação da maçonaria, como exposto. Estas práticas de cunho simbólico são utilizadas para reforçar o “passado histórico apropriado” da instituição, às vezes deixando de lado as querelas em que a maçonaria se envolveu, ou, ainda, possíveis desvios de conduta de seus membros, conforme a moral estabelecida pela instituição. Além dos rituais internos, a “invenção das tradições” ritualísticas refletem externamente através da repetição do passado:

Consideramos que a invenção de tradições é essencialmente um processo de formalização e ritualização, caracterizado por referir-se ao passado, mesmo que apenas pela imposição da repetição. Os historiadores ainda não estudaram adequadamente o processo exato pelo qual tais complexos simbólicos e rituais são criados. (HOBSBAWN, 1984, p. 13)

Ou seja, pela imposição da repetição, o passado das tradições é repassado, de geração em geração. Outro aspecto comentado pelo autor diz respeito às dificuldades de obtenção de dados históricos condizentes com a realidade, dada o caráter restritivo de instituições fechadas – caso da maçonaria:

É mais difícil descobrir essa origem quando as tradições tenham sido em parte inventadas, em parte desenvolvidas em grupos fechados (onde é menos provável que o processo tenha sido registrado em documentos) ou de maneira informal durante um certo período, como acontece com as tradições parlamentares e jurídicas. A dificuldade encontra-se não só nas fontes, como também nas técnicas (HOBSBAWN, 1984, p. 13)

Ainda que o registro de documentos reflita uma possibilidade de resgatar as tradições históricas, estes ainda estão prejudicados, dada à desconfiança de atribuir isenção àqueles que coletaram ou, ainda, divulgaram os referidos dados. O caso dos manuscritos maçônicos (Regius e Cooke) auxiliam na documentação da história da maçonaria que, mesmo sendo uma instituição do século XVIII, rememora ao século XIV (quatrocentos anos antes) para justificar sua existência.

O Manuscrito Regius (ou poema Regius) é de aproximadamente 1390, descoberto por James O. Halliwell em 1840, um pesquisador não-maçom. Em forma

de poesia, forma versos de um inglês rudimentar, arcaico, tratando basicamente de uma peça de deveres morais do homem para a sociedade. Na primeira parte, o manuscrito contempla a história da geometria conforme Euclides, seguindo de artigos para mestres e artesãos, a lenda dos quatro mártires coroados, regras de comportamento e seções estritamente filosóficas da maçonaria (BARATA, 2006).

Já o Manuscrito Cooke foi descoberto pelo pesquisador e maçom inglês Mathew Cooke em 1861, levando esta alcunha pelo seu sobrenome. A origem remonta 1410, considerado o segundo documento mais antigo da maçonaria na fase operativa. Escrito em prosa, o documento aborda as sete artes liberais da Idade Média: gramática, retórica, dialética, aritmética, geometria, música e astronomia. Além das artes, identifica-se no Cooke agradecimentos a Deus ao longo do texto (FILARDO, 2010).

Em conjunto com o Manuscrito de Dowland e da Grande Loja nº 1, os Manuscritos Regius e Cooke formam as Old Charges, que em português significa “encargos antigos”. Estas são as chamadas antigas obrigações ou antigos deveres, bases do pensamento maçônico e que devem ser cumpridas por todos os maçons. É claro que ao longo dos anos este conjunto das antigas obrigações foi alterado, uma vez que traduções imprecisas e fontes não confiáveis ajudaram a disseminar os textos – nem sempre condizentes com os originais.

O acontecimento das corporações de ofício e os manuscritos supracitados nos auxiliam a compreender como a segunda fase da história maçônica se desenrolou. O contexto da operatividade da instituição é harmônico ao desenvolvimento da Idade Média. Pautada por um fervor religioso ocidental, o qual era comandado pela igreja católica, o medievo ainda teve como vestígio a justificativa do poder político em Deus; o aumento da produção local e a prática da política feudal (sobretudo na baixa Idade Média), sendo o feudo a unidade administrativa comandada pela nobreza, ao passo que o campesinato sofria com os altos impostos cobrados relativos à sua produção, em relações sociais estritamente servis; e a produção artesanal, típica das corporações de ofício, estas criadas para dar conta da transformação da matéria prima em produto final nas diversas profissões do período (SPOLADORE, 2003).

A transição da maçonaria operativa para a especulativa (terceira fase) deu-se justamente no hiato entre a Idade Média e a Idade Moderna, culminada com a conquista de Constantinopla pelos Turcos Otomanos e o princípio das grandes navegações. Tais eventos apenas rememoram o fim de um ciclo medieval, pautado por algumas características sociais, políticas e econômicas diferentes daquelas costumeiras do medievo: a consolidação das cidades, iniciadas como pontos de parada (ou nós de trânsito); a expansão das fronteiras europeias a partir das grandes navegações e a busca de rotas alternativas para o comércio; o surgimento do capitalismo pré-comercial, marcado pela produção assalariada e as primeiras relações de trabalho; o antropocentrismo e a valorização do homem, traços do “renascimento” cultural, o qual visualizava a figura racional humana no centro das atenções; o humanismo, filosofia adversa aos princípios divinos, que estimulou a abertura das primeiras universidades; a reforma protestante, lideradas por Martinho Lutero e João Calvino; e um clima de revolta social campesina, indignada com os altos impostos cobrados pelos grandes proprietários e pela igreja católica.

Este cenário de alteração no pensamento social da época fez com que as construções de templos e catedrais caíssem muito em relação ao período anterior – até porque a própria igreja católica passava por um momento de crítica pelos protestantes, aliado à nova configuração espacial da sociedade em cidades. O privilégio incondicional para pertencer à ordem (a atuação na construção de obras), advinda dos maçons operativos, deixava de existir na fase especulativa. Dá-se o nome de maçom especulativo ou maçom aceito àquele que não era um construtor de fato, mas foi aceito no grupo da instituição. Uma das justificativas para esta fase foi a de que o número de iniciados na ordem caiu muito, uma vez que o número de pedreiros também diminuiu e era preciso ampliar a quantidade de maçons. Para tal, passou-se a aceitar novos membros, sem a necessidade de que fossem estritamente ligados à construção (HAYWOOD, 2013).

O nome do período (maçonaria especulativa) refere-se aos dois verbetes em latim *speculare* e *speculari*, que significam respectivamente relativas ao espelho, transparente e colher informações minuciosas a respeito de algo. Tanto o primeiro significado quanto o segundo explicam bem as intenções da maçonaria nesta fase que perdura até os dias de hoje. Como o atual maçom não atua diretamente nas

obras, nas construções, espera-se que ele seja transparente e para aceitar novos membros na instituição, busque informações a respeito do candidato, pois segundo os costumes, apenas convidados podem ingressar nas fileiras maçônicas. Além de especulativo, o maçom passou a ser aceito, isto é, alguém fora do contexto obreiro, das corporações de ofício ou ainda, se preferir, da construção do Templo de Salomão, pôde participar dos trabalhos da ordem, tradição mantida ainda pela atual prática maçônica.

O marco para a fundação da maçonaria especulativa foi a criação da Grande Loja de Londres, em 24 de junho de 1717. Quatro lojas maçônicas desta fase especulativa já estavam em funcionamento, todas em Londres: *Goose and Gridiron*, *Crown Ale House*, *Apple Tree* e *The Rummer and Grapes*. Diante desta fundação, a Grande Loja de Londres fixa um ponto na história da instituição, considerada como o surgimento da maçonaria nos moldes atuais, com um organismo central que possibilitou reunir os maçons ingleses na mesma direção de atuação (NETO, 2005).

Após a formação da Grande Loja de Londres, em 1723 houve a aprovação das constituições da maçonaria, isto é, os pilares de operação da ordem. Este documento foi elaborado por James Anderson, um escocês que vivia na Inglaterra e que acabou tornando um importante nome na história da instituição. Recebendo um agradecimento no apêndice do documento pelo trabalho realizado, Anderson passou a nomear o documento, conhecido como “Constituição de Anderson”. Este é o derradeiro documento que marca o início da fase especulativa da maçonaria, abordando a história da instituição, seus regulamentos e, sobretudo, os direitos e os deveres dos maçons dali em diante (ISMAIL, 2012).

A expansão da maçonaria deu-se rapidamente pela Europa e pela América após sua formatação pela Grande Loja de Londres – ainda que perseguida pelos governos e pela igreja católica. A participação de integrantes na instituição ampliava e, ainda que com percalços, o número de maçons só crescia, muito provavelmente pelo caráter secreto e misterioso da ordem.

Da fase operativa à fase especulativa, a principal mudança ocorreu nos locais das sessões (reuniões). Se antes os maçons operativos se encontravam nas tabernas, nos adros das igrejas ou nas cervejarias, estes passaram a se encontrar nos templos. Segundo Castellani, “As tabernas, cervejarias e hospedarias desse

tempo, principalmente na Inglaterra, tinham uma função social muito grande, como local de reunião e de troca de ideias de intelectuais, artífices, obreiros dos mesmos ofícios, etc” (2004, p. 24).

1.2. MAÇONARIA: CONCEITO E IDEOLOGIA

A definição sobre o que é a maçonaria é um conceito ainda impreciso. Nesta seara, deparamo-nos com o mesmo problema apontado anteriormente, relativo à consulta de fontes confiáveis sobre a instituição. Nossa preocupação é relatar algo condizente com o que é praticado no interior dos templos maçônicos, afastando qualquer tipo de informação não precedente ou carente da verdade. Todavia, esta tarefa pode ser prejudicada, uma vez que não possuímos acesso às discussões das sessões maçônicas, tampouco conhecemos a fundo os rituais praticados. A missão é descrever do modo mais aproximado os pilares da instituição, seus usos e costumes, sua crença, enfim, seus princípios.

Assim, a procura da definição do que é a maçonaria segue a mesma preocupação metodológica supramencionada, visualizando tanto a face maçônica comprometida, engajada, um discurso que vem das fileiras dos templos, quanto às explicações acadêmicas registradas sobre o universo da instituição. Utilizamos para esta finalidade as respostas públicas dadas pela própria maçonaria para se auto-definir, aliada aos estudos acadêmicos da área.

O propósito é indicar os caminhos para a resposta do que é a maçonaria sob três aspectos: 1) as origens da questão filosófica, abordando os princípios capitais da ordem, seus ideais, seus dogmas, seus paradigmas, enfim, sua doutrina; 2) a definição formal do que é a maçonaria; 3) e sua estrutura organizacional interna, sobretudo quanto às lojas ou oficinas, unidades normalmente locais. A atuação da maçonaria como um conjunto e os aspectos da instituição no Brasil serão abordadas em momento posterior.

A filosofia maçônica é elaborada por autores da própria instituição. Como não há data precisa ou teoria amplamente aceita e precisa que relate a fundação da ordem e quem elaborou os principais argumentos teóricos, a tendência observada é a transmissão do saber pela história oral (no princípio), repassada de maçom a

maçom dentro dos próprios templos – daí a peculiaridade dos membros de não traçar ou gravar os rituais detalhadamente, por exemplo, em papel ou registro escrito. Diante do caráter discreto (ou até mesmo secreto) dos trabalhos realizados, no momento em que há o registro minucioso do que ocorre nas sessões, a informação pode ser repassada, correndo o risco de não guardar o sigilo. Logo, em face desta preocupação, muito se perdeu ao longo dos anos quanto à história e filosofia maçônica.

Considerando a questão do sigilo, não existe uma única filosofia que embasa a maçonaria, uma vez que o modo de pensamento e de ação dos seus membros formou-se ao longo dos anos, pelos costumes e pela tradição de repassar os conteúdos oralmente. Todavia, existem tendências que fundam o pensar e o agir dos maçons. O documento mais importante do ponto de vista filosófico é a “Constituição de Anderson”, que como dito anteriormente proporciona aos maçons o conhecimento geral sobre o que é a instituição. Além dela, outros autores engajados foram construindo tempo a tempo a filosofia da maçonaria, constando diversas publicações sobre a temática (ISMAIL, 2012).

James Anderson (1679-1739) foi um maçom inglês e publicou no ano de 1723 uma espécie de manual intitulado “Constituição dos Maçons Livres” – posteriormente conhecido como “Constituição de Anderson”, levando a alcunha do seu autor. Esta constituição contém os princípios essenciais da maçonaria, suas bases filosóficas e morais e a organização interna das lojas maçônicas. Por estas razões, o texto de Anderson até hoje disciplina os membros da maçonaria. Em seu conteúdo há uma dedicatória ao Duque de Wharton, grão-mestre da potência maçônica que Anderson pertencia (ISMAIL, 2012). Na seção subsequente, existem seis obrigações de um “pedreiro livre”, relacionadas a Deus e à religião, à organização governamental, às lojas, aos maçons em geral e de comportamento. Além disso, constam algumas obrigações para a ordenação interna das lojas, como a atuação dos cargos e os deveres dos oficiais.

Em decorrência do texto de Anderson, a maçonaria passou a se estruturar a partir do Século XVIII, considerando sempre as obrigações impostas por aquele texto. Outro fator relevante da filosofia maçônica são os *landmarks* (ou marco de terra, pontos de referência), utilizados como princípios de conduta e organização das

lojas maçônicas. O próprio texto de Anderson foi tratado como um landmark, resumindo em alguns pontos os ideais capitais da filosofia da instituição. O conjunto de landmarks mais conhecido é o de Albert Mackey (1807-1881), que reúne vinte e cinco pontos de relevância para o conhecimento de um membro da maçonaria. Em geral, o conjunto apontado por Mackey prescreve a crença em Deus e na imortalidade da vida, a organização dos ensinamentos em três graus em um sistema de símbolos e alegorias, o uso do volume da lei sagrada (que pode ser a bíblia) nos trabalhos maçônicos e o sigilo na realização dos trabalhos da instituição (DORON, 2002).

Esta origem filosófica do que preconiza a maçonaria nos moldes que conhecemos atualmente ainda é propagada pela instituição. Se observarmos a definição dada pelo Grande Oriente do Brasil (GOB), a instituição maçônica mais antiga do país, fundada em 1822¹³, disponível em seu portal na internet, notamos que a ordem maçônica ainda carrega os traços de Anderson e Mackey:

A Maçonaria é uma instituição essencialmente filosófica, filantrópica, educativa e progressista. É filosófica porque em seus atos e cerimônias ela trata da essência, propriedades e efeitos das causas naturais. É filantrópica porque não está constituída para obter lucro pessoal de nenhuma classe, senão, pelo contrário, suas arrecadações e seus recursos se destinam ao bem-estar do gênero; É progressista porque partindo do princípio da imortalidade e da crença em um princípio criador regular e infinito, não se aferra a dogmas, prevenções ou superstições. Seus princípios são a liberdade dos indivíduos e dos grupos humanos, sejam eles instituições, raças, nações; a igualdade de direitos e obrigações dos seres e grupos sem distinguir a religião, a raça ou nacionalidade; a fraternidade de todos os homens. (GRANDE ORIENTE DO BRASIL, 2014)

Esta definição é a mesma dada pela Confederação Maçônica do Brasil (COMAB), que também adota o sistema de perguntas e respostas para propagar os ideais maçônicos. Já a Loja Maçônica São Paulo nº 43¹⁴, pertencente à Grande Loja Maçônica do Estado de São Paulo, diverge ligeiramente desta explicação supracitada:

¹³ Para maiores informações sobre a história do Grande Oriente do Brasil, consultar o livro José Castellani e William Almeida de Carvalho, *"História do Grande Oriente do Brasil – A Maçonaria na história do Brasil"*, São Paulo: Madras, 2009.

¹⁴ Disponível em: < <http://www.lojasaopaulo43.com.br/maconaria.php>>. Acesso em 19 Jan 2014

A Maçonaria é uma Ordem Universal formada de homens de todas as raças, credos e nacionalidades, acolhidos por suas qualidades morais e intelectuais e reunidos com a finalidade de construir uma Sociedade Humana, fundada no Amor Fraternal, na esperança com amor à Deus, à Pátria, à Família e ao Próximo, com Tolerância, Virtude e Sabedoria e com a constante investigação da Verdade e sob a tríade LIBERDADE, IGUALDADE E FRATERNIDADE, dentro dos princípios da Ordem, da Razão e da Justiça, o mundo alcance a Felicidade Geral e a Paz Universal. (LOJA SÃO PAULO nº 43, 2014)

Pelo exposto, ambas as definições dispostas apontam que a maçonaria (segundo os maçons) busca o auxílio e a tolerância entre seus integrantes, com o objetivo de promover a paz e a fraternidade mundial, além de passar seus ensinamentos morais e filosóficos através de um sistema educativo. Se questionarmos, assim, a definição “comum” do que é a maçonaria para os seus integrantes, outra questão também deverá ser ponderada: afinal, a maçonaria possui uma ideologia específica?

Se considerarmos *grosso modo* que a ideologia é o “estudo do conjunto de ideais”, podemos sinalizar que a maçonaria tem uma ideologia específica, algo que nos propusemos a analisar adiante. A ideologia política tem a finalidade de indicar quais são os caminhos para seguir em relação a determinado assunto e, conseqüentemente, orientar as ações de um grupo social. Apesar da maçonaria não ser uma instituição coesa (como a seguir veremos a partir de suas subdivisões), o conjunto de ideias praticadas e aceitas por seus membros é praticamente uniforme. Ou seja, apesar das divisões internas e organização própria, os maçons seguem um estilo de conduzir seus pensamentos (inclusive políticos), inspirado no conteúdo acima exposto.

Heywood (2010) nos apresenta o conceito de ideologia, bem como suas características específicas:

É um conjunto de ideias mais ou menos coerente que fornece a base para a ação política organizada, a qual pode ter a intenção de preservar, modificar ou derrubar o sistema de poder vigente. Portanto, todas as ideologias teriam as características a seguir:

- (a) oferecem uma explicação da ordem vigente, normalmente na forma de uma “visão de mundo”;
- (b) desenvolvem um modelo de futuro desejável, uma concepção de “sociedade ideal”;
- (c) explicam como a mudança política pode ser realizada – como chegar de (a) a (b). (HEYWOOD, 2010, p.25)

Ainda segundo a visão deste autor, o estudo da ideologia e suas manifestações são necessários, auxiliando a compreensão de nosso argumento:

Estudar “ideologias” é se ocupar da análise do conteúdo do pensamento político, estar interessado nas ideias, nas doutrinas e teorias que foram desenvolvidas nas várias tradições ideológicas. Por exemplo, o que o liberalismo nos diz sobre liberdade? Por que os socialistas tem uma tradição de defesa da igualdade? Como os anarquistas sustentam a ideia de uma sociedade sem Estado? Por que, para os fascistas, o conflito e a guerra são saudáveis? (HEYWOOD, 2010, p. 18)

Logo, é importante se inteirar sobre as ideias de determinado grupo quando se deseja compreender o modo de pensamento do mesmo. Assim, algumas questões são inerentes à maçonaria: ela tem, portanto, uma ideologia definida, determinando a visão de mundo da instituição? Há espaço para a prática política ideológica dentro da instituição? A maçonaria apresenta uma concepção de “sociedade ideal”? Quais são os indícios que caracterizam a presença da ideologia maçônica nos acontecimentos políticos do Brasil, e, sobretudo, do Paraná? A partir da ideologia da maçonaria podemos definir o ethos de classe¹⁵ de seus membros?

Nesta análise acerca da definição sobre o que é a maçonaria e qual a sua ideologia, pondera-se que existem variações em pequenos detalhes de acordo com cada autor. Todavia, o significado do que é maçonaria segue um “consenso” por quem dedica a pesquisá-la. Exemplo disto é o depreendimento exposto pelo grupo dos que fazem parte de um discurso descomprometido acadêmico. Colussi nos aponta como a caracterizou enquanto instituição:

Em termos genéricos, podemos definir a maçonaria como uma associação fraternal, possuidora de uma organização baseada em rituais e símbolos na qual o segredo ocupa papel fundamental. É uma instituição que foi e permanece sendo acessível principalmente ao sexo masculino e que tem por objetivos o aperfeiçoamento intelectual da sociedade, de seus filiados, e a promoção da ação filantrópica interna e externa; caracteriza-se por não orientar política e religiosamente seus membros (COLUSSI, 2003, p. 35).

Observamos que a maçonaria possui um ponto congruente das suas definições: a fraternidade entre os membros da instituição, presente em ambas. Este

¹⁵ Conceito de Pierre Bourdieu (2005), que explicaremos adiante.

conceito, aliado ao de liberdade e de igualdade, são produtos da ideologia da Revolução Francesa (1789-1799), um conjunto de processos que culminaram com a queda da monarquia absolutista na França. Este período de intensa agitação social e política é dividido em quatro partes, segundo Florenzano (1981): a revolução aristocrática (1787-1789), a revolução burguesa (1789-1799), a revolução camponesa (1789-1793) e a revolução do proletariado urbano (1792-1794).

Por se tratar de uma revolução burguesa e, neste sentido, a maçonaria surgir em consonância com o apogeu da burguesia ao poder, os elementos ideológicos da instituição e da revolução francesa estavam intimamente ligados:

Assim, a burguesia, sem abandonar o desejo de penetrar na aristocracia, começava cada vez mais a aderir às novas ideias que estavam no ar, isto é, às ideias do iluminismo. O grande desenvolvimento da filosofia e da ciência no Século XVIII, conhecido como o século das luzes, decorria do próprio progresso material (desenvolvimento das forças produtivas) e do crescimento e diversificação da burguesia. O pensamento iluminista, baseado no racionalismo, individualismo e liberdade absoluta do homem, ao criticar todos os fundamentos que assentava o antigo regime, revelava suas contradições e os tornava transparentes aos olhos de um número cada vez maior de pessoas (FLORENZANO, 1981, p. 24)

Desta maneira, a revolução francesa – burguesa, quanto à questão ideológica, também foi cenário do surgimento da maçonaria, uma instituição em que a classe dominante de seu quadro associativo pode ser considerada como elite estratégica da sociedade¹⁶, conforme na quinta parte desta tese¹⁷.

Por outro lado, o discurso ideológico presente nos significados maçônicos é identificado na questão do aperfeiçoamento intelectual e a promoção de atividades filantrópicas, pois a ideologia maçônica é exposta claramente àqueles que buscam interpretá-la. Contrapondo-a, notamos a preservação do segredo como ponto chave na definição acadêmica dada por Colussi, além da existência de rituais e símbolos,

¹⁶ Conceito explorado por Ismail (2013). Disponível em: <<http://www.noesquadro.com.br/2013/03/maconaria-x-elite-estrategica.html>> Acesso: 20 fev 2016.

¹⁷ Conceito também abordado em “The Rise of the Public in Enlightenment Europe” de James Van Horn Melton.

elementos estruturantes da condição maçônica, pelos quais a doutrina institucional é repassada aos integrantes.

Segundo Colussi (2003), a maçonaria opta em não orientar politicamente seus membros. Apesar deste adendo, a maçonaria é reconhecida no Brasil principalmente pela participação na história política do país. Podemos citar apenas dois aspectos que comprovam tal afirmação: a atuação nos processos que culminaram com a independência do Brasil diante de Portugal; e a atuação de maçons durante os episódios da Proclamação da República em 1889.

Os trabalhos de Barata (2006), Cordeiro (2008) e Gomes (2010) auxiliam a compreender a atuação dos maçons durante os acontecimentos relacionados à independência do Brasil. Gomes (2010) aponta uma tendência que comentamos anteriormente: a maçonaria participou fundamentalmente da independência do Brasil, entretanto este não era um grupo único:

A maçonaria teve papel fundamental na Independência, mas é um erro apontá-la como um grupo homogêneo. Nem de longe os maçons foram unânimes nas suas opiniões. Ao contrário, ali que travaram algumas das disputas mais acirradas do período que envolveram ninguém menos do que o jovem príncipe regente e futuro imperador Pedro I (GOMES, 2010, p. 237)

A maçonaria brasileira estava dividida em dois grupos: por um lado, Joaquim Gonçalves Ledo liderava os republicanos; por outro, José Bonifácio de Andrada e Silva capitaneava os monarquistas-constitucionalistas, com a manutenção de D. Pedro I no poder. Pedro I que frequentava as sessões da maçonaria de ambos, articulando sua ideologia política com os integrantes da instituição. Esta atividade da instituição crescia mediante a ausência de partidos políticos, criados somente após a independência:

Numa época em que ainda não havia partidos políticos organizados, foi o trabalho das sociedades secretas que levou a semente da independência às regiões mais distantes e isoladas do território brasileiro. O historiador Manuel de Oliveira Lima diz que a maçonaria funcionou em 1822 como “uma escola de disciplina e de civismo e um laço de união entre esforços dispersos e dispersivos”. (GOMES, 2010, p. 238)

A ausência dos partidos políticos – típicos espaços de debate na arena política, demonstrou como a maçonaria interferia na política nacional. A intenção da

instituição no início do século XIX era propagar os ideais e, conseqüentemente, transportá-los para as práticas políticas. Prova disso são os personagens das disputas internas e políticas dentro da maçonaria: D. Pedro I soube utilizar o prestígio institucional a seu favor e, neste sentido, além de ser a figura mais importante da política da época, foi Grão-Mestre do Grande Oriente do Brasil (GOB). José Bonifácio de Andrada e Silva também o foi, sendo estes as figuras que comandaram esta instituição de 1822 a 1837.

A atuação política da maçonaria durante a Proclamação da República também foi intensa. Como citado adiante, todos os presidentes do Brasil da Primeira República eram maçons e, às vezes, também presidia o Grande Oriente do Brasil, potência maçônica mais importante do período. Logo, a ampliação da atuação da maçonaria na política se perpetuou e, o Marechal Deodoro da Fonseca – o primeiro presidente da república, assumiu como Grão-Mestre do GOB logo após o término de seu mandato¹⁸.

Considerando estas duas definições e a ideologia institucional, optamos por criar uma nomenclatura própria do que a maçonaria oferece aos seus integrantes. Aquém dos possíveis “mistérios e segredos” existentes dentro de uma sessão da instituição, enfatizamos que estas tentativas de caracterizar “o que é a maçonaria?” são importantes para delinear as questões envolvendo a participação das mulheres na instituição, ou seja, tais explicações contribuem para a análise sobre o ingresso de seus membros, elementos presentes adiante neste trabalho.

Quanto à definição, entendemos que a maçonaria é uma associação que valoriza a fraternidade entre seus integrantes e está organizada basicamente por intermédio de símbolos e rituais (conforme Colussi, 2003), mas que prioriza a posição social para ingresso como critério fundamental – esta que será, em muitas vezes, substituída pelo segredo após a “iniciação” ou ingresso de um candidato na instituição.

O interesse em priorizar a posição social diz respeito ao processo de iniciação (ou ingresso) na instituição, uma vez que a preferência comumente é colocada aos que integram uma classe social mais elevada na sociedade. Tal

¹⁸ Disponível em: <<http://www.gob.org.br/index.php?c=4637>> Acesso: 20 fev 2016.

constatação parte do princípio de que para ingressar na maçonaria é necessário ter estabilidade financeira, considerando as taxas de iniciação, mensalidades e demais emolumentos – que explicaremos adiante.

Se considerarmos que a posição social é um critério fundamental para ingresso na maçonaria e os integrantes da maçonaria participam de uma elite, concordamos com Wright Mills (1968), que salienta: a elite não age separadamente, mas sim em conjunto. Para ele, as elites surgiram a partir da cúpula do poderio militar, político e econômico. Ou seja, no cume destes três campos nasceram as “altas rodas” – agora denominadas de elites. Desta visão, Mills argumenta: “a elite é simplesmente o grupo que tem o máximo que se pode ter, inclusive, de modo geral, dinheiro, poder e prestígio” (MILLS, 1968, p.17). Há de se anotar: entende-se como poderoso quem pode realizar algo a partir da própria vontade, sem depender da aprovação (ou não) de outros¹⁹.

As altas rodas compreendem um estrato social superior, na qual os membros se vêem, se conhecem e possuem afinidades comuns. Por estas características peculiares, diversos fatores são levados em consideração para a tomada de decisões. Assim, a elite funda-se no “círculo íntimo” das classes superiores (as altas rodas), compondo, portanto, o estrato elevado da sociedade capitalista:

Forma uma entidade social e psicológica mais ou menos compacta; seus componentes tornaram-se membros conscientes de uma classe social. As pessoas são ou não aceitas nessa classe, havendo uma divisão qualitativa, e não simplesmente uma escala numérica, separando os que são a elite dos que não são. Têm certa consciência de si como uma classe social e se comportam, uns para com os outros, de modo diverso daquele que adotam para com os membros de outras classes. Aceitam-se, compreendem-se, casam entre si, e procuram trabalhar e pensar, se não juntos, pelo menos de forma semelhante (MILLS, 1968, p.20)

Wright Mills enfatiza que as elites são idealizadas como quem se auto-define. Esta “idealização” pode ocorrer de dois modos: ou é realizada pela própria elite (ação afirmativa) ou outros posicionam determinado grupo como elite (identificação dos demais perante aos aqui expressos como diferenciados). O caso da maçonaria

¹⁹ Se tal pessoa pode então realizar algo sem depender de outro, a noção de poder aqui se refere ao individual. E, se o poder da própria pessoa é exercido, esta consequentemente pode participar da elite.

parece-nos tratar de uma elite de ambos os tipos: tanto há a afirmação através da ideologia política da instituição nos períodos citados, quanto há o reconhecimento social de que este é um organismo que pode alterar a dinâmica da sociedade.

A ênfase da posição daqueles que ocupam o poder é chamada de “método posicional” para Wright Mills, pois este considera aqueles que exercem posições privilegiadas no exercício do poder. O método posicional torna-se válido referente à argumentação do autor. Se a elite é um grupo que age de maneira homogênea, unificada, esta também exerce o poder político, militar e econômico – ou seja, nas três áreas de atuação e congruência dos membros da elite do poder. O argumento consolida-se quando Mills demonstra que as elites estão em constante processo de mudança: “E é por isso que podemos definir a elite do poder em termos dos meios de poder – como sendo os que ocupam os postos de comando” (MILLS, 1968, p.34).

Portanto, à luz dos argumentos de Wright Mills, podemos afirmar que a maçonaria prioriza a posição social, pois integra a elite da sociedade e, se considerarmos a atuação dos maçons no século XIX no Brasil, as “altas rodas” também comandavam as relações de poder, uma vez que, na maioria dos casos (conforme exposto) os maçons atuavam na política, no militarismo e, conseqüentemente, na composição da elite econômica brasileira.

Quanto à ideologia da maçonaria, podemos compreendê-la sob dois aspectos: o primeiro, relacionado aos ensinamentos da moral e dos bons costumes, presentes no dia-a-dia das atividades maçônicas; e o segundo relacionado às manifestações e posicionamentos políticos da instituição, seja por diretrizes oficiais dos organismos da maçonaria brasileira (Grande Oriente do Brasil, Confederação Maçônica do Brasil e da Confederação da Maçonaria Simbólica do Brasil).

O primeiro aspecto está relacionado diretamente à definição do que é a maçonaria, conclamada pelos três organismos citados acima como uma instituição “filosófica, filantrópica, educativa e progressista” (GRANDE ORIENTE DO BRASIL, 2016). Quanto à filosofia, propaga a maçonaria que ela deverá estudar a moral e a ética; sobre a filantropia, espera-se que o maçom não obtenha lucro pessoal e que ainda possa auxiliar a humanidade; educativa significa que o participante deve ser apto ao saber; e progressista indica que ela, a maçonaria, não está presa ao passado e, portanto, deve prezar pelo aperfeiçoamento da sociedade.

Se analisarmos os princípios e o lema da instituição, a definição do que é a maçonaria no Brasil pela própria instituição se torna mais evidente:

Quais são os seus princípios?- A liberdade dos indivíduos e dos grupos humanos, sejam eles instituições, raças, nações; a igualdade de direitos e obrigações dos seres e grupos sem distinguir a religião, a raça ou nacionalidade; a fraternidade de todos os homens, já que somos todos filhos do mesmo CRIADOR e, portanto, humanos e como consequência, a fraternidade entre todas as nações. Qual o seu lema?- Ciência - Justiça - Trabalho: Ciência, para esclarecer os espíritos e elevá-los; Justiça, para equilibrar e enaltecer as relações humanas; e Trabalho por meio do qual os homens se dignificam e se tornam independentes economicamente. Em uma palavra, a Maçonaria trabalha para o melhoramento intelectual, moral e social da humanidade. (GRANDE ORIENTE DO BRASIL, 2016).

Portanto, o pensamento de ação que a maçonaria passa a seus integrantes é a liberdade individual de pensamento, sendo a ciência, a justiça e o trabalho como o lema. Observa-se que este lema, ao mesmo tempo, preza pela melhoria da sociedade em geral, a partir da ação conjunta dos maçons. Esta é a tônica da maçonaria atualmente, conhecida mais pela ação social e filantrópica do que a movimentação política.

A partir de Gomes (2010), observamos um ponto interessante da questão da atuação da maçonaria: o surgimento dos partidos políticos, destinados à discussão política no Brasil e a posterior consolidação após o primeiro terço do século XX fez com que o debate político na maçonaria perdesse espaço. Após a instalação da Primeira República, a ação social passou a ganhar espaço no interior da instituição, como expõe Mattos, Nastacci e Figueiredo de Sá (2015):

Neste período, a atuação da maçonaria se destaca também pela construção de uma ampla rede de escolas e bibliotecas, o que foi uma estratégia herdada da maçonaria francesa. A ideia, claro, era fazer um contraponto às práticas “obscurantistas” da Igreja Católica e a difusão de sua doutrina nas escolas religiosas que, no entanto, tinham caráter mais elitista do que aquelas dos maçons. O ápice desta política veio em 1915, quando o Grão-Mestre e Senador pelo Pará Lauro Sodré declara que, nas localidades onde não existisse escola mantida pelo Estado, as lojas e maçons locais deveriam providenciar tal instrução. (MATTOS, NASTACCI & FIGUEIREDO DE SÁ, 2015, p. 68)

Esta política de assistência social foi implantada lado a lado da atuação política, uma vez que ainda durante a Primeira República os maçons continuaram a protagonizar o embate político. Entretanto, após a cisão de 1927 e a criação da

CMSB, como analisaremos adiante, houve uma descentralização do poder central dentro da instituição, fazendo com que os organismos estaduais passassem a funcionar de maneira independente, mas harmônicos entre si. As cisões internas refletiram, é claro, na atuação política e social e, somente após a consolidação do sistema da Confederação da Maçonaria Simbólica do Brasil, bem como a do Grande Oriente do Brasil, é que a maçonaria pode repensar a posição social por ela ocupada – isto após a década de 1940.

Neste contexto, os autores relembrar a perda da força da instituição: “Mas, àquela altura, a maçonaria já detinha uma influência pouco notável na sociedade, embora ainda se mantivesse como entidade respeitada e alvo da curiosidade, devido aos segredos de que se revestem seus rituais” (MATTOS, NASTACCI & FIGUEIREDO DE SÁ, 2015, p. 68). Assim, constata-se a perda de força na atuação política e, consequentemente, o protagonismo das ações sociais ainda presentes.

Atualmente, a maçonaria, por intermédio do GOB, COMAB e CMSB (as três instituições reconhecidas no Brasil) conclamam a participação dos maçons em manifestações e os encorajam a assumir o posicionamento político que permeia a instituição: o combate da corrupção e a boa prática da política, aliada às atividades cívicas e cidadãs. O Grande Oriente do Brasil lançou recentemente o projeto “Acorda Brasil”, destinado a resgatar a cidadania e a valorizar a educação²⁰. Do mesmo modo, a COMAB tem lançado “cartas-manifesto”, destinadas ao incentivo da participação de seus membros em manifestações:

Estamos vivendo um delicado momento de nossa história, onde os brasileiros, fazendo uso das prerrogativas que lhes garante a Constituição, vão à praça pública e fazem valer seus direitos, de forma pacífica, como devem ser todas as manifestações legitimadas pelo estado democrático de direito, que deve nortear as reações públicas de caráter reivindicatório. Fazemos lembrar que todos os relevantes fatos históricos da nação brasileira, quer políticos ou não, passaram, necessariamente, por dentro de Lojas Maçônicas. [...] A corrupção e a insegurança que assolam o país não podem ser entendidas por nossos jovens como uma herança e a política não deve ser vista apenas como uma forma de enriquecimento rápido e ilícito. [...] Precisamos de novos valores. A nação brasileira clama pela

²⁰ Disponível em: < <http://www.gob.org.br/index.php?c=4710>>. Acesso: 30 jan 2016.

decência, ética e transparência dos responsáveis pelas ações governamentais. (COMAB, 2013)²¹.

Por fim, a CMSB também tem atuado em favor do fim da corrupção no Brasil. Um projeto intitulado “Corrupção nunca mais” foi lançado durante a XLIII Assembleia Geral da Confederação da Maçonaria Simbólica do Brasil, sendo este um projeto de lei de iniciativa popular, destinado à coleta de assinaturas para apresentação junto à Câmara dos Deputados.²²

Assim, por mais que a própria maçonaria indique que seus membros não se envolvam com a política, o panorama atual prevê justamente o contrário. Seria, então, o ressurgimento da atuação da ideologia política da instituição no cenário nacional? Tal questão ainda não pode ser respondida, mas os indícios nos levam a acreditar que este projeto pode ser colocado em prática. Adiante, quando da análise da relação entre a sociologia e a maçonaria no Paraná, vamos observar que os seus Grão-Mestres, líderes no âmbito paranaense, possuíram atividade política intensa. Logo, acreditar no distanciamento da instituição em relação à política é possível somente em seus períodos de crises internas – ainda que seus membros a fizessem diariamente.

1.3 PARA ALÉM DOS SEGREDOS: A ESTRUTURA INTERNA DA MAÇONARIA

O último ponto para delineamento da atividade maçônica nos conduz à seguinte questão: como está estruturada a maçonaria? Importante salientar que tal dúvida não deve ser destacada para compreensão do tema, uma vez que a exposição da estrutura interna da instituição nos conduzirá até as possíveis explicações das rupturas ocorridas no Século XX da maçonaria brasileira, afetando diretamente sua constituição no Estado do Paraná.

²¹ Carta de Poços de Caldas. Documento disponível na íntegra em: < http://www.comab.org.br/arquivos/carta_pocos_de_caldas.pdf>. Acesso: 30 jan 2016.

²² Disponível em: < <http://www.cmsb.org.br/index.php/our-services/24-projeto-corrupcao-nunca-mais/217-corrupcao-nunca-mais>>. Acesso: 30 jan 2016.

Hierarquicamente, o maçom para ser iniciado deve primeiramente ser indicado em uma loja maçônica regular, pertencente a uma das chamadas “potências” da instituição, isto é, em um dos organismos de abrangência nacional e reconhecido pela Grande Loja Unida da Inglaterra (GLUI). A questão do reconhecimento é um dos paradoxos enfrentados dentro da própria maçonaria: apesar de serem universais em suas regras e postulados, somente as potências estabelecidas com tratado de amizade e mútuo reconhecimento com a GLUI podem ser declaradas regulares, isto porque a GLUI é a:

1ª Grande Loja da História, tida por isso como a Grande Loja Mãe do Mundo. Para esses, não importa se uma obediência possui reconhecimento de outras duzentas obediências regulares nos cinco continentes ou até mesmo da própria obediência a que eles pertencem. Se não tiver o reconhecimento da GLUI, não é regular (ISMAIL, 2013, p. 110)

Das três principais potências maçônicas do país, apenas o Grande Oriente do Brasil (GOB) é reconhecido pela GLUI, algo que ocorreu em 1919. Outras quatro Grandes Lojas estaduais são reconhecidas também. Todavia, por outros tratados firmados internacionalmente, além do GOB, o sistema de federação formado pela Confederação Maçônica do Brasil (COMAB) e pela Confederação da Maçonaria Simbólica do Brasil (CMSB) também podem ser consideradas potências reconhecidas, permitindo o acesso, visitação e convívio entre os maçons destas três organizações.

Este período de reconhecimento mútuo passa por divergências entre o comando do Grande Oriente do Brasil em relação às demais potências citadas. Em 15 de agosto de 2014, o Grão-Mestre geral do GOB, Marcos José da Silva, enviou uma carta aos Grandes Orientes Estaduais, ratificando que, após a publicação do anuário “List Of Lodges”, o qual contempla as potências reconhecidas mundialmente, citou que “Diante do exposto, cumpre-nos ressaltar que as Lojas do GOB somente podem receber a visitação de maçons que pertençam às Potências Maçônicas Simbólicas ali listadas”²³. Ou seja, apenas as lojas do Grande Oriente do Brasil (presentes no referido anuário) podem receber visitas e manter contato

²³ O documento citado estão na forma dos Anexos I e II.

apenas entre si, excluindo-se as lojas da COMAB e CMSB. Esta decisão gerou divergências entre o poder central do GOB e os Estados federados, assunto ainda não solucionado.

O exemplo supracitado demonstra que a questão do reconhecimento no universo maçônico ainda não está totalmente resolvida. Paralelo a esta disputa pelo reconhecimento, algumas potências consideradas “espúrias”, isto é, sem a aceitação destas três organizações supracitadas, continuam praticando a maçonaria no país, algo que não será objeto deste trabalho. Nossa opção por trabalhar com a admissão destas potências (GOB, COMAB e CMSB) ocorre por alguns motivos.

O primeiro motivo é a questão histórica. Tanto GOB quanto CMSB e COMAB, quando comparados com as demais, são as instituições mais antigas do país que atuam maçonicamente, sendo que as duas últimas são derivadas do Grande Oriente do Brasil, fundado em 1822. Ou seja, utilizamos como parâmetro o GOB e suas vertentes, oriundas do mesmo.

O segundo motivo diz respeito sobre o reconhecimento. Ainda que o Grande Oriente do Brasil tenha suspenso temporariamente o relacionamento com os integrantes das lojas da CMSB e da COMAB, há um bom contato entre os membros das lojas pertencentes a estas potências maçônicas, com reconhecimento mútuo entre as mesmas (ISMAIL, 2012).

Assim, ao abordarmos a questão do reconhecimento, apontamos que a iniciação em uma loja maçônica regular, pertencente a uma das três potências citadas, deve ocorrer a partir de uma indicação de um membro que já participa da instituição – conhecido como padrinho. Não há um espaço temporal padrão para que o processo de indicação até a iniciação ocorra: ele varia de acordo com cada loja maçônica.

O padrinho – figura que faz o convite para ingresso na maçonaria, segundo Couto (2005, p.15), é “um maçom estabelecido, de qualquer grau, que o convida oficialmente”. Após o convite, há a cerimônia de iniciação, na qual o candidato atravessa processos para que se torne maçom. Nossa intenção não é descrever o passo a passo da iniciação, dada à imprecisão e fidelidade das descrições disponíveis.

Feito o ingresso, o maçom passa a integrar uma loja maçônica, isto é, uma célula da organização dentro da potência. Uma loja é autônoma em relação às demais, com seus projetos e ações decididos exclusivamente por seus integrantes, sem sofrer sanção ou coerção de forças administrativas superiores. Cada loja possui direção e organização interna, variando de acordo com o rito utilizado (NETO, 2005). Ademais, uma loja maçônica deve necessariamente integrar-se a uma potência, formando uma relação de dependência: não existe potência sem lojas; também não há loja sem potência. A figura abaixo ilustra a organização interna da maçonaria quanto ao relacionamento potência / loja maçônica, demonstrando a interdependência entre as duas esferas: uma estadual (ou nacional) e outra local, além de expor os principais cargos exercidos em uma loja:

Figura 1. Relação potência/loja maçônica e organização interna



Fonte: VALENCIANO, Tiago (2014)

Quanto à estrutura interna, as lojas maçônicas estão compostas por maçons (denominados entre eles de irmãos, fixando a relação de irmandade existente na instituição). Cada maçom tem um grau específico, que são três: aprendiz (grau 1, correspondente à iniciação ou ingresso); companheiro (grau 2, nível intermediário); e mestre (grau 3, no qual um maçom pode exercer todos os cargos da loja, com a prerrogativa de ser votado para os mesmos). Obedecendo a esta estrutura interna de graus, o maçom também deve conhecer quais são as funções exercidas para que

a loja funcione. No ordenamento interior de uma loja, o cargo de mais alta patente é o de Venerável Mestre (Presidente), seguido pelo 1º Vigilante (Primeiro Vice-Presidente), 2º Vigilante (Segundo Vice-Presidente), Orador (que conhece as Leis e tem o dom da oratória), Secretário (Responsável pelas atas e registros), Tesoureiro (finanças, recebimento de mensalidades, pagamentos à potência), Chanceler (que verifica a presença), Mestre de Cerimônias (conduzindo o andamento da sessão), Guardas Interno e Externo (atuando na inspeção dos integrantes da loja) e Mestre de Harmonia (ou musicista, que executa hinos de acordo com os respectivos momentos). Esta organização interna pode variar conforme o rito²⁴, mas geralmente preservam esta disposição hierárquica (COUTO, 2005).

A partir desta estrutura que as sessões são realizadas, isto é, as reuniões da maçonaria. São sete os eventos de cada sessão (COUTO, 2005, p. 53): a abertura dos trabalhos seguindo os princípios ritualísticos, a leitura e aprovação da ata da reunião anterior, o expediente recebido e enviado, a ordem do dia – na qual os assuntos predefinidos são deliberados, as doações filantrópicas, o uso da palavra pelos integrantes e o encerramento também ritualístico.

Cada loja maçônica atua independentemente, sem que um organismo possa interferir nos trabalhos do outro. Ao passo que o candidato é iniciado, este segue freqüentando a instituição e, com o passar dos meses, deve apresentar um trabalho para postular o segundo grau – o de companheiro, com conteúdo que verse sobre os aprendizados no primeiro grau. A mesma seqüência lógica é adotada para a passagem ao terceiro grau, quando o maçom encerra seu aprendizado na loja simbólica (NETO, 2005).

Esta explicação sobre a estrutura interna da instituição suporta a questão filosófica, voltada para ensinamentos morais. Enquanto uma ordem que preza pela moral e os ideais de liberdade de pensamento, igualdade de possibilidades e fraternidade entre seus membros, a maçonaria sobrevive há séculos, angariando novos membros a cada dia. Nesta breve exposição, pretendemos demonstrar que a

²⁴ “Conjunto sistemático de cerimônias e ensinamentos maçônicos que variam de acordo com o período histórico, a conotação, o objetivo e a temática dada por seu criador” (COUTO, 2005, p. 16). No Brasil, os ritos mais comuns que são praticados são: Escocês Antigo e Aceito, York, Emulação, Schröder, Francês ou Moderno, Adonhiramita e Brasileiro.

maçonaria é, sobretudo, um sistema de aprendizado ordenado, respeitando hierarquias, rituais, enfim, uma disposição própria de ensino da sua doutrina aos seus integrantes.

Assim, vale ressaltar que a definição dada nesta seção jamais será a completa, uma vez que não conhecemos e provamos como os maçons atuam, sinalizando apenas os caminhos para compreender a instituição – que preserva um caráter discreto, sem fazer questão de divulgar seus trabalhos. O objetivo desta definição é o de situar o leitor no universo maçônico, recheado de símbolos e alegorias e que normalmente não fazem parte do cotidiano. A intenção é, portanto, subsidiar o debate seguinte, relativo às inserções sociais dos maçons no Paraná.

PARTE II – FUNDAÇÃO E HISTÓRIA DA MAÇONARIA BRASILEIRA

2 COMO A MAÇONARIA SURTIU E ESTÁ ORGANIZADA NO BRASIL?

2.1 A HISTÓRIA DA MAÇONARIA DO BRASIL A GUISA DO GRANDE ORIENTE DO BRASIL

Retratar os primórdios da instalação da maçonaria no Brasil é caminhar por trilhas até hoje não desvendadas pela história, pois são diversas as afirmações da data de instalação da instituição no país – ou até mesmo da realização da primeira reunião em solo brasileiro. Definir precisamente qual foi a primeira sessão maçônica existente no país ou a primeira loja regular fundada é tarefa passível de questionamentos, variando muito como cada autor que a relata.

Carvalho (2010) aponta que a primeira loja maçônica brasileira data de 1797, quando nas águas territoriais da Bahia em uma fragata francesa funcionou a Loja “Cavaleiros da Luz”. Contudo, tanto Carvalho quanto Ismail (2011) sinalizam que a primeira loja “terrestre” e que obteve atividades maçônicas é a mesma “Cavaleiros da Luz”, porém trabalhando na povoação da Barra, na Bahia.

Ainda que estes e outros autores concordem com este fato, há ainda o “Aerópago de Itambé”, de Itambé, no Pernambuco, que reunia integrantes de um projeto político de liberdade, igualdade e fraternidade. Outrossim, existem indícios que de a loja não era estritamente maçônica, uma vez composta por membros não iniciados na instituição, conforme relata Carvalho (2010).

Outro fator para a imprecisão de qual é a primeira loja maçônica do Brasil perpassa novamente pelo tema da regularidade. Segundo os pesquisadores citados, a Loja Maçônica Reunião, filiada ao Oriente da Ilha da França (Maurício, uma possessão francesa), de 1801, foi o primeiro organismo maçônico regular existente no Brasil (CARVALHO, 2010). Vale ressaltar que as diferenças das datas históricas e a indefinição da primogênita loja maçônica brasileira é algo aceitável quando tratamos da maçonaria, uma vez que há a tradição do repasse dos ensinamentos de forma oral e os registros históricos foram perdidos no tempo, não somente pela perda da memória que qualquer instituição está sujeita, mas, sobretudo em virtude

do caráter discreto do trabalho maçônico, que muitas vezes pode ter condicionado às possíveis desencontros na precisão das informações.

De fato, a maçonaria se propagou pelo Brasil a partir do Nordeste, em especial os Estados da Bahia e do Pernambuco, no final do Século XVIII e início do Século XIX. Em 1809 foi fundada uma espécie de potência maçônica, conhecida como “Governo Supremo” ou “Grande Oriente”. Tal organismo reunia nove lojas maçônicas, sendo três na Bahia, quatro em Pernambuco e duas no Rio de Janeiro. Ressalta-se, em relação a este acontecimento, que por se tratar da primeira reunião de lojas em uma confederação, o “Governo Supremo” antecede ainda treze anos a fundação do Grande Oriente do Brasil, que aconteceu apenas em 1822 (CARVALHO, 2010).

Entretanto, somente com a fundação do Grande Oriente do Brasil é que a maçonaria iniciou um processo de unificação de lojas, com um organismo central possuindo a missão de organizar a instituição no país – até então dispersas em iniciativas esparsas. Nossa opção em analisar as três subdivisões da maçonaria no Paraná (Grande Oriente do Brasil-Paraná, Grande Oriente do Paraná e Grande Loja do Paraná) perpassa pela criação do GOB, uma vez que a partir dele o processo de instaurar definitivamente a maçonaria no país passava a se consolidar.

Neste sentido, consideramos o marco da fundação do GOB como ponto importante em nossa análise estadual. A cronologia de fundação do Grande Oriente do Brasil é apontada por Castellani e Carvalho (2009), sendo:

- 1796 – Fundação, em Pernambuco, do “Aerópago de Itambé”, que não era uma verdadeira Loja, pois, embora criado sob inspiração maçônica não era totalmente composto por maçons;
- 1797 – Fundação da Loja “Cavaleiros da Luz”, na povoação da Barra, na Bahia;
- 1800 – Criação, em Niterói, da Loja “União”;
- 1801 – Instalação da Loja “Reunião”, sucessora da “União”;
- 1802 – Criação, na Bahia, da Loja “Virtude e Razão”;
- 1804 – Fundação das Lojas “Constância” e “Filantropia”;
- 1806 – Fechamento, pela ação do conde dos Arcos, das Lojas “Constância” e “Filantropia”;
- 1807 – Criação da Loja “Virtude e Razão Restaurada”, sucessora da “Virtude e Razão”;
- 1809 – Fundação, em Pernambuco, da Loja “Regeneração”;
- 1812 – Fundação da Loja “Distintiva”, em S. Gonçalo da Praia Grande (Niterói);
- 1813 – Instalação, na Bahia, da Loja “União”;

1813 – Fundação de uma Obediência efêmera e sem suporte legal – que alguns consideram como o primeiro Grande Oriente Brasileiro – constituído por três Lojas da Bahia e uma do Rio de Janeiro;
 1815 – Fundação, no Rio de Janeiro, da Loja “Comércio e Artes”;
 1818 – Expedição do alvará de 30 de março, proibindo o funcionamento das sociedades secretas, o que provocou a suspensão – pelo menos aparentemente – dos trabalhos maçônicos;
 1821 – Reinstalação da Loja “Comércio e Artes”, no Rio de Janeiro;
 1822 – 17 de junho: fundação do GRANDE ORIENTE. (CASTELLANI e CARVALHO, p. 31, 2009)

Interessante notar nesta linha do tempo é a intenção de criar lojas maçônicas no país em locais diferentes, sem uma região previamente determinada ou projeto de expansão. Neste sentido, a criação do Grande Oriente do Brasil é um importante marco, pois a partir deste organismo é que a instituição pode articular a ocupação em território brasileiro. Antes, porém, devemos salientar o contexto da criação do GOB. Na condição de Reino Unido de Portugal, Brasil e Algarves, D. João VI expediu em 30 de março de 1818 um alvará que proibia a existência de sociedades secretas no Brasil, uma investida contra a fundação das lojas maçônicas supracitadas que, com os ideais de liberdade, proporcionavam uma ameaça ao reinado unificado.

A independência do Brasil era um dos objetivos da fundação do Grande Oriente do Brasil (CARVALHO, 2009). O movimento de emancipação política já havia sido iniciado antes mesmo da consolidação do GOB, com o episódio conhecido como “Dia do fico”, em 9 de janeiro de 1822, ratificando a presença de D. Pedro I no Brasil. Nos meses subsequentes, os acontecimentos apenas confirmaram o intento de criar o Grande Oriente do Brasil e com ele a movimentação pró-independência. Na ata de fundação (CASTELLANI & CARVALHO, 2009), a composição administrativa do GOB ficou disposta da seguinte forma: José Bonifácio de Andrada e Silva (Grão-mestre); Joaquim de Oliveira Alvarez (Delegado Grão-mestre); Joaquim Gonçalves Ledo (1º Grande Vigilante); João Mendes Viana (2º Grande Vigilante); Januário da Cunha Barbosa (Grande Orador); Manoel José de Oliveira (Grande Secretário); Francisco das Chagas Ribeiro (Grande Chanceler); Francisco Luiz Pereira da Nóbrega (Promotor Fiscal); João da Rocha (Grande Cobridor); e Joaquim José de Carvalho (Grande Experto).

Em harmonia com a fundação do GOB, três lojas maçônicas surgiram: a “Comércio e Artes”, criada em 1815, porém agora regulamentada pela potência; a

“Esperança de Niterói” e a “União e Tranquilidade”, dissidências da loja “Comércio e Artes”. Precursoras do Grande Oriente do Brasil, Cordeiro (2008) relata a importância dos integrantes destes organismos à época:

Os participantes destas entidades que se reuniam secretamente eram personagens de importância relevante da Corte do Rio de Janeiro e das províncias de São Paulo, Pernambuco, Bahia e Rio de Janeiro. Aos membros dessas lojas somavam-se outros que vinham da Europa, principalmente de Portugal, além dos que iam estudar naquele continente, quando retornavam, quase sempre na condição de iniciados, eram convidados pelos que já participavam dessas instituições, para fazer parte do grupo maçônico (CORDEIRO, p. 26, 2008)

Como exposto, os integrantes da maçonaria no período tinham papel relevante na sociedade e, relativamente aos nomes elencados da direção do Grande Oriente do Brasil, destacaram-se José Bonifácio de Andrada e Silva e Joaquim Gonçalves Ledo no processo de independência do Brasil. Estes personagens são típicos da formação dos estados modernos, segundo Carvalho (2007):

Estudos históricos mais recentes de elites políticas europeias indicam causalidade recíproca entre sua constituição e o processo de formação dos Estados Modernos. Em outras palavras, as elites políticas europeias formaram-se ao longo de um processo de tensão polar, tendo de um lado a expansão do poder dos funcionários reais e de outro a pressão de grupos sociais por representação política (CARVALHO, 2007, p. 26)

Além do destaque político, estes personagens capitanearam uma disputa envolvendo o poder maçônico no país. José Bonifácio havia fundado em 2 de junho de 1822 uma instituição paramaçônica – isto é, paralela à maçonaria – denominada Apostolado da Nobre Ordem dos Cavaleiros da Santa Cruz, conhecida simplesmente como “Apostolado” (CARVALHO, 2010). Atuando no seio do Grande Oriente do Brasil, as facções lideradas por José Bonifácio (Apostolado) e Gonçalves Ledo (GOB) defendiam a independência do país, mas cada qual com sua razão: a primeira inclinava-se para a criação de uma comunidade luso-brasileira de países autônomos; a segunda advogava em favor da total independência do país, além de manter maior relacionamento com os países latino-americanos que conquistavam lentamente a soberania da Coroa espanhola.

Diante do impasse ocasionado pelos grupos de Bonifácio e Ledo, D. Pedro I decidiu suspender os trabalhos do Grande Oriente do Brasil em 25 de outubro de 1822, sendo que as atividades da maçonaria continuaram a ser executadas, mas individualmente nas lojas, sem que houvesse uma organização central para comandá-las. Os trabalhos do GOB só seriam retomados em 7 de abril de 1831, após a abdicação do trono por parte de D. Pedro I que, durante este período de adormecimento do GOB, optou por privilegiar o grupo político de José Bonifácio (CASTELANI & CARVALHO, 2009).

O Grande Oriente do Brasil voltou, portanto, a se organizar em 1831. Entretanto, paralelamente ao seu ressurgimento, uma nova potência havia sido fundada: o Grande Oriente Nacional Brasileiro, conhecido como Grande Oriente do Passeio, em referência à Rua do Passeio, local de seu funcionamento. Havia uma intenção do Grande Oriente do Brasil em captar a simpatia dos integrantes do Passeio, com o objetivo de unificar os organismos maçônicos do Brasil na época. Este ideal foi rejeitado pelos integrantes do Grande Oriente do Passeio e, posteriormente, foi instaurada uma disputa para garantir a legitimidade de representação da prática maçônica no país.

Na década de 1840, o Grande Oriente do Passeio entrou em derrocada e suas lojas passaram, pouco a pouco, a integrar o GOB. Como cenário político, o período regencial – travado pela disputa entre maçons liberais e conservadores – assistia aos embates políticos e maçônicos, visando à conquista de ambos os poderes no momento. O fim do Passeio ocorreu em 1861, com a passagem de 20 lojas para o Grande Oriente do Brasil (CASTELANI & CARVALHO, 2009).

Outra cisão ocorreria em 1863 após o afastamento de diversos maçons. Joaquim Saldanha Marinho fundava o Grande Oriente do Vale dos Beneditinos, conhecido como Grande Oriente dos Beneditinos. Uma nova tentativa de reunificação aconteceria em 1869, sob a interferência da maçonaria portuguesa, que obteve êxito para a formação de uma comissão (formada por integrantes das duas potências) para iniciar o processo de reunificação. Outrossim, os trabalhos foram encerrados em 1871, sem uma resolução face ao conflito (CASTELANI & CARVALHO, 2009).

Somente em 1882, após Saldanha Marinho adoecer, os dois Grandes Orientes (dos Beneditinos e do Lavradio, uma alusão à rua que se localizava) se unificaram, encerrando esta “nova” cisão no comando maçônico do Brasil. A oficialização ocorreu em 18 de janeiro de 1883, mantendo o título original de Grande Oriente do Brasil. Após esta última fusão, o tema mais debatido no interior das lojas maçônica era a campanha republicana, destacando-se Quintino Bocaiuva, Campos Sales, Prudente de Moraes, Silva Jardim, Rangel Pestana, Francisco Glicério, Américo de Campos, Pedro de Toledo, Américo Brasiliense, Ubaldino do Amaral, Aristides Lobo, Bernardino Campos, entre outros (CASTELANI & CARVALHO, 2009).

Com o estabelecimento da república em 15 de novembro de 1889, o Marechal Deodoro da Fonseca (maçom) assumiria o governo provisório e o ministério era constituído majoritariamente por integrantes da instituição.²⁵ No mês seguinte, em 19 de dezembro do mesmo ano, Fonseca era eleito Grão-Mestre do Grande Oriente do Brasil, confirmando o estreito relacionamento entre a maçonaria e a política da época (CARVALHO, 2010).

Pelo exposto, os processos de independência e proclamação da república sofreram influência direta dos maçons do período e, em face das disputas políticas, algumas cisões ocorreram na instituição. Do mesmo modo, as querelas institucionais desencadearam problemas políticos. Ou seja, o contato entre política e maçonaria era perene, pois a maioria dos personagens destes dois momentos históricos eram maçons e, ao mesmo tempo, líderes do Grande Oriente do Brasil ou capitaneando cisões no interior da instituição.

Iniciado o período da Primeira República (1889-1930), a alternância no poder do Grande Oriente do Brasil e da Presidência da República ocorria entre maçons. A tabela abaixo demonstra os líderes do GOB no período, bem como os Presidentes. Nota-se que todos eram maçons, reforçando a ideia de que a maçonaria, com sua respectiva ideologia política, por intermédio de seus líderes, articulava as ações políticas do país:

²⁵ Conforme aponta Carvalho, 2010, p. 43.

Tabela 1 Grão-Mestres do GOB e Presidentes na Primeira República (1889-1930)

Período	Grão-Mestre	Período	Presidente	Maçom
1889-1890	João Batista Gonçalves Campos	1889-1891	Deodoro da Fonseca	Sim
1890-1892	Deodoro da Fonseca	1891-1894	Floriano Peixoto	Sim
1892-1901	Antonio Joaquim de Macedo Soares	1894-1898	Prudente de Moraes	Sim
1901-1904	Quintino Bocaiúva	1898-1902	Campos Sales	Sim
1904-1916	Lauro Nina Sodré e Silva	1902-1906	Rodrigues Alves	Sim
		1906-1909	Afonso Pena	Sim
		1909-1910	Nilo Peçanha	Sim
		1910-1914	Hermes da Fonseca	Sim
1917-1919	Nilo Peçanha	1914-1918	Venceslau Braz	Sim
1922-1925	Mario Marinho de Carvalho Behring	1918-1919	Delfim Moreira	Sim
1925-1926	Vicente Saraiva de Carvalho Neiva	1919-1922	Epitácio Pessoa	Sim
1926-1927	João Severiano da Fonseca Hermes	1922-1926	Artur Bernardes	Sim
1927-1933	Octávio Kelly	1926-1930	Washington Luiz	Sim

Fonte: Carvalho (2010) / O autor

O período de paz no Grande Oriente do Brasil – que, pelo exposto, é marcado de cisões e disputas político-administrativas – se encerraria em 1927, com a primeira grande divisão da maçonaria no país: a origem da Confederação da Maçonaria Simbólica do Brasil (CMSB), capitaneada pelo ex-grão mestre do GOB entre 1922 e 1925, Mário Marinho de Carvalho Behring, que abordaremos adiante. Esta foi a ruptura do Grande Oriente do Brasil que se mantêm até hoje, uma vez que as demais cisões (como abordado anteriormente), foram dizimadas rapidamente.

Após o término da Primeira República, a agitação política envolvendo o Grande Oriente do Brasil (potência maçônica embrionária da instituição no país) se acalmou. Os mandatários que sucederam procuravam, basicamente, reorganizar a instituição no país e, sobretudo, manter a serenidade dos trabalhos maçônicos, considerando o agitado período de turbulência político-institucional (CASTELANI & CARVALHO, 2009).

Em 06 de maio de 1935, o GOB assina um tratado maçônico de reconhecimento com a Grande Loja Unida da Inglaterra (GLUI), durante a gestão do General José Maria Moreira Guimarães. O Grande Oriente do Brasil ainda permanece como a única instituição maçônica do país em tratado de reconhecimento assinado com a referida grande loja que, para alguns, é

considerada a primeira potência maçônica do mundo²⁶, fundada em Londres, em 24 de junho de 1717 (CASTELANI & CARVALHO, 2009).

O retorno do protagonismo político do GOB e da maçonaria no país ocorreria em 1937. O Presidente da República, Getúlio Dornelles Vargas, articulou um golpe de Estado e, em 10 de novembro daquele ano daria início ao “Estado Novo”, perdurando até 1945. Quinze dias após o golpe, Vargas – por aconselhamento político – decide suspender os trabalhos maçônicos no país. As lojas maçônicas retornariam ao trabalho entre 1941 e 1942, já no processo de participação do Brasil na segunda guerra mundial (CARVALHO, 2010).

Ao mesmo tempo em que o Grande Oriente do Brasil retomava suas atividades, duas pequenas cisões surgiram na década de 1940: a criação do Grande Oriente Independente do Rio de Janeiro e o Grande Oriente de Minas Gerais, este reincorporado ao GOB somente em 1960. Já em 1950, outra iniciativa parecida era criada em Santa Catarina. Todos estes “Grandes Orientes” citados visavam uma maior independência do poder central do GOB, algo que não ocorreu, como adiante analisaremos.

Em 1951 ocorre um importante marco para a compreensão da instituição maçônica no Brasil: a separação entre graus simbólicos e filosóficos. Como exposto anteriormente, a maçonaria repassa os ensinamentos a seus integrantes através de um sistema ritualístico próprio. Os rituais utilizados na instituição constituem a forma de transmissão da filosofia da maçonaria – hoje atenta aos aspectos morais e do convívio do homem em/na sociedade. Neste sentido, cabe aos ritos e aos rituais a maneira adequada para que ocorra o aprendizado. Segundo Assis Carvalho (1993, p. 29), um rito é “uma prática, um costume aprovado; ou conjunto de normas e práticas que se faz certa regularidade”. Portanto, são os ritos – e a execução de seus rituais, os instrumentos responsáveis pela consolidação do processo ensino-aprendizagem da maçonaria.

A separação supracitada decorre do uso dos ritos praticados no Brasil. Apesar de o Grande Oriente do Brasil utilizar o Rito Moderno como oficial desde sua

²⁶ Castellani e Carvalho (2009), p. 207; Spoladore (2009); Ismail (2014).

fundação²⁷, a preferência dos maçons do país é pelo Rito Escocês Antigo e Aceito (REAA), sendo este o que possui o maior número de lojas e participantes (CASTELANI & CARVALHO, 2009). Logo, a dedicação do GOB para a fundação de lojas sempre foi direcionada a este sistema de aprendizado, mesmo padrão adotado pela CMSB e pela COMAB. Em virtude das disputas internas pelo poder – em especial em relação ao comando do REAA no país, o Grande Oriente do Brasil optou por separar o ensinamento maçônico, que era somente um até então: as lojas simbólicas, do grau 1 ao grau 3, ficariam sob a égide do GOB, CMSB e COMAB; o aprendizado dos graus filosóficos, do grau 4 ao 33, sob a organização independente de cada rito, desde que em harmonia com as potências simbólicas. Tal divisão (entre graus simbólicos e filosóficos) permanece até os dias atuais.

Assim, sob a influência do Decreto nº 1.641, de 23 de maio de 1951, que regulamentava a nova constituição do Grande Oriente do Brasil, a regência da instituição passaria a tratar apenas “da Maçonaria Simbólica Brasileira”. Esta alteração fez com que o GOB se mantivesse em um sistema de federação, em que os organismos estaduais são subordinados ao poder central, permanecendo desta maneira a organização interna proposta desde a sua fundação.

Apenas na década de 1970 haveria uma “nova” cisão no interior do Grande Oriente do Brasil. Os anos anteriores a esta foram pautados por pequenas tentativas isoladas de ruptura com o poder central da instituição, mas que não ocasionaram efeitos como à criação da CMSB em 1927. Esta “nova” cisão diz respeito à criação do Colégio de Grão-Mestres da Maçonaria Brasileira, atual Confederação Maçônica do Brasil (COMAB), em 27 de maio de 1973, fato este que abordaremos adiante.

O fato marcante nos anos subsequentes à cisão foi à transferência da sede nacional do GOB para Brasília, em 13 de julho de 1978. De 1973 em diante, a atuação política da elite maçônica do Grande Oriente do Brasil, por exemplo, ficou muito aquém de seus primeiros anos de existência. A plena derrocada da ação política a partir do término da Primeira República (1930) é visualizada facilmente. Do mesmo modo, os integrantes do GOB passaram a se preocupar com questões

²⁷ Gaglione (1994) aponta esta prática.

assistenciais e a formação dos integrantes dos quadros das lojas maçônicas pertencentes, algo geral na maçonaria do país, como demonstraremos adiante.

Após a transferência da sede do GOB para a capital federal, a história da instituição ficou marcada, sobretudo, pela estabilidade política, que não ocasionou desde 1973 em novas cisões: ao contrário, os orientes estaduais independentes, que surgiram a partir da década de 1940, foram todos reincorporados e o Grande Oriente do Brasil se manteve coeso politicamente. As disputas para o cargo de Grão-Mestre geral do GOB continuaram a existir, em sua maioria com ao menos duas chapas, porém todas voltadas para os trabalhos interiores/exteriores, sem vislumbrarem possíveis rupturas (CASTELANI & CARVALHO, 2009).

No tocante às ações internas, as disposições dos mandatários da potência foram direcionadas às questões culturais (inauguração do Centro Cultural, Museu on-line e Centro de Eventos, por exemplo) e internas, como a atualização de quadros de obreiros, ou seja, de número de maçons, levantando estatisticamente os integrantes da instituição. Outro destaque é a criação da Televisão do GOB, um canal de televisão veiculado na internet e em redes fechadas, com conteúdo estritamente maçônico, visando aproximar a comunidade do GOB (CASTELANI & CARVALHO, 2009).

O panorama da fundação do Grande Oriente do Brasil se confunde com o estabelecimento da maçonaria no país. Tal itinerário procurou demonstrar dois pontos relacionados a este trabalho: de um lado o início e a fixação da instituição no Brasil, em conjunto com as disputas e participação nos processos políticos do país; e, de outro, que a história do GOB se confunde com a da própria maçonaria brasileira, uma vez que as duas grandes instituições maçônicas são oriundas do mesmo. Neste sentido, é importante ressaltar que compreender a história desta instituição maçônica é algo condicionante para a explicação acerca da maçonaria paranaense. Portanto, o objetivo desta seção é situar o leitor no contexto organizacional do Grande Oriente do Brasil e, é claro, da própria trajetória da maçonaria no país.

2.2 A PRIMEIRA CISÃO: A ORIGEM DA CONFEDERAÇÃO DA MAÇONARIA SIMBÓLICA DO BRASIL (CMSB)

Antes de abordarmos a ruptura de 1927, há de se lembrar que esta ocorreu a partir da disputa entre cargos para os chamados graus simbólicos²⁸ e filosóficos²⁹. Mas, o que são de fato estes graus? Por que existe esta divisão na maçonaria? E mais: quais foram as consequências após a separação entre estes procedimentos de aprendizagem da instituição? Esta seção pretende abordar estes temas, uma vez que são fundamentais para compreendermos a cisão originária da Confederação da Maçonaria Simbólica do Brasil (CMSB), justificando, portanto, a expressão “simbólica” em sua alcunha.

Pela tradição citada anteriormente, a maçonaria brasileira pratica o Rito Escocês Antigo e Aceito na maioria de suas lojas, ainda que existam outros ritos maçônicos disponíveis para utilização. Neste sentido, os maçons seguem este método de ensinamento, disposto em 33 graus (ou estágios de desenvolvimento), de aprendiz até o último e derradeiro grau.

Até 1927, o Grande Oriente do Brasil organizava as iniciações em todos os graus – do primeiro ao trigésimo terceiro. Da cisão em diante este cenário mudou: houve a divisão entre a maçonaria simbólica, isto é, aquela do primeiro ao terceiro grau e da maçonaria filosófica, do quarto ao trigésimo terceiro grau. Desde então, os mandatários da maçonaria simbólica não interferem nas decisões da maçonaria filosófica – e vice-versa, cada qual mantendo autonomia e independência entre si.

Cabe lembrar que o objetivo deste trabalho é investigar o perfil dos grão-mestres das três potências simbólicas da maçonaria no Estado do Paraná, ou seja, o Grande Oriente do Brasil-Paraná (GOB-PR), a Grande Loja do Paraná (GLP) e o Grande Oriente do Paraná (GOP), não sendo objeto, portanto, àqueles que ascenderam ao poder nos graus filosóficos, tampouco as instituições existentes do gênero no Paraná.

²⁸ Do grau 1, de aprendiz, passando pelo grau de companheiro (2) e mestre maçom (3).

²⁹ Do 4º ao 33º grau. São conhecidos informalmente como “graus filosóficos”. Entretanto, Ismail (2011) adianta que a melhor expressão é “graus superiores”, independentemente da denominação que venham a admitir. Disponível em: <http://www.noesquadro.com.br/2011/02/o-que-e-filosofismo.html>. Acesso em: 10 mai 2014.

Na época, o Grão-Mestre do Grande Oriente do Brasil também ocupava o cargo de Soberano Grande Comendador, uma espécie de presidente dos graus filosóficos, incorporados na mesma potência maçônica (no caso, o GOB). Entre 1922 e 1925, o detentor de tais cargos era Mário de Carvalho Behring, que durante o mandato esteve licenciado por um período, mas reassumiu em 23 de junho de 1925 – já visando o pleito eleitoral vindouro. Como não vislumbrava a possibilidade de reeleição e, diante da suspeita de fraudes no processo eleitoral, Behring renuncia o cargo de Grão-Mestre em 13 de julho de 1925, mas ainda se mantém como Soberano Grande Comendador³⁰.

Novas eleições ocorreram em 21 de dezembro do mesmo ano, sendo eleitos Vicente Saraiva de Carvalho Neiva para o cargo de Grão-Mestre e João Severiano da Fonseca Hermes, para o cargo de Grão-Mestre Adjunto. Nesta disputa, Mário Behring obteve apenas 317 votos, contra 3.179 de Neiva. Pouco tempo depois de eleito, Neiva veio a falecer em 18 de fevereiro de 1926, assumindo o mandato Fonseca Hermes, amigo de Behring.

Durante o mandato de Fonseca Hermes houve a assinatura de um tratado maçônico em 22 de outubro de 1926, condicionando os graus filosóficos à independência dos graus simbólicos. Entretanto, Behring já visualizava um cenário de ruptura, segundo Carvalho, uma vez que este:

Já começava a tramar a cisão que viria a acontecer em 1927, pois tratara, a 2 de novembro de 1925, de registrar os estatutos do Supremo Conselho, embora já houvesse um assento do Grande Oriente – como Obediência mista – englobando o Supremo Conselho, feito por ocasião da promulgação da Constituição de 1907. Esse registro de 1925, portanto, era totalmente nulo, mas serviria, posteriormente, aos desígnios de Behring. (CARVALHO, 2010, p. 48).

Em 21 de março de 1927, pressionado pela assinatura do tratado supracitado, Fonseca Hermes se licencia do comando do GOB, assumindo Octávio Kelly. Uma das primeiras ações de Kelly foi a revogação do aludido tratado,

³⁰ A alusão ao cargo de Soberano Grande Comendador diz respeito ao organismo denominado Supremo Conselho do Grau 33 do Rito Escocês Antigo e Aceito da Maçonaria Para a República Federativa do Brasil, criado em 12 de março de 1829 por Francisco Ge Acayaba de Montezuma, na época ligado ao Grande Oriente do Brasil, conforme explicação. Trata-se do organismo dos chamados “graus filosóficos” mais antigo do país, que posteriormente passou a se relacionar com o sistema de Grandes Lojas (CASTELANI & CARVALHO, 2009).

instalando a Assembleia Geral do Grande Oriente do Brasil a fim de que a constituição da instituição fosse novamente adequada, considerando a separação entre a maçonaria simbólica e a filosófica (PIRES, 2015).

Diante do cenário político e institucional instaurado no GOB (que poderia causar maiores consequências a Mário Behring), este reúne os integrantes do Supremo Conselho em 17 de junho de 1927, data da fundação do Grande Oriente do Brasil, declarando a independência daquele em relação à este. Dos 33 maçons integrantes do referido conselho, 13 assinam a proposta de ruptura de Behring. Ademais, não era possível manter os graus filosóficos sem o suporte dos simbólicos e, deste modo, Mário Behring estimula a criação das Grandes Lojas Estaduais, surgindo de início organizações na Bahia, Rio de Janeiro e São Paulo (PIRES, 2015).

Entretanto, as Grandes Lojas ainda permaneceram sob a orientação do Supremo Conselho do Rito Escocês Antigo e Aceito, com autonomia e independência, sem que houvesse um poder central para comandar os organismos estaduais. Assim, ainda em 1927, obtiveram as cartas constitutivas (isto é, a autorização para funcionamento e o reconhecimento do Supremo Conselho) as Grandes Lojas dos Estados do Amazonas, Ceará, Minas Gerais, Pará, Paraíba e Rio Grande do Sul, somando-se à Bahia, Rio de Janeiro e São Paulo (CMSB, 2014).

Esta efervescência na política maçônica interna refletia o momento histórico da década de 1920, marcada por fenômenos político-sociais como o tenentismo, a revolução de 1930 e a ação do integralismo. Além disso, a classe trabalhadora passava a se organizar, bem como houve a fundação do Partido Comunista do Brasil (PCB) em 1922:

O aparelho repressivo (jurídico, policial e empresarial) e o Estado de Sítio no Governo Arthur Bernardes de um lado, e, de outro, a grande expansão do emprego e uma certa “melhoria salarial” após a greve de 1919, arrefeceram o movimento grevista do período. A despeito disso, foram muitas as greves entre 1919 e 1923 e depois de 1927; o Brasil se filia à OIT em 1919; e, em 1920 se realizava o Terceiro Congresso Operário Brasileiro no Rio de Janeiro. Lembremos ainda os esforços do PCB para formar uma frente de esquerda em 1927, com a constituição do Bloco Operário (CANO, 2012, p. 905)

O sistema administrativo adotado por estas Grandes Lojas foi o de total autonomia, sem a interferência de outrem nas atividades desenvolvidas. Outrossim, estas Grandes Lojas – reconhecidas internacionalmente por conta do Supremo Conselho, desejavam que houvesse um organismo essencialmente simbólico, sem que a participação dos graus filosóficos pudesse confundir com as ações dos graus simbólicos.

A saída encontrada para este intento foi a promoção de mesas redondas, direcionadas para o debate das questões ligadas às lojas simbólicas. A primeira destas mesas ocorreu entre 4 e 9 de junho de 1952, no Rio de Janeiro, sendo os principais temas discutidos: normas de funcionamento das mesas redondas, coordenação dos trabalhos, dinâmicas para relações exteriores, normas de tratamento, administrativas e litúrgicas, relações com o Supremo Conselho, unificação da maçonaria no Brasil, entre outros (CMSB, 2014).

Destaca-se entre as resoluções da primeira mesa redonda da reunião entre as Grandes Lojas existentes:

1. ter sido ela constituída legalmente por uma Grande Loja devidamente reconhecida ou por três ou mais Lojas regularmente constituídas;
2. que a crença no Grande Arquiteto do Universo seja condição essencial para a admissão em suas Lojas;
3. que todos os iniciados, prestem juramento sobre o Livro da Lei aberto; podendo esse Livro ser o da crença do Neófito;
4. que admita a Iniciação apenas de candidatos do sexo masculino, e não mantenha relações com Lojas ou Corpos Mistos ou que admitam mulheres em seus Quadros;
5. que mantenha Jurisdição Soberana sobre as Lojas sob seu controle, isto é, que seja uma organização responsável, independente, auto-governada, com autoridade única e não disputada sobre os graus simbólicos, dentro de sua jurisdição e que não divida ou submeta tal autoridade, com qualquer potência, alegando controle ou supervisão de tais graus;
6. que as Três Grandes Luzes de Franco-Maçonaria (o Livro da Lei, o Esquadro e o Compasso) estejam sempre à vista durante os seus trabalhos ou das Lojas subordinadas;
7. que a discussão de religião e de política partidária, dentro das Lojas, seja absolutamente proibida; e

8. que os princípios dos Antigos Landmarks, Costumes e Usos, sejam estritamente observados. (CMSB, 2014, p. 7-8)

Dentre estes princípios gerais, destacamos que a fundação de novas Grandes Lojas devem ser precedidas pela união de três lojas maçônicas dentro do perímetro estadual ou o reconhecimento de uma Grande Loja já existente. Além disso, a independência novamente surge como ponto fundamental no quinto ponto, bem como a separação entre os graus filosóficos e simbólicos, indicando que não se formem “corpos mistos”.

De 1952 a 1966 foram realizadas 14 mesas redondas pelas Grandes Lojas, sucedendo Salvador, Porto Alegre, Belo Horizonte, Belém, Niterói, Curitiba, Recife, Manaus, São Paulo, João Pessoa, Florianópolis, Rio de Janeiro e São Paulo. Neste ínterim foram criadas as Grandes Lojas do Pernambuco, Paraná³¹, Piauí, Goiás, Santa Catarina, Maranhão, Alagoas, Mato Grosso do Sul e Distrito Federal. Tais iniciativas buscaram proporcionar maior uniformidade aos trabalhos realizados pelas lojas maçônicas subordinadas, porém respeitando as peculiaridades regionais (CMSB, 2014).

Os processos ocorridos pareciam indicar a necessidade de um organismo central, pois:

As Mesas Redondas careciam de uma estrutura física, da Ausência de representação nacional, Inexistência de personalidade jurídica e um suporte organizacional que lhes desse condições de um melhor funcionamento e execução da função precípua de coordenação das relações entre as Grandes Lojas do País e, em seus nomes, de representação nacional. (CMSB, 2014).

Assim, em 12 de novembro de 1965, mediante proposta da Grande Loja do Estado do Ceará, foi criada a Confederação da Maçonaria Simbólica do Brasil (CMSB), instalada em julho de 1966, durante a 14ª mesa redonda ocorrida na cidade de São Paulo. Em sua proclamação, a CMSB realizará anualmente no mês de julho uma conferência, respeitando o rodízio entre as potências maçônicas integrantes. Não houve a criação de um cargo de Presidente Geral ou Grão-Mestre, mas sim a

³¹ Fundada em 1941, com sua história relatada adiante.

figura do Grande Secretário Executivo (posteriormente denominado Secretário Geral), que despacha as demandas de cada Grande Loja estadual, organizando as ações existentes – mas jamais impondo atividades ou orientações a maçons, por exemplo (CMSB, 2014).

Após a instalação da CMSB outras nove potências ingressaram na confederação, a saber: Espírito Santo, Acre, Rio Grande do Norte, Mato Grosso, Roraima, Sergipe, Rondônia, Amapá e Tocantins. Com a entrada destas potências, a CMSB passa a ocupar todo o território nacional, mantendo Grandes Lojas em todas as unidades da federação, demonstrando o projeto expansionista da nova potência (CMSB, 2014).

Os objetivos da fundação da CMSB são:

- a) incrementar a difusão, pelas confederadas, da doutrina e dos postulados da Maçonaria Universal e do ideal maçônico;
- b) estudar e coordenar medidas que possam interessar às confederadas, no sentido da ação maçônica conjunta;
- c) sugerir e estimular instruções maçônicas entre as confederadas;
- d) ativar as relações das confederadas entre si e destas com outras instituições maçônicas regulares;
- e) manter cursos nos campos educativo, científico e assistencial, diretamente ou por intermédio das confederadas; conceder bolsas de estudo e promover programas assistenciais voltados para o indivíduo como pessoa humana útil e produtiva;
- f) manter, em sua sede, biblioteca que contenha departamentos público e maçônico e estimular a criação e o desenvolvimento de organismos similares pelas confederadas. (CMSB, 2014).

A relação de Secretários Gerais da Confederação da Maçonaria Simbólica do Brasil é composta pelos seguintes nomes:

Arthur de Castro Freitas 1966/1967
 João R. de Vasconcelos César 1967/1968
 Sileiman Kalil Botelho 1968-1971
 Ney Oscar de Lima Rayol 1971/1972
 Lourival Ribeiro de Carvalho 1972/1973
 Washington Bolívar de Brito 1973/1975
 Sileiman Kalil Botelho 1977/1979
 Cláudio da Cunha e Silva 1979/1983
 Afonso Celso Guimarães Lyrio 1983/1987
 Cláudio da Cunha e Silva 1987/1994

José Abelardo Lunardelli 1994/1997
 Kalil Chater 1997/1999
 José Linhares de V. Filho 1999/2003
 Wilson Filomeno 2003/2007
 Nathaniel Carneiro Neto 2007/2011
 Vanderlei Freitas Valente 2011/2013
 Etevaldo Barcelos Fontenele 2013/2015
 (CMSB, 2014).

A trajetória da Confederação da Maçonaria Simbólica do Brasil ficou marcada pelo intento de Mário Behring, considerado de um lado como expoente da maçonaria brasileira e, de outro, como pivô da primeira grande e duradoura cisão institucional no país, a qual jamais voltaria a ser única. Além disso, esta ruptura causada por Behring com a criação do sistema de Grandes Lojas determinou o panorama do novo desarranjo maçônico, ocasionado em 1973: uma eleição com o resultado adverso do esperado pela situação (SCHÜLER, 1998).

Outra relevante consequência da criação das Grandes Lojas estaduais e, posteriormente, da CMSB, é a adoção da proibição de potências consideradas “mistas”, isto é, sem a combinação entre os graus da maçonaria simbólica com os da maçonaria filosófica, divisão esta ocasionada após a renúncia de Mário Behring ao cargo de Grão-Mestre do GOB e sua manutenção como Soberano Grande Comendador do Supremo Conselho do Rito Escocês Antigo e Aceito (PIRES, 2015).

O fato é que as Grandes Lojas estaduais permanecem até hoje, preservando duas importantes características: a existência da confederação, porém sem a presença de um Presidente ou Grão-Mestre; e a independência dos organismos estaduais, mas com a CMSB sustentando os laços de solidariedade entre a maçonaria estadual e a nacional (CMSB, 2014).

2.3 A SEGUNDA CISÃO: A FORMAÇÃO DO COLÉGIO DE GRÃO-MESTRES DA MAÇONARIA BRASILEIRA – ATUAL CONFEDERAÇÃO MAÇÔNICA DO BRASIL (COMAB)

Uma nova (e última) grande ruptura institucional ocorreu no Grande Oriente do Brasil em 1973. Após a cisão de 1927, esta divisão marcaria definitivamente o número de potências maçônicas existentes no país em três. Para compreender como houve tal cisão, se faz necessário olharmos para a história, a fim de que

possamos verificar os processos que a ocasionaram, além é claro do desenvolvimento pós-origem deste novo organismo maçônico: o Colégio de Grão-Mestres da Maçonaria Brasileira, posteriormente batizado de Confederação Maçônica do Brasil – ou simplesmente COMAB.

O início das contendas envolvendo os integrantes do GOB ocorreu a partir das ações de parte da maçonaria paulista, que veiculou um informativo contra o Grão-Mestre da época, Moacyr Arbex Dinamarco, acusando a existência de grupos comunistas infiltrados na potência. Um dos expoentes desta acusação foi o maçom Félix Cotaet, tendo Danilo José Fernandes como um dos protagonistas do movimento de ruptura (CASTELANI & CARVALHO, 2009).

Após a eleição de Danilo José Fernandes para o grão-mestrado de São Paulo, o grupo que havia publicado o informativo veiculando as notícias sobre possíveis comunistas infiltrados – liderado por Félix Cotaet, continuou a sustentar tal afirmação. Cotaet acabara sendo expulso da instituição, mas a crise permaneceria em 1971, ano eleitoral para Grão-Mestre geral do Grande Oriente do Brasil, ou seja, de relevância política interna da organização (SCHÜLER, 1998).

Como o Grão-Mestre (Moacyr Arbex Dinamarco) indicou os membros de seu mandato – e, a maioria deles eram eleitores, havia uma pequena possibilidade de um candidato oposicionista vencer o pleito. Danilo José Fernandes se posicionou contrariamente à Dinamarco e, em 19 de abril de 1972, houve o lançamento das candidaturas de Athos Vieira de Andrade (Minas Gerais) e Raphael Rocha (Rio de Janeiro), para os cargos de Grão-Mestre e Adjunto, respectivamente, nas eleições que seriam realizadas em 1973 (SCHÜLER, 1998).

Mesmo com o lançamento da candidatura desta chapa oposicionista, Danilo José Fernandes teve os direitos maçônicos suspensos em 9 de maio de 1972, sob a justificativa de que o Grande Oriente de São Paulo não havia pago as dívidas existentes com o poder central do GOB. Iniciou-se uma disputa jurídica envolvendo a maçonaria paulista e o Grande Oriente do Brasil, terminando em uma das varas cíveis do Rio de Janeiro (SCHÜLER, 1998).

Apoiavam a chapa oposicionista nas eleições de 1973 para o GOB os seguintes Grão-Mestres estaduais:

Danylo José Fernandes, Grão-Mestre do Grande Oriente de São Paulo; Enoch Vieira dos Santos, Grão-Mestre do Grande Oriente do Paraná; Miguel Christakis, Grão-Mestre do Grande Oriente de Santa Catarina; Frederico Renato Móttola, Grão-Mestre do Grande Oriente do Rio Grande do Sul; Gumerindo Inácio Ferreira, Grão-Mestre do Grande Oriente de Goiás; Manuel Paes de Lima, Grão-Mestre do Grande Oriente de Pernambuco; Salatiel de Vasconcellos Silva, Grão-Mestre do Grande Oriente do Rio Grande do Norte; Celso Fonseca, Grão-Mestre do Grande Oriente de Brasília; Cyro Werneck de Souza e Silva, ex-Grão-Mestre do Grande Oriente do Brasil. (CARVALHO, 2010, p. 54-55)

Diante de esta chapa oposicionista contar com importantes apoios no período eleitoral, o Grão-Mestre do GOB decide lançar como situacionistas Osmane Vieira de Resende (que era Grão-Mestre Adjunto, uma espécie de Vice-Grão-Mestre), para Grão-Mestre, e Osiris Teixeira, de Goiás, Senador da República, como candidato a Grão-Mestre Adjunto.

Schüller (1998) lembra que durante o período eleitoral, diversas honrarias foram concedidas pelo comando do Grande Oriente do Brasil, em apoio a chapa de Osmane Vieira de Resende:

Foram despejadas 575 honrarias, das quais 151 Beneméritos da Ordem; 29 Grandes Beneméritos da Ordem; 44 Beneméritos da Ordem; 13 Grandes Benfeitores da Ordem; 300 medalhas de sesquicentenário; 18 Estrelas da Distinção Maçônica; 04 cruces de Perfeição Maçônica; 08 Reconhecimentos maçônicos; 03 Membros Honorários do Grande Oriente do Brasil e 05 Membros Honorários do Instituto Maçônico de Estudos Superiores. (SCHÜLLER, 1998, p. 215)

Além da concessão de condecorações aos maçons (e, portanto, eleitores do pleito vindouro), diversas foram atribuídas a militares e políticos. Outra estratégia relativa à disputa vindoura foi o perdão das dívidas de lojas maçônicas. Segundo os dados oficiais presentes nos Atos nº 3.459 e nº 3.492, de 14 de novembro e de 20 de dezembro de 1972, respectivamente, 517 “perdões” foram concedidos pelo poder central do GOB (SCHÜLLER, 1998).

Após as eleições, Osmane obteve 2.129 votos, contra 1.107 de Athos; do mesmo modo, Osiris Teixeira venceu Raphael Rocha por 2.046 votos a 1.180 votos. Entretanto, estes números não foram considerados “oficiais” em relação ao anunciado após o pleito: Athos obteve 7.175 votos e Osmane 3.820; Raphael fez 7.195 votos contra 3.794 para Osiris. Pelo exposto, houve grande diferença para

cada resultado. Este fator deve-se à anulação de mais de 6 mil votos de Athos Vieira de Andrade contra cerca de 2 mil votos de Osmane (CARVALHO, 2010).

Nas duas situações, a anulação ocorreu por alguns motivos relatados por Schüller (1998), tais como a nulidade pelo número de votantes (com menos de sete maçons votantes na sessão de eleição), por falta de autenticação da lista de votantes, por cadastro maçônico vencido, por recebimento dos votos fora do prazo e por dívidas de lojas maçônicas com o poder central do GOB.

Depois da anulação de mais de 70% (setenta por cento) dos votantes, a crise político-institucional estava deflagrada novamente no Grande Oriente do Brasil. Diante deste desgaste, em 27 de maio de 1973, uma carta lavrada no Rio de Janeiro conclamou que os integrantes das lojas maçônicas dos Estados que apoiaram a chapa de Athos Vieira de Andrade pudessem concentrar esforços em torno dos organismos estaduais, dispensando atenção ao poder central (SCHÜLER, 1998).

Decidiu-se, portanto, em 04 de agosto de 1973, fundar oficialmente o Colégio de Grão-Mestres da Maçonaria Brasileira, após a convocação de Athos Vieira de Andrade e a adesão dos Estados de São Paulo, Ceará, Rio Grande do Norte, Distrito Federal, Mato Grosso, Paraná, Santa Catarina, Pernambuco, Maranhão, Rio Grande do Sul e Espírito Santo. Além dos líderes de cada destacamento estadual, vale ressaltar que 643 lojas maçônicas do país acompanharam tal decisão, demonstrando o descontentamento do ocorrido no pleito eleitoral (SCHÜLER, 1998).

Interessante notar é que, em virtude da formação deste Colégio de Grão-Mestres da Maçonaria Brasileira, os primeiros presidentes eram os expoentes da crise político-institucional que atravessara o Grande Oriente do Brasil, como podemos observar:

Athos Vieira de Andrade (Minas Gerais) 1973/1975
 Osmar Maia Diógenes (Ceará) 1974/1975
 Danylo José Fernandes (São Paulo) 1975/1976
 Frederico Renato Móttola (Rio Grande do Sul) 1976/1977
 Enoch Vieira dos Santos (Paraná) 1977/1978
 Nilson Constantino (Mato Grosso) 1978/1979
 Armando de Lima Fagundes (Rio Grande do Norte) 1979/1980
 Miguel Christakis (Santa Catarina) 1980/1981
 Raimundo Ferreira Marques (Maranhão) 1981/1982
 José Menezes Junior (São Paulo) 1982/1983
 Djalma Marques de Melo (Pernambuco) 1983/1984

Willian Atallah (Mato Grosso do Sul) 1984/1985
 Athenágoras Café Carvalhaes (Minas Gerais) 1985/1986
 Pedro Branco (Rio de Janeiro) 1986/1987
 José Augusto Bezerra (Ceará) 1987/1988
 José Frederico Zanin (São Paulo) 1988/1989
 Francisco Vady Nozar Melo (Santa Catarina) 1989/1990
 Rainundo Ferreira Marques (Maranhão) 1990/1991
 (COMAB, 2014).

A partir de 1973, o Colégio de Grão-Mestres da Maçonaria Brasileira passou a intensificar as ações e, em face da consolidação institucional comprovada pela permanência no cenário maçônico, houve a intenção de transformá-lo em uma confederação, isto é, uma união entre os organismos estaduais – desde que a independência e a autonomia fossem respeitadas. Assim, em 06 de abril de 1991, em uma reunião realizada em Brasília-DF, houve a transformação do então em Colégio em Confederação Maçônica do Brasil (COMAB), uma união entre os Grandes Orientes estaduais que, até o presente momento, formavam o então Colégio.

Os objetivos da fundação da Confederação Maçônica do Brasil são:

- a) Representar, de forma confederada, as Potências e Obediências filiadas, mediante deliberação específica, perante as organizações, de maçons do país e do estrangeiro, e perante o mundo profano, tendo em vista a grandeza, a harmonia e a glória da Maçonaria;
- b) Congregar as Obediências no estudo da Filosofia, História, Liturgia e Simbologia Maçônica, induzindo-as à prática da filantropia, do civismo, do desenvolvimento científico, cultural e artístico e ao aprimoramento moral das sociedades sob sua circunscrição;
- c) Colaborar com as autoridades legitimamente constituídas no sentido da ordem, do progresso e do bem-estar da população brasileira;
- d) Incrementar a difusão, pelas federadas, da doutrina e dos postulados da Maçonaria universal e do ideal maçônico;
- e) Estudar e coordenar medidas que possam interessar aso federados, no sentido da ação maçônica conjunta;
- f) Sugerir e estimular instruções maçônicas entre as federadas;
- g) Ativar as relações das federadas entre si, e destas, com outras Potências;
- h) Manter cursos no campo educativo, científico e assistencial, diretamente ou por intermédio das federadas; conceder bolsas de estudos como pessoa humana útil e produtiva à sociedade; e

- i) Manter, em sua sede, biblioteca que contenha departamento público e maçônico, e estimular a criação e o desenvolvimento de organismos similares pelas federadas. (SCHÜLER, 1998, p. 316).

O ideal da fundação da COMAB difere um pouco da estrutura administrativa do Grande Oriente do Brasil: enquanto este possui os Orientes Estaduais subordinados ao poder central, a COMAB apenas filia as potências maçônicas estaduais, conferindo-lhes liberdade e autonomia de ação. Assim, o caráter de confederação é garantido ao sistema proposto pela instituição, diferenciada nitidamente do modelo utilizado no GOB.

Além disso, ficou estabelecido o rodízio da presidência da Confederação Maçônica do Brasil entre os Grão-Mestres dos Grandes Orientes afiliados, isto é, daqueles que integram tal sistema. Esta medida permite que haja a integração entre as instituições maçônicas afiliadas, além de garantir a confederação proposta, sem a interferência nacional em atividades regionais, tampouco o predomínio de grupos políticos no poder – algo visado desde a fundação da COMAB, considerando provavelmente as experiências vivenciadas no GOB na década de 1970 (SCHÜLER, 1998).

Com a formação da COMAB a partir de 1991, eis os Grão-Mestres estaduais que presidiram a instituição:

Milton Barbosa da Silva (Rio Grande do Sul) 1991/1992
 Hirohito Torres Lage (Minas Gerais) 1992/1993
 Antônio do Carmo Ferreira (Pernambuco) 1993/1994
 Lourival Pedro Kaled (Paraná) 1994/1995
 João Laércio Gagliardi Fernandes (Paraíba) 1995/1996
 José Carlos Pacheco (Santa Catarina) 1996/1997
 Helton Barroso Drey (Minas Gerais) 1997/1998
 Anselmo Falcão de Arruda (Mato Grosso) 1998/1999
 João Batista Coringa da Silva (Rio Grande do Norte) 1999/2000
 Milton Barbosa da Silva (Rio Grande do Sul) 2000/2001
 Plínio Ferreira Marques (Maranhão) 2001/2002
 José Mattos Silva (São Paulo) 2002/2003
 Sebastião Moreira Feitosa (Piauí) 2003/2004
 Ward Sousa Gusmão (Rio de Janeiro) 2004/2005
 Antônio do Carmo Ferreira (Pernambuco) 2005/2006
 Ticiano Duarte (Rio Grande do Norte) 2006/2007
 João Krainski Neto (Paraná) 2007/2008
 Heber Xavier (Mato Grosso do Sul) 2008/2009
 José Aristides Fermينو (Rio Grande do Sul) 2009/2010
 Rubens Ricardo Franz (Santa Catarina) 2010/2011
 José Simioni (Mato Grosso) 2012/2013
 Lázaro Emanuel Franco Salles (Minas Gerais) 2013/2014

Jurandir Alves de Vasconcelos (São Paulo) 2014/2015
(COMAB, 2014)

Enquanto instituição, não visualizamos atuação política ou social contundente da COMAB, quando comparada à do início do Grande Oriente do Brasil, por exemplo. A tônica dos trabalhos é praticamente a mesma citada em relação ao GOB, como as questões culturais, internas e assistenciais, ainda que proclamações isoladas reivindicuem melhorias nos aspectos políticos e sociais em relação ao Governo Federal³². Quanto à congregação de potências, atualmente são 21 Grandes Orientes confederados à COMAB, atingindo praticamente todos os Estados da federação (SCHÜLER, 1998).

2.4 CONSIDERAÇÕES SOBRE A ORGANIZAÇÃO DAS INSTITUIÇÕES NACIONAIS DA MAÇONARIA NO BRASIL: OS MOTIVOS PELOS QUAIS A MAÇONARIA É E NÃO É UMA INSTITUIÇÃO COESA

O itinerário percorrido nesta seção procurou demonstrar como a maçonaria se consolidou enquanto instituição no Brasil, com o objetivo de indicar posteriormente a formação da maçonaria no Estado do Paraná – cenário deste trabalho. Nesta trajetória, procuramos revelá-la pela ótica das potências maçônicas, ou seja, na visão dos grandes corpos nacionais (e não pela história de lojas isoladas ou iniciativas frustradas que ocorreram, sobretudo, nos primeiros anos da presença maçônica no país). Esta opção se fez necessária considerando que a história da maçonaria no Paraná transcorreu a partir da subordinação de delegacias e potências, como analisaremos adiante. Ademais, a metodologia de estudo quanto às questões estaduais nos dará a dinâmica das eleições para o Grão-Mestrado, principal foco deste trabalho.

A história do surgimento e da organização da maçonaria no Brasil exposta priorizou como protagonista o Grande Oriente do Brasil, primeira potência maçônica fundada no país, em 1822. Antes do GOB existiam tentativas de fixar a instituição no

³² São as “proclamações” cartas assinadas em encontros anuais da COMAB, disponíveis no portal da internet da instituição no link <http://www.comab.org.br/index.php?page=proclamacoes>. Acesso em 10 dez 2014.

país, isoladas pela distância geográfica e por iniciativas esparsas. Somente com a fundação do GOB, como exposto, a maçonaria passou a ser um grupo estratégico nacional, sobretudo em relação à política e às forças armadas.

Entretanto, a unidade institucional não durou muito, vez que o Grande Oriente do Brasil é marcado pela fragmentação política ao longo dos anos, em cisões que duraram tempo determinado (como exposto anteriormente) e outras duas que permanecem até hoje, casos da Confederação da Maçonaria Simbólica do Brasil e suas Grandes Lojas estaduais e da Confederação Maçônica do Brasil.

A primeira cisão ocorreu na década de 1920, em relação ao GOB: é fundada uma série de Grandes Lojas estaduais, capitaneadas por Mário Behring, fato este que posteriormente culminou com a fundação da CMSB – Confederação da Maçonaria Simbólica Brasileira em 27 de julho de 1966, reunindo diversos organismos estaduais já independentes e que tinham por motivo principal o descontentamento com a administração do GOB. Vale ressaltar que o sistema de Grandes Lojas estaduais funciona desde 1927 e, tal marco histórico de 1966 serve apenas para formalizar a união nacional em torno desta organização (PIRES, 2015).

A criação das “grandes lojas” estaduais e da CMSB marcaram o início de disputas políticas no seio do GOB. A cisão capitaneada por Mário de Carvalho Behring sinalizava o ambiente político na organização do Grande Oriente do Brasil, refletindo em proporções regionais os desentendimentos nacionais. A criação dos Grandes Orientes Estaduais, em definitivo, é resultado destes embates e pressões: se por um lado havia as orientações maçônicas do GOB (entidade nacional), as lojas maçônicas não concordavam com as medidas tomadas pela instituição, acarretando assim pressões de seus membros por uma maior autonomia administrativa (PIRES, 2015).

A paz entre o poder central (GOB) com os organismos estaduais permaneceu até 1972, quando Athos Vieira de Andrade foi candidato a grão-mestre nacional do Grande Oriente do Brasil, perdendo a eleição para Osmane Vieira de Resende. Tal eleição novamente contou com indícios de fraudes na apuração (CASTELLANI & CARVALHO, 2009, p. 265), com alguns votos sendo anulados. A segunda cisão relevante na história do GOB ocorreu em 27 de maio de 1973, com a

separação dos Grandes Orientes Estaduais do organismo nacional e a posterior fundação do Colégio de Grão-Mestres da Maçonaria Brasileira.

O advento da COMAB traria um rumo para que as demais potências estaduais pudessem pautar os seus trabalhos:

Iniciava-se uma nova jornada na Maçonaria brasileira e fixavam-se os alicerces para que outros Grandes Orientes Estaduais se orientassem pelos princípios federativos e constituíssem, primeiramente, um Colégio de Grão-Mestres da Maçonaria brasileira, que evoluiu para a Confederação Maçônica do Brasil – COMAB (SOBRINHO, 1998. p. 299)

A fundação da COMAB em 1973 reuniu os presidentes das potências estaduais de Minas Gerais, São Paulo, Ceará, Rio Grande do Norte, Distrito Federal, Mato Grosso, Paraná, Rio de Janeiro, Santa Catarina e Rio Grande do Sul para a fundação definitiva do então Colégio de Grão-Mestres da Maçonaria Brasileira, ocorrida no Rio de Janeiro (SCHÜLER, 1998). Este colégio tinha como princípio a independência em relação ao poder central do GOB e que este já seria uma instituição confederada. A formação definitiva com a nomenclatura COMAB viria em 1991, mas a atuação perdurava desde 1973:

Realizou-se em Brasília, nos dias 4, 5 e 6 de abril de 1991, a “XXXVª Assembléia Geral do Colégio de Grão-Mestres”, tendo como local o Instituto Presbiteriano Nacional de Educação. [Boletim Oficial do GOSC nº310/91, de 2 de maio de 1990, p.19] A Reunião tinha como “Edital de Convocação” a votação da proposta de reforma do Estatuto e do Regimento Interno da Confederação Maçônica do Brasil - COMAB, ex-Colégio de Grão-Mestres da Maçonaria Brasileira. (COMAB, 2015)

Considerando estas alterações na estrutura das três principais potências maçônicas do país, a disposição organizacional das mesmas é demonstrada na figura abaixo, com as respectivas divisões. Podemos visualizar a independência do sistema da CMSB e da COMAB dos organismos estaduais, além da subordinação de cada subdivisão do GOB. Vale ressaltar que há a manutenção deste alicerce organizacional da maçonaria em âmbito nacional até hoje. Adiante observaremos que, no caso do Paraná – recorte geográfico desta tese, a criação da Grande Loja do Paraná e o caminho percorrido pelo Grande Oriente do Brasil no Estado não

reflete necessariamente as datas de início do diagrama abaixo, observando a peculiaridade regional.³³

Figura 2. Rupturas na estrutura da maçonaria no Brasil.



Fonte: VALENCIANO, Tiago (2014)

Esta figura demonstra a estrutura maçônica formada desde 1822: as duas cisões (1927 e 1973) deixam claro o exposto anteriormente, tanto em relação à subordinação dos organismos estaduais (GOB) quanto a independência do modelo de confederação adotado pela CMSB e pela COMAB. Assim, notamos as subdivisões ocorridas ao longo dos anos, oriundas da estrutura do Grande Oriente do Brasil, mas que ainda são aceitas entre os maçons do país como regulares, na maioria das vezes.

Pretendemos demonstrar nesta seção as origens e o desenvolvimento institucional da maçonaria no Brasil, a partir do olhar direcionado para as potências com expressão nacional e regularidade aceita. Tal panorama é importante, visto que as iniciativas da maçonaria no Paraná são oriundas desta estrutura e, para tal, preferimos expor esta trajetória, com o objetivo de solidificar este trabalho, que versa sobre as carreiras dos grão-mestres da maçonaria no Paraná exclusivamente das três subdivisões das potências analisadas: o Grande Oriente do Brasil-Paraná, seção do Grande Oriente do Brasil no Estado; a Grande Loja do Paraná, autônoma,

³³ O capítulo quinto intitulado “A radiografia da instalação da maçonaria no Paraná: uma síntese histórico-sociológica” resume a trajetória paranaense destas rupturas.

porém ligada à Confederação da Maçonaria Simbólica do Brasil (CMSB); e o Grande Oriente do Paraná, na mesma condição da Grande Loja do Paraná, porém relacionada à Confederação Maçônica do Brasil.

Outrossim, ainda paira a questão acerca da maçonaria: afinal, diante de tantas cisões a maçonaria é ou não única? Estas divisões atrapalham ou ajudam a atuação dela? Pelo exposto, a maçonaria é uma instituição coesa no aspecto de seu pensamento, da ideologia que repassa aos seus membros, conforme exposto no capítulo 1.3 desta tese. Por outro lado, as subdivisões internas expuseram a disputa pelo espaço no campo político institucional, ressaltando que cada uma das três grandes vertentes maçônicas do país (GOB, CMSB e COMAB) tem organização e personalidade jurídica próprias, com a dinâmica de funcionamento variável de acordo com a realidade regional.

Apesar das subdivisões existentes, a maçonaria ainda preza por ações conjuntas (caso dos recentes posicionamentos políticos, conforme exposto) e, por conseguinte, o modo de conduta repassado aos maçons tem base comum. Em suma: as divisões administrativas não afetam a transmissão da filosofia maçônica para seus integrantes; por outro lado, ações em massa (nacionais ou estaduais, por exemplo), devem ser tomadas a partir de suas lideranças, isto é, de seus Grão-Mestres.

Esta realidade reforça a importância deste trabalho, destinado à análise do perfil sociológico destes sujeitos e a relação entre eles no espaço social. O “retorno do sujeito”, analisado por Montagner (2007) demonstra este panorama na atualidade da teoria sociológica:

O movimento pendular entre a filosofia do sujeito e a filosofia sem sujeito é uma constante nos embates entre as ciências sociais e a filosofia há muito tempo, desde os primórdios durkheimianos (Bourdieu e Wacquant, 1992). Esse debate é vasto e infundável, mas não se pode negar a nova preeminência das abordagens em que o sujeito social é colocado como centro e a chave das análises sociológicas a partir dos anos sessenta e setenta. Atualmente esta é a pedra de toque de toda moderna Sociologia, a mais ver, de todas as ciências humanas. (MONTAGNER, 2007, p. 241).

Ou seja, a partir do retorno do sujeito e de sua relação com o estudo das biografias coletivas (prosopografia) é que podemos analisar os perfis destes Grão-Mestres e, sobretudo, a inserção sob os aspectos políticos, associativos e

econômicos de cada um, a fim de que se possa responder a questão: qual é a identidade social de um líder maçom no Estado do Paraná? Esta é uma das propostas desta tese e, para tal, haverá a exposição da construção da maçonaria no Paraná para, então, desdobrarmos a relação entre a sociologia destes sujeitos e a inserção social e política dos mesmos na tríade Paraná, maçonaria e sociologia.

PARTE III – A MAÇONARIA NO PARANÁ

3 A ORIGEM E O DESENVOLVIMENTO DA MAÇONARIA PARANAENSE

3.1. MAÇONARIA NO PARANÁ: DA PROVÍNCIA AO INÍCIO DO SÉCULO XX

O propósito desta seção é evidenciar a história da maçonaria no Paraná, de seus primórdios até os dias atuais. Tal intenção refletirá nas explicações acerca da trajetória das potências maçônicas existentes até hoje (GOB/PR, GLP e GOP), bem como sobre o perfil dos grão-mestres que lideraram estas instituições. Após a breve exposição sobre a história da maçonaria no Brasil, o recorte quanto ao Paraná nos auxiliará nos caminhos para responder a questão central deste trabalho: qual é o caminho, a carreira percorrida de um maçom desde a iniciação até o grão-mestrado, além, é claro, do perfil de cada um destes grão-mestres.

Tanto Zucoli (2001) quanto Spoladore (2007) apontam a Loja Maçônica União Paranaense como a primeira da ainda Comarca do Paraná, pertencente à Província de São Paulo. Fundada em 21 de março de 1837, recebeu a carta constitutiva (ou seja, a autorização para funcionamento) em 03 de junho do mesmo ano. Este dado está disponível no Boletim nº 1896, página 348, do Grande Oriente do Brasil, potência maçônica pertencente. A loja maçônica recebeu o 38º número de ordem do GOB.

Até a instalação da primeira Delegacia do GOB para o Paraná em 1902, não havia nenhum organismo que comandasse a maçonaria na então Comarca de São Paulo, elevada à categoria de província em 29 de agosto de 1853³⁴. Portanto, as lojas eram fundadas e, ora subordinadas diretamente ao Grande Oriente do Brasil (ou Delegacia correspondente), ora insubordinadas, sem registros que confirmem algum tipo de relacionamento.

A segunda loja maçônica fundada neste período no Paraná foi a Fraternidade Coritybana nº 75, datada de 1º de abril de 1845, a primeira criada na

³⁴ Conforme a Lei nº 704, de 29 de agosto de 1853, sancionada por D. Pedro II. Disponível em: <<http://www.itcg.pr.gov.br/modules/conteudo/conteudo.php?conteudo=73>>. Acesso: 20 fev 2016.

futura capital do Estado. O rito praticado era o mesmo da União Paranaguense: o Rito Escocês Antigo e Aceito. Devido à preconceitos religiosos da pequena cidade (à época com 10 mil habitantes), encerrou as atividades em 1861 (SPOLADORE, 2007).

Em Morretes surgiu a terceira loja maçônica do Paraná: a Conciliação Morretana, nascida em 15 de junho de 1847, sob o número 81 do Grande Oriente do Brasil. Também encerrou as atividades em 1861. Na sequência, uma nova loja foi criada em Curitiba, muito provavelmente na década de 1850, segundo informações de Spoladore (2007, p. 24). Zucoli (2001) anota que em 1855 os integrantes desta loja ofereceram o prédio em que estava instalado o Templo Maçônico para a Santa Casa de Misericórdia da localidade. Poucas e desencontradas informações existem acerca da aludida instituição.

A Loja Philantropia Guarapuavana provavelmente foi a quinta criada no Paraná, em 25 de agosto de 1851, “segundo documentos existentes em poder da Loja, sendo o mais fiel o Livro de Ouro (Matrícula de Obreiros) que pode se aceitar como fonte primária” (SPOLADORE, 2007, p.25). Prober (1978) e Zucoli (2001) acreditam que ela foi fundada em 25 de setembro de 1872. O pertencimento da referida loja ao Grande Oriente do Brasil não foi confirmado de imediato, mas a tendência é que já pertencia à potência – apesar de receber a Carta Constitutiva em 16 de dezembro de 1872.

Da emancipação política do Paraná (1853) até a Proclamação da República (1889), as lojas criadas se dividiram entre duas vertentes: àquelas pertencentes ao Grande Oriente do Brasil (conhecido no período como do Lavradio, em alusão a rua em que estava sediado) e as do Grande Oriente do Brasil dos Beneditinos, uma ruptura do GOB que pouco durou.

Em relação ao Grande Oriente do Brasil – Lavradio, foram criadas duas lojas no período: a Fraternidade Paranaguense, em 1859, com Carta Constitutiva recebida em 1 de fevereiro de 1860, nº 137; e a Fraternidade Castrense, de 15 de dezembro de 1876, sob nº 366. Observamos que a maçonaria, restrita à Curitiba e ao litoral, começa a se expandir neste período (CASTELANI & CARVALHO, 2009).

Quanto ao Grande Oriente do Brasil – Beneditinos (ou Grande Oriente Unido), uma breve dissidência do GOB, nove lojas surgiram, demonstrando a

atuação do mesmo em território paranaense. A primeira destas foi a Loja Perseverança de Paranaguá, nascida em 5 de maio de 1864, considerada “a mais importante loja do período provincial”, sobretudo por liderar o movimento abolicionista e campanhas visando a Proclamação da República (CASTELANI & CARVALHO, 2009).

Já em 13 de abril de 1869 era fundada a Loja Estrela de Antonina, sendo o Rito Escocês Antigo e Aceito também praticado pela mesma. Após a cisão de 1873 que culminara com a criação da COMAB, esta se desligou do GOB-PR. Ainda na região, em 22 de junho de 1871 nascia a Loja Modéstia de Morretes, que encerraria as atividades somente após perseguições políticas do governo de Getúlio Vargas. Dois anos após, em 27 de dezembro de 1873, a loja com alcunha da data de fundação era criada em Curitiba que, a princípio esteve no GOB, mas logo em seguida passou para o Grande Oriente dos Beneditinos (SPOLADORE, 2007).

As quatro lojas posteriores a 27 de Dezembro seguiram com destino ao interior, algo que havia acontecido apenas com a fundação da loja de Guarapuava. Em 12 de setembro de 1874 nascia a Estrela do Paraná, em Ponta Grossa. Dois meses depois a Loja Virtude de Campo Largo também era criada, sob a égide do Rito Escocês Antigo e Aceito. Em 18 de outubro de 1875 a Loja Santo Antônio da Lapa, em Lapa. Em 1902 a loja passou a integrar o Grande Oriente Independente do Paraná, mas acabou fechando definitivamente. Por fim, nesta lista de lojas fora do eixo Curitiba-litoral, houve a criação da Fraternidade Castrense, em 15 de dezembro de 1876. Em conjunto com a Loja Philantropia Guarapuavana e a Estrela de Antonina, ela também se mantém em atividade atualmente, pertencendo ao Grande Oriente do Brasil (SPOLADORE, 2007; ZUCOLI, 2001).

Por fim, as duas últimas lojas maçônicas fundadas até 1889 são de Curitiba. A primeira é a Loja Apóstolo da Caridade, oriunda da crise instaurada na Loja 27 de Dezembro, por maçons que desejavam mudar de potência. Os que se mantiveram no Grande Oriente do Brasil (Beneditinos) fundaram a Apóstolo da Caridade e os que decidiram pela nova potência (GOB), permaneceram na loja 27 de Dezembro. Também pertenceu ao Grande Oriente Independente do Paraná, a partir de 1902, mas em 1908 suspendeu os trabalhos. Todavia, retornou em 1963, pelo Grande Oriente do Paraná e, somente em 1995, estaria retornando ao GOB-PR. Já a

segunda é a Loja Concórdia IV, em 24 de janeiro de 1877. O itinerário foi o mesmo da Loja Apóstolo da Caridade, pertencendo ao Grande Oriente Independente do Paraná, Grande Oriente do Paraná e, finalmente, retornando ao GOB-PR (SPOLADORE, 2007).

Desta forma, da fundação da primeira loja maçônica no Paraná (União Paranaense) até a Loja Concórdia IV (a última até a Proclamação da República), foram 17 lojas instaladas, todas pertencentes ao Grande Oriente do Brasil ou às cisões ocorridas na referida potência maçônica. Segundo Zucoli (2001), a atuação destas lojas maçônicas estava direcionada sob duas vertentes: a primeira em relação às obras de caridade, sobretudo quanto à formação da Santa Casa de Misericórdia de Curitiba, inclusive doando imóveis para a instalação da instituição³⁵; e a segunda sobre a atuação política, presente também nas decisões nacionais, como exposto anteriormente.

A movimentação política dos maçons no Paraná no Século XIX destaca-se pela liderança no governo da então província e pela prefeitura de Curitiba. Agostinho Ermelino de Leão foi vice-presidente da província do Paraná em cinco períodos: em 1864, 1866, 1869, 1870 e 1875. Pertencia à Loja Luz Invisível nº 749, do Grande Oriente do Brasil, fundada em 1900 – revelando que fora iniciado após o período em que esteve na vice-presidência da província do Paraná (CARNEIRO JÚNIOR, 2014, p. 39).

Manoel Álvares de Araújo³⁶ também exerceu o cargo de vice-presidente da província, em 1865. Era integrante do quadro da Loja Perseverança nº 159 de Paranaguá, sendo um de seus fundadores em 05 de maio de 1864. Vale ressaltar que a referida loja atuou em defesa da libertação dos escravos, pois “nos consta ser a primeira Loja Maçônica no Brasil, a fazer este ato oficial para libertação de escravos, 20 anos antes da Lei Áurea” (ZUCOLI, 2001). Outrossim, Araújo foi

³⁵ Mais informações sobre a doação dos imóveis das lojas maçônicas de Curitiba à Santa Casa estão disponíveis em: <<http://www.museumaconicoparanaense.com/indexSantaCasa.htm>> Acesso: 10 ago 2015.

³⁶ “28 anos, bacharel em Direito, filho de importante e tradicional família do litoral paranaense, cunhado do deputado geral Dr. Jesuino Marcondes, casado com a filha do comendador David dos Santos Pacheco, da Vila do Príncipe, eleito pela primeira vez para deputado, já sendo escolhido por seus pares para o cargo principal desta casa (ALVES, 2014, p. 129)

deputado provincial de 1864 a 1865, sendo cunhado de Jesuíno Marcondes, que havia também desempenhado a função (ALVES, 2014, P. 127) – o que demonstra as relações de parentesco no poder desde o início da formação política do Paraná, também apontado por Oliveira (2001).

Outro maçom também ocupou a vice-presidência e, posteriormente, a presidência da província: Joaquim de Almeida Faria Sobrinho³⁷, membro da Loja 27 de Dezembro, de Curitiba. Esteve no poder entre 1885 e 1887. Por fim, o último a integrar a galeria de integrantes da maçonaria na política do período provinciano foi Joaquim José Alves³⁸, da Loja Estrela de Antonina nº 190.

Quanto à prefeitura de Curitiba, destaca-se apenas o nome de José Borges de Macedo, o primeiro prefeito da futura capital do Estado. Ocupou o cargo de 1835 a 1838 e integrava o quadro de maçons da Loja Candura Curitiba. Ademais, nenhum outro prefeito de Curitiba até 1889 participou da maçonaria, segundo as informações disponíveis, conforme anexo III (ZUCOLI, 2001).

Ao elencarmos as lojas maçônicas do período, obtivemos os seguintes resultados:

Tabela 2 Lojas Maçônicas do Paraná (1853-1889)

Loja Maçônica	Data de Fundação	Potência
União Paranaguense	21/03/1837	GOB
Fraternidade Corytibana	01/04/1845	GOB
Conciliação Morretana	15/06/1847	GOB
Candura Coritybana	1850	-
Philantropia Guarapuavana	25/08/1851	GOB
Fraternidade Paranaguense	01/02/1860	GOB
Perseverança (Paranaguá)	05/05/1864	GOB-Beneditinos
Estrela de Antonina	13/04/1869	GOB/GOP
Modéstia (Morretes)	22/06/1871	GOB-Beneditinos
27 de Dezembro (Curitiba)	27/12/1873	GOB-Beneditinos
Estrela do Paraná (Ponta Grossa)	12/09/1874	GOB-Beneditinos
Virtude de Campo Largo	12/12/1874	GOB-Beneditinos
Santo Antônio da Lapa	18/10/1875	GOB-Beneditinos

³⁷ Lapa (1847)-Paranaguá (1893), foi “Advogado, jornalista, procurador fiscal do Tesouro Geral, secretário do Museu Paranaense, professor, deputado provincial, juiz, auditor de guerra, promotor, vice-presidente da Província do Paraná em 1885 e presidente em 1886” (CARNEIRO JÚNIOR, 2014, p. 48)

³⁸ Paranaense, em conjunto com Agostinho Ermelino de Leão foi um dos nativos que assumiram a presidência da então província. Para mais informações ver ALVES, 2014, p. 434.

Apóstolo da Caridade (Curitiba)	05/11/1875	GOB-Beneditinos / GOB
Fraternidade Castrense	15/12/1876	GOB
Concórdia IV	24/01/1877	GOB-Beneditinos / GOB

Fonte: Spoladore (2007); Zucoli (2001).

O segundo período da maçonaria no Paraná é compreendido entre a Proclamação da República, em 1889, até a criação da Delegacia do Grande Oriente do Brasil – Paraná, uma espécie de subdivisão do poder central do GOB para administrar a fundação e a manutenção de lojas maçônicas paranaenses. A Delegacia do GOB foi instalada oficialmente em 1902 e, até sua instituição, quatorze novas lojas surgiram (SPOLADORE, 2007).

A primeira destas lojas foi a Fraternidade Paranaense, sediada em Curitiba e criada em 01 de abril de 1897, com integrantes da encerrada loja 27 de Dezembro. Funcionou em diversos locais e, por fim, inaugurou templo próprio na Praça Zacarias, local em que futuramente seria construído o Edifício das Acácias, sede administrativa do GOB-PR por alguns anos. Após dissidência interna, a loja foi suspensa em 1944 e, em 1947, promoveu fusão com a Loja Dario Vellozo (ZUCOLI, 2001).

No mesmo ano, em 14 de abril, era criada a Loja Estrela de Imbituva, recebendo o número 564, em pleno funcionamento até hoje. Finalizado a criação de lojas em 1897, a Loja Amor e Caridade II era criada em 10 de outubro em Ponta Grossa, também se mantendo em atividade sob o número 582. Já em 1898 uma nova loja maçônica era inaugurada em Campo Largo: a Piedade Campo Larguense, em 01 de agosto. Em decorrência de disputas internas, finalizou as atividades logo em seguida da última reativação, em 23 de abril de 1914. Outra loja nascida em 1898 é a Conceição Palmeirense, de Palmeira, no dia 07 de novembro, sendo encerrada em 1905. A Loja Fé e Trabalho, de Rio Negro, nasceu dois dias após a Conceição Palmeirense, mantendo-se em atividade. Por fim, a Loja Cardoso Júnior, de Piraquara/Curitiba, recebeu a Carta Constitutiva em 12 de dezembro do mesmo ano, sendo transferida da Vila Deodoro (local de fundação) para Curitiba em 1914 (SPOLADORE, 2007).

No ano seguinte foram criadas as Lojas Estrela do Deserto em Joaquim Távora, no dia 03 de abril de 1899; Luz e Caridade II, de São Mateus do Sul;

Socorro, em São José dos Pinhais; Loja União III, de União da Vitória; e Loja Caridade Palmense, em Palmas. Soma-se a estas lojas a Acácia Paranaense, de Curitiba, criada em 02 de julho de 1900 e a Loja Luz Invisível, de 20 de setembro de 1900 (SPOLADORE, 2007).

Ao todo foram 14 lojas maçônicas fundadas até a instalação da Delegacia do Grande Oriente do Brasil no Paraná. Estes organismos permaneceram filiados ao GOB e, diante das inúmeras lojas que surgiram desde a União Paranaguense, muitas conseguiram obter templos próprios. Além disso, com o fim do Grande Oriente do Brasil dos Beneditinos, as lojas passaram a manter maior estabilidade e algumas delas trabalham até hoje.

Interessante notar que este período é caracterizado pela instalação da maçonaria no Paraná e, sobretudo, da atuação de seus membros em processos históricos importantes, como a abolição da escravidão e a guerra do Paraguai, por exemplo. Como o objetivo deste trabalho não é tratar a atuação dos maçons no Século XIX, citamos estes eventos no sentido de demonstrar que a instituição se fixou em território paranaense e seus integrantes participaram da formação do futuro Estado do Paraná, seguindo a ação típica da maçonaria brasileira da época, isto é, a participação nos principais eventos políticos do país – e neste caso, em especial, na política regional.

O histórico da maçonaria no Paraná de 1837 a 1902 tem como outra característica a expansão via Grande Oriente do Brasil, principal potência da época e, mesmo com as rupturas atravessadas, ainda possuía a soberania no tocante a formação de novas lojas e liderança das ações políticas e sociais deste período. Vale destacar que as principais cidades da época passaram a contar com lojas maçônicas, em um itinerário típico da expansão paranaense, em um movimento do litoral em sentido ao interior. A maçonaria, territorialmente falando, estava fortemente presente no eixo Antonina-Paranaguá, ou seja, justamente nas primeiras cidades do Paraná, ampliando as lojas para Curitiba e, posteriormente, no roteiro centro-norte.

3.2. A DELEGACIA DO GRANDE ORIENTE DO BRASIL NO PARANÁ

O primeiro esboço da presença de uma potência maçônica no Paraná foi a Delegacia do Grande Oriente do Brasil. Salientamos a existência de tal corpo maçônico, uma vez que nossa opção foi retratar a história da maçonaria no Brasil e, posteriormente, no Paraná, pela trajetória das três principais potências do país. Esta escolha deve-se ao fato de que os perfis dos grão-mestres estudados neste trabalho seguem a linha histórica destas instituições, com atuação nacional e regional consolidada ao longo dos anos.

Antes do estabelecimento da Delegacia do GOB no Paraná, o maçom Antônio Gomes Vidal havia sido nomeado representante da potência em 1878 e, após dois anos, veio a falecer (ZUCOLI, 2001). Desta maneira, as lojas maçônicas passaram a ficar subordinadas diretamente ao poder central, sem que houvesse uma representação regional para tratar dos interesses das instituições fixadas no Paraná.

O Rio Grande do Sul era o Estado mais próximo em termos de representatividade e organização maçônica, com um Grande Oriente e Supremo Conselho criado em 1893. Em uma visão expansionista da instituição, há a nomeação de Trajano Joaquim dos Reis para a função de Delegado no Paraná em 1902, fato este não unânime pelas lojas paranaenses da época (BELLINI, 2002, p. 33).

Outro incidente que contribuiu para a instalação de uma Delegacia do GOB no Paraná foi um congresso realizado pela Loja Acácia Paranaense, com a presença de algumas lojas. Questionada sobre o motivo da realização do evento sem a anuência do GOB, os representantes das lojas Modéstia, Luz Invisível, Perseverança e Fraternidade Castrense se retiraram da sessão. O episódio rendeu à Acácia Paranaense o desligamento da potência (ZUCOLI, 2001).

Em vista do descontentamento dos integrantes das lojas do Paraná pela nomeação de um Delegado subordinado ao Rio Grande do Sul, o poder central do GOB nomeia o Coronel José Carvalho de Oliveira como Delegado. A loja maçônica protagonista do estabelecimento desta Delegacia é a Fraternidade Paranaense nº

555, a qual contou com o primeiro Delegado nomeado para representar o Grande Oriente do Brasil no Paraná. Segundo Zucoli, a fundação da referida loja ocorreu

Em Março de 1897, os MMAç.º Francisco José Cardoso Junior 33.º, Guilherme J. Leite 3.º, Josino Mascaranhas 17.º, Joaquim Procópio Chichorro 18.º, João L. Queiroz Costa 3.º, João Fernandes dos Santos 18.º, Armando Cunha 3.º, Pedro M. Souza Galvão 32.º, Antonio de Barros 18.º, Joaquim Alves de Araujo 33.º, Araujo Pimpão 18.º e Domingos Cunha 30.º, convidaram pela imprensa os MMAç.º residentes em Curitiba para uma reunião. A 1º de Abril, sob a presidência do Marechal Francisco José Cardoso Junior 33.º, era instalada provisoriamente a Ofic.º, com o título Fraternidade Paranaense. (ZUCOLI, 2001).³⁹

A nomeação do Coronel José Carvalho de Oliveira⁴⁰ ocorreu em 01 de julho de 1902, sendo que a sede da Delegacia funcionaria na Loja Fraternidade Paranaense, na Praça Zacarias, nº 10, em Curitiba. O templo da referida loja funcionava nas proximidades do local em que atualmente está instalado o Museu Paranaense, construído entre 1928 e 1929 e, em 1938 foi adquirido pelo Interventor do Estado Manoel Ribas para abrigar a sede do governo estadual, recebendo o nome de Palácio São Francisco⁴¹. O endereço da Praça Zacarias é tradicional da maçonaria no Estado, como exposto adiante neste trabalho.

Figura 3. Templo da Loja Fraternidade Paranaense nº 555



Fonte: ZUCOLI, 2001.

³⁹ Os nomes destes personagens podem ser encontrados nas publicações do Núcleo de Estudos Paranaenses, como os casos de Oliveira (2001); Alves (2014); Goulart (2014)

⁴⁰ De profissão negociante, foi candidato a vereador em Curitiba em 1887 (ALVES, 2014, p. 492)

⁴¹ Mais informações sobre o Museu Paranaense podem ser consultadas em: < <http://www.museuparanaense.pr.gov.br/modules/conteudo/conteudo.php?conteudo=48>>. Acesso em: 10 ago 2015.

Em reação à nomeação de Carvalho para a função e, a partir do desligamento da Loja Acácia Paranaense, Trajano Reis funda em 28 de agosto de 1902 o Grande Oriente e Supremo Conselho do Paraná, com a administração formada pelo mesmo como Grão-Mestre e Soberano Grande Comendador e Joaquim Pereira de Macedo como Adjunto e Lugar Tenente, uma espécie de Vice-Soberano Grande Comendador (ZUCOLI, 2001). A breve história deste organismo será adiante elencada.

Um novo Delegado seria nomeado para a função em 1908, em 20 de abril: Dário Persiano de Castro Vellozo⁴². Não somente pela importância do cargo em relação à maçonaria, mas principalmente pela atuação, Vellozo se destacava à época enquanto poeta e escritor. Em conjunto com Emiliano Perneta, participou do movimento simbolista no país, que tem como características o subjetivismo, a musicalidade e o transcendentalismo.

Ingressou na maçonaria em 09 de julho de 1898, na Loja Perseverança de Paranaguá, com trajetória ascendente, sendo que em 19 de novembro de 1900 já estava no grau 18 e, em 18 de março de 1903 já atingiria o grau 30. O último grau do Rito Escocês Antigo e Aceito, o 33, seria galgado por Vellozo em 22 de outubro de 1903. Ainda em 1898 foi filiado na Loja Fraternidade Paranaense e integrou diversas lojas maçônicas, exercendo a função de Venerável Mestre em três oportunidades. Intelectual atuante na sociedade, sua trajetória foi estudada por Cordiolli (2009)⁴³.

Relativamente às funções desempenhadas junto ao Grande Oriente do Brasil, Dário Vellozo foi secretário da citada Delegacia, de 25 de julho de 1902 a 20 de abril de 1908, data em que assumiu como delegado até 20 de julho de 1909. Alterou a sede da Delegacia para a Rua Iguaçu, local de sua residência, atendendo diariamente das 9h às 11h para tratar de assuntos de interesse maçônico. Vellozo

⁴² A biografia de Dário Vellozo de modo expandida pode ser vista em: <http://diariovellozo.blogspot.com.br/2013/09/quem-foi-dario-vellozo_13.html>. Acesso: 20 jan 2016.

⁴³ O livro digital "Gênesis de um idílio: a trajetória intelectual de Dário Vellozo (1890-1909)" narra o itinerário intelectual do mesmo. Disponível em: <https://cordiolli.files.wordpress.com/2009/08/cordiolli_h001_dario_vellozo.pdf>. Acesso: 20 jan 2016.

“procurou unir as Lojas que permaneceram fiéis ao GOB, o que fez de maneira magnífica” (BELLINI, 2002, p. 34), visualizando a possibilidade de unir novamente o Grande Oriente dissidente junto ao GOB.

José Niepce da Silva⁴⁴ foi nomeado Delegado em substituição à Vellozo, pelo Ato nº 136, promulgado pelo Grão-Mestre do GOB, Lauro Sodré. A política adotada pelo Delegado era parecida com a de Dário Vellozo, com o intuito de expandir a ação da maçonaria para o interior do Estado. Além disso, buscou em assembleias com integrantes do Grande Oriente dissidente a reunificação da instituição no Paraná, algo que não ocorreu (ZUCOLI, 2001).

Outro fato marcante da administração de Niepce foi a realização do 1º Congresso de Lojas Maçônicas do Paraná, em 20 de agosto de 1911, nas dependências da Loja Unione e Fratellanza nº 779, na Rua Vicente Machado, em Curitiba, retratado na foto abaixo. E, de fato, conforme analisamos neste trabalho, este foi o primeiro congresso de lojas maçônicas da história da instituição no Paraná, algo replicado recentemente com o Grande Oriente do Brasil – Paraná, que constantemente promove estes encontros.

O mandato de José Niepce da Silva durou até 04 de novembro de 1912, quando Libero Badaró Nogueira Braga assume a função, por intermédio do Ato nº 248, do GOB. Badaró também realizou mais um congresso do GOB em 1914, ano que deixou a Delegacia do GOB-PR, assumindo José Carvalho de Oliveira até 09 de dezembro de 1917. Em alternância no poder, Niepce retorna à Delegacia, permanecendo até 1919 (ZUCOLI, 2001).

⁴⁴ A carreira política de José Niepce da Silva é retratada: “Este beneficiário dos membros da Alep foi Secretário de Obras Públicas e Colonização durante o terceiro mandato do governador Xavier da Silva, em 1911. Também foi secretário de Governo no mandato de Carlos Cavalcanti, liderando a mesma Secretaria foi acusado de roubo do erário público por Afonso Camargo que instaurou um inquérito quando o referido Secretário estava em viagem, não podendo se defender. Já no comando político do Estado, Afonso Camargo providenciou a demissão de Niepce e a substituição deste por seu irmão, Marins Camargo. O fato interessante é que José Niepce, por sua vez, conhecedor das questões que envolviam vendas e legitimação de terras, passou a acusar Afonso Camargo e sua família de forma impetuosa. (Jornal Gazeta do Povo, em 1919). Em 1927, José Niepce da Silva volta à cena política aliando-se novamente à Afonso Camargo, saindo como candidato à deputado estadual pelo PRPr. (Jornal Gazeta do Povo, 1927)” (GOULART, 2004, p. 403).

Figura 4. Templo da Loja Unione e Fratellanza nº 779 e Sede Administrativa da Delegacia do GOB no Paraná



Fonte: ZUCOLI, 2001.

Assume a Delegacia do Grande Oriente do Brasil no Paraná, em 13 de junho de 1919, o maçom Abdon Petit Guimarães Carneiro, responsável pela reincorporação do Grande Oriente dissidente ao GOB. O tratado da fusão é assinado por Carneiro e Ângelo Pinto de Sá Ribeiro, Grão-Mestre do então Grande Oriente do Paraná na época.

Até 1922, oito novas lojas maçônicas foram criadas no Paraná pelo Grande Oriente do Brasil (BELINI, 2002), sendo: Clemência e Perseverança (Ipiranga); Amor à Virtude (Ribeirão Claro); Unione e Fratellanza (Curitiba); José Carvalho (Jaguariaíva); Cyro Vellozo (Prudentópolis); Aristides Lobo (Jacarezinho); Aautos do Bem (Rio Azul); e União e Progresso (Irati).

Os trabalhos da Delegacia do Grande Oriente do Brasil no Paraná seriam, interrompidos em 1928, quando da criação do “Grande Oriente Estadual do Paraná”. Pelo caráter, não podemos considerá-la como uma potência maçônica, seguindo os princípios de independência e representatividade. Todavia, pelo espírito de fundação de lojas, realização de congressos e alteração no poder quanto ao nome dos

delegados representantes do GOB, caracterizamos esta Delegacia ao estilo de uma potência – ainda que fosse subordinada diretamente ao poder central.

Esta Delegacia foi a primeira organização maçônica do Estado, subordinada ao GOB e que desempenhou importante papel na condução dos trabalhos da instituição no Paraná. Ademais, os organismos maçônicos subsequentes – como analisaremos adiante – seguiram os trabalhos da aludida subdivisão, considerando-a como, de fato, uma extensão do Grande Oriente do Brasil no Paraná, ou seja, um embrião do atual Grande Oriente do Brasil-Paraná.

Neste sentido, vale ressaltar que a presença da Delegacia do Grande Oriente do Brasil no Estado do Paraná auxiliou para a expansão da instituição no Estado, sobretudo em relação às dificuldades de locomoção existentes na época: estradas em más condições de tráfego e conservação, pequena quantidade de veículos disponíveis e a distância entre o Paraná e o Rio Grande do Sul, unidade da federação mais próxima se tratando de maçonaria e a qual os paranaenses estavam diretamente subordinados. Além disto, a presença física da maçonaria no Estado passa a surgir, com a integração dos trabalhos administrativos aos templos maçônicos, direcionados para o desenvolvimento de atividades administrativas – algo diferente das lojas maçônicas, que necessitam de templos para a realização dos trabalhos.

Considerando esta presença e, em virtude da fusão da Delegacia com o Grande Oriente do Brasil, as atividades deste organismo foram interrompidas e, em 1928, houve a criação do “Grande Oriente Estadual do Paraná”, que iremos abordar adiante, demonstrando os motivos da fundação e o posterior desenvolvimento ao longo dos anos.

3.3. O “GRANDE ORIENTE ESTADUAL DO PARANÁ”

A experiência de alguns anos da existência da Delegacia do Grande Oriente do Brasil no Paraná provavelmente fez com que os maçons do Estado enxergassem os benefícios de uma organização independente, com propósito expansionista e que pudesse expedir os materiais necessários à atividade maçônica. Portanto, a autonomia surgia como um caminho interessante, experimentado e que poderia

obter algum êxito. Neste sentido surgiram as primeiras reuniões destinadas à fundação do Grande Oriente Estadual do Paraná, uma potência maçônica independente, mas contendo integrantes e lojas oriundas da então Delegacia do GOB no Paraná. Em suma: este “Novo Oriente Estadual” surgia com o objetivo de consolidar a autonomia e os interesses dos membros da maçonaria do Paraná.

Os maçons da futura potência participaram de um congresso no Rio de Janeiro de 07 de janeiro de 1925 e lá se deu início aos preparativos para a fundação do Grande Oriente Estadual do Paraná. Em 21 de abril do mesmo ano, Petit Carneiro (na época Delegado do GOB-Paraná) enviou uma correspondência para que os Veneráveis Mestres (Presidentes) das lojas maçônicas de Curitiba se reunissem em sua residência no dia 26 do mesmo mês. Outra reunião ocorreu em Setembro, no mesmo local (ZUCOLI, 2001).

O anúncio de jornal, inclusive, cita as lojas participantes da futura potência maçônica do Paraná: Fraternidade Paranaense, Luz Invisível, Unione e Fratellanza, Acácia, Garibaldi, Concórdia, Cardoso Júnior e 27 de dezembro. Ainda há a indicação de que as capitais que possuísem ao menos cinco lojas poderiam se reunir em torno de um Grande Oriente estadual, apontando-nos a premissa regulamentar do GOB utilizada pelas lojas para que houvesse a criação do mesmo (SPOLADORE, 2007).

Além disso, o Orador da Loja Luz Invisível, Dario Persiano de Castro Vellozo, providenciou uma correspondência para as demais lojas maçônicas de Curitiba, a com o intuito de demonstrar os benefícios que a maçonaria paranaense poderia alcançar a partir da fundação da potência, algo inédito para as estruturas do Grande Oriente do Brasil na época.

Figura 5. Anúncio de jornal noticiando a reunião de janeiro na capital federal (Rio de Janeiro)



Fonte: Jornal "O Dia", 3 de abril de 1925, sexta-feira, p. 4

Uma nova reunião alusiva à fundação do Grande Oriente Estadual do Paraná ocorreria em 09 de novembro de 1925 e, finalmente, aos dezesseis dias do mesmo mês, há a aprovação por unanimidade para a criação da referida “potência” maçônica. Após a fundação, dois decretos foram publicados no mês de outubro de 1927 reconhecendo a existência do referido Grande Oriente. O primeiro deles (nº 878, de 19 de outubro de 1927), de autoria do então Grão-Mestre geral do Grande Oriente do Brasil, Octávio Kelly, acata a criação do mesmo, mediante pedido das lojas maçônicas do Paraná; o segundo (nº 879, da mesma data do anterior), fixa o dia 03 de dezembro como data para que as lojas maçônicas integrantes do Grande Oriente Estadual realizassem eleições, visando escolher os representantes para a Assembleia Estadual do mesmo (ZUCOLI, 2001).

Um relevante destaque é dado relativo à edição de 1 de maio de 1928 do jornal “A Gazeta do Povo”, retratando a história da maçonaria no Paraná e os avanços obtidos desde sua fixação no território:

A INSTALAÇÃO, HOJE, DO GRANDE ORIENTE DO PARANÁ

Um pouco de historia da Maçonaria Paranaense

Installa-se hoje, solememente, nesta Capital, o Grande Oriente do Paraná. A organização de Orientes Estaduaes confederados é permittida pela Constituição da Maçonaria Brasileira, desde que, em um Estado, existam, no mínimo, 21 Lojas em plena actividade.

E, por isso a installação de hoje, exprime com serena, mas incisiva eloquencia, o incessante e surpeendente progresso da multi-secular instituição de Hiram em terras paranaenses.

Não deixa de ser, com effeito, consoladora surpresa tão notavel desenvolvimento quando, ao contrario do que se fazia supor pela premencia das circumstancias ambiente, ella parecia em tacito e largo esmorecimento.

Não é mysterio que, este Estado, acaba de passar por uma phase de verdadeira compreensão a (ilegível) Universal Ordem dos franco-maçons, a qual o Brasil deve os mais assignalados serviços em toda sua historia polico-social. - Ostentava e implacavelmente hostilisada, como todo e todos que discrepassem do fanatismo religioso do ex-presidente deste Estado, a Maçonaria Paranaense, com animo inquebrantavel dos que sabem cumprir o seu dever, correspondia á intolerancia governamental com a pertinencia silenciosa de sua acção fecunda, arregimentando proselytos, disciplinando o exercito do Bem e desdobrando mais amplo o pallio de sua discreta filosofia. (A GAZETA DO POVO, 1928).

Em outro trecho da referida matéria jornalística, há a citação de integrantes da instituição da época:

O SEGREDO DA MAÇONARIA . . .

Acampanhando a evolução social, a Maçonaria, apesar da venerabilidade de suas tradições, não hesita em acceitar praxes e ceremonias rituaes postas ao nível da mentalidade contemporanea.

Assim, identificada com o organismo social possue, como elle, armas de defeza - as intrinsecas virtudes vitaes que inutilizam os elementos nocivos, cujos olhos jamais conseguem passar por sobre os proprios interesses.

Eis o segredo pelo qual a Maçonaria prospera sempre e a prova inconcussa é a inauguração de hoje.

Diante do Grande Oriente do Paraná, em penhor de brilhante exito, estão velhos e dedicados legionarios de Hiram, como sejam o dr. Petit Carneiro que empunha com serenidade e ponderação, o malhete de Grão Mestre; o professor Dario Vellozo, o cel. José Carvalho, o cel. Euclides Bandeira, o cel. Francisco Simas e o cel. Isaías Miranda e outros denotados paladinos do livre pensamento. (A GAZETA DO POVO, 1928).

Na aludida data da publicação do jornal houve a posse das autoridades maçônicas do Grande Oriente Estadual do Paraná. A sessão de posse ocorreu às 20 horas, no templo da loja Fraternidade Paranaense, situada na Praça Zacharias, onde atualmente encontra-se o templo da loja Dário Vellozo, no edifício Acácias, nº 46 – 2º andar. Zucoli (2001) relata que o então maçom Dário Vellozo se fez presente

na posse, comentando o fato ocorrido. Neste mesmo templo, o Grande Oriente Estadual fez sua sede, proporcionando expediente diário para atendimento de interesse maçônico.

A foto abaixo é de 1932 e retrata a fachada do edifício-sede:

Figura 6. Sede do Grande Oriente Estadual do Paraná



Fonte: ZUCOLI, 2001.

O eleito para o Grão-Mestrado foi Affonso Alves de Camargo (1873-1958)⁴⁵, que possui carreira na política paranaense. Natural de Guarapuava, mudou-se jovem para Curitiba, sendo promotor público e professor de Direito da Universidade Federal do Paraná (UFPR). Foi Governador do Estado do Paraná entre 1916 e 1920, passando posteriormente um período como Deputado Federal (1921-1922) e Senador (1922-1928), retornando ao governo entre 1928 e 1930. Muito possivelmente por conta do retorno das atividades como Governador do Estado, Camargo não assumiu o Grão-Mestrado, deixando para que o adjunto eleito (uma espécie de vice grão-mestre) assumisse o mandato – no caso Abdon Petit Guimarães Carneiro⁴⁶, ou simplesmente Petit Carneiro (ZUCOLI, 2001).

A trajetória de Petit Carneiro perpassa basicamente entre os municípios de Paranaguá (local de nascimento) e Curitiba. Médico, Petit atuava na seara

⁴⁵ Objeto de análise das publicações do Núcleo de Estudos Paranaenses, como os casos de Oliveira (2001); Alves (2014); Goulart (2014)

⁴⁶ Filho de Delfica Guimarães, era neto do Visconde de Nácar (CARNEIRO JÚNIOR, 2014, p. 158)

epidemiológica e morou em São Paulo durante um período e, retornando a Paranaíba, foi iniciado na loja Luz e Perseverança em 28 de abril de 1900. Carneiro era primo de Joaquim Américo Guimarães, um dos fundadores do Clube Atlético Paranaense⁴⁷ e auxiliou, em 1912, na fundação da Universidade Federal do Paraná⁴⁸.

Entretanto, o percurso do Grande Oriente Estadual do Paraná não durou muito. Em 01 de Agosto de 1932, o então Grão-Mestre do Grande Oriente do Brasil, Octávio Kelly, assinou um decreto de extinção daquele organismo maçônico, sob a justificativa de que aproximadamente 75% (setenta e cinco por cento) das lojas maçônicas do Paraná passaram à subordinação do poder central (ZUCOLI, 2001). Assim, sem a manutenção de lojas maçônicas jurisdicionadas a presença de uma potência maçônica estadual também passava a não se justificar.

3.4. O GRANDE ORIENTE E SUPREMO CONSELHO DO PARANÁ

O Grande Oriente e Supremo Conselho do Paraná é a primeira tentativa de independência da maçonaria no Estado. A fundação desta potência maçônica demonstra duas ações típicas do desmembramento de instituições maçônicas no país, como analisamos anteriormente: a insatisfação com o comando nacional (ou poder central) e o anseio pela autonomia nos trabalhos, características determinantes para a criação deste novo organismo.

Os acontecimentos que marcaram a fundação do Grande Oriente foram capitaneados pela Loja Maçônica Acácia Paranaense, líder do movimento. As reuniões acerca do assunto se iniciaram em julho de 1902, com a fundação oficial ocorrendo em 28 de agosto do mesmo ano. Segundo a publicação da loja (Jornal “Acácia”), “a Maçonaria Paranaense podia arregimentar-se e dirigir-se por um corpo propriamente seu, a despeito da guerra pouco criteriosa movida pelos interesseiros do poder”. Esta citação reforça o argumento defendido acima, relativamente à independência do poder central e autonomia dos trabalhos maçônicos .

⁴⁷ Disponível em: < <http://www.furacao.com/historia/curiosidades/presidentes.php>>. Acesso em: 20 mai 2015.

⁴⁸ Disponível em: < http://www.museumaiconicoparanaense.com/MMPRaiz/Autoridades_PR/DELEG_919_Petit_Carneiro.htm> Acesso em 20 mai 2015.

De acordo com a referida publicação, a criação do Grande Oriente ocorre:

Para lutar pela federação maçônica no Brasil, conforme o programa do ser.º Gr.º Or.º do Rio Grande do Sul, que não quer a separação, mas sim a união por um modo todo plausível, deixando a cada Estado sua completa autonomia, tal deve ser o espírito das novas leis que vão ser decretadas, como também todo o esforço desses maçons abnegados que em boa hora proclamam a independência da Maçonaria Paranaense. (ZUCOLI, 2001, p. 110/111)

O desejo de autonomia institucional, capitaneado pela Loja Maçônica Acácia Paranaense, era liderado por Trajano Joaquim dos Reis, citado na mesma matéria jornalística como um dos expoentes da maçonaria na época. Trajano se destacou no final do Século XIX, quando chegou ao Paraná, em 1876. Médico, atuava como 2º cirurgião do exército e exerceu por duas vezes o mandato como Deputado Estadual, presidindo a Assembleia Legislativa do Estado do Paraná entre 1918 e 1919 (GOULART, 2014, p. 522). Ainda foi Vereador, também presidindo a Câmara Municipal de Curitiba. Além da vida pública, Reis tinha destaque na maçonaria, conforme citado, sendo o primeiro Delegado do Grande Oriente do Brasil no Paraná em 1902. Do mesmo modo, Trajano era visto como o líder deste movimento de independência da instituição no período, pois:

À frente do novo Gr.º Or.º está um velho maçom respeitável por todos os títulos, estimado por toda a população Curitybana, e cuja vida cheia de trabalhos pelo bem humano, tem sido para a pobreza desta terra como um sol de amor e de caridade. O Exmo. Dr. Trajano Joaquim dos Reis, medico distinctissimo, é um desses homens que podia dizer bem alto, se a sua reconhecida modéstia não o inibisse, que se ha honra, se ha character, se ha sentimentos de justiça e de humanidade, se ha virtude, elle pode encarnar em si todos esses predicados, porque a sua philosophia tão superior, engrandecida pelos exemplos que constantemente da sua própria consciência illuminada de clarões do céu. (ZUCOLI, 2001, p. 110/111)

Assim, em 04 de setembro de 1902 o Grande Oriente e Supremo Conselho do Paraná são instalados na Rua XV de Novembro, 75, sendo o maçom Trajano Reis eleito para o cargo de Grão-Mestre da referida potência. O templo cedido para os trabalhos do Grande Oriente foi o da Loja Acácia Paranaense, permanecendo até o término de 1902 no mesmo imóvel (ZUCOLI, 2001).

A nova sede foi inaugurada no mesmo ano, em 25 de outubro. As lojas da potência foram convidadas a participarem da cerimônia, que se iniciou às 19 horas,

no novo endereço, à Rua do Serrito – atualmente Rua Presidente Carlos Cavalcanti. O local onde o templo estava instalado recebeu o nome de Palacete Serro Azul e o Grande Oriente e Supremo Conselho do Paraná exerceram as atividades até junho de 1909, quando se mudou para a Rua São Francisco, 51.

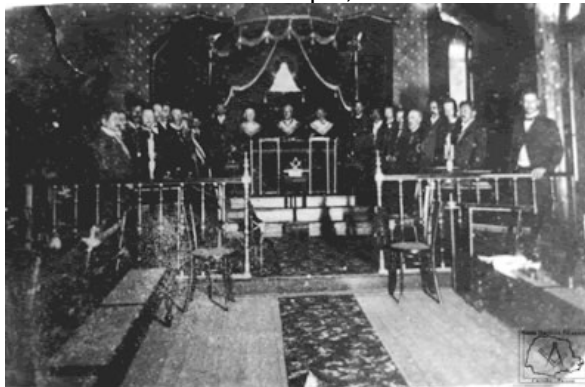
As imagens abaixo ilustram a fachada do Grande Oriente, bem como um templo que funcionava no local, instalado no andar superior. Nota-se a presença dos maçons em sessão, muito provavelmente em período anterior ou posterior à reunião, dada a posição dos mesmos:

Figura 7. Sede do Grande Oriente e Supremo Conselho do Paraná



Fonte: ZUCOLI, 2001.

Figura 8. Foto do interior do templo, situado no andar superior



Fonte: ZUCOLI, 2001.

Após o funcionamento neste local, o Grande Oriente foi transferido para o endereço da Rua São Francisco, com manutenção até 1920, quando foi incorporado ao Grande Oriente do Brasil novamente. Vinte e uma lojas maçônicas pertenceram à referida potência durante os dezoito anos de trabalhos, presentes principalmente em Curitiba e nas regiões de Ponta Grossa e Guarapuava (BELINI, 2002).

Em relação aos Grão-Mestres da potência, após a posse de Trajano Reis para o cargo, este permaneceu até o ano de 1909, quando Generoso Marques dos Santos⁴⁹ assumiu a presidência do Grande Oriente. Em sua vida profissional e pública, Marques era Bacharel em Ciências Sociais e Jurídicas na Faculdade de Direito de São Paulo, bem como jornalista político. Foi Deputado Estadual de 1866 a 1889. Na Assembleia Legislativa foi Presidente de 1888 a 1889, exercendo também a função de Segundo Vice-Presidente da então Província entre 1878 e 1880. A carreira pública continuou, assumindo uma cadeira no Senado entre 1890 e 1893, presidindo os trabalhos alusivos à primeira constituição do Paraná, em 1891. Retornou à Assembleia em 1897, permanecendo até 1913. Por fim, foi Senador da República entre 1909 e 1926. Retornou ao Grão-Mestrado por alguns meses em 1914.

Goulart (2004) analisa a carreira política de Generoso Marques, à luz dos conhecimentos de Bourdieu:

O que se percebe é que mesmo diante do novo arranjo político-partidário, Generoso Marques não avançou passos mais largos em sua carreira ingressando em cargos no legislativo estadual e no Senado, se aproximando somente do Executivo do Estado por meio da vice-presidência. Nesse sentido, a Coligação Partidária tornou-se uma maneira deste de continuar na política, mas não foi uma forma de angariar ainda mais prestígio político; sendo levado a participar do jogo praticamente com o mesmo capital político de que dispunha no momento partidário anterior. Numa manifestação de defesa do recém extinto Partido Republicano Federal, Caio Machado, filho de Vicente Machado, redige alguns comentários políticos acerca da Coligação de 1908. Em suas colocações, apresenta uma série de denúncias à figura política de Generoso Marques, apontando-o como um adesista político que em vários momentos rompeu com seus princípios ideológicos, proferidos em vários discursos, para se colocar ao lado das novas situações, efetivamente durante a união dos partidos que anteriormente se digladiavam no cenário político paranaense. (GOULART, 2004, p. 158)

⁴⁹ Há uma importante análise da biografia de Generoso Marques dos Santos em GOULART, 2004, p. 151-162.

Em 1909 Joaquim Moreira Sampaio assumiu como Grão-Mestre do Grande Oriente e Supremo Conselho do Paraná. Também atuava como médico do exército e foi transferido para Curitiba em 1905. Sua permanência na capital ocorreu até 1912, quando da transferência para o Rio de Janeiro e, desde então, realizou expedições a serviço do exército, sendo promovido ao posto de Tenente-Coronel médico do exército em 1922. Apesar da curta passagem no Paraná, Sampaio permaneceu até 1912 como Grão-Mestre, exercendo o mandato durante três anos. Outro detalhe relevante da biografia de Joaquim Moreira Sampaio é o exercício da presidência do Supremo Conselho do Grau 33 do Rito Escocês Antigo e Aceito da Maçonaria para a República Federativa do Brasil (o mesmo oriundo do Grande Oriente do Brasil e, posteriormente integrado por maçons da Confederação da Maçonaria Simbólica do Brasil) entre 1933 a 1945, recebendo o título de Soberano Grande Comendador (ZUCOLI, 2001).

Em seguida, Marins Alves de Camargo assumiu o cargo de Grão-Mestre do Grande Oriente e Supremo Conselho do Paraná, de 1913 a 1914. Também era Bacharel em Ciências Sociais e Jurídicas pela Faculdade de Direito de São Paulo, sendo promotor público do Paraná e fundando em 1907 o Ginásio Curitibano. Camargo era irmão de Affonso Alves de Camargo, que governou o Estado de 1916 a 1920 e de 1928 a 1930.

Aponta Goulart (2004), que Marins Alves de Camargo foi presidente da Assembleia Legislativa do Estado do Paraná em 1920, além de exercer o cargo de Governador de 1924 a 1928, sendo sucedido exatamente por seu irmão. Antes do exercício do mandato frente à chefia do Poder Executivo, Marins foi secretário de Estado por três anos.

Ainda no campo educacional, Marins fundou a Universidade Federal do Paraná (UFPR), ocupando a cátedra de Direito internacional público do curso até 1952, além de pertencer ao quadro do Instituto Histórico e Geográfico do Paraná. Era integrante da Loja Maçônica Philantropia Guarapuavana, sendo o primeiro Grão-Mestre do interior do Paraná.

Substituindo Marins Alves de Camargo à frente do Grande Oriente e Supremo Conselho do Paraná, Isaías Regis de Miranda permaneceu apenas por

cinco meses à frente da direção da potência. Atuava profissionalmente como funcionário público e titular de cartório, além de coletor fiscal em São Mateus do Sul. Outra peculiaridade de Miranda é a atuação futebolística, sendo presidente do Britânia Esporte Clube, inclusive dirigindo-o durante a conquista de campeão paranaense da equipe (ZUCOLI, 2001).

Já Benjamin Baptista Lins de Albuquerque permaneceu como Grão-Mestre por quatro anos, do término de 1914 até 1918. Graduado em Direito pela faculdade de Recife, chegou ao Paraná em 1907, colaborando para a fundação da Universidade Federal do Paraná em 1912. Também participou dos trabalhos de fundação do jornal “A Gazeta do Povo”, em 1919, um tradicional periódico ainda em circulação no Estado. Atuou durante como Secretário de Estado da educação em 1930 e Procurador Geral da República entre 1933 a 1934 (ZUCOLI, 2001).

Por fim, o último Grão Mestre do Grande Oriente e Supremo Conselho do Paraná foi Ângelo Pinto de Sá Ribas, de 1919 a 1920, quando houve a incorporação desta potência ao Grande Oriente do Brasil. Sá Ribas atuava como telégrafo, fundando algumas unidades telegráficas no Estado do Paraná.

O término das atividades da potência foi oficializado em 24 de agosto de 1920, conforme a circular abaixo, distribuída entre as lojas maçônicas pertencentes à instituição, assinada por Petit Carneiro (Delegado do Grande Oriente do Brasil) e por Ângelo Pinto de Sá Ribas⁵⁰, representando o Grande Oriente e Supremo Conselho do Paraná:

Temos grande satisfação em comunicar a essa Aug.ª e Resp.ª Loj.ª que de comum accordo, e ouvidos os Altos Poderes de nossos GGr.ª. OOri.ª. ficou resolvida a harmonia da Família Maçonica neste Estado, pela incorporação do Gr.ª. Ori.ª. do Paraná ao Gr.ª. Ori.ª. do Brasil, reconhecendo este todos os títulos Maçon.ª. expedidos por aquele, mediante uma SEGUNDA VIA dos mesmos.

Appellamos, por isso, para o sentimento Maçonico de todos nossos Ilr.ª., afim de que se reuna debaixo de nossos ideais, para que nós possamos verificar em breve a perfeita solidariedade dos OObr.ª. de todas nossas LLoj.ª..

Animados pela convicção de que nosso appello será levado na consideração que merece, esperamos das LLoj.ª. que actualmente não estejam funczionando, a resolução do reerguimento de suas CColum.ª.,

⁵⁰ O clã Sá Ribas é analisado por Alves (2014).

como novos esteios a nossos trabalhos e engrandecimento de nossa Instituição.

Estando desta maneira, terminada a desconvergência de nossos esforços, congratulamo-nos com todas as LLoj.´. da jurisdição desta Delegacia, pela feliz circunstância de ficarem nossas CColum.´. mais fortalecidas pela concordia e unificação da Maçon.´. neste Estado. (ZUCOLI, 2001).

Após um período em que o ideal de autonomia em relação ao poder central do GOB e possibilidade de organização estadual independente, o teor desta nota circular reflete o ideal de união e fortalecimento das lojas maçônicas do Paraná, assinada em conjunto com os representantes das duas potências que passaram a propagar os ideais maçônicos no Estado. De fato, a rigor, não houve esta “união”: o Grande Oriente do Brasil incorporou as lojas maçônicas do Grande Oriente e Supremo Conselho do Paraná, uma vez que o primeiro continuou a existir e o segundo encerrou as atividades, passando a integrar o GOB.

Duas características são relevantes em relação a este Grande Oriente. A primeira delas é a busca de uma sede fixa, simbolizando o propósito de independência do poder central do Grande Oriente do Brasil. Se há uma criação de uma nova potência maçônica, há também a necessidade de obter um espaço para a execução das atividades, sobretudo administrativas. Logo, as sedes em que o Grande Oriente se instalou contribuíram, desta forma, para a consolidação da potência no Estado.

A segunda característica é o perfil de grão-mestres, similar ao do poder central do Grande Oriente do Brasil, pautado basicamente por integrantes da classe política e, no caso paranaense, com a presença de juristas e militares. A maioria dos líderes desta potência possuía estreita relação com o poder público e, acrescido a isto, podemos afirmar que os referidos grão-mestres pertenciam a uma elite estratégica do Paraná, pois congregava membros de segmentos importantes no início do Século XIX.

Em virtude do encerramento das atividades desta potência e conseqüente incorporação do Grande Oriente do Brasil, há um período de baixa movimentação no sentido de criação de novos organismos maçônicos no Paraná. Esta tendência é similar à verificada no contexto nacional, com as “novas” cisões que ocorreram em 1927 e 1973. No Estado também houve a manutenção das instituições já existentes em detrimento a criação de novas potências ou possíveis rupturas na estrutura da

maçonaria regional. Assim, somente com a fundação da Grande Loja do Paraná, em 1941, é que uma nova potência surgiria no contexto maçônico estadual, como analisaremos adiante.

3.5. O GRANDE ORIENTE INDEPENDENTE DO PARANÁ

O Grande Oriente Independente do Paraná foi uma potência maçônica que durou apenas três anos. Fundado em 17 de julho de 1944, o Grande Oriente estava sediado nas dependências da loja Fraternidade Paranaense, na Praça Zacharias, 10 – este endereço que também abrigou outras potências maçônicas do Paraná. Duas lojas passaram a integrá-lo ainda em 1944: a loja Dario Vellozo (Curitiba) e a loja Estrela (Antonina). Vale ressaltar que esta potência é fruto do desejo de autonomia dos maçons paranaenses, presente em outras tentativas congêneres e, da mesma forma, a ruptura ocorreu no interior do Grande Oriente do Brasil (ZUCOLI, 2001).

Esta ruptura foi ocasionada em virtude da publicação de uma matéria na revista “O Cruzeiro”, em 15 de janeiro de 1944⁵¹, que prometia desvendar os segredos da maçonaria. O conteúdo desta reportagem “revelou” alguns possíveis conteúdos restritos aos integrantes da instituição e, desta forma, alguns maçons se sentiram “prejudicados” por estas “revelações”. Até mesmo fotos de membros, paramentos, instrumentos no interior do templo da Rua do Lavradio, no Rio de Janeiro, estavam estampadas nas páginas da revista. Para época, uma matéria com este conteúdo poderia ser considerada “desrespeitosa”, pois esta prática não era comum entre os membros da instituição⁵².

Além desta publicação, havia uma reportagem cinematográfica exibida antes dos filmes, com conteúdo sobre o Grande Oriente do Brasil. Os anúncios da época (1944) davam conta do assunto nos jornais curitibanos:

⁵¹ O conteúdo na íntegra desta reportagem está disponível em: <http://www.museumaconicoparanaense.com/Pot_GOIP_1944-O_Cruzeiro_01.htm> Acesso em: 01 ago 2015

⁵² Hoje esta prática é muito mais comum, sendo dispensada uma grande pesquisa acerca do assunto. Muitos perfis em redes sociais de maçons estampam imagens de integrantes da instituição paramentados, isto é, com os aventais e indumentárias características das sessões. Evidente também que muitas imagens podem ser “garimpadas” na internet, dispensando extensas pesquisas sobre a prática.

Figura 9. Anúncios de jornal sobre a maçonaria



Fonte: ZUCOLI, 2001.

Uma crise foi instaurada na maçonaria brasileira (vide Grande Oriente do Brasil), opondo de um lado os apoiadores do poder central e, de outro, os indignados com a exposição instituição (denominados como “revoltados”). Uma série de atos e decretos foram expedidos pelo Grão-Mestre do GOB, Joaquim Rodrigues Neves, suspendendo direitos e excluindo os maçons que demonstravam insatisfação com a medida (ZUCOLI, 2001).

É neste contexto que o Grande Oriente Independente do Paraná é fundado, apoiado basicamente pelas lojas Dario Vellozo e Fraternidade Paranaense, como exposto. O Grão-Mestre da potência era Silas de Faria Pioli, que pertencia ao quadro do exército e destacava-se como atleta de basquetebol, integrando o quadro de alguns clubes da capital. Encerrada a carreira como atleta, Pioli cursou engenharia, participando posteriormente da vida pública, desempenhando a função de prefeito de São Jorge do Ivaí (1961/1965) e de Rio Branco do Sul (1973/1977). A carreira maçônica de Silas de Faria Pioli também foi destacada. Ingressou na instituição em 1938, exercendo os cargos de Venerável Mestre (1943) e Grão-

Mestre do Grande Oriente Independente do Paraná em toda sua breve existência, além de ocupar o mesmo posto na Grande Loja Unida do Paraná, em 1977.

Considerando a inviabilidade da manutenção da potência com apenas três lojas jurisdicionadas, em 12 de dezembro de 1946 o Grande Oriente Independente do Paraná expede uma convocação para a realização de uma sessão na mesma data, às 20 horas, no templo situado na Rua Lourenço Pinto, 285. A mesma solicitação em anúncio similar foi promovida pela loja Dario Vellozo. Não há indícios sobre o conteúdo da sessão, porém em 19 de dezembro de 1946 a loja Dario Vellozo realiza uma reunião em que o Grande Oriente Independente do Paraná é declarado extinto, com automática filiação das lojas pertencentes ao mesmo à Grande Loja do Paraná (ZUCOLI, 2001).

3.6. A GRANDE LOJA DO PARANÁ

Já apontamos que a ruptura causada no interior do Grande Oriente do Brasil no início da década de 1920 culminou com a fundação de um sistema maçônico conhecido como “Grandes Lojas Estaduais”, que integram a Confederação da Maçonaria Simbólica do Brasil (CMSB). Esta cisão ocorreu, em suma, em decorrência da separação dos graus simbólicos (de aprendiz, companheiro e mestre, do primeiro ao terceiro) dos graus filosóficos (do quarto ao trigésimo terceiro). Assim, em 27 de julho de 1966 houve a oficialização da formação da CMSB e sete unidades da federação já formalizaram a criação de “Grandes Lojas Estaduais”.

No Paraná as reuniões visando a fundação da Grande Loja do Paraná se iniciaram em 1940, quando houve o interesse na venda do templo da loja Fraternidade Paranaense, situado na Praça Zacharias – templo este que já havia abrigado a Delegacia do Grande Oriente do Brasil no Paraná. Uma reunião ocorreu em 23 de janeiro daquele ano e, sob a liderança do maçom Ricardo Negrão Filho, houve o anseio em comercializar o terreno. Todavia, o maçom Normando Jusi, contrário a venda do terreno, envia uma correspondência ao poder central do Grande Oriente do Brasil, solicitando a saída de Negrão da maçonaria. Em contrapartida, a loja Fraternidade Paranaense entra com uma representação contra

o maçom Normando Jusi, argumentando as dificuldades financeiras na manutenção do prédio e que a enchente do rio Ivo (que corria aos fundos do templo) colaborou para o abalo das estruturas (ZUCOLI, 2001).

Jusi também participava da loja Dario Vellozo, que por sua vez, realizava as reuniões no mesmo local. A animosidade entre os maçons das lojas se ampliou ao longo dos dias e, em virtude do propósito dele em manter a estrutura do templo no mesmo local, a divisão gerada pela divergência de ideias também foi transferida aos integrantes das lojas, cada qual defendendo o ponto de vista conveniente aos seus líderes: pela Dario Vellozo, Normando Jusi; pela Fraternidade Paranaense, Ricardo Negrão Filho (ZUCOLI, 2001).

Em virtude das disputas internas, o maçom Fulton Lee Swain solicita o desligamento da maçonaria em novembro de 1940. Apreciado pelos integrantes da loja Dario Vellozo, este deixa a instituição “sob inúmeros elogios pelo incansável trabalhador que é e o muito que lhe deve a Loja” (ZUCOLI, 2001, p. 44/45). Diante da saída de Swain da loja e, por consequência, do Grande Oriente do Brasil, a Grande Loja do Rio de Janeiro⁵³ o nomeia em 23 de dezembro do mesmo ano como Delegado da Grande Loja para Curitiba.

Com a presença física da Grande Loja do Rio de Janeiro no Paraná, os maçons paranaenses se articularam com o objetivo de fundar novas loas maçônicas que, posteriormente, iriam constituir a futura Grande Loja do Paraná. Em 02 de janeiro de 1941 foram enviadas três correspondências ao Rio de Janeiro, solicitando a carta constitutiva das seguintes lojas: Libertação, sendo o Venerável Mestre Alfredo Badaró Braga; Regeneração, sendo Newton Guimarães o Venerável Mestre; e Emancipação, sendo o Dr. João Nunes Ferreira o Venerável Mestre. Em 06 de janeiro, a Grande Loja do Rio de Janeiro publica o Ato nº 237, acatando a súplica dos maçons paranaenses com a regularização das citadas lojas maçônicas (ZUCOLI, 2001).

Em 15 de janeiro, os integrantes destas lojas maçônicas recém regularizadas enviam uma nova correspondência a Grande Loja do Rio de Janeiro. O teor desta solicita a formação de uma Grande Loja simbólica, independente, com

⁵³ Nota-se que na época ainda não havia a formalização da CMSB e, como a capital federal era o Rio de Janeiro, este era considerado como centro do poder maçônico no país.

jurisdição em todo o Estado do Paraná. Dez dias depois há a fundação da Sereníssima Grande Loja do Paraná, sendo o desembargador Hugo Simas o primeiro Grão-Mestre. A carta constitutiva data de 01 de março de 1941 e, durante os primeiros meses, o então Delegado da Grande Loja do Rio de Janeiro, Fulton Lee Swain é designado representante da potência, no sentido de acompanhar os primeiros trabalhos da Grande Loja do Paraná.

A fundação repercutiu no jornal “Correio do Paraná”, conforme a notícia adiante. Interessante notar que Joaquim Moreira Sampaio, após cumprir o mandato como Grão-Mestre do Grande Oriente e Supremo Conselho do Paraná em 1912, retornaria na condição de General do exército. Da mesma forma, Sampaio exercia a função de Soberano Grande Comendador do Supremo Conselho do Grau 33 do Rito Escocês Antigo e Aceito para a República Federativa do Brasil, que passou desde a cisão de 1927 a aportar os graus filosóficos do rito. Assim, a presença de Joaquim Moreira Sampaio no ato da instalação da Grande Loja do Paraná é um fato relevante para época, demonstrando o prestígio que o evento recebeu pelas autoridades nacionais da instituição (ZUCOLI, 2001).

Após a fundação, a Grande Loja do Paraná enfrentou dificuldades nos primeiros anos, pois a regulamentação de rituais e atos administrativos ainda estava em dependência do Rio de Janeiro. A partir de 11 de maio de 1945, quando houve a publicação de quatro decretos, a Grande Loja regulamentou definitivamente os rituais e as três lojas existentes e houve o nascimento da primeira loja maçônica nesta nova fase, a Sol do Oriente, recebendo o número 4. Ainda em 1945 houve a eleição do novo Grão-Mestre, Jorge Karam, que ocuparia o cargo até 1947.

Figura 10. Anúncio sobre a Grande Loja Simbólica no Paraná



Fonte: Jornal Correio do Paraná, 14 de março de 1941, p. 3.

Outro fato é a transferência da sede administrativa para a Rua Vicente Machado, mesmo endereço em que já havia funcionado a sede da Delegacia do Grande Oriente do Brasil no Paraná. O local abrigou a sede da instituição até 1946, quando houve uma mudança para a Rua Lourenço Pinto, 285, imóvel este de propriedade da Escola Israelita Salomão Guelmann. A Grande Loja do Paraná se manteve neste local até 1952, quando novamente se deslocou – agora para a Rua Clotário Portugal, 350, espaço em que a Loja Sol do Oriente também realizou suas atividades (ZUCOLI, 2001).

Em 1963 o período “itinerante” da Grande Loja do Paraná teve uma pausa. A potência adquiriu uma sede própria, situada na Rua Visconde do Rio Branco, 1485, na região central de Curitiba, ilustrada na imagem abaixo:

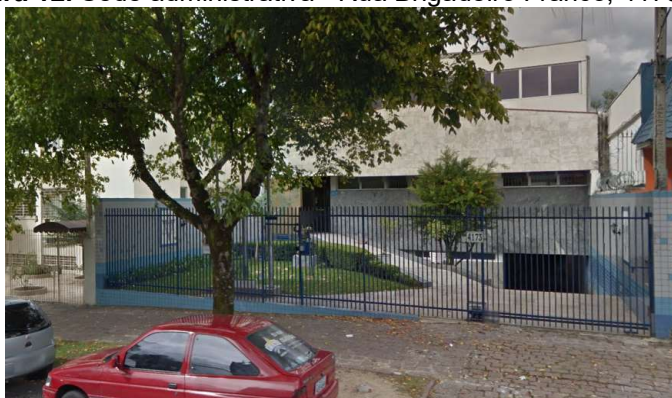
Figura 11. Fachada da sede da Grande Loja do Paraná – Rua Visconde do Rio Branco, 1485



Fonte: ZUCOLI, 2001.

Já em 1995 houve a última mudança de sede da Grande Loja do Paraná, adquirindo imóvel na Rua Brigadeiro Franco, 4173, sendo inaugurado em 31 de maio daquele ano. Apesar da discreta entrada, o local é dotado de auditório e templo, possibilitando também a realização de sessões na sede administrativa. A imagem abaixo ilustra o frontispício da sede:

Figura 12. Sede administrativa - Rua Brigadeiro Franco, 4173



Fonte: Google Street View, 2011.

Em 2015, a Grande Loja do Paraná inaugurou uma nova sede administrativa, situada também na Rua Brigadeiro Franco, 4534. Não se tratava apenas de “mais uma sede” da potência, mas da reforma e adequação de um imóvel histórico, o “Casarão dos Parolin”. Recebe este nome por abrigar a sede da fazenda da família Parolin, sendo a residência construída no início do Século XX pelo imigrante italiano Antônio Parolin. A Grande Loja do Paraná adquiriu o casarão em 2010 e, desde então, realizava reformas para adequá-lo ao uso de uma nova sede administrativa. Como o imóvel é tombado pelo patrimônio histórico municipal e estadual (Tombo 110-II, de 12 de março de 1991), houve a necessidade de mantê-lo com os aspectos arquitetônicos sem alterações.

A imagem abaixo, da Secretaria de Estado da Cultura – Coordenação do Patrimônio Cultural⁵⁴ exibe o casarão antes da reforma promovida pela Grande Loja do Paraná:

⁵⁴ Imagem e mais informações disponíveis em: <<http://www.patrimoniocultural.pr.gov.br/modules/conteudo/conteudo.php?conteudo=226>>. Acesso em: 15 jul 2015.

Figura 13. Casarão dos Parolin antes da reforma promovida pela GLP



Fonte: Coordenação do Patrimônio Cultural – Paraná

A reinauguração do Casarão dos Parolin ocorreu em 13 de junho de 2015 e, segundo a Grande Loja do Paraná, 400 maçons participaram do ato, que também contou com a presença de integrantes da família Parolin, que denomina o local. Desde a reinauguração, a sede administrativa da Grande Loja do Paraná passou para o imóvel, esta a última alteração levantada por este trabalho. A obra, como exposto na foto abaixo⁵⁵, procurou manter os traços originais do casarão.

Figura 14. Casarão dos Parolin após a reforma promovida pela GLP



Fonte: Eduardo Leal (2015)

⁵⁵ Foto de Eduardo Leal, de 13 de junho de 2015. Disponível em: < https://www.flickr.com/photos/edu_leal/18627224299/in/album-72157654169917738/> Acesso em: 15 jul 2015.

A trajetória das sedes da Grande Loja do Paraná foi aqui relatada no intuito de demonstrar três aspectos relevantes acerca da história da instituição. O primeiro deles é a presença física na capital estadual enquanto potência maçônica. A existência de uma sede facilita a reunião dos integrantes, bem como fixa em um local as informações disponíveis, auxiliando no processo de multiplicação da informação. O segundo diz respeito à importância geográfica, pois a partir da ocupação do território, a maçonaria pode ser visualizada e identificada pelas pessoas, que passaram a enxergar as dependências externas de um templo maçônico. Por fim, destacamos a rotatividade das sedes da instituição, ocupando nos primeiros anos uma seção de templos já existentes, pois somente em 1946 ocorreu a transferência da Grande Loja do Paraná para uma sede própria.

Atualmente a instituição possui 161⁵⁶ lojas maçônicas espalhadas pelo Paraná, praticando o Rito Escocês Antigo e Aceito e o Rito dos Trabalhos de Emulação. A estrutura interna não possui Poder Legislativo, uma vez que cada Venerável Mestre representa a respectiva loja maçônica em assembleias estaduais, não sendo necessária a figura de um deputado junto ao legislativo, como analisaremos adiante nas potências que representam a COMAB e o GOB no Estado. Neste sentido, são dois os poderes: o Executivo e o Judiciário.

A estrutura do Poder Executivo está distribuída em administração, funções litúrgicas, delegacias distritais e grandes comissões permanentes. Na administração há o Grão-Mestre, o Grão-Mestre adjunto, os respectivos vice-presidentes, oradores, tesoureiro, secretário e as grandes secretarias, uma espécie de “ministério” em que cada segmento possui um representante destacado para executar funções específicas. Integram as funções litúrgicas maçons designados para a condução de cerimônias específicas, normalmente àquelas que reúnem integrantes de todo o Estado. São trinta e sete as delegacias distritais (que compreendem um número de lojas para cada região), sendo que cada delegacia possui um maçom representando o Poder Executivo. Cada Delegado possui a função de coordenar as ações da respectiva delegacia, além de monitorar o andamento dos trabalhos de cada loja

⁵⁶ Números constantes no portal da internet da Grande Loja do Paraná. Disponível em: <<http://glp.org.br/site/grande-loja-pagina-mae/lojas-da-jurisdicao/>> Acesso em: 10 ago 2015.

maçônica pertencente. Por fim, são três as grandes comissões permanentes: legislação e justiça, ação social e finanças: a primeira está destinada a supervisionar as normas e regulamentos internos da potência; a segunda promove ações destinadas ao bem-estar da sociedade, efetuando doações aos mais necessitados; e, por fim, a última comissão destina-se a avaliar os aspectos financeiros da instituição (GRANDE LOJA DO PARANÁ, 2015).

O Poder Judiciário é composto por um único órgão: o Superior Tribunal Maçônico. Este tribunal possui treze ministros e as atividades do Poder Judiciário estão direcionadas para a análise e julgamento de ações estritamente maçônicas, fruto de disputas entre integrantes da potência, lojas maçônicas ou disputas eleitorais, por exemplo. Este tribunal de justiça recebe as ações e as julga em conformidade com os regulamentos da Grande Loja do Paraná, zelando, portanto, pela manutenção interna da potência (GRANDE LOJA DO PARANÁ, 2015).

Em relação aos Grão-Mestres da Grande Loja do Paraná, os mesmos serão analisados adiante, uma vez que o objetivo desta tese é traçar e identificar a trajetória das lideranças das principais potências maçônicas do Estado, a fim de que se possa responder qual é o itinerário que um maçom deve percorrer para ocupar o principal posto de uma instituição no Paraná. Portanto, o histórico e perfil destes Grão-Mestres serão debatidos posteriormente.

3.7. O GRANDE ORIENTE DO PARANÁ – PRIMEIRA FASE

A história do Grande Oriente do Paraná iniciou-se antes da data de fundação, em 09 de fevereiro de 1952. Houve a fundação em 28 de agosto de 1902 do Grande Oriente e Supremo Conselho do Paraná, uma cisão do Grande Oriente do Brasil (GOB) que perdurou até 1920 – como relatado anteriormente. Esta foi uma das tentativas de fundação de uma instituição maçônica independente no Estado e pode ser considerada como o “embrião” do GOP existente nos dias de hoje, pois até o logotipo atual tem aspecto parecido com aquela organização da época.

O primeiro personagem retratado nos primórdios do futuro Grande Oriente do Paraná foi Normando Jusi. Em divergência com o poder central do Grande Oriente do Brasil e com as lojas do norte do Paraná, Jusi solicita exoneração do

cargo de Delegado do Grão-Mestrado, instaurando definitivamente um clima de animosidade entre os maçons do Estado (ZUCOLI, 2001).

Normando Jusi reuniu primeiramente os Veneráveis Mestres das lojas Dario Vellozo, Cardoso Júnior e Concórdia IV (BUZATO, 2009, p. 19) em sua residência para noticiar o ocorrido. Posteriormente, o Venerável Mestre da loja Dario Vellozo, Major Antônio Couto Pereira, convocou uma reunião a ser realizada no templo da Loja Concórdia IV, localizado na Avenida Jayme Reis, 136, na cidade de Curitiba, a fim de proceder a fundação do Grande Oriente do Paraná. Estiveram presentes além de Normando Jusi os maçons Theodorico Ferreira Martins (presidente da reunião, por ser o mais idoso) e Antonio Couto Pereira. Na mesma eleição o maçom Sylvestre de Souza foi eleito Grão-Mestre, sendo o Major Antônio Couto Pereira o adjunto.

Nesta mesma ocasião foram apresentadas às lojas as seguintes proposições, conforme consta no portal da internet⁵⁷ do GOP:

- 1 - A consideração de que se tratava de um velho anseio das Lojas do Estado a criação do Grande Oriente do Paraná e que os acontecimentos já citados teriam precipitado a concretização daquele ideal.
- 2 - A Maçonaria deveria acompanhar a extraordinária evolução do Estado do Paraná, e o Grande Oriente do Paraná traria, com suas inúmeras oficinas, a necessária congregação e compensadoras vantagens de ordem moral tão necessárias à Instituição Maçônica da época.
- 3 - O Grande Oriente do Paraná ficaria vinculado ao Grande Oriente do Brasil e com isto reforçaria a União Maçônica que deveria existir entre todos os Irmãos, com o fortalecimento da solidariedade e dos elevados princípios da Doutrina Maçônica.
- 4 - E tendo considerado, à ocasião, que a união de todos era propícia à concretização do tão elevado "desideratum", foi proposta à aprovação pelos presentes. (GRANDE ORIENTE DO PARANÁ, 2015).

O timbre utilizado pelo GOP era muito parecido com o do Grande Oriente e Supremo Conselho do Paraná – o criado em 1902 e permanece praticamente inalterado até hoje:

⁵⁷ Disponível em: < <http://gop.org.br/index.php?sec=institucional&page=historia>>. Acesso em: 11 ago 2015.

Figura 15. Timbre do Grande Oriente do Paraná



Fonte: ZUCOLI, 2001.

Efetuada a fundação do Grande Oriente do Paraná, em 13 de fevereiro de 1952 houve a promulgação do ato nº 03, solicitando que as lojas maçônicas integrantes do GOP realizassem eleições, visando eleger deputados para a assembleia constituinte, que ocorreria em 22 de março. Todavia, em virtude de adiamentos, a assembleia reuniu-se em 07 de setembro e 24 de outubro, aprovando a redação final da primeira constituição do Grande Oriente do Paraná, que seria promulgada em 15 de novembro de 1952. O primeiro texto constitucional caracterizava o GOP como “célula complementar da Maçonaria Brasileira e Universal, obediente ao Grande Oriente do Brasil” (BUZATO, 2009, p. 21). Nota-se, portanto, a permanência da subordinação da potência junto ao GOB

A segunda constituição do Grande Oriente do Paraná foi promulgada em 17 de maio de 1963, sendo ainda subordinado ao Grande Oriente do Brasil, mas o conceituando como “Corpo Maçônico Simbólico”, isto é, permanecendo a separação entre graus simbólicos e filosóficos, restringindo ao primeiro as ocupações e obrigações da potência. Outras três novas constituições foram elaboradas pelo GOP, mas que serão abordadas na segunda parte histórica da potência (BUZATO, 2009).

Em relação às sedes do Grande Oriente do Paraná, este foi instalado no templo da loja Concórdia IV, situado na Avenida Jayme Reis, 136. Não podemos afirmar que este endereço se constituiu enquanto sede da potência, uma vez que apenas a primeira reunião ocorreu neste local. Entretanto, conforme Buzato (2009), o primeiro número do boletim do GOP, publicado em 29 de fevereiro de 1952, indicava como sede uma sala comercial, na Praça Osório, 115 – sala 152, conforme a imagem abaixo (figura 16). Após poucos meses de funcionamento neste local (por se tratar de uma sede provisória), o Grande Oriente do Paraná se transferiu para a

Avenida Sete de Setembro, 3356, no primeiro andar do prédio destacado na imagem (figura 17). O edifício abrigou a potência te abril de 1955, quando uma nova mudança foi realizada.

Frisamos que, apesar da aparência de independência do Grande Oriente do Paraná na procura por uma sede definitiva, este ainda era subordinado ao poder central Grande Oriente do Brasil, o que condicionava as atividades da potência durante este período – o que pode auxiliar a compreender a dificuldade em manutenção de uma sede fixa e permanente do GOP.

Figura 16. Primeira sede do Grande Oriente do Paraná



Fonte: ZUCOLI, 2001.

Figura 17. Segunda sede do Grande Oriente do Paraná



Fonte: F.C.C.-Casa da Memória-NG nº 12.812

As mudanças de sede do Grande Oriente do Paraná não se encerraram. Em virtude deste caráter “nômade”, o GOP buscou a construção de uma sede própria, que relataremos adiante. Neste ínterim, a instituição esteve localizada na Avenida Visconde de Guarapuava, 2646; na Rua XV de Novembro, 556 – 3º andar, entre outubro de 1964 e abril de 1965; na Avenida Munhoz da Rocha, 624, de abril a outubro de 1965; e, por fim, de outubro de 1965 a março de 1966, na Rua Marechal Deodoro, 126 – 2º andar (Edifício do Trabalhador).

Em 1960, a loja Dario Vellozo contrata a construção de um condomínio na Praça Zacharias, no mesmo endereço em que a loja Fraternidade Paranaense possuía seu templo. A construtora responsável pela obra foi a MAPI S/A e a construção da sede foi possível a partir do processo de fusão das lojas Fraternidade Paranaense e Dario Vellozo. Segundo Buzato (2009), o:

Templo foi demolido para dar lugar à construção do edifício ACÁCIA, onde o Grande Oriente do Paraná, a Loja proprietária DARIO VELLOZO e as demais sediadas na capital terão futuramente suas instalações. (BUZATO, 2009, p. 28)

O lançamento da pedra fundamental da construção ocorreu em 24 de junho de 1961, evento este que contou com a presença de autoridades maçônicas do Paraná e localidades vizinhas⁵⁸. A obra durou cinco anos e, em 23 de junho de 1966, a loja Dario Vellozo realizou a primeira sessão em novas instalações. O Grande Oriente do Paraná, da mesma forma, foi transferido para o edifício Acácia, permanecendo neste local até a cisão de 1973, fato este que será abordado na segunda etapa da história do GOP (BUZATO, 2009).

As imagens abaixo (figura 18) retratam dois momentos da história do edifício Acácia, local em que o Grande Oriente do Paraná permaneceu por maior período de tempo desde a sua fundação em 1952. À esquerda, há a fotografia do edifício

⁵⁸ Maiores informações sobre o ato estão no portal da internet do Museu Maçônico Paranaense: <http://www.museumaconicoparanaense.com/MMPRaiz/Pca_Zacharias/Lancamento_Pedra_Fund_Edf_Acacia-24-06-1961.htm>. Acesso em: 13 ago 2015.

datada de 1966, oportunidade da sua inauguração; à direita⁵⁹, o edifício Acácia em 2015, demonstrando que as características originais da construção se mantem praticamente inalteradas com o transcorrer do tempo.

Figura 18. Edifício Acácia



Fonte: ZUCOLI (2001) e IMG anúncios (2015)

Quanto aos Grão-Mestres que exerceram o cargo nesta primeira fase do GOP (entre 1952 e 1973), foram catalogados os dados dos seguintes maçons: Sylvestre de Souza (1952), Major Antônio Couto Pereira (1952-1953 e 1957-1961), Normando Jusi (1953-1957), Carlos Bardelli (1961-1964), Antenor da Silva Pupo (1964-1965), Aristeu dos Santos Ribas (1965-1970), Fábio Pinheiro (1966 - interino), Enoch Vieira dos Santos (1970-1973). Por se tratar objeto desta tese, estes terão as biografias analisadas em conjunto na quinta parte, com o objetivo de realizar um detido exame sobre os mesmos.

A história do Grande Oriente do Paraná nesta primeira fase se encerrou em 1973, quando houve a cisão do Grande Oriente do Brasil (poder central), como abordado anteriormente. Desta forma, a potência optou em declarar a

⁵⁹ Imagem do Edifício Acácia (2015) disponível em: <
http://imganuncios.mitula.net/otima_oportunidade_lindo_apartamento_para_venda_aluguel_40_m_1_quarto_r_170_000_centro_curitiba_3920005431816966009.jpg>. Acesso em: 13 ago 2015

independência em relação ao GOB e, assim, o GOP seguiu uma trajetória própria, passando a integrar posteriormente a Confederação Maçônica do Brasil – esta que será abordada adiante. Ainda que o Grande Oriente do Paraná atravessasse diversas mudanças em relação às sedes de suas atividades, podemos apontar que havia o interesse de integração com o poder central do Grande Oriente do Brasil e, a característica de independência em relação ao mesmo é uma questão abordada apenas em 1973, dada a ruptura abordada anteriormente e posterior criação da COMAB.

3.8. O GRANDE ORIENTE DO PARANÁ – POTÊNCIA INDEPENDENTE

O Grande Oriente do Paraná – Potência Independente surgiu no ano de 1964. Interessante notar que uma instituição com o mesmo nome da já existente (Grande Oriente do Paraná) fosse criada no mesmo período em que o GOP estava em plena atividade. Entretanto, o surgimento deste “novo” Grande Oriente do Paraná é válido, não se tratando de um segmento do GOP fundado em 1952, tampouco uma tentativa de autonomia maçônica deste GOP, conforme aponta Zucoli (2001).

O primeiro fato que desencadeou a fundação deste Grande Oriente Independente foi a disputa entre o Major Antônio Couto Pereira e Antenor da Silva Pupo para a presidência da Assembleia Legislativa Maçônica do GOP. Após a vitória de Couto Pereira, o então Grão-Mestre Carlos Bardelli solicitou afastamento de suas funções, pois estava com a saúde debilitada devido à sua idade avançada. Assim, em 12 de agosto de 1963 o Major Antônio Couto Pereira assume o cargo de Grão-Mestre – então presidente da Assembleia Legislativa Maçônica do Grande Oriente do Paraná (ZUCOLI, 2001).

As lojas que protagonizaram a fundação do Grande Oriente do Paraná – Potência Independente – foram Apóstolos da Caridade de Dario Vellozo, esta mais uma vez capitaneando uma cisão na maçonaria paranaense. Ambas realizaram uma reunião em 21 de setembro de 1964 e, pela maioria dos maçons integrantes destas lojas, foi decidida a ruptura com o Grande Oriente do Brasil (poder central),

tornando-se, portanto, as duas lojas integrantes de uma instituição soberana, sem correlação com o GOB e GOP (ZUCOLI, 2001).

Parte dos motivos da ruptura com o então GOP foi expostos no ato 42/1964, de 22 de setembro de 1964:

os acontecimentos que se vem verificando na maçonaria paranaense, agravada com a concessão de uma ordem de habeas corpus aos elementos da Loja "Cardoso Junior", ao Or.º desta Capital e que estão sendo regularmente processados pela Pod.ª Assembléia estadual Legislativa e por este Grão Mestrado, por crime de responsabilidade e considerando mais a maneira pela qual o Gr.º Or.º do Paraná, vem sendo desconsiderado pelo Poder Central, com medidas que vêm ferir frontalmente a sua autonomia (GRANDE ORIENTE DO PARANÁ – POTÊNCIA INDEPENDENTE, 1964)

A partir deste ato, o Grande Oriente do Paraná se declarou como “potência maçônica independente”, com a atuação direcionada para todo o Estado do Paraná. O prazo de quinze dias foi proporcionado às lojas que desejassem solicitar o ingresso na nova potência e, desta maneira, havia a possibilidade de escolher entre a manutenção no GOP, vinculado ao GOB (poder central) ou a participação neste novo organismo.

Diante da baixa adesão das lojas com a nova potência (apenas a Apóstolos da Caridade e Dario Vellozo permaneceram na proposta), o Grande Oriente do Paraná – Potência Independente durou apenas até 1968, encerrando suas atividades. As lojas integrantes da potência retornaram ao Grande Oriente do Brasil – na ocasião Grande Oriente do Paraná e o projeto de criação de uma nova potência maçônica fora adiado até 1973, ano da cisão nacional do GOB (CARVALHO, 2010).

3.9 O GRANDE ORIENTE DO PARANÁ – SEGUNDA FASE

A crise instaurada no interior do Grande Oriente do Brasil em decorrência da eleição para o grão-mestrado em 1973 foi apenas o estopim dos problemas estaduais que já existiam no Grande Oriente do Paraná. Anos antes, em 1964, o GOP já havia se desmembrado em uma nova potência, uma tentativa frustrada de independência em relação ao poder central do GOB. Entretanto, um episódio

marcou a questão paranaense da potência: a eleição de 1970 para o cargo de Grão-Mestre Estadual no Estado (BELINI, 2002).

Duas chapas foram apresentadas para a eleição. De um lado, Antenor da Silva Pupo – que já havia exercido o cargo, para Grão-Mestre e Melchiades Cardoso de Almeida, como Adjunto; e de outro Enoch Vieira dos Santos (Grão-Mestre) e Nicolau Balasz Barros (Adjunto). Como o Grande Oriente do Paraná era subordinado ao poder central do GOB, a apuração dos votos deveria ser realizada pelo Superior Tribunal Eleitoral Maçônico no Rio de Janeiro. Todavia, a apuração ocorreu sob a direção da Assembleia Legislativa Maçônica do GOP, sendo os vencedores Enoch Vieira dos Santos e Nicolau Balasz Barros (BELINI, 2002).

Em virtude da conduta imprópria praticada pela Assembleia Legislativa Maçônica do Paraná, o Grão-Mestre geral do GOB, Moacyr Arbex Dinamarco publica o decreto número 2.239, de 22 de junho de 1970, instaurando uma junta governativa⁶⁰ no Grande Oriente do Paraná, presidida por Aristeu dos Santos Ribas e contando com Bruno Palorari e Alfredo Damasceno Ferreira Sobrinho como integrantes. O objetivo desta junta era empossar o Grão-Mestre estadual e organizar a potência no Paraná após o ocorrido em relação ao pleito (BELINI, 2002).

Após a posse de Enoch Vieira dos Santos, a cisão de 1973 era mais uma questão a ser enfrentada no GOP. Algumas lojas reivindicaram a independência do Grande Oriente do Paraná e vinte e três lojas permaneceram ligadas ao Grande Oriente do Brasil. Diante deste impasse, uma nova junta governativa foi instalada no Paraná, com integrantes se alternando ao longo dos anos, uma vez que esta se iniciou em 1973 e foi encerrada em 1979. Bellini (2002) deixa clara a existência do GOP e do GOB ao mesmo tempo, sendo na teoria uma única instituição, mas na prática dividida em duas, pois “Em consequência da cisão, o Grande Oriente do Brasil decretou intervenção no Grande Oriente do Paraná, não extinguindo o Grande Oriente Estadual⁶¹, intervenção esta que vai de maio de 1973 a abril de 1979” (BELLINI, 2002, p. 68).

⁶⁰ A junta governativa era uma espécie de comissão, contando com três membros, com o propósito de governar a maçonaria temporariamente em decorrência de alguma questão ainda não solucionada.

⁶¹ Neste caso um sinônimo para o GOP, uma vez que desde sua fundação em 1952 esteve ligado ao poder central do GOB, declarando a independência em 1979.

Neste período os maçons Melchiades Cardoso de Almeida (maio de 1973 a novembro de 1977), José de Vitis Silva (novembro de 1977 a dezembro de 1978) e Alderico dos Reis Petra (dezembro de 1978 a abril de 1979) presidiram a junta governativa. O objetivo era a organização das eleições de 17 de abril de 1979. O destaque deste período diz respeito a uma apresentação e sabatina dos candidatos a Grão-Mestre geral do GOB, realizada em 21 de janeiro de 1978 (BELINI, 2002).

Encerrado o período de exercício da junta governativa, o Grão-Mestre do Grande Oriente do Brasil, Osires Teixeira promulga o decreto número 2.638, reinstalando o Grande Oriente do Estado do Paraná (GOEPR). O GOP, portanto, se tornaria “independente”, algo que na prática, segundo a história oficial do Grande Oriente do Paraná, já havia ocorrido:

Em seu Ato de número 17/73, o Grão-Mestre do Grande Oriente do Paraná, Venerável Irmão Enoch Vieira dos Santos, declara a sua separação do Grande Oriente do Brasil. "...o Grande Oriente do Paraná não mais acatará qualquer determinação do Grande Oriente do Brasil". Em seu Ato de número 18/73, o Grão-Mestre do Grande Oriente do Paraná cria o Tribunal de Justiça Maçônico e o Egrégio Tribunal Eleitoral. As decisões citadas contribuíram para o efetivo restabelecimento da Paz e os Princípios Maçônicos que se mantiveram inalterados, independentes das divergências ocasionais de seus membros. (GRANDE ORIENTE DO PARANÁ, 2015).

Em 01 de junho de 1973, quarenta e cinco lojas já haviam proposto a Assembleia Legislativa Maçônica a criação de uma nova constituição do Grande Oriente do Paraná. , sendo esta promulgada em 08 de março de 1975. Portanto, a motivação para uma nova constituição foi o primeiro passo para que Enoch Vieira dos Santos publicasse o citado ato número 17/1973, que declarou a derradeira separação do Grande Oriente do Brasil (BELINI, 2002).

Apesar desta saída “oficializada” em 1973, o Grande Oriente do Paraná permaneceu com um caráter dúbio até 1979: de um lado, as lojas lideradas por Enoch Vieira dos Santos, já integrantes da COMAB e, desta forma, independentes; do outro, as lojas comandadas pela junta governativa do Grande Oriente do Brasil, que receberia a confirmação oficial de suas atividades como unidade federada em 1979. Ambos os grupos seguiram com os trabalhos maçônicos, mas a separação total obteve a confirmação em 1979, com o decreto de reinstalação do GOEPR.

Até mesmo a sede entre as potências era dividida. Por conta da separação, o a loja Dario Vellozo, proprietária dos andares do edifício Acácia, acionou judicialmente o Grande Oriente do Paraná, no sentido da desocupação do local. De acordo com Buzato (2009), Frederico Chalbaud Biscaia, eleito Grão-Mestre em 1980, adquiriu dois andares no edifício Helo Center, situado na Rua Comendador Macedo, 39. Esta seria a nova sede do GOP após a cisão de 1973 (BUZATO, 2009).

Figura 19. Edifício Helo Center



Fonte: BUZATO, 2009, p. 30.

As instalações do Grande Oriente do Paraná permaneceram neste local até 24 de janeiro de 1998, quando houve a transferência para um amplo edifício na Rua Antônio Martin Araújo, 391. A construção desta nova (e última sede) foi concluída em junho de 2001. As negociações para a construção de uma nova sede se iniciaram em 1995, uma vez que o Grão-Mestre do período, Lourival Pedro Kaled visualizou a necessidade de ampliar o espaço físico do GOP, pois os andares do edifício Helo Center não comportavam os múltiplos trabalhos desenvolvidos: gabinete do Grão-Mestre, expediente administrativo, templos maçônicos e espaço para que a Assembleia Legislativa Maçônica realizasse suas sessões.

O edifício da Rua Antônio Martin Araújo conta com um templo nobre, setor administrativo, biblioteca, sete templos menores, salão de festas, estacionamento e um diferencial em relação às demais sedes das potências maçônicas do Paraná:

uma hospedaria, com capacidade para sessenta pessoas, utilizada para abrigo de maçons e parentes que visitam a capital⁶², além de realização de eventos (BUZATO, 2009).

Figura 20. Sede do Grande Oriente do Paraná



Foto: GRANDE ORIENTE DO PARANÁ, 2011

Enoch Vieira dos Santos seguiu como Grão-Mestre do Grande Oriente do Paraná de 1973 a 1980, quando Frederico Chalbaud Biscaia foi empossado para o período 1981-1983. Ainda assumiram o Grão-Mestrado: João Laércio Gagliardi Fernandes (1983-1985), Luiz Gastão Felizardo (1986), Areli da Silva Correia (1986-1989), Lourival Pedro Kaled (1989-1992 e 1992-1995), José Buzato (1995-1998 e 1998-2001), Ademilson José Miranda (2001-2004), João Krainski Neto (2004-2007, 2007-2010 e 2013-2017) e Celso Luiz Giradello (2010-2013). Como destacado anteriormente, as trajetórias destes Grão-Mestres serão analisadas no capítulo terceiro.

Nesta segunda fase de atividades, o Grande Oriente do Paraná se fixou em apenas dois endereços, sendo o atual (da Rua Antônio Martin Araújo) construído com o auxílio dos maçons de todo o Paraná, conforme aponta Buzato (2009). Atualmente, o GOP possui 153 lojas filiadas⁶³, trabalhando nos Ritos Escocês Antigo

⁶² A Hospedaria recebe o nome de Frederico Chalbaud Biscaia, que foi Grão-Mestre do GOP

⁶³ Informações de agosto de 2015, do portal do GOP na internet. Disponível em: < <http://www.gop.org.br/?sec=institucional&page=lojas&tipo=2>> Acesso: 15 ago 2015.

e Aceito, Francês (Moderno), Schröder, York, Trabalhos de Emulação, Adonhiramita e Brasileiro.

A administração do GOP possui três poderes: Executivo, Legislativo e Judiciário. O Poder Executivo engloba o gabinete do Grão-Mestre e o Grão-Mestre adjunto, além de vinte e quatro Delegacias Regionais, três assessores especiais do Grão-Mestre e 21 Grandes Secretarias (análogas às Secretarias de Estado ou Ministérios), cada qual com sua especificidade, perpassando pelos assuntos ritualísticos, administrativos, tecnológicos, educação e cultura, planejamento e finanças. Constam ainda no Poder Executivo um órgão denominado “Ilustre Grande Conselho”, destinado a julgar assuntos de interesse do Grão-Mestre e interno das lojas, além de um conselho fiscal (GRANDE ORIENTE DO PARANÁ, 2015).

Já o Poder Legislativo é composto da Soberana Assembleia Legislativa Maçônica, sendo que cada loja maçônica possui um Deputado e um suplente eleitos para que realizem a representação das lojas na referida assembleia. Por fim, o Poder Judiciário é dividido em três setores: o Egrégio Tribunal de Justiça Maçônico, que avalia todos os assuntos pertinentes às lojas e maçons; A Câmara Eleitoral, que regulamenta as eleições para Deputado, Venerável Mestre e Grão-Mestre; e o Ministério Público (GRANDE ORIENTE DO PARANÁ, 2015).

3.10. O GRANDE ORIENTE DO ESTADO DO PARANÁ / GRANDE ORIENTE DO BRASIL - PARANÁ

O Grande Oriente do Brasil atravessou a segunda (e derradeira) cisão em seu interior no ano de 1973, com os desdobramentos ocorrendo até 1979. Após a ruptura de 1941, com a fundação da Grande Loja do Paraná, o Grande Oriente do Paraná também optou pela independência em 1973 e, com isto, uma junta governativa foi instalada no Estado (ZUCOLI, 2001). E, a partir do término do período de intervenção do poder central no Paraná, o GOB optou em seguir seus trabalhos com uma seção estadual, que contasse com um Grão-Mestre estadual, mas diretamente subordinada ao poder central. Assim, o GOB possui dois Grão-Mestres: um nacional ou geral e um estadual, com os respectivos perfis estudados nesta tese.

Depois do término dos trabalhos da junta governativa, duas chapas apresentaram candidaturas para o exercício do período de governo de 1979 a 1983: Aldérico dos Reis Petra e Nelson Gramázio (Grão-Mestre e Grão-Mestre Adjunto); e Moacir Visinoni e José Brustolim Junior (Grão-Mestre e Grão-Mestre Adjunto). Sagraram-se vencedores os primeiros, sendo empossados em 24 de junho de 1979. Em 1982, neste período administrativo, foi criado o Selo Maçônico do Grande Oriente do Estado do Paraná, também utilizado comercialmente pelos correios (ZUCOLI, 2001).

Entre 1983 e 1987, os maçons Aldérico dos Reis Petra e Nelson Gramázio foram reeleitos para os cargos que já vinham exercendo e destaca-se a fundação de mais cinco lojas maçônicas. No período anterior, Aldérico e Nelson auxiliaram na formação de cinco lojas, demonstrando que, em praticamente uma década, uma loja por ano foi criada no Grande Oriente do Estado do Paraná (BELINI, 2002).

A partir de 1987, o GOEPR mudou sua administração. Novamente duas chapas registraram candidaturas para Grão-Mestre e Grão-Mestre Adjunto, sendo José de Araújo Ramos / João Esteci e José Bueno Mendes / Paulo Opuska. A eleição ocorreu em março deste ano, sendo eleitos Mendes e Opuska. A posse ocorreu em junho. José Bueno Mendes havia exercido a função de Grande Secretário de Relações Interiores do GOEPR, desenvolvendo atividades entre as lojas maçônicas da potência. Em 08 de novembro de 1989, após adoecer, Mendes falece e seu Adjunto, Paulo Opuska assume o mandato, que se encerraria em 1991 (BELINI, 2002).

Encerrado o mandato de José Bueno Mendes e Paulo Opuska, o período subsequente (1991 a 1995) foi comandado por João Darcy Ruggeri e Nelson Antonio Carneiro, destacando o bom relacionamento entre as lojas maçônicas do GOEPR, conforme Bellini (2002, p. 88). Uma nova constituição foi promulgada e houve o projeto para a construção de uma sede. Vale ressaltar que o Grande Oriente Estadual do Paraná ainda mantinha suas atividades no edifício Acácia, de propriedade da loja Dario Vellozo. O prefeito de Curitiba, Jaime Lerner, cedeu o terreno para a construção da sede, localizada no bairro Uberaba II e este recebeu o convite para o assentamento da pedra fundamental da nova sede, em cerimônia com a presença de maçons do GOEPR e do Grão-Mestre João Darcy Ruggeri.

Ainda com João Darcy Ruggeri como Grão-Mestre, a potência realizou o primeiro congresso do Grande Oriente do Estado do Paraná, que ocorreu em 03 de abril de 1995, no município de Ponta Grossa. Como resultado das decisões do congresso, os maçons da instituição aprovaram uma espécie de manifesto, intitulado “Carta de Ponta Grossa”, versando sobre dois temas básicos: a nova estrutura administrativa do GOEPR e o apoio das lojas para a construção da nova sede estadual em Curitiba (BELINI, 2002).

Apoiados por Ruggeri, Cliceu Luis Bassetti e Paulo Maia de Oliveira foram eleitos para os cargos de Grão-Mestre e Grão-Mestre Adjunto, respectivamente, para o período 1995-1999. Da mesma forma, houve a realização do segundo congresso da maçonaria paranaense também em Ponta Grossa, de 11 a 14 de abril de 1996. O GOEPR também apoiou a criação, em 28 de setembro de 1996, da Academia Maçônica de Letras, além de aprovar e adotar um manual de sistema ritualístico, ou seja, voltado para questões dos trabalhos no interior dos templos. Por fim, ainda em 1996, iniciam-se as obras da construção da nova sede do Grande Oriente do Estado do Paraná (BELINI, 2002).

No governo de Bassetti, o GOEPR sediou o 4º Encontro de Maçons do Mercosul, além de realizar o terceiro congresso de maçons da instituição – entre 24 e 26 de abril de 1998, no município de Cascavel. As atividades da potência continuaram em ritmo acelerado, com a presença do Grão-Mestre e de maçons em diversos eventos e cerimônias, como o 5º Encontro de Maçons do Mercosul em Gramado-RS, além de adesão à campanha nacional “Maçonaria contra as drogas”, com o apoio do Grão-Mestre geral em exercício do GOB, Márcio Octávio Dias dos Santos e do Presidente da República, Fernando Henrique Cardoso (BELINI, 2002).

Considerando “os avanços do mandato” de Cliceu Luis Bassetti (de acordo com BELLINI, 2002, p. 106), este foi reeleito para o mandato 1999-2003, sendo o principal objetivo a inauguração da nova sede ainda em 1999. Em 1995, primeiro ano do mandato de Bassetti, o GOEPR possuía 34 lojas maçônicas e, ao término do quarto ano, a potência já contabilizava 59 lojas maçônicas, sendo criadas, portanto, 25 novas lojas.

Cliceu Luis Bassetti permaneceu à frente do Grande Oriente do Estado do Paraná como Grão-Mestre, sendo agora o Adjunto Fernando Antônio Alessi, para o

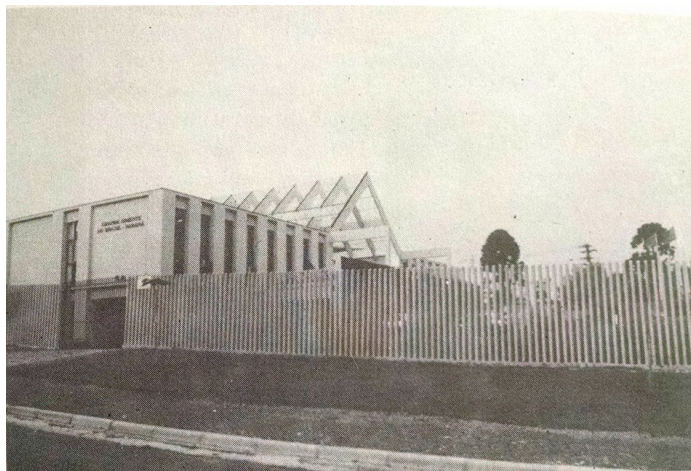
período 1999-2003. Uma das primeiras ações demonstrada pela administração diz respeito à adoção da realização do Encontro Regional de Aprendizizes e Companheiros (ERAC) e, logo em seguida, há o lançamento da segunda versão do manual de práticas ritualísticas (BELLINI, 2002).

Em 02 de outubro de 1999 é inaugurada oficialmente a nova sede do Grande Oriente do Estado do Paraná. Bellini aponta um breve resumo sobre o acontecimento da data:

Contando com a presença maciça de irmãos de todas as lojas jurisdicionadas, além de convidados e autoridades representativas dos segmentos da sociedade paranaense, no último dia 02 de outubro inaugurou-se festivamente e com grande entusiasmo a nova sede administrativa do Grande Oriente do Brasil no Estado do Paraná. A 1ª etapa da construção possui uma área edificada de aproximadamente 2.000 m² e deverá abrigar toda a administração, além de contar com um auditório para 200 pessoas e um salão de festa provisório designado de O TÚNEL pelo seu idealizador Ir.º Aley, coordenador técnico da obra. A construção foi edificada pela empreiteira Cromo – Engenharia e Construções LTDA, que tem como responsável o Engenheiro Dr. Eurico Greca, que executou o projeto arquitetônico de nossa cunhada Josiane Mandalozzo Vassão. (BELLINI, 2002, p. 116).

A nova sede do Grande Oriente do Estado do Paraná marca até hoje a última transferência de endereço da instituição, então sediada no edifício Acácia. Após diversas mudanças de endereço, o GOEPR passa a ter uma sede própria – a exemplo das demais potências pesquisadas neste trabalho: o Grande Oriente do Paraná, situado na Rua Antônio Martim Araújo e a Grande Loja do Paraná, com o recém inaugurado Casarão dos Parolin, abrigando administrativamente a instituição. Concluída a inauguração, a fachada da sede do Grande Oriente do Estado do Paraná (figura 21) se mantém ainda inalterada e o edifício ocupa praticamente toda a quadra no bairro Uberaba II, em Curitiba.

Figura 21. Sede do Grande Oriente do Estado do Paraná



Fonte: BELLINI, 2002, p. 121.

Ainda na administração de Bassetti, o GOEPR realizou o 2º ERAC, em 27 de maio de 2000, no município de Maringá e a terceira edição, em 2001, coordenada pela loja Dario Vellozo, na capital. Outro destaque diz respeito à nomenclatura da nova sede, denominada Francisco Murilo Pinto, Grão-Mestre do Grande Oriente do Brasil recentemente falecido (BELLINI, 2002).

O Grande Oriente do Estado do Paraná alterou o nome em 24 de abril de 2001, passando para Grande Oriente do Brasil – Paraná, da sigla GOEPR para GOB/PR. A potência permaneceria adotando a data de fundação como 09 de fevereiro de 1952 (por sinal a mesma do Grande Oriente do Paraná) e a data de reinstalação como 24 de junho de 1979. Esta mudança foi proposta por uma emenda constitucional apresentada na Assembleia Legislativa Maçônica do então GOEPR, modificando os artigos 45, 47,50 e 65 da constituição da potência. Na época o Presidente do Poder Legislativo era o maçom Paulo Maia de Oliveira (BELLINI, 2002).

Neste sentido, foi realizada em 20 de abril de 2002 uma sessão comemorativa em alusão ao cinquentenário do Grande Oriente do Brasil – Paraná, confirmando a data comemorativa de 09 de fevereiro de 1952. Como apontamos, o marco de 1979 é apenas a reinstalação da potência e, desta forma, existem duas potências com a data de fundação sendo 09 de fevereiro de 1952: o Grande Oriente do Paraná e o Grande Oriente do Brasil – Paraná. Curioso é que ambos sustentam a mesma história até a cisão de 1973 e, com o rompimento, cada instituição passou a

trilhar seus próprios caminhos. Todavia, se investigarmos a história do GOP e do GOB/PR de 1952 a 1973, esta será a mesma (BELINI, 2002).

Em 2003, com o encerramento do mandato de Cliceu Luis Bassetti, o Grande Oriente do Brasil – Paraná possuía 71 lojas maçônicas, ampliando a presença da maçonaria no Estado e, conseqüentemente, da potência. As edições do ERAC e do congresso estadual da maçonaria do GOB/PR permaneceram, demonstrando a continuidade dos trabalhos iniciados por Bassetti (BELINI, 2002).

As administrações do GOB/PR seguiram com Paulo Maia de Oliveira (2003-2007), Dalmo Wilson Louzada (2007-2011 e 2011-2015) e Luiz Rodrigo Larson Carstens (2015-). Como notado, o Grande Oriente do Brasil – Paraná permanece com práticas demonstradas nesta seção, como a realização de edições regionalizadas do Encontro de Aprendizes e Companheiros, a Fraternidade Cruzeiro do Sul (uma organização em que as esposas de maçons realizam atividades beneficentes) e a Ordem do Mérito do Pelicano, criada em 1998 e que reconhece personalidades (maçons ou não) que colaboraram para o desenvolvimento do GOB/PR (BELINI, 2002).

Da mesma forma do Grande Oriente do Paraná, o Grande Oriente do Brasil – Paraná é composto por três poderes: Executivo, Legislativo e Judiciário. O Poder Executivo possui, além do Grão-Mestre e seu respectivo Adjunto, 21 Grandes Secretarias (cada uma com sua especificidade), tais como finanças, administração, chefia de gabinete do Grão-Mestre, eventos, ritualística, entre outras. Ainda existem sete assessores especiais, destinados a tratar de temas pré-determinados, como questões jurídicas, assistência social, assuntos políticos, assuntos institucionais e militares. O GOB/PR mantém pastas para outros temas peculiares: ERAC, Ordem DeMolay, ação paramaçônica juvenil, maçonaria contra as drogas e a Fraternidade Cruzeiro do Sul (GRANDE ORIENTE DO BRASIL - PARANÁ, 2015).

O Poder Legislativo também possui uma câmara, denominada “Poderosa Assembleia Estadual Legislativa Maçônica”, conhecida pela sigla PAEL⁶⁴. A mesa diretora respeita a estrutura dos legislativos maçônicos, contando com o Presidente,

⁶⁴ Demais informações sobre as atividades deste corpo legislativo podem ser consultadas no portal da internet. Disponível em: < http://pael.gob-pr.org.br/index.php?option=com_content&view=article&id=5&Itemid=161>. Acesso em: 15 ago 2015.

dois vigilantes (vices-presidentes), secretário e orador. São cinco as comissões permanentes: constituição e justiça, finanças, relações públicas, educação e cultura e redação. Há também um conselho fiscal da mútua maçônica, uma espécie de seguro pago aos familiares quando um maçom falece. Cada loja maçônica do GOB/PR tem um Deputado Estadual e um Deputado Federal, pois a potência é uma federação: cada Estado possui sua organização própria, porém não autônoma, uma vez que são diretamente subordinados ao Grande Oriente do Brasil. Já o Poder Judiciário é composto por um tribunal de justiça maçônico e o ministério público, em estrutura muito similar a do Grande Oriente do Paraná (GRANDE ORIENTE DO BRASIL - PARANÁ, 2015).

Esta síntese histórica da segunda fase do GOB/PR (ou da reinstalação da potência) nos apresenta uma trajetória de apenas uma transferência de sede, a dinâmica de realização de eventos e a propagação de lojas maçônicas pelo Estado, com o objetivo de fortalecimento da instituição no Paraná. Traçando um caminho próprio, o Grande Oriente do Brasil – Paraná deixou, pela primeira vez, de reintegrar potências ou de proporcionar a criação de novas potências, estabelecendo assim um período de manutenção sob a ótica do tema “cisão”.

4 RADIOGRAFIA DA INSTALAÇÃO DA MAÇONARIA NO PARANÁ: UMA SÍNTESE HISTÓRICO-SOCIOLÓGICA

O itinerário da seção anterior demonstrou a origem e o desenvolvimento da maçonaria paranaense da província ao Século XXI, ou seja, um panorama acerca da formação da instituição no Paraná até a consolidação das três potências em que os respectivos grão-mestres serão analisados: o Grande Oriente do Brasil – Paraná (GOB/PR), a Grande Loja do Paraná (GLP) e o Grande Oriente do Paraná (GOP). Considerando a trajetória percorrida até aqui, nosso objetivo nesta seção é traçar uma síntese histórico-sociológica deste período, questionando: qual é o perfil das potências maçônicas do Paraná? E mais: o papel desempenhado por estas potências no âmbito maçônico nos auxiliará de que forma a compreender o perfil dos grão-mestres, objeto de investigação desta tese?

Neste sentido, este *resumo* histórico dos organismos maçônicos no Estado se inicia após a fundação da Loja União Paranaguense, a primogênita do Paraná, fundada em 21 de março de 1837. Evidente que, após a criação da primeira loja maçônica na ainda província do Paraná, a intenção de expansão dos trabalhos da instituição na região era uma missão de interesse dos integrantes da maçonaria. As relações de poder envolvendo os maçons do Século XIX se destacavam – tanto no interior quanto no exterior dos templos maçônicos, motivando, sobretudo, as articulações da política nacional e da província, com a eleição de Presidentes da República (após 1889) e da província (após 1853), conforme apontado.

A inexistência de um corpo diretivo paranaense por sessenta e cinco anos (a Delegacia do Grande Oriente do Brasil no Paraná foi instalada em 1902) ocasionou uma tardia ocupação física da instituição, pois o movimento expansionista maçônico na capital e em direção ao interior era tímido até a virada do Século XX. Além disso, três fatores colaboraram para o afastamento do ingresso de novos membros na instituição: o caráter secreto da maçonaria (propagado especialmente por quem não conhece os propósitos da instituição); o rígido recrutamento maçônico, buscando um perfil peculiar para a iniciação de novos membros; e a população diminuta, reduzindo, assim, a probabilidade de convite para novos maçons com as características assinaladas no fator anterior.

O percurso para a criação de novas lojas maçônicas acompanhava os roteiros expansionistas tradicionais do Paraná: do litoral (Paranaguá, Morretes e Antonina) à capital Curitiba; e as duas rotas interioranas: os campos gerais com Ponta Grossa e Castro e o atual Centro-Sul, isoladamente com Guarapuava. O mapa abaixo ilustra estes caminhos, demonstrando o aumento gradativo quanto à fundação de novas lojas maçônicas no Paraná. Salientamos que, a subordinação direta na hierarquia maçônica no início da instituição na então província pertencia a São Paulo, posteriormente ao Rio Grande do Sul e, em alguns momentos, diretamente ao poder central do Grande Oriente do Brasil.

Figura 22. Mapa de expansão da maçonaria no Paraná no Século XX



Fonte: o autor (2015).

O mapa apresenta as “quatro vias tradicionais” de expansão de lojas maçônicas no Paraná. Em 1837 há a criação da Loja União Paranaguense; em 1845 a Fraternidade Coritybana; em 1851 a Philantropia Guarapuavana; e em 1874 a Loja Estrela do Paraná, de Ponta Grossa. Estas “vias tradicionais” são similares às de colonização e povoamento do Paraná quando das bandeiras dirigidas pelo Tenente-Coronel Afonso Botelho entre 1768 e 1774. Entretanto, como se nota, a expansão da maçonaria tardou um século até atingir o interior.

A atuação política da maçonaria no período também obtém destaque. Até o início do Século XX, cinco prefeitos de Curitiba eram maçons e nove presidentes da província / do Estado pertenciam à instituição. Se compararmos a influência da maçonaria na política em âmbito nacional – sobretudo na Primeira República (1889-1930) – podemos deduzir que a influência dos maçons na política regional antes da Proclamação da República em 1889 refletiu diretamente no período republicano, pois oito prefeitos de Curitiba e nove governadores na Primeira República exerceram mandatos estratégicos⁶⁵.

José Carvalho de Oliveira foi nomeado em 01 de julho de 1902 o primeiro Delegado do Grande Oriente do Brasil no Paraná. Este acontecimento pode ser considerado uma resposta do poder central do GOB em relação a dois episódios: a subordinação paranaense ao Rio Grande do Sul e o congresso maçônico realizado pela Loja Acácia Paranaense, ambos causando descontentamento dos maçons na época.

Mais do que a fundação de novas lojas maçônicas no Paraná em continuidade ao projeto expansionista maçônico, a presença física da Delegacia do GOB permitia que os assuntos da instituição fossem tratados diretamente na capital e, independentemente das mudanças de sede, a existência de um local para despachar processos alusivos à instituição facilitava o relacionamento entre as lojas e o poder central do Grande Oriente do Brasil.

Paralelamente à experiência da Delegacia do GOB, o Grande Oriente Estadual do Paraná nasce em 1925, com a regularização dos trabalhos a partir de 1928, ano em que a Delegacia deixaria de atuar. Isto é, a partir do momento em que o Grande Oriente Estadual do Paraná inicia as atividades maçônicas, a Delegacia as cessa, uma vez que o Grande Oriente substitui a Delegacia. A atuação desta potência duraria até 1932, quando o poder central do GOB a extingue, alegando que a maioria das lojas maçônicas do Paraná estaria subordinada diretamente ao Grande Oriente do Brasil.

⁶⁵ A relação completa de Prefeitos de Curitiba e Governadores do Paraná maçons pode ser conferida no Museu Maçônico Paranaense. Disponível em: < http://www.museumaconicoparanaense.com/Governadores_do_Parana.htm > < http://www.museumaconicoparanaense.com/Prefeitos_de_curitiba.htm >. Acesso em: 15 ago 2015.

O Grande Oriente e Supremo Conselho do Paraná é mais uma tentativa de criação de uma potência maçônica independente. Trajano Joaquim dos Reis é o precursor da fundação deste Grande Oriente em 1902, que durou até 1920. Destacamos o anseio desta instituição em constituir uma sede própria, confirmando um dos objetivos do Grande Oriente e Supremo Conselho: a autonomia quanto ao poder central do GOB e, desta maneira o nascimento de uma potência autônoma do comando nacional. A extinção das atividades ocorre da mesma forma do Grande Oriente Estadual do Paraná, com a reincorporação ao Grande Oriente do Brasil.

Após um hiato de cisões e rupturas da maçonaria paranaense, em 1944 nasce o Grande Oriente Independente do Paraná, motivado pelas promessas de membros do GOB de Curitiba de desvendar os “segredos” da maçonaria – inclusive em matérias e anúncios veiculados em jornais da época, conforme exposto na seção 4.5 deste trabalho. Dada a baixa adesão das lojas maçônicas e, com a aparente resolução do conflito, este é incorporado à Grande Loja do Paraná.

Representante da primeira grande ruptura da maçonaria brasileira em 1927, a Grande Loja do Paraná surgiu em 1941, em virtude de uma disputa relativa à venda do terreno em que a Loja Fraternidade Paranaense mantinha seu templo. Um grupo de maçons que não concordavam com a venda procurara a Grande Loja do Rio de Janeiro, responsável pela organização do “sistema” de grandes lojas no país. Assim, em 1945 a GLP já elegeria seu primeiro Grão-Mestre e em 1966 passaria a integrar a Confederação da Maçonaria Simbólica do Brasil. A potência permanece com suas atividades ininterruptas e, como adiantado, a análise dos grão-mestres integra o objeto do presente trabalho.

A última cisão na maçonaria do Paraná ocorreu definitivamente no início da década de 1970. Antes, porém, em 1952 o Grande Oriente do Paraná é oficialmente criado – ainda sob a orientação do poder central do Grande Oriente do Brasil. Desta forma, o GOP permanece ligado diretamente ao GOB até 1973, quando houve suspeita de fraudes na disputa eleitoral para Grão-Mestre nacional da potência. O Grande Oriente do Paraná sofreu intervenção do poder central e, em 1979 o desmembramento é oficializado: de um lado, o GOP continua com a nomenclatura de 1952, porém pertencendo à Confederação Maçônica do Brasil; e, do outro, o Grande Oriente do Brasil – Paraná é uma potência federada ao GOB, sujeitando-se,

assim, às normas e regulamentos nacionais. Da mesma forma que a Grande Loja do Paraná, os grão-mestres destas duas potências integram o posterior estudo desta tese.

O método genealógico (OLIVEIRA, 2001) consiste em investigar historicamente as famílias e as estruturas de poder na sociedade. A genealogia pode ser definida como uma área do conhecimento destinada a pesquisar a história das famílias, estabelecendo as relações e estruturas de parentesco ao longo do tempo. Assim, podemos sinalizar que “a estrutura social também é uma estrutura genealógica” (OLIVEIRA, 2012, p. 51), uma vez que as bases que sustentam a sociedade estão intrinsecamente ligadas à pesquisa genealógica, isto é, das conexões familiares existentes.

O diagnóstico histórico das potências maçônicas no Paraná – do início aos dias de hoje – nos fornece elementos para analisar a instituição enquanto condicionante para a construção da estrutura social. Tal diagnóstico foi elaborado ao estilo do método genealógico, ou seja, considerando que a maçonaria paranaense é uma família, com relações estabelecidas entre si, regulando as “estruturas de parentesco” entre as potências. Este exercício nos demonstrou que há uma espécie de “teia da maçonaria”⁶⁶ no Paraná, que se inventa e reinventa a cada disputa política ou ideológica no interior da instituição. E, para compreender o perfil sociológico dos Grão-Mestres da maçonaria paranaense, se faz necessário conhecer as origens de cada potência e os fatores que colaboraram para a eleição de cada um destes indivíduos, objeto desta pesquisa.

Neste sentido, ratificamos a opção pela averiguação da história das potências maçônicas do Paraná, sendo esta um subsídio fundamental para o entendimento de nosso objeto. O foco direcionado para o método genealógico (aqui aplicado institucionalmente) contribui para este trabalho, pois:

A análise genealógica possibilita conectar todas essas diferentes conjunturas. O estudo dos ricos e poderosos, para ser completo, necessita ser um estudo de estruturas de parentesco e de genealogias em função do poder. Há entradas e saídas dos grupos sociais que compõem a classe

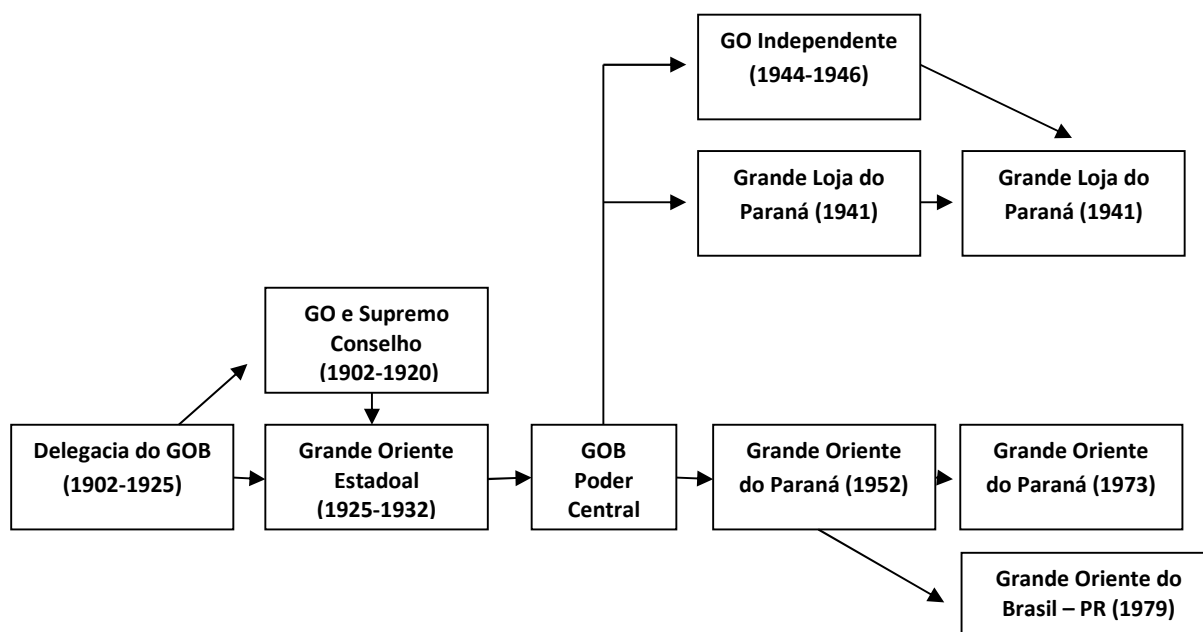
⁶⁶ Termo análogo ao empregado por OLIVEIRA (2012) em “Na teia do nepotismo – sociologia política das relações de parentesco e poder político no Paraná e no Brasil”.

dominante, mas há, principalmente, graus de continuidade. (OLIVEIRA, 2012, p. 64)

Classificamos a maçonaria, portanto, como um grupo dominante na sociedade paranaense, pois a presença de maçons no Estado se iniciou em 1837 e, desde então, certificamos uma continuidade e perpetuação da maçonaria sob dois aspectos: por um lado, as cerimônias de iniciação são importantes para que novos membros ingressem na instituição, garantindo novas gerações de maçons e, por conseguinte, da instituição; por outro, a continuidade e perpetuação dos corpos estaduais, das potências maçônicas no Paraná fazem com que a organização se mantenha centralizada e coesa.

No esquema abaixo, podemos esmiuçar esta espécie de “teia da maçonaria”, sua perpetuação e continuidade:

Figura 23. Rupturas na estrutura da maçonaria no Paraná.



Fonte: o autor (2015)

Este percurso das potências maçônicas do Paraná exprime uma espécie de radiografia da presença da instituição no Estado. A partir de 1837, com a fundação da primeira loja maçônica e, posteriormente, a implementação da Delegacia do Grande Oriente do Brasil em 1902, a maçonaria paranaense rumou com a finalidade

protagonista de autonomia, de independência institucional e organização regional. A trajetória de cisões, fusões e anseios de emancipação face ao poder central do GOB expressam a aspiração por uma maçonaria estritamente paranaense. Ainda que este objetivo não fosse alcançado completamente com o GOB/PR, por exemplo, tanto a GLP quanto o GOP possuem soberania quanto a organização interna, administração e fundação de lojas, por exemplo.

Vale ressaltar que, atualmente, o Grande Oriente do Brasil-Paraná (GOB-PR) possui 122⁶⁷ lojas e cerca de 3.800 maçons; o Grande Oriente do Paraná (GOP) possui 161⁶⁸ lojas maçônicas e aproximadamente 4.800 maçons; e a Grande Loja do Paraná (GLP) 163⁶⁹ lojas maçônicas, com cerca de 4.500 integrantes. Estes números totalizam, assim, 446 lojas e 13.100 maçons no Estado do Paraná.

Em um resumo sobre a genealogia da maçonaria regional – ou ainda, a “teia da maçonaria” no Paraná, apontamos as três principais características acerca do assunto, sendo:

1) O notado desejo pela autonomia institucional face ao poder central do Grande Oriente do Brasil. Grande parte das cisões estaduais surgiram a partir da busca pela liberdade de administração regional sobre os assuntos da instituição, como nos casos da criação da Delegacia do GOB no Paraná (1902), do Grande Oriente e Supremo Conselho do Paraná (1902) e do próprio Grande Oriente do Paraná (1952);

2) As disputas pelo controle da maçonaria, ou seja, pelo governo de cada grupo dominante internamente e, por conseguinte, as divergências de posicionamento sobre assuntos da instituição – casos da criação do Grande Oriente Independente do Paraná (1944) e da Grande Loja do Paraná (1941);

⁶⁷ Portal do GOB-PR na internet. Disponível em: < http://gob-pr.org.br/site/index.php?option=com_content&view=article&id=166&Itemid=151>. Acesso: 05 mar 2016.

⁶⁸ Portal do GOP na internet. Disponível em: < <http://gop.org.br/?sec=institucional&page=lojas&tipo=3>>. Acesso: 05 mar 2016.

⁶⁹ Portal da GLP na internet. Disponível em: < <http://glp.org.br/site/grande-loja-pagina-mae/lojas-da-jurisdicao/>> Acesso: 05 mar 2016.

3) A presença dos Grão-Mestres em posições estratégicas da estrutura da sociedade paranaense, um dos intuitos desta tese. Já apontamos a participação de Grão-Mestres no cenário político estadual do final do Século XIX até o início do Século XX. Adiante, quando analisarmos o perfil sócio-profissional dos Grão-Mestres do GOB/PR, GLP e GOP, pretendemos avaliar estes perfis, destacando que tipo de elite estratégica estas lideranças passaram a compor.

Assim, este panorama auxilia na compreensão do papel desempenhado por estas potências no âmbito maçônico paranaense e, sobretudo, oferece recursos para entender a trajetória social dos Grão-Mestres pesquisados, relativamente à participação social em outras instituições congêneres, a atuação profissional, a formação acadêmica e o engajamento institucional, entre outros. Portanto, esta radiografia da genealogia maçônica no Estado poderá apontar elementos diversificados sobre o perfil dos Grão-Mestres, que será efetuado adiante.

5 A MAÇONARIA EM PESQUISA O PROGRAMA DE TRABALHO DO NÚCLEO DE ESTUDOS PARANAENSES

Esta pesquisa, intitulada “*O compasso, o esquadro e a ordem discreta: perfil sociológico dos grão-mestres da maçonaria paranaense*” tem por objetivo analisar as lideranças da maçonaria no Estado do Paraná ao longo dos anos. Para tal, não consideramos esta pesquisa isoladamente no campo da sociologia, em especial, em relação ao Programa de Pós-graduação em Sociologia da Universidade Federal do Paraná (UFPR). Neste sentido, questionamos: qual a relação desta investigação com a linha de pesquisa “Instituições e Poder” do referido programa? E mais: como esta pesquisa pode contribuir com os trabalhos do Núcleo de Estudos Paranaenses (NEP)? O objetivo desta seção é, portanto, o de contextualizar e enfatizar a importância da investigação sobre a maçonaria paranaense no escopo de pesquisa do NEP e de seus pesquisadores. De saída, pretendemos expor a história do núcleo, as principais linhas de trabalho e como se desenvolveu ao longo dos anos. No segundo momento, há um balanço bibliográfico da produção do Núcleo de Estudos Paranaenses, bem como a conexão deste material com esta pesquisa, no intuito de articular este trabalho com as demais pesquisas do NEP.

Este trabalho pertence à linha de pesquisa “Cidadania e Estado”, do Programa de Pós-graduação em Sociologia da Universidade Federal do Paraná. O objetivo da referida linha é investigar o Estado e a cidadania nas diversas medidas do conhecimento e, uma destas medidas – denominada pelo programa como eixo temático, é a de estudar as instituições e o poder. Dentre os estudos da linha de pesquisa e do eixo temático, existem as pesquisas sobre o “*habitus* de classe, trajetórias e capitais familiares”, seara que este trabalho está situado, uma vez que pretendemos analisar a trajetória social dos grão-mestres da maçonaria paranaense, considerando o *habitus* de classe que estes pertenceram no decorrer dos anos. E, justamente acerca do estudo das instituições e poder que o Núcleo de Estudos Paranaenses foi criado.

Instituído em 1994, o NEP surgiu com o intuito de estabelecer um campo de pesquisa e discussões acerca da sociedade, da cultura e da política paranaense. Neste sentido, o núcleo atua deste então com a produção de trabalhos sobre a

temática, considerando as instituições, o poder e as famílias e a conexão entre estas três áreas de investigação. Segundo Oliveira, é impossível dissociar a atuação de pesquisa científica do Núcleo de Estudos Paranaenses – um observatório da política e da sociedade regional, com a dinâmica da política e da sociedade brasileira:

o grande eixo epistemológico tem sido as conexões entre as estruturas de parentesco e o poder político. O conhecimento da realidade social passa pelo conhecimento dos mecanismos de poder e pela construção dos projetos de poder hegemônicos da região, sempre em consonância com os projetos dominantes nacionais (OLIVEIRA, 2015, p. 3)

Desta forma, as pesquisas do NEP procuram analisar a política e a sociedade paranaense sob a ótica regional, salientando a articulação e a movimentação da sociedade, os atores e os projetos preponderante neste cenário. A pesquisa inaugural sendo o Estado do Paraná como panorama foi a tese de Doutorado de Ricardo Costa de Oliveira, intitulada “O silêncio das genealogias: classe dominante e Estado no Paraná (1853-1930)”, em 2000, que posteriormente foi transformada no livro “O silêncio dos vencedores: genealogia, classe dominante e Estado no Paraná”, de 2001, que demonstrou a acumulação do capital social e político de muitas gerações enquanto classe dominante no Paraná.

Em “O silêncio dos vencedores”, Oliveira retrata a formação da classe dominante paranaense, bem como a consolidação ao longo dos anos. Apesar da transformação desta classe, as famílias se perpetuaram no poder do Estado, seja ele político, econômico ou social, por exemplo, determinando assim a solidificação da identidade política e da classe dominante do Paraná:

A classe dominante paranaense se caracterizou por padrões de continuidade pelos quais a sua história e as suas memórias deveriam ser filtradas. A produção do silêncio faz parte da identidade paranaense. Sucessivas ondas demográficas ocupam o território paranaense e reconfiguram uma identidade que sempre deve ser reatualizada e renovada para incluir os últimos recém-chegados. No entanto, poucas regiões do Brasil apresentam continuidades históricas tão expressivas na posse do poder político por parte de grupos familiares tão antigos quanto o Paraná. (OLIVEIRA, 2001, p. 28)

A defesa apresentada por Oliveira no livro é a de compreender a história da classe dominante do Paraná para, então, entender a ação dos grupos que dominam

a política e a sociedade atualmente. Assim, o “silêncio dos vencedores” é uma espécie de “história oficial”, retratada por àqueles que a contavam do modo mais conveniente. Logo, o resgate do passado por intermédio das famílias dominantes, sobretudo, explicitam a hipótese elencada pelo autor.

A publicação de “O silêncio dos vencedores” é um marco para os sucessivos estudos acerca da sociedade e da política paranaense. Em 2002, a edição de “Análise dos parlamentares paranaenses na entrada do Século XXI” levantou a biografia dos políticos do Poder Legislativo (Senadores, Deputados Federais e Deputados Estaduais). O trabalho, também organizado por Ricardo Costa de Oliveira, expõe a trajetória política, os atributos pessoais (profissão, nascimento, filiação, cônjuge e filhos) e as principais matérias legislativas apresentadas ao longo do (s) mandato (s). O objetivo da publicação era o de tornar mais conhecida a classe política paranaense na entrada do novo século, demonstrando à população um perfil geral dos seus representantes.

Já em 2004, em publicação efetuada pela Imprensa Oficial do Estado do Paraná, “A construção do Paraná moderno – políticos e política no governo do Paraná de 1930 a 1980”, pretendeu direcionar os esforços de pesquisa para os principais acontecimentos do período: as passagens governamentais de Manoel Ribas, o intervencionismo do Estado Novo, a chegada de Moisés Lupion, a redemocratização com Bento Munhoz da Rocha Netto, além do governo de Ney Braga.

A mais recente publicação de Ricardo Costa de Oliveira é o livro “Na teia do nepotismo – sociologia política das relações de parentesco e poder político no Paraná e no Brasil”, de 2012. A defesa de Oliveira diz respeito à importância das famílias nas relações sociais no país. Conforme o autor:

A minha tese é simples. Família ainda importa. As estruturas de parentesco formaram parte da realidade social e política brasileira no século XXI. Redes familiares controlam partidos políticos, controlam o centro do poder executivo e formam redes atravessando o poder legislativo com parlamentares hereditários, sempre se renovando pelas gerações. O poder judiciário também sente as redes de cumplicidades e reproduções de algumas famílias e seus protegidos. O Tribunal de Contas em boa parte é um tribunal de parentes também. Ainda hoje os cartórios representam antigas redes familiares. A mídia, a intelectualidade, os jornalistas também já formaram grandes redes de parentesco e domínio familiar, agora em processo de modernização e profissionalização (OLIVEIRA, 2012, p. 13).

O fenômeno do nepotismo é apresentado, retratando o modo como surgiu, se desenvolveu e ainda perpetua nas diversas esferas de poder no país. São cinco as vertentes de trabalho de Oliveira: a) as origens do nepotismo e o início do fenômeno no Brasil; b) a valorização da estrutura social e da genealogia do nepotismo; c) as diversas redes de nepotismo; d) o panorama do nepotismo no Estado do Paraná; e) como 62 famílias comandam o poder paranaense na contemporaneidade.

No decorrer deste exame, há o apontamento que o nepotismo aproveita-se da fragilidade das instituições políticas, aliado às desigualdades sociais presentes no Brasil, à patronagem e ao clientelismo político. Esta tríade, portanto, é um algo preponderante para que o fenômeno se desenvolva na forma de um sistema político próprio, de uma estratégia de classes e de famílias para a conquista, manutenção e exercício do poder pelas redes do nepotismo amplamente trabalhadas pelo autor.

Deste modo, a hierarquização do Estado brasileiro em seu princípio (pautado também por insígnias simbólicas) aliado à nobreza portuguesa contribui para que o nepotismo se desenvolvesse. Afinal, o poder nas câmaras municipais, dos padres das famílias e dos tabelionatos era geralmente concentrado nas mãos de poucas famílias. Além disso, frequentar espaços sociais comuns e o relacionamento intraclasse fizeram com que a miscigenação entre as famílias aumentasse nas vilas do país. Em outras palavras: os integrantes da nobreza procuravam perpetuar os laços familiares com membros de famílias da mesma linhagem social, postadas sempre nos altos estratos sociais. Estas foram as linhas gerais das origens do nepotismo no Brasil, com citação de dados históricos e episódios que marcaram o início do domínio das famílias nas esferas de poder nacionais.

No segundo momento, há a valorização da estrutura social e os indícios de como o nepotismo se transformou em um processo condizente com a sociedade brasileira. Neste sentido, o autor argumenta que as famílias de origem portuguesa – chamadas de “quinhentões” são as que dominam as estruturas de poder, espalhando-se pelos principais postos de ação social. Prova disso são as propriedades escravistas em seus nomes, a atuação nas fazendas e nos engenhos, os proprietários de tabelionatos, representação de autoridade nas vilas, a extensão

para os poderes legislativo, executivo e judiciário, enfim, uma ramificação socioestatal e Estado e sociedade amplamente difundida até os dias de hoje. Aliada a esta estrutura social brasileira surge a análise genealógica, ratificando a tese de Oliveira que família ainda importa: o Estado em que os poderosos mandam necessita de pesquisas sobre a genealogia e as redes de parentesco atuando em favor do poder.

Diante deste quadro, o nepotismo e seus tentáculos é, sobretudo, “um processo de produção e reprodução de desigualdades”. Em seu estágio inicial o nepotismo ocorre através de uma rede de poder local, espalhando-se pelos poderes executivo, legislativo e judiciário abordados no texto. Além destes, o autor elege os cartórios, os tribunais de contas, o Conselho Nacional de Justiça – CNJ, os tribunais eleitorais e os conselhos das estatais para a execução de um detalhado exame do nepotismo no Brasil. Vale ressaltar ainda os fluxogramas apresentados, uma ferramenta primordial para entendimento do fenômeno nas principais esferas de poder do país.

No quarto momento, o nepotismo é retratado no Estado do Paraná a partir da emblemática figura de Aníbal Khury, Deputado Estadual que perpetuou seu poder a partir da segunda metade do século XX na Assembleia Legislativa do Paraná. Articulado, o legado deixado por Khury de clientelismo e patronagem no centro legislativo que leva seu nome é estudado pelo autor. A partir da figura central de Aníbal Khury, Oliveira destrincha o nepotismo no Paraná e a herança do fenômeno no poder legislativo, com os empresários nas relações do poder executivo, enfim, no cenário político paranaense do século XX e início do século XXI.

A partir do quarto momento do livro, Oliveira cita as exatas 62 famílias que comandam o poder (nas diversas ramificações já citadas) no Estado do Paraná dos tempos de província até os dias de hoje. O livro “Na teia do nepotismo” além de preencher a lacuna existente sobre o tema em relação às discussões sobre a democracia no Brasil (o nepotismo) torna-se um excelente banco de dados compilado sobre o fenômeno, indicando não somente as famílias que seguem tal processo, mas onde estão praticando o nepotismo e qual a relação delas com o poder, em geral.

Além das pesquisas desenvolvidas por Oliveira, os integrantes do Núcleo de Estudos Paranaenses produziram trabalhos acerca das instituições, das famílias e do poder no Paraná. São trabalhos de conclusão do curso de Ciências Sociais da UFPR, além de dissertações de mestrado e teses de doutorado do Programa de Pós-graduação em Sociologia da mesma instituição. A temporalidade destes trabalhos versa desde a consolidação do Paraná enquanto unidade administrativa até hoje, variando de acordo com o recorte de cada pesquisador. Evidente que, após a criação do programa – com os cursos de mestrado em 1995 e de doutorado em sociologia em 2004, houve maior produção de materiais destinados a estudar a temática do NEP. Assim, destacaremos alguns destes trabalhos, na tentativa de justificar a relação de nossa pesquisa com a produção do núcleo.

Relativamente às dissertações de mestrado, destacamos a produção de Mônica Helena Harrich Silva Goulart, de 2004, intitulada “O poder local e o coronelismo do Estado do Paraná (1880-1930)”, destinada a investigar o fenômeno da liderança regional na Primeira República. Outra pesquisa que relaciona a política e as estruturas de parentesco é a de Vanderlei Hermes Machado, de 2005, com o título “Política e estruturas de parentesco de Campo Largo (1871-2004)”, esta direcionada para a compreensão do município vizinho à capital Curitiba. Marcelo Gonçalves Marcelino apresentou a dissertação intitulada “Intervencionismo estatal e ideologia desenvolvimentista na construção do sistema de planejamento do Paraná (1972-1982)”, em 2006, também situada no escopo da política regional.

A Assembleia Legislativa do Estado do Paraná foi objeto de algumas pesquisas, decorrentes da análise da produção dos parlamentares divulgada em 2002. Luiz Demétrio Janz Laibida apresentou o trabalho “Representação teatral: Assembleia Legislativa do Estado do Paraná – institucionalismo e vetos”, em 2007; já Roberta Carnelos Resende defendeu a dissertação com o título “Gênero, performance eleitoral e perfis: uma análise da Assembleia Legislativa do Paraná (1998 a 2006)”, no ano de 2009; e, por fim, em 2015, Guilherme Tabatcheik escreveu “Desvendando os Diários Secretos: uma análise do uso dos cargos em comissão da Assembleia Legislativa do Paraná (2002-2006)”.

Outras dissertações de mestrado demonstram a pluralidade de subtemas acerca das instituições e do poder político no Paraná. Mauro Pioli Rehbein (2008) e

José Lazaro Ferreira Barros Junior (2011) publicaram trabalhos sobre Curitiba e as eleições municipais. Também com o escopo municipal, Carla Andréia Alves da Silva analisou as relações entre o poder político e o parentesco em Londrina. Por fim, destacamos o trabalho de Henry Levi Kaminsky, que analisou as elites e o parentesco no judiciário paranaense.

Relativamente às teses de doutorado, destacamos a continuidade do trabalho de Mônica Helena Harrich Silva Goulart sobre a Assembleia Legislativa na primeira república (1889-1930). A produção de Goulart se tornou um livro, intitulado “A dança das cadeiras – Análise do jogo político na Assembleia Legislativa do Paraná (1889-1930)”, publicado em 2014. Dividido em cinco partes, o livro aborda primeiramente os deputados como objeto de estudo da classe dominante, sob a perspectiva sociológica de Pierre Bourdieu (1930-2002). Interessante é destacar a análise efetuada sobre o coronelismo, fenômeno presente na dinâmica política paranaense já na Primeira República. Além disso, a autora destaca as diferenças regionais existentes entre os deputados, sinalizando que a elite do poder político no legislativo não é única, mas que respeita as peculiaridades regionais.

Durante a segunda e a terceira parte, Goulart aponta a transição entre as gerações no poder, com o foco para o Poder Executivo, analisando o perfil e o mandato de todos os governadores do recorte temporal escolhido para a pesquisa. Já na terceira parte há o retorno do olhar para a Assembleia Legislativa, objeto do trabalho, demonstrando como a instituição mantinha o poder político da época, em relação direta com o executivo.

A quarta parte retrata a movimentação partidária da Primeira República, bem como os períodos de criação de partidos políticos no Paraná, do multipartidarismo e do bipartidarismo. Por fim, na quinta parte, a autora analisa a dinâmica interna da Assembleia Legislativa do Estado do Paraná: o regimento interno da casa de leis, os vetos dos governadores, a natureza das leis aprovadas, o relacionamento entre o legislativo e o executivo, o perfil dos parlamentares, os presidentes da assembleia, as comissões internas e a renovação parlamentar existente.

As considerações finais do livro apontam que a Assembleia Legislativa do Paraná foi capaz de “concentrar e articular capitais específicos e de níveis diferentes através da relação entre os poderes público e privado, sustentada pelo eficaz

sistema coronelista” (GOULART, 2014, p. 321). Além disso, a ausência de autonomia institucional foi demonstrada, pois:

a ALEP se colocou como um subcampo que concentrou os mecanismos do jogo político que promoveu as relações de poder e de mando no Paraná entre 1889 até 1930 entre os indivíduos mais importantes do Estado. Embora tais decisões fossem tomadas na referida instituição como forma de se estabelecer as trocas de favores nas suas mais variadas vertentes, o caráter de apreender a ALEP como um subcampo fundamental para a percepção de toda política do estado exercida na Primeira República, tornou-se essencial para conferir como interesses de determinados grupos foram contemplados em detrimentos de outros. (GOULART, 2014, P. 324).

Ou seja, a Assembleia Legislativa do Estado do Paraná se manteve como um importante local de tomada de decisão na política regional durante a Primeira República. Entretanto, houve, neste caso, o favorecimento de grupos políticos específicos, da elite política regional, que comandavam as relações de poder da época.

A tese de doutorado apresentada por Alessandro Cavassin Alves também aborda a Assembleia Legislativa do Estado do Paraná como objeto de pesquisa. Intitulada “A província do Paraná (1853-1889). A classe política. A parentela no governo” abordou uma “rede familiar” de políticos que ocuparam os cargos de Senador, Deputado Geral e Deputado Provincial no período imperial, entre 1853 e 1889. O objetivo de Alves é compreender a classe política do Paraná no espaço temporal citado, uma vez que este era o momento de formação das lideranças políticas do Estado.

A pesquisa, dividida em quatro capítulos, analisa em separado as décadas dedicadas nesta, sendo, portanto, um capítulo para cada momento. O primeiro versa sobre as disputas partidárias e as primeiras eleições ocorridas na província do Paraná. Já os capítulos subsequentes estão voltados para as eleições e o perfil geral de cada período legislativo desde então. Uma importante contribuição de pesquisa está contida no Anexo I da tese, o qual conta com uma ficha biográfica de todos os deputados e senadores analisados no decorrer do trabalho.

Destacamos ainda o livro de Daiane Cernelós Resende, com o título “Elementos decisivos na construção da posição e ação política de Roberto Requião de Mello e Silva”, de 2014. Nesta pesquisa, Resende aborda a atuação do atual

Senador paranaense, que ocupou também o governo do Estado. O escopo temporal adotado é de 1982 a 2006 e o elemento sociológico elementar é o apontamento da instituição família diante da formação do “político” Roberto Requião. O trabalho da autora é fruto da dissertação de mestrado e, como a publicação foi transformada em livro, preferimos citá-la posteriormente.

Por fim destacamos o livro “Estado, classe dominante e parentesco no Paraná”, organizado por Ricardo Costa Oliveira. Datado de 2015, a publicação reúne as pesquisas em andamento do Núcleo de Estudos Paranaenses, dos discentes do programa de pós-graduação em sociologia – tanto do mestrado quanto do doutorado. A apresentação do material destaca o propósito de atuação do NEP enquanto instrumento de pesquisa:

Os conceitos mais importantes utilizados e operacionalizados são: família, biografia, prosopografia, *habitus*, trajetória, campo, subcampo, espírito de família e genealogia. De que maneira todas as instituições são atravessadas pelas ações e interesses das famílias da classe dominante. Como se forma e atua o aparelho do Estado. Como as parentelas e os clãs familiares existem ao longo dos séculos, quais famílias saem do núcleo do poder e como novas famílias entram na arena política. Como entender as instituições, suas burocracias e políticas públicas na dinâmica dos comandados das estruturas de parentesco organizadas e atuantes. A falta de modernização institucional, formas de corrupção e a falta de transparência em várias das principais instituições durante várias conjunturas. As instituições apresentam as suas próprias burocracias, o pessoal institucional e suas formas de recrutamento. (OLIVEIRA, 2015, p. 4)

Estes conceitos são aplicados nas pesquisas realizadas pelo Núcleo de Estudos Paranaenses, visando a análise da tríade já apresentada: instituições, poder e famílias. Este livro versa, em cada pesquisa individual, estas temáticas, além de outras correlatas ao escopo teórico adotado pelo NEP. Temas como o poder familiar na Câmara Municipal de Curitiba, a relação de Roberto Requião com o PMDB, o patronato no Paraná, a influência do ouro na economia do Estado no Século XVIII, a “nova” geração do nepotismo na política local, o poder político e seu relacionamento com o futebol, as relações de poder na virada do século XIX para o século XX, a relação entre política, direito e o Poder Judiciário nas questões familiares, a estrutura atual do nepotismo no Estado e a distribuição espacial das famílias no poder são abarcados pelos autores.

O histórico de produções do Núcleo de Estudos Paranaenses foi realizado com o intuito de demonstrar que o eixo temático “instituições e poder” tem sido contemplado com as pesquisas realizadas, sobretudo no que tange ao *habitus* de classe, trajetórias e capitais sociais familiares. Neste sentido, ressaltamos que o balanço geral da produção bibliográfica do NEP aborda diversos olhares acerca da dinâmica da sociedade, do poder e da política em geral do Paraná. Portanto, os objetos de pesquisa escolhidos por àqueles que desenvolveram os trabalhos sob as premissas de trabalho do núcleo foram satisfeitos.

A trajetória de pesquisa efetuada pelos integrantes do NEP mirou basicamente os personagens que conduziram a política paranaense, ora no Poder Legislativo, ora no Poder Executivo e, também, nas relações com o Poder Judiciário. Às vezes enquanto cenário e, em outras, como protagonistas, as instituições foram alvo dos pesquisadores, uma vez que a dinâmica destas influencia o comportamento político e social, além de auxiliar na compreensão histórica de como o Paraná do presente foi constituído em seu passado, bem como demonstrar possíveis caminhos das perspectivas políticas e sociais do futuro. Em suma: o papel de flexibilidade das discussões sobre a produção científica do Núcleo de Estudos Paranaenses quanto à sociedade e ao poder no Paraná é cumprido, dada à diversidade do material exposto no histórico acima.

Assim, questionamos ainda: qual é a importância de pesquisar a maçonaria, uma instituição que existe no Paraná desde 1837 por intermédio da primeira loja maçônica do Estado (União Paranaguense), além das contribuições desta tese para as investigações efetuadas pelo NEP? Justificamos este trabalho por tratar de uma combinação de pesquisa ainda não tratada na bibliografia sociológica paranaense: a maçonaria, a sociologia e o Estado do Paraná enquanto objeto e ambientação de pesquisa. A originalidade da pesquisa – que pretende demonstrar os componentes que integram o perfil das lideranças da instituição no Paraná, é destacada quando os elementos citados anteriormente são evidenciados, pois a ausência de estudos correlatos motivou uma das questões deste trabalho: qual carreira um maçom deve perseguir até atingir o posto de liderança estadual dentro da instituição, isto é, o cargo de Grão-Mestre.

Além disso, optamos por pesquisar a maçonaria por mais três motivos. O primeiro deles diz respeito à pequena quantidade de trabalhos acadêmicos que abordam o tema – talvez pela própria dificuldade criada pelos maçons em disponibilizar fontes para os olhos do mundo “profano”, utilizando terminologia própria deles⁷⁰. Com caráter discreto (e não secreto) a maçonaria sugere aos membros a não divulgação de suas atividades, assim como as próprias reuniões, realizadas em espaço fechado, sem interrupções e sem a presença de não iniciados na ordem. Como citado, a quantidade de pesquisas acadêmicas acerca da maçonaria ainda é pequena, se comparada com temas “clássicos” da sociologia política.

O segundo motivo refere-se à posição socialmente ocupada pelos maçons. Considerando que estes fazem parte da elite da sociedade, questionamos: qual é esta elite? Será que os maçons possuem uma identidade específica, isto é, há alguma profissão/atuação que favorece ou caracteriza o pertencimento à instituição? Abordamos esta questão no item 1.3 desta tese, que versa sobre a posição social ocupada pelos maçons e, por conseguinte, a atuação dos mesmos na/em sociedade.

Outrossim, justificamos esta tese por tratar das relações internas das estruturas de poder, isto é, buscar identificar quem compõe as redes sociais, econômicas, políticas e de parentesco, no intuito de desvendar como tais redes são articuladas a partir das lideranças maçônicas do Estado do Paraná. Para isso, citamos o trabalho de Oliveira (2001), que demonstrou a acumulação do capital social e político de muitas gerações enquanto classe dominante no Paraná. Assim, questionamos: será que os maçons também fazem parte de tal classe dominante e em qual modo é dada a atuação dos mesmos?

Por fim, enfatizamos a pertinência desta tese por abordar um tema que trará uma contribuição acadêmica para analisar a classe dominante paranaense, pois consideramos previamente que os maçons constituem uma elite social. Desta forma, verificaremos qual a atuação política, associativa e econômica dos Grão-Mestres do

⁷⁰ Conforme analisado por CARVALHO (2007). Disponível em: <<http://www.freemasons-freemasonry.com/22carvalho.html>>. Acesso: 10 jan 2016.

Grande Oriente do Paraná e qual o grau de inserção destes na sociedade paranaense. Desta forma, pretende-se esmiuçar o relacionamento da maçonaria enquanto instituição social e, a partir do estudo dos Grão-Mestres do Grande Oriente do Brasil-Paraná, da Grande Loja do Paraná e do Grande Oriente do Paraná, demonstrar os componentes do posicionamento social destes personagens.

PARTE IV – O MÉTODO PROSOPOGRÁFICO E A SOCIOLOGIA DAS ESTRUTURAS SOCIAIS

6 AS PERSPECTIVAS DO USO DO MÉTODO PROSOPOGRÁFICO

6.1. DEFINIÇÃO E CONTEXTO HISTÓRICO DA PROSOPOGRAFIA

O conceito de prosopografia é amplamente debatido nas pesquisas que envolvem a história e as ciências sociais. Para os historiadores modernos, ela é vista como o estudo das biografias coletivas; para os sociólogos, o conceito assume a análise de carreiras; e para os historiadores propriamente ditos, ela é vista como prosopografia. Independentemente da nomenclatura adotada, o método auxilia na compreensão de um grupo social delimitado. Os recentes trabalhos sobre o tema⁷¹ versam a necessidade de aproximação das áreas citadas, destacando que a prosopografia tem sido utilizada como método mais nas ciências sociais do que na história. Dentre os estudiosos do assunto, destacamos Stone (2011), definindo-a como a “investigação das características comuns de um grupo de atores na história por meio de um estudo coletivo de suas vidas” (STONE, 2011, p. 115).

Neste sentido, a prosopografia estabelece diversas variáveis para análise biográfica coletiva, tais como as relações familiares, origens sociais, estratos econômicos, carreira profissional, trajetória educacional, ocupação, questões religiosas, cargos políticos, entre outros. Aquém das variáveis já delimitadas, o pesquisador pode incluir novas ferramentas, com a finalidade de adequar o objeto de pesquisa ao método. Estas informações disponíveis – quando combinadas entre si – podem oferecer perspectivas de um padrão de posicionamento e percurso individual/social, possibilitando, desta forma, que a prosopografia seja empregada.

Dentre as questões de investigação histórica usualmente pesquisadas, Stone declara que o uso da prosopografia é uma importante ferramenta, pois:

⁷¹ São os trabalhos de Ferrari (2010); Almeida (2011); Monteiro (2014).

Refere-se à estrutura e à mobilidade sociais: um conjunto de problemas envolve a análise do papel na sociedade, especialmente as mudanças nesse papel ao longo do tempo, de grupos de status específicos (usualmente da elite), possuidores de títulos, membros de associações profissionais, ocupantes de cargos, grupos ocupacionais ou classes econômicas; um outro conjunto de problemas refere-se à determinação do grau de mobilidade social em determinados níveis por meio de um estudo das origens familiares (sociais e geográficas) dos novatos (recruits) de um certo status político ou posição ocupacional, o significado dessa posição em uma carreira e o efeito de deter essa posição sobre as fortunas da família. (STONE, 2011, p. 116)

Portanto, a prosopografia analisa as mudanças sociais de grupos específicos – como em nosso caso, os Grão-Mestres da maçonaria paranaense, além de combinar as variáveis disponíveis para facilitar a compreensão de perguntas como “quais as suas origens”, “o que fazem” e “quais são os atributos pessoais e sociais”. A partir destas indagações, o método mantém em coesão as informações levantadas e, quando ponderadas, estas podem oferecer novos horizontes no universo desta pesquisa.

São duas as “escolas” destinadas a disseminar a prosopografia. A primeira delas, denominada elitista, versa sobre grupos reduzidos do contexto social ou a estudar uma quantidade delimitada de biografias. Como técnica, os elitistas pesquisam detalhadamente o histórico de cada um dos integrantes do universo trabalhado, como laços familiares, vínculos profissionais e institucionais, ocupações exercidas ao longo dos anos, entre outros. A intenção é expor a coesão existente entre as biografias, que isoladas não exerceriam a mesma força do que estudadas em conjunto.

A segunda “escola” do método prosopográfico opta pela análise estatística dos grupos sociais, em particular nas ciências sociais. Os detalhes não são tão relevantes do que a quantidade de indivíduos envolvidos na pesquisa, pois há a concepção de que a história é motivada pelas opiniões coletivas (em movimentos de massa, por exemplo). A valorização da história social é maior do que a política, por exemplo, e a correspondência entre as variáveis dispostas revela mais do que a “realidade histórica”, isto é, o exame detido de cada caso.

A opção nesta pesquisa diz respeito à escola elitista de investigação prosopográfica. Esta escolha pauta-se pela procura da análise do perfil sociológico dos Grão-Mestres do Paraná: enquanto indivíduos isolados, agindo separadamente

– cada qual em sua potência e campo de ação interno das respectivas lojas, estes não possuem as mesmas características quando unidos pelo fator atuação geográfica, isto é, o primeiro ponto que os une é a questão estadual. Ou seja, os Grão-Mestres do Grande Oriente do Brasil – Paraná, da Grande Loja do Paraná e do Grande Oriente do Paraná estão interligados pelo âmbito regional maçônico, além do que, à vista dos não iniciados (que não participam da maçonaria), estes podem ser considerados equânimes no poder: ora, se um Grão-Mestre tem o poder de ação estadual, não interessa ao olhar daquele que não pertence à maçonaria qual é a potência que este preside. Além disso, este primeiro laço à luz do método prosopográfico (condição de Grão-Mestre no Paraná) é um indício de que os líderes de cada uma destas instituições atravessam trajetórias parecidas para ascensão a poder estadual, bem como lidam com questões similares no cotidiano do exercício da função.

Como todo método de investigação científica, a prosopografia também possui seus limites e perigos, conforme aborda Stone (2011). O primeiro deles diz respeito à possibilidade de deficiência de dados. Segundo ele, as pesquisas bem sucedidas só acontecem porque há uma quantidade razoável de dados disponíveis, em um universo bem recortado, com um objeto definido. Se há insuficiência de informações acerca de um grupo social e, em geral esta insuficiência não abarque as necessidades da pesquisa, o pesquisador pode cometer o erro de efetuar afirmações generalistas, meramente estatísticas – o que prejudica a atividade prosopográfica.

Da mesma forma, os dados se tornam raros quando o quesito status é posto à prova em uma pesquisa científica que adota a prosopografia: quanto mais alta a camada social investigada, maior a quantidade de informações públicas disponíveis, facilitando tanto a procura por dados quanto a análise dos mesmos; quanto menor o estrato social investigado, menor também a possibilidade de obtenção de elementos ao pesquisador. As elites políticas são instrumento de pesquisa deste método, pois a variedade de informações auxilia na compreensão de uma análise de biografias coletivas, por exemplo. O caso das minorias perseguidas é o único que, segundo Stone (2011, p. 123) é plausível do estudo prosopográfico, pois a partir da condição

de perseguição que estes detêm, há maior atenção dos pesquisadores para tais assuntos.

O terceiro limite elencado diz respeito às fontes de informação: ora abundantes, ora escassas, não há a possibilidade de mensurar qual tipo de dado estará disponível ao pesquisador. Em alguns momentos, dados irrelevantes podem surgir no itinerário de uma pesquisa do gênero; em outros, dados relevantes podem desaparecer, fatos que na auxiliam no estabelecimento de referências lineares ao cientista.

Nosso propósito é evitar que os limites da utilização deste método prejudique a pesquisa em curso. Pelo exposto, o recorte do universo de trabalho (além da quantidade de fontes públicas disponíveis⁷²) e o número de Grão-Mestres estudados são ferramentas acionadas para combater o perímtero de atuação da prosopografia. O quesito status social também nos permite afirmar que o estudo dos líderes da maçonaria pode ser considerado algo dentro do estilo prosopográfico de pesquisa, bem como a questão das fontes de informação, já citadas anteriormente.

Há uma segunda série de limites que diz respeito à classificação dos dados, isto é, a próxima etapa das impossibilidades que a prosopografia pode dispor ao pesquisador. A categorização das biografias coletivas deve ser efetuada com cuidado, pois um mesmo indivíduo exerce diversos papéis sociais ao longo de sua vida. Stone (2011) argumenta que estas categorias variam de acordo com as relações sociais estabelecidas e suas variações podem induzir o cientista ao erro, dada a multiplicidade delas:

Categorias de status podem guardar pouca relação com a riqueza e também podem variar em sua importância ao longo do tempo. Categorias de classes baseadas na riqueza podem não refletir as realidades sociais, podem ser quase impossíveis de identificar e podem ser mais difíceis de comparar ao longo do tempo; categorias profissionais podem atravessar as linhas tanto de status quanto de classe e subir e descer o sistema social; categorias de poder, bem como cargos políticos, podem variar ao longo do tempo em termos do status social vinculado a eles, do poder que possuem e da renda que obtêm. (STONE, 2011, p. 124-125).

⁷² Além da bibliografia sobre maçonaria já referenciada nesta tese, as informações sobre o perfil dos Grão-Mestres desta pesquisa estão disponíveis na internet, confirmando uma das hipóteses de facilidade da utilização do método prosopográfico: o status social elevado, algo que favorece em trabalhos em que os indivíduos estão em classes sociais mais abastadas.

Além de erros na categorização de biografias, o método pode falhar nas divisões e subdivisões de dados: em alguns momentos, informações distintas são tratadas como similares e dados parecidos são vistos como divergentes. Esta é mais uma preocupação de quem trabalha com o método prosopográfico no momento da análise dos dados.

Diante destes limites e cuidados sugeridos, Stone (2011) ainda cita que a história social é o campo em que a prosopografia pode melhor contribuir – também delineando o perfil deste trabalho. Entretanto, vale ressaltar que, apenas a partir de grupos bem delimitados a prosopografia tende a uma aplicação mais eficaz:

A principal conclusão que emerge dessa pesquisa bibliográfica é que o método funciona melhor quando é aplicado para grupos facilmente definidos e razoavelmente pequenos, em um período limitado de não muito mais que 100 anos, quando os dados são obtidos de uma grande variedade de fontes que complementam e enriquecem umas às outras e quando a pesquisa é dirigida para solucionar um problema específico. (STONE, 2011, p. 131)

Portanto, o uso do método prosopográfico em nossa pesquisa justifica-se, sobretudo, por adotarmos um grupo historicamente definido (a maçonaria), com o recorte temporal também sinalizado: os Grão-Mestres da maçonaria paranaense das três potências consideradas regulares: o Grande Oriente do Brasil – Paraná (GOB/PR), a o Grande Oriente do Paraná (GOP) e a Grande Loja do Paraná (GLP), envolvendo desta forma os indivíduos que atingiram o referido cargo desde a criação de cada potência – as duas primeiras em 1952, com o desmembramento definitivo em 1979 e a segunda em 1941. Mesmo com a demonstração da “genealogia” da presença da maçonaria no Paraná do Século XIX até hoje, reafirmamos a preferência pelo estudo das potências ainda presentes, visto que estão consolidadas enquanto instituições maçônicas no Estado.

Por estas razões prévias, a prosopografia nos parece um sistema adequado para compreender a ação conjunta destes Grão-Mestres da maçonaria paranaense, pois quando aplicada nos permitirá avaliar concorrentemente a trajetória destes personagens, já que:

A prosopografia, ou o método das biografias coletivas, pode ser considerada um método que utiliza um enfoque de tipo sociológico em pesquisa histórica, buscando revelar as características comuns

(permanentes ou transitórias) de um determinado grupo social em dado período histórico. As biografias coletivas ajudam a elaborar perfis sociais de determinados grupos sociais, categorias profissionais ou coletividades históricas, dando destaque aos mecanismos coletivos – de recrutamento, seleção e de reprodução social – que caracterizam as trajetórias sociais (e estratégias de carreira) dos indivíduos (HEINZ, 2006, p. 9).

A herança do uso da prosopografia nesta tese presume o uso sociológico de um aporte histórico, isto é, a partir da compreensão sociológica do estudo de elites e grupos enquanto um corpo indissociável, recorrer à história para captar elementos que irão auxiliar o entendimento de um grupo com características similares. Este é o propósito da aplicação das biografias coletivas com o nosso objeto: os Grão-Mestres do GOB/PR, GLP e GOP.

Esta seção efetuou um breve balanço justificando a presença da prosopografia nesta tese. A próxima seção esta destinada a responder a seguinte questão: é possível aplicar este método em trabalhos sociológicos? Se sim, quais são as estratégias que a sociologia se vale para tal? O roteiro planeja apontar caminhos para estas perguntas, possuindo como panorama a finalidade deste trabalho. Ressaltamos que ainda não finalizamos tal seção e pretendemos ampliar a discussão sobre a prosopografia.

6.2. ELITISMO, SOCIOLOGIA E PROSOPOGRAFIA: A OPÇÃO PELA ANÁLISE CONJUGADA

A partir da década de 1970, os estudos de Pierre Bourdieu contribuíram para a discussão da relação entre método prosopográfico e as posições sociais ocupadas em determinado campo. Restrito à história, uma “nova onda” de estudos elitistas marcou a aproximação com a sociologia, aliando o estudo das biografias coletivas com as análises sociológicas. Entretanto, Bourdieu criticava a forma como os denominados “elitistas” estudavam estes grupos sociais, como veremos adiante.

Relativamente à Teoria das Elites, podemos salientar que seu “renascimento” coincide com a ascensão da democracia e a participação das massas como protagonistas no cenário político, por meio da atuação dos sindicatos e dos movimentos operários, na busca da igualdade de direitos para os trabalhadores. Mediante a esta “ascensão política das massas”, um sentimento de

pessimismo rondava as classes dominantes da época e os seus teóricos. Afinal, com uma ampliação da democracia e maior participação das massas nas esferas decisórias do poder, a tendência era de que segmentos com menor grau de instrução se tornassem atores políticos relevantes, pois os membros das massas não eram tão instruídos intelectualmente como os integrantes da classe abastada, segundo esses autores:

Uma das razões que esteve na origem desse desinteresse pelo tema reside no surgimento de novas perspectivas teóricas e novos programas empíricos de pesquisa, cujas indagações não mais conferiam às elites políticas e sociais um lugar central. Para sermos mais específicos, o arrefecimento da preocupação dos cientistas sociais pelo tema das elites deve-se, em essência, às críticas formuladas a partir de três perspectivas bem distintas: o estruturalismo marxista, o institucionalismo de escolha racional e a Sociologia Relacional de Pierre Bourdieu. As críticas são contundentes e, não raro, convincentes. Não acreditamos, porém, que as aceitar implique necessariamente o abandono das elites políticas como objeto de estudo importante para a Ciência Política e a Sociologia Política (CODATO & PERISSINOTO, 2008, p. 7)

Diante da crença nesta incapacidade das massas exercerem o poder, passou a ser democracia avaliada negativamente, já que aquelas eram autoritárias e irracionais, além de se deixarem levar pelo discurso demagógico e inescrupuloso. Irrefutável até então, a democracia foi colocada em xeque pelos autores elitistas. Surgia, neste contexto, a Teoria das Elites, pautada pelos pressupostos “antidemocráticos e antissocialistas”, evidentes nos países em que os primeiros ideólogos elitistas conceberam-na.

Apesar da perspectiva pessimista e nascida em contraposição à democracia, ao socialismo e ao marxismo, a Teoria das Elites ganhou notoriedade ao longo dos anos, principalmente nos estudos ligados à Ciência Política. Mosca (1966;1968) e Pareto (1984) são exemplos desta corrente, fazendo da análise política um discurso científico – ambos defendendo a ideia de estudar os processos políticos a partir dos grupos de comando.

Bourdieu acredita que a sociologia deve romper com a visão essencialista das pesquisas adeptas do elitismo, direcionadas em duas fases: a primeira consiste em definir uma população e, posteriormente, deverá ser realizado o estudo da mesma, no que consiste aos atributos desta população (como os capitais

econômicos, sociais e políticos intrínsecos à mesma). Com esta operação, Bourdieu sinaliza dois enganos da atividade sociológica.

O primeiro deles diz respeito à tendência da Teoria das Elites em tornar natural as capacidades distintas dos integrantes dos grupos dominantes, sendo assim dominantes apenas pela posição que ocupam socialmente. Uma preocupação derivada desta “naturalização” dos atributos individuais é, ao efetuar uma análise mais detida, constatar que esta “elite” só mantém esta posição individual justamente por conta “das posições objetivas ocupadas pelos agentes no espaço social” (CODATO & PERISSINOTTO, 2008, p. 10).

Já a segunda objeção avalia a questão do produto das posições sociais ocupadas dentro do próprio campo:

o quantum de capital escolar vinculado a uma dada posição no campo cultural está diretamente vinculado ao quantum do mesmo capital vinculado a uma outra posição no mesmo campo. Para Bourdieu, o poder não é uma relação entre "indivíduos", mas uma relação entre diferentes posições que distribuem desigualmente os capitais específicos de um campo, o que, por sua vez, confere aos ocupantes dessas posições potencialidades distintas para produzir ganhos nas lutas que caracterizam o mesmo campo. (CODATO & PERISSINOTTO, 2008, p. 10)

Ou seja, só haveria necessidade de estudar estes agentes distribuídos em um determinado campo se o produto deste trabalho fosse utilizado como base para análises sociológicas mais aprimoradas – não apenas um estudo em que o destino final de certo itinerário reunisse apenas elementos constitutivos de biografias individuais, que não fizessem sentido quando analisadas em conjunto.

Por outro lado, Bourdieu admite a dificuldade em constituir o perfil da população de certo campo sociológico sem recorrer aos atributos individuais. (1989, p. 374). Assim, devemos optar em coletar informações dos indivíduos do grupo social pesquisado para constituirmos os perfis individuais, a fim de que uma análise aprimorada de maneira coletiva (ou sociológica, melhor dizendo) seja efetuada. Codato e Perissinotto (2008) apontam que “como as informações sobre o mundo social estão associadas a indivíduos é a eles que devemos dirigir-nos para indagá-los acerca das propriedades sociais que os constituem (BOURDIEU, 1989a, p. 29)”.(p. 11).

Uma das saídas encontradas para equacionar este problema é a utilização da prosopografia, como já anotado acima. Monteiro (2014) salienta que a partir da década de 1970, Pierre Bourdieu aproximou o método aos trabalhos da sociologia. O propósito foi analisar os grupos dirigentes franceses do período, no sentido de compreender a atuação destes na composição social da época. A opção metodológica de Bourdieu – centrada no sujeito (ainda que a crítica à metodologia elitista fosse lembrada), possibilitou aplicar aos dados históricos um enfoque sociológico (HEINZ, 2006, p.9). O agente social enquanto produtor e reproduzidor da realidade social em que está inserido – direcionadas mais à *posição social* em que o agente se encontra do que em relações estritamente entre indivíduos. Portanto, a ideia de tornar sociológica a análise da base de dados histórica se tornou evidente a partir do método prosopográfico.

A prosopografia, aliada à sociologia, deve concentrar as características de todo o grupo pesquisado – e não de cada indivíduo em particular. Para tal, as informações individuais são importantes, necessárias para o estabelecimento da compreensão do todo. Assim, a biografia individual nos dará subsídios para entender as posições ocupadas na realidade social:

A trajetória que ela visa reconstituir define-se como uma série de posições sucessivamente ocupadas por um mesmo agente ou por mesmo um grupo de agentes em espaços sucessivos [...]. É com relação aos estados correspondentes da estrutura do campo que se determinam em cada momento o sentido e o valor social dos acontecimentos biográficos, entendidos como colocações e deslocamentos nesse espaço ou, mais precisamente, nos estados sucessivos da estrutura da distribuição das diferentes espécies de capital que estão em jogo no campo, capital econômico e capital simbólico como capital específico de consagração (BOURDIEU, 1996, p.82).

Estas trajetórias ditas por Bourdieu têm como referência a questão de objetivar o *habitus*, isto é, a partir de um grupo de biografias unidas, visando exprimir algo sobre determinada realidade social, consolidar a busca de informações individuais. A partir do estudo das trajetórias é possível visualizar as posições ocupadas no campo pelos atores sociais, que ocupam sucessivas funções na sociedade.

Nesta busca biográfica, salientamos que não somente as histórias de vida interessam, mas sim o “balanço” orientado pela trajetória de seus membros, isto é,

qual foi o itinerário percorrido ao longo dos anos por seus integrantes, qual trajetória percorrem na maçonaria, que conexões sociais estabeleceram? Esta sucessão de acontecimentos marcados na história é tratada por Bourdieu, dizendo que:

O que equivale a dizer que não podemos compreender uma trajetória sem que tenhamos previamente construído os estados sucessivos do campo no qual ela se desenrolou e, logo, o conjunto das relações objetivas que uniram o agente considerado – pelo menos em certo número de estados pertinentes – ao conjunto dos outros agentes envolvidos no mesmo campo e confrontando com o mesmo espaço dos possíveis. (BOURDIEU, 1996, p. 81)

Assim, é necessário avaliar e analisar o campo em que as trajetórias de vida ocorreram: suas conquistas, seus relacionamentos, sua presença em determinado período da história. A valorização da biografia coletiva nos proporcionará compreender a relação estabelecida pelos Grão-Mestres do o Grande Oriente do Brasil – Paraná (GOB/PR), a o Grande Oriente do Paraná (GOP) e a Grande Loja do Paraná (GLP).

Conforme adiantamos, a noção de trajetória passa a vigorar em consequência da simples ideia de narrar as “histórias de vida”:

A análise crítica dos processos sociais mal-analisados e mal compreendidos que estão em jogo, sem que o pesquisador o saiba, na construção dessa espécie de artefato irrepreensível que é a “história de vida”, não é a sua finalidade (BOURDIEU, 1996, p 81).

Portanto, mais do que analisar simplesmente as “histórias de vida”, Bourdieu argumenta que é necessário avaliar as trajetórias – que são, desta forma, a construção de certo capital de ingredientes formados ao longo dos anos. Assim, as trajetórias deverão ser analisadas olhando para todo o itinerário – e não somente os elementos que compõem as biografias individuais.

A opção metodológica desta tese é avaliar as biografias a partir da trajetória de cada Grão-Mestre, pois apenas as histórias de vida não seriam suficientes para ofertar elementos necessários à análise sociológica dos mesmos. Outrossim, a opção pelo método prosopográfico facilita a busca de informações para a constituição da trajetória destas lideranças da maçonaria. Ou seja: aliando a teoria sociológica de Pierre Bourdieu (e os autores que fomentam este debate) à

prosopografia, é possível olhar para o conjunto de biografias e questionar: qual é, portanto, o perfil sociológico destes Grão-Mestres? Quais são os elementos de suas trajetórias que refletem a posição social ocupada (à luz de Wright Mills)? Podemos afirmar que existe sim um perfil delimitado destes personagens?

Tais perguntas esperam reunir dados que ofereçam uma análise sociológica condizente com as intervenções destes sujeitos na sociedade paranaense, na tentativa de fornecer substâncias que nos afaste das preocupações do que os autores denominam “so what question” (GIDDENS, 1974, p. xii-xiii; PUTNAM, 1976, p. x), rebatizada por Codato e Perissinotto (2008) como “e daí?”. Isto é, após um exaustivo levantamento de dados, de confecção de trajetórias de vida (e não simplesmente de biografias esparsas) e, ao olhar um grupo social a partir das características comuns de indivíduos, espera-se analisar a dinâmica sociológica dos integrantes da liderança da maçonaria no Paraná do período estudado diante da sociedade. Em suma: como pano de fundo desta questão relacionada à Giddens e Putnam e, posteriormente, aprimorada por Bourdieu, espera-se alinhar o posicionamento dos Grão-Mestres na realidade do Paraná, bem como qual é, de fato, a importância institucional quanto aos aspectos sociais, políticos e econômicos na distribuição da correlação de forças da maçonaria dentro da sociedade.

6.3 A MAÇONARIA VISTA COMO UM CAMPO PRÓPRIO DE AÇÃO

À luz dos ensinamentos sociológicos de Pierre Bourdieu quanto à trajetória e ao uso da prosopografia, ainda há uma questão iminente quanto à atividade do pesquisador de biografias coletivas: qual é o espaço de ação destes sujeitos quando unidos entre si? Ou seja, há um campo delimitado para a ação social dos Grão-Mestres da maçonaria paranaense estudados neste trabalho?

De saída recorreremos à Bourdieu para complementar a noção de trajetória. Ora, se ela (a trajetória) auxilia na reconstrução das posições sociais ocupadas por determinado grupo de indivíduos ao longo dos anos, conseqüentemente haverá um conjunto de características que irão marcar este tipo de comportamento. A reunião de influências sofridas por um indivíduo a longo dos anos é denominado por Bourdieu como *habitus*, que nada mais é do que:

sistemas de posições duráveis, estruturas estruturadas predispostas a funcionar como estruturas estruturantes, quer dizer, enquanto princípio de geração e de estruturação de práticas e de representações que podem ser objetivamente 'reguladas' e 'regulares', sem que, por isso, sejam o produto da obediência a regras, objetivamente adaptadas a seu objetivo sem supor a visada consciente dos fins e o domínio expresso das operações necessárias para atingi-las e, por serem tudo isso, coletivamente orquestradas sem serem o produto da ação combinada de um maestro (BOURDIEU, 1964, p. 60-61)

O *habitus*, na definição clássica de Bourdieu, é um sistema de posições sociais duráveis que o indivíduo sofre ao longo dos anos, que tem por objetivo a articulação da sociedade com o comportamento individual. A partir deste comportamento “moldado” pela sociedade e, por outro lado, com as influências individuais, o sujeito aprende uma língua, obtém costumes, valores e a noção da realidade social, além é claro de criar suas próprias ideias, que também irão contribuir para a modificação da sociedade em que este indivíduo está postado.

A proposta de Bourdieu em relação ao *habitus* demonstra a sequência de ações ordenadas com a dinâmica social em que um sujeito está localizado. Se considerarmos nosso objeto de estudo (os Grão-Mestres da maçonaria do Paraná das três principais instituições), podemos afirmar que o tipo de ação voltada para a sociedade destes indivíduos possivelmente irá refletir o *habitus* adquirido ao longo dos anos com a participação institucional. Portanto, a ideologia política da maçonaria (analisada no primeiro capítulo desta tese), avaliada a partir do conceito de *habitus* poderá refletir as práticas sociais deste grupo, formadas tanto pela relação sociedade (maçonaria) / sujeito (maçom) e da interferência dos comportamentos do sujeito (maçom) diante da sociedade (maçonaria).

Outro destaque relacionado ao *habitus* é a questão da aprovação ou sanção de propostas nesta relação entre indivíduo e grupo. Se por um lado um maçom pode (ou até deve) aceitar as medidas desencadeadas pela instituição que integra, por outro este também será ator na confecção destas medidas, o que poderá acarretar novas práticas institucionais. Portanto, um Grão-Mestre ao mesmo tempo em que aceita as medidas impostas pela maçonaria quanto à disposição do organismo que participa, ele também irá condicionar os rumos da instituição, articulando sua

trajetória individual a uma “estrutura estruturante e estruturadora de práticas” (FREITAS, 2012, p.11).

Esta predisposição do *habitus* em fornecer práticas ideológicas, sociais e políticas mostra como este é um conceito que reúne uma vasta quantidade de informações:

O termo *habitus* é utilizado, assim, como um conceito teórico que sistematiza um conjunto de saberes construídos ao longo da história da filosofia e das ciências sociais. Envolve todas as influências que cada ser humano assimila dos meios sociais e culturais que mantem contato, que vão se fixando em sua mente, como um “depositário de experiências”, mas que também o tornam capacitado para agir na prática de uma maneira inovadora para resolver os novos problemas que surgem na convivência social e satisfazer suas necessidades e suas concepções (PRAXEDES, 2015, p.15).

Desta forma, o *habitus* do maçom é constituído de maneira articulada à sociedade. Não poderíamos afirmar que o maçom é um sujeito desconexo, um outsider em relação ao seu grupo social. Elias (2000) argumenta que a relação entre estabelecidos e outsiders é interdependente, isto é, por mais que as duas expressões possam sinalizar a distinção entre os grupos (na diferença entre os costumes dos dois, na verdade), eles acabam se cruzando em algum momento dentro do espaço social – além, é claro, dos conceitos serem relativizados⁷³, de acordo com a história de cada sociedade.

Ao passo que o indivíduo adquire o *habitus*, este poderá obter a noção de praticidade da vida, em especial aos assuntos relacionados aos campos sociais em que poderá atuar: uma ação política em um partido; as atividades cotidianas profissionais; o engajamento religioso; a convivência cultural de determinada comunidade quanto às manifestações artísticas; o engajamento educacional, que o conduzirá para o aprimoramento profissional como o avanço dos conhecimentos adquiridos; e a participação institucional, sendo a maçonaria um exemplo disto. Bourdieu denomina “campos sociais” este conjunto de inserção nestes meios, que são:

⁷³ A relativização é um tema recorrente na antropologia social. Podemos citar Damatta (1981).

Em termos analíticos um campo, pode ser definido como uma rede ou uma configuração de relações objetivas entre posições. Essas posições são definidas objetivamente em sua existência e nas determinações que elas impõem aos seus ocupantes, agentes ou instituições, por sua situação (situs) atual e potencial na estrutura da distribuição das diferentes espécies de poder (ou de capital) cuja posse comanda o acesso aos lucros específicos que estão em jogo no campo e, ao mesmo tempo, por suas relações objetivas com as outras posições (dominação, subordinação, homologia, etc.) (BOURDIEU, 1990, p.72).

Logo, um campo é uma teia em que as relações objetivas, isto é, dotadas de significado e finalidade específica são colocadas em prática por intermédio da posição em que um agente se localiza – posições estas analisadas anteriormente quando abordamos o método posicional de Wright Mills (1968). A partir destas posições do campo os atores distribuem suas forças (ou capital, ao modo de Bourdieu), impondo os limites de atuação, a correlação de virtudes, enfim, o espaço próprio de atuação.

Lahire (2002) analisa elementos relacionados às características de um campo, a saber:

- Um campo é um microcosmo incluído no macrocosmo constituído pelo espaço social (nacional) global.
- Cada campo possui regras do jogo e desafios específicos, irredutíveis às regras do jogo ou aos desafios de outros campos (o que faz “correr” um matemático – e a maneira como “corre” – nada tem a ver com o que faz “correr” – e a maneira como “corre” – um industrial ou um grande costureiro).
- Um campo é um “sistema” ou um “espaço” estruturado de posições.
- Esse espaço é um espaço de lutas entre os diferentes agentes que ocupam as diversas posições.
- As lutas dão-se em torno da apropriação de um capital específico do campo (o monopólio do capital específico legítimo) e/ou da redefinição daquele capital.
- O capital é desigualmente distribuído dentro do campo e existem, portanto, dominantes e dominados.
- A distribuição desigual do capital determina a estrutura do campo, que é, portanto, definida pelo estado de uma relação de força histórica entre as forças (agentes, instituições) em presença no campo.
- As estratégias dos agentes são entendidas se as relacionarmos com suas posições no campo.
- Entre as estratégias invariantes, pode-se ressaltar a oposição entre as estratégias de conservação e as estratégias de subversão (o estado da relação de força existente). As primeiras são mais frequentemente as dos dominantes e as segundas, as dos dominados (e, entre estes, mais particularmente, dos “últimos a chegar”). Essa oposição pode tomar a forma de um conflito entre ‘antigos’ e ‘modernos’, ‘ortodoxos’ e ‘heterodoxos’ (...).
- Em luta uns contra os outros, os agentes de um campo têm pelo menos interesse em que o campo exista e, portanto, mantêm uma “cumplicidade objetiva” para além das lutas que os opõem.

- Logo, os interesses sociais são sempre específicos de cada campo e não se reduzem ao interesse de tipo econômico.
- A cada campo corresponde um *habitus* (sistema de disposições incorporadas) próprio do campo (por exemplo, o *habitus* da filologia ou o *habitus* do pugilismo). Apenas quem tiver incorporado o *habitus* próprio do campo tem condições de jogar o jogo e de acreditar na importância desse jogo.
- Cada agente do campo é caracterizado por sua trajetória social, seu *habitus* e sua posição no campo.
- Um campo possui uma autonomia relativa; as lutas que nele ocorrem têm uma lógica interna, mas o seu resultado nas lutas (econômicas, sociais, políticas...) externas ao campo pesa fortemente sobre a questão das relações de força internas. (LAHIRE, 2002, p. 47-48)

Se avaliarmos cada uma destas características do que é um campo, poderíamos testar a hipótese de que a maçonaria é um campo específico e, neste sentido, os Grão-Mestres das instituições maçônicas do Paraná, cada qual com sua respectiva trajetória, formada a partir de um *habitus* próprio, específico, inventaram e reinventaram este campo desde o surgimento das instituições analisadas nesta tese (GOB, GOP e GLP)?

A primeira definição do que é campo discorre sobre a inserção de um microcosmo dentro de um macrocosmo, isto é, dentro do espaço social. A maçonaria é um segmento da sociedade, uma instituição que possui regras próprias, com organização interna bem delimitada e que está contida dentro de um espaço social, independentemente do tamanho que este compreende – em nosso caso, o Estado do Paraná. Portanto, analisando este critério, podemos afirmar que a maçonaria é uma campo cravado dentro da sociedade.

Da mesma forma, ressaltamos que a maçonaria é um campo disposto de regras específicas, em que há um jogo apropriado de disputas por posições sociais e espaço de atuação política. Ora, as rupturas internas – de 1927 e de 1973, as mais importantes, bem como as múltiplas divisões apontadas ao longo desta tese demonstram como a maçonaria tem um estilo particular de estabelecer as regras do jogo político institucional interno, refletido às vezes por fatores internos (as fraudes eleitorais de 1973, por exemplo), às vezes por fatores externos (a efervescência social da década de 1920), uma vez que a instituição é um campo contido no espaço social.

Além disto, a maçonaria é um campo em que as posições estão dispostas e, para que se conquiste uma nova posição ou que esta se mantenha, haverá

constantes disputas entre os agentes deste campo – fato que comprova a terceira e a quarta característica de Lahire (2002) sobre o campo. Nota-se que estas propriedades do campo confirmam a tese de que a maçonaria é um campo de ação própria no espaço social e, para que um Grão-Mestre assuma a posição de destaque institucional, este deverá participar do jogo de disputas entre os integrantes da maçonaria – fato este que será analisado adiante, com o perfil sociológico destes personagens, suas inserções sociais, políticas e intra e extra institucionais.

Em decorrência desta disputa de um campo apropriado, os integrantes desta a realizam em busca da obtenção de um capital específico, que trará legitimidade dentro do campo. Mas, qual é o conceito de capital para Bourdieu? O capital, para o autor, é mais do que a questão relacionada à economia: é um bem ou poder manifestado na sociedade, em suas formas específicas de condicionamento deste capital. Neste sentido, haverá uma tendência na aproximação dos sujeitos que possuem um mesmo capital, que poderão ser convergentes ou divergentes em relação a um determinado assunto. Bourdieu (1989) ratifica esta disposição do capital:

Sem dúvida, os agentes constroem a realidade social; sem dúvida, entram em lutas e relações visando a impor sua visão, mas eles fazem sempre com pontos de vista, interesses e referenciais determinados pela posição que ocupam no mesmo mundo que pretendem transformar ou conservar (BOURDIEU, 1989, p. 8)

Bourdieu argumenta que são quatro os capitais existentes: econômico, cultural, social e simbólico. O capital econômico é formado a partir da reunião de fatores determinados à economia, como os meios de produção, as relações de mercado, entre outras. Já o capital cultural é o conjunto de propriedades intelectuais transmitidos pela família ou pela escola, sendo este dividido em três: em estado incorporado como disposição duradoura do corpo; em estado objetivo, como bem cultural; e em estado institucionalizado. O capital social é a união de relações sociais estabelecidas por um indivíduo em sociedade. Por fim, o capital simbólico está ligado diretamente ao reconhecimento, sendo este associado aos demais capitais, não existindo sozinho dos demais, porém agregando valor àqueles:

O capital simbólico é esse capital denegado, reconhecido como ilegítimo, isto é, ignorado como capital (o reconhecimento no sentido de gratidão suscitado pelos benefícios que podem se derivar de um dos fundamentos desse reconhecimento), constitui, sem dúvida, com o capital religioso, a única forma possível de acumulação quando o capital econômico não é reconhecido (BOURDIEU, 2009, p. 196)

O capital simbólico é o que nos interessa em relação à maçonaria, pois ele tem a capacidade de influenciar o tipo de ação existente dentro do campo. O capital simbólico é a maneira que legitima, portanto, o poder simbólico que, de acordo com a posição de quem age dentro do campo, pode então dominá-lo:

O capital simbólico confere poder e legitimidade - poder simbólico - ao agente ou grupo que o possui, a partir de seu reconhecimento dentro de determinado campo. Essa posse também está relacionada à posição do agente dentro do campo, e se dá em relação aos demais agentes, pressupondo o 'desconhecimento da violência que se exerce através dele (BOURDIEU, 2004, p. 194)

Portanto, o capital simbólico poderá ocasionar “poder e legitimidade”, ou então, “poder simbólico” ao agente social, mediante a sua identificação no campo. Os Grão-Mestres, como adiante analisaremos detidamente, tem este capital simbólico e, desta forma, há a disputa interna (no campo da maçonaria) pela obtenção deste capital, que, em nossa visão, também é político. Dentro do campo da maçonaria há a relação entre dominantes e dominados, pois, senão, os indivíduos analisados nesta tese não teriam a devida legitimidade para disposição de seus capitais em benefício da acumulação do capital simbólico na maçonaria.

Há, ainda, uma “cumplicidade objetiva” entre os agentes do campo da maçonaria. Ainda que as disputas internas envolvessem grupos divergentes, os integrantes do campo estão interessados na manutenção da instituição e, sobretudo, na perpetuação da atividade do campo. Afinal, ainda que os interesses sejam distintos – como analisamos em relação à maçonaria e suas diversas cisões, houve sempre uma saída institucionalizada para que os integrantes do campo fizessem com que ele perpetuasse. A prova disso é o não abandono da atividade maçônica de suas lideranças e, por conseguinte, a fundação de novas potências maçônicas com expressão nacional (casos da CMSB ou COMAB, em 1927 e 1973, respectivamente) e dos organismos no Paraná, como a criação da Grande Loja do

Paraná em 1941 e do Grande Oriente do Brasil-Paraná em 1952, com o posterior desmembramento do Grande Oriente do Paraná no início da década de 1970.

Cada campo também é detentor de um *habitus* próprio e, somente quem compreende as regras do campo, pode se apropriar deste *habitus* e, conseqüentemente, entender o estilo de determinado campo. Esta característica analisada por Lahire (2002) também se confirma no caso da maçonaria. É claro que, para os não-iniciados, compreender a maçonaria é tarefa mais complicada do que para os que já integram a instituição. Da mesma forma, somente a partir da compreensão da lógica própria do campo, é possível que um indivíduo chegue à liderança da instituição – em nosso caso o cargo de Grão-Mestre estadual. Logo, de nada adianta participar do campo se o indivíduo não “adquirir” o *habitus* deste campo, que, obviamente, possui suas regras próprias.

Da mesma forma, cada integrante do campo é descrito conforme a trajetória social adquirida (como visto, a trajetória é a construção de certos capitais acumulados ao longo dos anos), além do *habitus* e a posição ocupada dentro do campo. É este o ponto motriz desta tese: a partir do *habitus*, compreender como este interfere na construção da trajetória social de um indivíduo que deseja ser eleito Grão-Mestre da maçonaria no Paraná, além, é claro, das regras da dinâmica do campo (maçonaria) que este indivíduo está posicionado. Ainda assim, pretende-se analisar este conjunto de questões (*habitus*, trajetória social e campo) dentro das forças internas e externas exercidas sobre o campo, pois, ao passo que as disputas internas vão influenciar na dinâmica do campo, as pressões externas tendem a oferecer alterações no comportamento dos indivíduos dentro deste campo. Em suma: o campo da maçonaria não é condicionado exclusivamente pelos fatores internos determinados por seus agentes, mas é lado a lado influenciado pelas dinâmicas externas. Este fato é comprovado pela atuação para fora dos templos maçônicos, com a inserção política, social e econômica de seus membros (ou principais líderes), que tendem a atuar em/na sociedade.

Assim, diante dos argumentos fornecidos, a maçonaria é considerada um campo próprio de ação social, em que seus membros agem internamente em busca de capital simbólico (prestígio, poder), que será convertido a partir de sua atuação no espaço social. Este campo próprio de ação (a maçonaria) tem suas regras

internas, sua dinâmica própria, em que o *habitus* constituído ao longo dos anos auxiliará na formação da trajetória social de seus integrantes, constituindo desta forma um campo, com suas especificidades já analisadas.

Por fim, pretende-se, à luz da afirmação de que a maçonaria é um campo social, analisar como os Grão-Mestres da Grande Loja do Paraná, do Grande Oriente do Brasil-Paraná e do Grande Oriente do Paraná atuaram dentro deste campo, face às suas trajetórias sociais, explicitadas intra e extra campo. Logo, a explicação surgirá a partir dos conceitos de prosopografia, trajetória social, campo, *habitus* e capital simbólico, a fim de esmiuçar o perfil sociológico dos Grão-Mestres da maçonaria paranaense – da formação dos três organismos citados até os dias de hoje.

PARTE V – A BIOGRAFIA COLETIVA DOS GRÃO-MESTRES DA MAÇONARIA PARANAENSE

7 ANÁLISE SOCIOLÓGICA DOS GRÃO-MESTRES DA MAÇONARIA PARANAENSE

Na quinta parte, levantaremos os dados das biografias individuais dos Grão-Mestres das potências maçônicas selecionadas, integrantes do nosso recorte temporal – conforme adiantado. Desta forma, a lista de Grão-Mestres analisada se iniciará em 1941, com a Grande Loja do Paraná (GLP) e a partir de 1952, com o Grande Oriente do Brasil – Paraná e seu posterior desmembramento em 1979, dada a fundação do Grande Oriente do Paraná (GOP) em 1973. Vale ressaltar que até então a história destas duas instituições é a mesma, pois somente com a criação da COMAB cada qual passou a trilhar um caminho próprio.

A consulta das informações seguiu as fontes indicadas nas referências bibliográficas (ZUCOLI, 2001; BELINI, 2002; SPOLADORE, 2007; BUZATO, 2009), com os livros publicados por maçons sobre o tema e os arquivos do Museu Maçônico Paranaense, disponível na internet. Outrossim, a procura de elementos da biografia de cada Grão-Mestre solicitou arquivos de jornais, revistas e portais na internet, sobretudo, pois a partir da constituição das biografias individuais, podemos analisar coletivamente os dados coletados – seguindo desta maneira o método prosopográfico.

A constituição da biografia coletiva dos grão-mestres reivindicou uma busca detida em fontes de pesquisa que se cruzam entre si, como portais de associações, Câmaras Municipais, Assembleia Legislativa do Estado do Paraná e, é claro, das próprias potências maçônicas estudadas. Constatamos que as biografias destes indivíduos até a primeira metade do Século XX possuem maior quantidade de informações, ora por se tratarem de personagens históricos, ora pela preocupação da própria instituição em retratá-los. Assim, o estudo “contemporâneo” da maçonaria paranaense se constituiu em uma “teia” de informações esparsas, reunidas neste trabalho. A própria especialização do *campo* da política fez com que a participação

ativa destes personagens no engajamento da política regional diminuísse, fato este que analisaremos detidamente adiante.

O objetivo da prosopografia dos grão-mestres da maçonaria paranaense segue a mesma preocupação explicitada por Codato (2015), que é a de transformar as variáveis estruturais do trabalho em nomes próprios, ou seja, converter as variáveis selecionadas pelo pesquisador nominando os pesquisados (grão-mestres). De igual maneira, uma espécie de “teia da maçonaria e da sociedade paranaense⁷⁴” é executada, pois, conforme já sinalizamos, há a constituição de um mosaico de perfis dos líderes da maçonaria paranaense. A sequência de dados apresentada visa demonstrar o “quem é quem” das lideranças maçônicas do Paraná contemporâneo, elencando os seguintes pontos: município de origem, escolaridade, profissão / ocupação, carreira política e inserção social em instituições diversas. Do ponto de vista metodológico, a análise em separado (a priori) das categorias visa esmiuçar o que cada uma demonstra acerca da biografia individual e, ao mesmo tempo, coletiva destes Grão-Mestres. Neste sentido, a conclusão desta tese sinalizará o extrato social e coletivo biográfico dos pesquisados, a fim de apontar respostas para a pergunta central do trabalho: qual é o perfil social (e aqui, incluindo a trajetória, isto é, a carreira) de um Grão-Mestre da maçonaria no Paraná?

A fim de expor didaticamente os grão-mestres pesquisados, listamos os nomes e os períodos de mandato no Grande Oriente do Brasil – Paraná (GOB/PR), no Grande Oriente do Paraná (GOP) e na Grande Loja do Paraná (GLP). O “quem é quem” dos nomes evidencia as lideranças e os respectivos períodos dos mandatários a frente de cada instituição. Vale ressaltar que até o mandato de Enoch Vieira dos Santos à frente do GOP, os grão-mestres do GOB/PR eram os mesmos, uma vez que o desmembramento do Grande Oriente do Paraná em potência independente ocorreu após a cisão de 1973. Portanto, as carreiras estão repetidas propositalmente, com o intuito de visualizar os mandatos no período cronológico exato.

⁷⁴ A expressão “teia” segue a apropriação do termo empregado por Ricardo Costa de Oliveira (2012), quando executa a “teia do nepotismo” no Estado do Paraná.

A primeira “variável” apresentada diz respeito ao período temporal que cada Grão-Mestre exerceu o mandato. Para tal, recorremos aos portais oficiais da internet de cada instituição e ao Museu Maçônico Paranaense, já citado anteriormente. Como os dados nem sempre corresponderam exatamente – ou seja, em cada fonte consultada houve divergências, optamos pela combinação entre a literatura existente e a maior incidência de ocorrências registradas de cada período.

Após este levantamento, obtemos o número de 50 maçons que ocuparam a elite da maçonaria paranaense no período estudado. Se considerarmos o número de Grão-Mestres por instituição, esta quantia se eleva para 56. Entretanto, até o mandato de Enoch Vieira dos Santos, havia um núcleo comum entre o GOB-PR e o GOP, pois era apenas um único organismo maçônico. Logo, são descontados estes seis Grão-Mestres em comum, o que reduz a totalidade de integrantes que ocuparam o referido cargo.

Ao analisarmos separadamente cada instituição, observamos que a Grande Loja do Paraná é a que contou com maior quantidade de Grão-Mestres, tanto por ser a mais antiga (1941), quanto pela alternância no poder no início de sua constituição. Já o Grande Oriente do Brasil-Paraná e o Grande Oriente do Paraná estabeleceram uma frequência de líderes, sendo o primeiro com 17 e o segundo com 16 – números estes reforçados pelo núcleo comum até a década de 1970, já retratado anteriormente.

A tabela abaixo demonstra a relação de grão-mestres do Grande Oriente do Brasil – Paraná até o presente:

Tabela 3 Lista de Grão-Mestres do Grande Oriente do Brasil - Paraná

Grão Mestre	Período
Sylvestre de Souza	1952
Antonio Couto Pereira	1952-1954
Normando Jusi	1953-1957
Antonio Couto Pereira	1957-1961
Carlos Bardelli	1961-1964
Antenor da Silva Pupo	1964-1965
Aristeu dos Santos Ribas	1965-1970
Enoch Vieira dos Santos	1970-1973
Melchiades Cardoso de Almeida	1973-1977
José de Vitis Silva	1977-1978
Alderico dos Reis Petra	1978-1979
Alderico dos Reis Petra	1979-1983
Alderico dos Reis Petra	1983-1987

José Bueno Mendes	1987-1989
Paulo Opuska	1989-1991
João Darcy Ruggeri	1991-1995
Cliceu Luis Bassetti	1995-1999
Cliceu Luis Bassetti	1999-2003
Paulo Maia de Oliveira	2003-2007
Dalmo Wilson Louzada	2007-2011
Dalmo Wilson Louzada	2011-2015
Luiz Rodrigo Larson Carstens	2015-

Fonte: BELINI (2002); GOB/PR

A origem do Grande Oriente do Brasil-Paraná, como citado, diz respeito a uma seção do Grande Oriente do Brasil no Paraná e, principalmente, com o desejo de expansão da instituição no interior do Estado, bem como a manutenção das lojas maçônicas filiadas, a fim de evitar possíveis cisões, como ocorrido em outrora. Assim, os mandatos iniciais do GOB-PR e, por conseguinte, do GOP, foram marcados pela estabilidade e recondução ao poder de apenas um personagem: Antonio Couto Pereira, que retornou à administração em 1957, após o mandato de Normando Jusi.

Enoch Vieira dos Santos foi o Grão-Mestre da transição entre as duas instituições citadas (GOB-PR e GOP), optando em permanecer na segunda. De Santos em diante, as administrações do Grande Oriente do Brasil-Paraná são marcadas por longos períodos (exceto José Vitis da Silva, que foi Grão-Mestre por dois anos). Alderico dos Reis Petra dirigiu o GOB-PR por três mandatos seguidos, sendo o recordista. Os demais ficaram, em média, por dois mandatos na liderança do organismo maçônico, demonstrando assim (previamente) baixa alternância no poder da maçonaria. De 1978 até hoje, oito maçons foram Grão-Mestres e, se o atual Grão-Mestre Luiz Rodrigo Larson Carstens concluir o mandato em 2018, teríamos a média de um Grão-Mestre a cada cinco anos, uma vez que em 40 anos estes oito líderes exerceram o referido poder.

Pela mesma raiz do Grande Oriente do Brasil, o Grande Oriente do Paraná foi criado e, de 1980 em diante, a instituição pode contar com Grão-Mestres “genuinamente” formados por ela, conforme apontamos na tabela abaixo:

Tabela 4 Lista de Grão-Mestres do Grande Oriente do Paraná

Grão Mestre	Período
Sylvestre de Souza	1952

Antonio Couto Pereira	1952-1954
Normando Jusi	1953-1957
Antonio Couto Pereira	1957-1961
Carlos Bardelli	1961-1964
Antenor da Silva Pupo	1964-1965
Aristeu dos Santos Ribas	1965-1970
Enoch Vieira dos Santos	1970-1980
Frederico Chalbaud Biscaia	1981-1983
João Laércio Gagliardi Fernandes	1983-1985
Luiz Gastão Felizardo	1986
Areli da Silva Correia	1986-1989
Lourival Pedro Kaled	1989-1992
Lourival Pedro Kaled	1992-1995
José Buzato	1995-1998
José Buzato	1998-2001
Ademilson José Miranda	2001-2004
João Krainski Neto	2004-2007
João Krainski Neto	2007-2010
Celso Luiz Girardello	2010-2013
João Krainski Neto	2013-2017

Fonte: BUZATO (2009); GOP

Hereditário da criação do Grande Oriente do Paraná, Enoch Vieira dos Santos sobreviveu à cisão de 1973, permanecendo no poder até 1980. O único mandato de um ano foi o de Luiz Gastão Felizardo, em 1986. Os demais repetiram a tendência do GOB-PR, com períodos administrativos de aproximadamente seis anos. Destaca-se, neste sentido, a figura de João Krainski Neto, que exerceu o cargo já por 11 anos e, se completar o mandato até junho de 2017, fechará o ciclo de 12 anos dirigindo o GOP. Igualmente, Krainski foi reeleito para o mandato 2007-2010, situações observadas por Lourival Pedro Kaled (1992-1995) e José Buzato (1998-2001).

A Grande Loja do Paraná – muito em razão de ser a “pioneira” entre as instituições aqui analisadas, é a potência maçônica que conta com o maior número de Grão-Mestres, totalizando vinte e três, como apontado na tabela a seguir:

Tabela 5 Lista de Grão-Mestres da Grande Loja do Paraná

Grão Mestre	Período
Hugo Gutierrez Simas	1941
Fulton Lee Swain	1941-1945
Jorge Karam	1945-1947
Silas de Faria Pioli	1947
Hercílio Jordão Guiraud	1947-1948
Divonsir Borba Cortes	1948
Antonio Moreira Sobrinho	1948

Flamarion Pinto de Campos	1948-1949
João de Mattos Guedes	1949
Theodoro Zubinski	1949
Eduardo Xavier da Veiga	1949-1950
Hercílio Jordão Guiraud	1950-1951
Eduardo Xavier da Veiga	1951-1956
Manoel Moreira da Silva	1956
Cícero Marques	1956-1962
Antônio Serur	1962-1964
Albarino de Mattos Guedes	1964-1966
Cícero Marques	1966-1972
Manoel Cursino Dias Paredes	1972-1974
Arion Nicz Roda	1974-1976
Cícero Marques	1976-1980
Waldir Dacol	1980-1982
Antonio Serur	1982-1984
Adolfo Bley	1984-1985
Adolfo Bley	1986-1992
Sidney Pinto	1992-2002
João Carlos Silveira	2002-2005
João Carlos Silveira	2006-2008
João Carlos Silveira	2009-2011
Iraci da Silva Borges	2011-2014
Valdemar Kretschmer	2014-2017

Fonte: ZUCOLI (2001); GLP

A rotatividade no cargo de grão-mestre foi alta até 1951, ou seja, nos dez anos iniciais da instituição que, concomitantemente passou por diversas mudanças nas sedes administrativas. Os anos de 1948 e 1949 foram os mais conturbados administrativamente falando da Grande Loja do Paraná, pois em cada oportunidade, quatro maçons chegaram a presidir a instituição. Em 1948, Hercílio João Guiraud, Divonsir Borba Cortes, Antonio Moreira Sobrinho e Flamarion Pinto de Campos chegaram ao Grão-Mestrado. Já em 1949 a mesma prática foi observada, sendo presidentes da GLP os maçons Flamarion Pinto de Campos, João de Mattos Guedes, Theodoro Zubinski e Eduardo Xavier da Veiga.

A tranquilidade administrativa foi alcançada somente com a posse de Cícero Marques em 1956, maçom este que chegou a exercer mais dois mandatos: de 1966 a 1972 e de 1976 a 1980, completando 19 anos como Grão-Mestre, um recorde entre todos os perfis analisados. Esta característica de longas jornadas administrativas é presente na GLP, sendo Antonio Serur, Adolfo Bley, Sidney Pinto e João Carlos Silveira exemplos das longas gestões da referida instituição.

Apresentados os 49 maçons que analisaremos nesta tese por período administrativo em cada instituição, seguem as biografias de cada Grão-Mestre, no

intuito de buscar elementos acerca da trajetória individual e, igualmente, social de cada perfil levantado. Posteriormente, espera-se estudar em conjunto estas biografias, a partir do método prosopográfico, que:

por meio de um estudo das origens familiares (sociais e geográficas), dos novatos [*recruits*] de um certo status político ou posição ocupacional, o significado dessa posição em uma carreira e o efeito de deter essa posição sobre as fortunas da família (STONE, 2010, p. 116)

Outrossim, a ideia de trajetória social, bem como a retomada de nosso argumento – de que a maçonaria é um campo social específico, serão evidenciados, a fim de que o perfil destes Grão-Mestres seja melhor avaliado.

SYLVESTRE DE SOUZA

Mineiro, nascido em 02 de agosto de 1911, Sylvestre de Souza foi casado com Cordélia de Souza. Grão-Mestre do Grande Oriente do Paraná – ainda pertencendo ao Grande Oriente do Brasil, de 09 de fevereiro de 1952 a 25 de novembro do mesmo ano, Sylvestre inaugurou a referida potência quanto à sua presidência. Engenheiro Civil, antes de residir em Curitiba esteve no Rio de Janeiro, nas cidades de Areal e Petrópolis, além de Muriaé (MG) e Vacaria (RS). Nestes municípios exerceu a função de engenheiro do Departamento Nacional de Estradas e Rodagem (DNER).

Atuou em Curitiba de 1943 a 1946 na empresa Marinho de Andrade e, posteriormente, na Sotema. Acerca de seu relacionamento associativo, destaca-se a passagem pelo Instituto de Engenharia do Paraná e pelo Clube Atlético Ferroviário. Na política, Souza foi filiado ao Partido Socialista Brasileiro (PSB). Na maçonaria, Sylvestre ingressou na Loja Maçônica Cardoso Júnior. A eleição para Grão-Mestre foi consequência da dedicação à maçonaria, segundo relato dos boletins 2 e 3 do GOP:

(*Sylvestre*) sempre esternou com sinceridade seus pensamentos, sempre foi bondoso e manifestou quando necessário sua energia serena e ao mesmo tempo franca. A sua franqueza nunca se revestiu de rudeza, seu acatamento ao modo de pensar de outrem sempre se verificou honesto e

enalteceu seu caráter ímpoluto; por isso tornou-se sua personalidade de escol admirada pelos irmãos, à proporção do convívio que foi sempre mantendo em igualdade de propósito para com todos. A escolha de sua pessoa para o Grão Mestrado do Paraná foi apenas uma consequência de suas atitudes maçônicas, e de fato foi muito acertada, melhor não seria possível (GRANDE ORIENTE DO PARANÁ, 1952, Boletins nºs 2 e 3)

À época da eleição, Sylvestre de Souza estava no Grau 18 do Rito Escocês Antigo e Aceito, denominado “Cavaleiro Rosa Cruz”, uma escala de 33 graus⁷⁵. O eleito para Grão-Mestre Adjunto foi o Major Antonio Couto Pereira, que viria a suceder Souza.

ANTONIO COUTO PEREIRA

Antonio Couto Pereira leva a alcunha de major na maioria das referências a seu nome. Hoje conhecido como o nome oficial do estádio do Coritiba Foot Ball Club, Couto Pereira nasceu em 23 de janeiro de 1896, no município de Baturité, no Ceará. Apesar da origem cearense, o major esteve boa parte de sua vida em Curitiba, local onde se casou com sua esposa, Odette Pereira Correia, sendo pai de Roberto e Maria Luiza.

A origem familiar de Couto Pereira demonstra o *habitus* social em que estava inserido: filho do Coronel Lindolfo Pereira Lima e da Sinhá Maria Couto Pereira. O pai, Lindolfo, havia sido proprietário da fazenda em que hoje está a cidade de Itapiúna, também no Ceará. Militar, Couto Pereira se destacou em três segmentos: a inserção esportiva, a participação política e a maçonaria.

Associado em 04 de abril de 1916 no Coritiba Foot Ball Club, Pereira viria a presidir o clube de 1927 a 1928, de 1931 a 1934, de 1937 a 1945 e, por fim, em 1947, totalizando dezessete anos liderando Coritiba. Na presidência, o major conquistou os campeonatos paranaense de 1927, 1931, 1933, 1939, 1941, 1942 e 1947. Além disso, protagonizou a construção do estádio Belfort Duarte, inaugurado em 1932 e que posteriormente passaria a receber seu nome em 1977.

⁷⁵ Filardo (2014) apresenta sinteticamente estes graus. Disponível em: <<https://bibliot3ca.wordpress.com/os-graus-do-rito-escoces-antigo-e-aceito/>> Acesso: 08 jan 2016.

Na política, Couto Pereira foi eleito Deputado Estadual em 1933 e a patente militar de major foi obtida em 1930. Por fim, a carreira maçônica destaca-se pelo exercício do cargo de Grão-Mestre entre 1952 e 1954 e de 1957 a 1961, quando já havia se desligado das atividades desportivas. Durante o mandato de Couto Pereira foi lançada a pedra fundamental do Edifício Acácia, espaço que abrigou administrativamente o Grande Oriente do Paraná. Pereira faleceu em 12 de dezembro de 1976⁷⁶.

NORMANDO JUSI

Nascido em 03 de março de 1902, Normando Jusi teve importante atuação na maçonaria. Foi Delegado do Grande Oriente do Brasil no Paraná no momento anterior à fundação do Grande Oriente do Paraná. Antes, porém, havia exercido o cargo de Venerável Mestre (Presidente) da Loja Maçônica Dario Vellozo, loja esta que abrigou a sede administrativa do Grande Oriente Estadual do Paraná. Protagonista da fundação do GOP, Jusi assumiu o Grão-Mestrado em 23 de maio de 1953, encerrando o mandato em 24 de junho de 1957. Antenor da Silva Pupo, que também foi Grão-Mestre, resumiu o pensamento sobre Normando Jusi em homenagem póstuma quando do seu falecimento:

Justamente, quando fostes Grão Mestre foi que onosso Oriente conheceu seus fáustos de glória, pois soubeste de tal forma empunhar o malhete com tal zelo e dedicação, que hoje ainda permanece atuante e dinâmica a geração maçônica que iniciaste e que honra por ter servido como teus obreiros. Essa geração se dignificou ao te elevar ao cargo de Grão Mestre, por teus méritos e pela justesa de tua conduta. Foste Maçon qualificado, dos que são reconhecidos em qualquer parte dos continentes, além do que: "bom filho, réto irmão, térrno esposo e bom pai", amigo por excelência da Virtude, sincero e leal, avêssso ao mal, norma de vida modesta! Desde cêdo, conheceste os degraos do sacrifício, que te imprimiram a marca da prevenção contra as facilidades à custa do prestígio. Sabias e pregava com frequência que, tudo que fôr fácil de adquirir se perde também com facilidade (ZUCOLI, 2001, p. 246-248)

⁷⁶ Informações obtidas do historiador Gustavo Braga. Disponível em: <<http://gustavobraga1.blogspot.com.br/2011/05/major-antonio-couto-pereira.html>>. Acesso: 08 jan 2016.

Normando Jusi ainda foi homenageado com a denominação de uma loja maçônica no município de Pato Branco (PR), pertencente ao Grande Oriente do Paraná. O Grão-Mestre Adjunto de seu mandato foi José Schleder.

CARLOS BARDELLI

Carlos Bardelli nasceu em 05 de fevereiro de 1895 no Distrito de Alexandra, no município de Paranaguá. Militar, sendo Coronel da reserva, Bardelli tem em sua trajetória grande participação na maçonaria. Ingressou na instituição em 1923, sendo fundador da Loja Dario Vellozo, com importância já destacada. Foi eleito Venerável Mestre da referida loja entre 1946 e 1951, quando transferiu residência para Apucarana. Retornou a Curitiba em 1956, sendo novamente presidente da Loja Dario Vellozo. Ocupou ainda as funções administrativas de Delegado (uma espécie de representante regional) do Grande Oriente do Paraná, além de Deputado Estadual da Assembleia Legislativa Maçônica. Por fim, foi eleito Grão-Mestre do Grande Oriente do Paraná, exercendo o mandato entre 24 de junho de 1961 e 12 de agosto de 1964.

ANTENOR DA SILVA PUPO

Natural de Ponta Grossa, Antenor da Silva Pupo nasceu em 02 de fevereiro de 1915. Médico, era professor da Universidade Federal do Paraná e, como distinção pelos trabalhos prestados, foi homenageado como o nome da primeira turma que se formou na área na Faculdade Evangélica do Paraná em 1974⁷⁷. Além de médico, Pupo era poeta, com publicações na área.

Na maçonaria, foi Venerável Mestre da Loja Cardoso Júnior de Curitiba, além de integrante da Assembleia Legislativa Maçônica. Em 07 de outubro de 1964 foi eleito Grão-Mestre do Grande Oriente do Paraná. Desempenhou a função até 24 de junho de 1965. Denomina uma rua em Curitiba, a partir de lei aprovada na

⁷⁷ Fonte: Faculdade Evangélica do Paraná – 40 anos. Disponível em: <http://www.fepar.edu.br/index.php?option=com_content&view=article&id=166&Itemid=89> Acesso: 10 jan 2016.

Câmara Municipal em 1986 – que, na verdade, era para nomear uma escola. Todavia, a homenagem foi transferida para rua Professor Antenor da Silva Pupo, localizada no bairro Tatuquara.

ARISTEU DOS SANTOS RIBAS

Aristeu dos Santos Ribas foi Grão-Mestre do Grande Oriente do Paraná de 24 de junho de 1965 a 22 de agosto de 1970. Advogado, sendo promotor público e professor, Ribas fincou raízes em Londrina, sendo o primeiro Grão-Mestre do interior do Estado. Neste sentido, “o seu espírito de pioneirismo e ter sido considerado o campeão-fundador de mais uma dezena de Lojas no setentrião paranaense⁷⁸” destaca sua atuação. Na atividade de professor, inspirou a criação de um grupo de estudos da Associação Paranaense do Ministério Público, além de denominar uma escola municipal de Londrina, situada no Conjunto João Paz. Ainda em sua trajetória política, Aristeu foi Vereador também em Londrina na segunda legislatura daquele poder, entre 1951 e 1955.

ENOCK VIEIRA DOS SANTOS

A biografia de Enoch Vieira dos Santos nos expõe a trajetória da liderança que atravessou a divisão entre o Grande Oriente do Brasil e o Grande Oriente do Paraná. Nascido em 07 de novembro de 1925 na cidade de Paraguaçu Paulista, São Paulo, Enoch transferiu residência para Cambé, município vizinho de Londrina em 1935. Após a conclusão do ensino médio, cursou Engenharia Civil e Elétrica na Universidade Mackenzie em São Paulo, formando-se em 1952.

Após formado, fixou residência em Londrina, sendo empresário do setor. Já em 1957 ingressou no Lions International⁷⁹, ocupando diversos cargos, como

⁷⁸

⁷⁹ O Lions International tem como missão a prestação de serviços comunitários e humanitários. Podemos considerá-lo como um clube de serviços sociais, que fomenta a liderança entre seus membros, além da propagação de seus ideais mundialmente. Mais informações disponíveis em: < <http://www.lionsclubs.org/PO/about-lions/mission-and-history/our-mission.php> > Acesso: 10 jan 2016.

Presidente entre 1968 e 1969 e Governador para Lions entre 1977 e 1978, responsabilizando-se por cerca de 50 clubes em sua região. Além destas funções estaduais, Enoch foi vice-presidente nacional de uma espécie de colegiado de Governadores do Lions. Ainda participou da Sociedade Evangélica de Londrina e do Instituto Filadélfia da mesma cidade.

Profissionalmente ainda atuou como professor do curso de Engenharia Civil da Universidade Estadual de Londrina, além de ter fundado o Clube de Engenharia de Londrina. Foi fiscal de obras da Prefeitura Municipal de Cambé e do Banco do Estado do Paraná. Proprietário da FEVISA, construiu diversos edifícios, salões comerciais e loteamentos em Londrina e outras cidades do Paraná e Mato Grosso do Sul.

Na política foi vereador por duas ocasiões: 1955 a 1959 e de 1959 a 1963. Ingressou na maçonaria na Loja Regeneração III, de Londrina, em 1957. Foi Venerável Mestre entre 1962 e 1963, além de ser Deputado Estadual junto à Assembleia Legislativa Maçônica do Paraná⁸⁰. Por fim, assumiu como Grão-Mestre em 22 de agosto de 1970, com mandato até 31 de maio de 1973 pelo Grande Oriente do Brasil – Paraná. Diante da cisão de 1973, o Grande Oriente do Paraná optou em permanecer com Enoch Vieira dos Santos como Grão-Mestre até 1980. Foi um dos fundadores da COMAB ainda em 1973, sendo Presidente de 1977 a 1978. Postumamente, há uma rua no jardim Cabo Frio, em Londrina, em sua homenagem e uma Loja Maçônica da mesma alcunha, na mesma cidade.

MELCHIADES CARDOSO DE ALMEIDA

De origem da cidade de Londrina, porém com atuação na capital Curitiba, Melchiades Cardoso de Almeida foi farmacêutico e desenvolveu atividades maçônicas nas duas localidades. Em Londrina integrou a Loja Regeneração III e na capital a Loja Cardoso Júnior, que já havia contado com os Grão-Mestres Sylvestre de Souza e Antenor da Silva Pupo. Ainda militou na Federação Nacional dos

⁸⁰ Outras informações biográficas estão disponíveis em texto de autoria de Hercule Spoladore, no portal da internet da Loja Maçônica Regeneração III: <<http://info.reg3.org.br/?p=146>>. Acesso: 10 jan 2016.

Empregados Vendedores e Viajantes do Comércio, Propagandistas, Propagandistas-Vendedores e Vendedores de Produtos Farmacêuticos (FENAVENPRO), sendo Presidente por duas ocasiões: de 1986 a 1988 e de 1988 a 1991. Na mesma instituição foi condecorado como benemérito e presidente de honra. Exerceu o cargo de Grão-Mestre do Grande Oriente do Brasil-Paraná de 31 de maio de 1973 a 10 de novembro de 1977. Ainda recebeu em 1984 o título de “Cidadão Honorário de Curitiba”, pela Lei nº 6.516/1984.

JOSÉ DE VITIS SILVA

Natural de Ribeirão Preto, São Paulo (01 de janeiro de 1925), José Vitis da Silva foi gerente de vendas. Um dado interessante de sua biografia é a atuação como árbitro de futebol⁸¹, na década de 1950 no interior do Estado de São Paulo. Ingressou na maçonaria também por intermédio da Loja Dario Vellozo. Participou do Instituto Néo-Pitagórico⁸², realizando cursos na década de 1980. Foi nomeado Grão-Mestre em 10 de setembro de 1977 e substituiu Melchiades Cardoso de Almeida, que renunciou ao cargo e permaneceu até 10 de dezembro de 1978, quando se transferiu para São Vicente (SP) e teve que deixar de exercer a função.

ALDERICO DOS REIS PETRA

Curitibano, de 24 de maio de 1919, Alderico dos Reis Petra foi serventuário da justiça. Antes de ingressar na maçonaria em 1963 na Loja Dario Vellozo, Petra disputou uma cadeira na Câmara Municipal de Curitiba em 1954 pelo Partido Social Democrático (PSD), não obtendo êxito. O curriculum maçônico destaca-se mais pelas funções desempenhadas junto ao Grande Oriente do Brasil-Paraná do que na própria loja. Foi Deputado Estadual na Assembleia Legislativa Maçônica de 1966 até

⁸¹ Vitis apitou algumas partidas, conforme o site “História do Futebol”. Disponível em: < <http://cacellain.com.br/blog/?p=21753> > Acesso: 11 jan 2016.

⁸² Fundado por Dário Vellozo, o instituto promove reuniões mensais direcionadas para o debate da arte, da filosofia e da fraternidade, conforme o link disponível em: < <http://www.pitagorico.org.br/instituto/> >. Acesso: 11 jan 2016.

a posse como Grão-Mestre pela primeira vez, em 24 de junho de 1979. Paulo Opuska, que também foi Grão-Mestre do GOB-PR escreveu uma homenagem póstuma à Petra, destacando:

Com justiça, queremos deixar consignado o grande pesar deste Grão Mestrado e que, o GRANDE ARQUITETO DO UNIVERSO ilumine, cada vez mais, o seu espírito com SUAS vibrações positivas e elevadas, de modo a trazer a tranquilidade e o amparo, a orientação e conforto necessários a todos os seus familiares, aos seus amigos e aos seus Irmãos. Petra detinha uma folha de serviços prestados ao Grande Oriente do Estado do Paraná e a Sublime Ordem, das mais respeitáveis; digna de ser destacada e alardeada de todas as maneiras, para servir de exemplo a todos aqueles que se iniciam nos mistérios da filosofia maçônica. (ZUCOLI, 2001)

Petra deixou o cargo de Grão-Mestre em 24 de junho de 1987, no terceiro mandato seguido como tal. Assumiu o cargo de Presidente do Tribunal de Justiça do GOB/PR⁸³, permanecendo até seu falecimento em 1989. Postumamente, foi homenageado denominando uma Loja Maçônica do Grande Oriente do Brasil-Paraná.

JOSÉ BUENO MENDES

Oriundo de Wenceslau Braz, no Paraná, nasceu em 15 de novembro de 1919, sendo serventuário da justiça. Atuou em Joaquim Távora, sendo tabelião e oficial de protestos, além de escrivão cível e do comércio. Transferido em 1967 para Curitiba, assumiu a 4ª Vara Criminal⁸⁴. Na política, Mendes foi Prefeito de Joaquim Távora (1963-1969). Participou das lojas maçônicas de Wenceslau Braz e Curitiba, onde exerceu o cargo de Venerável Mestre entre 1975 e 1977, na Loja Cruzeiro do Sul. Foi eleito Grão-Mestre do Grande Oriente do Brasil-Paraná, assumindo o cargo em 09 de maio de 1987. A saída ocorreu em 08 de novembro de 1989, quando

⁸³ Organização interna da maçonaria, destinado a julgar processos envolvendo disputas da maçonaria.

⁸⁴ Dados obtidos na biografia presente no portal da Loja Maçônica José Bueno Mendes. Disponível em: < <http://jbm.org.br/patrono.html> > Acesso: 11 jan 2016.

faleceu, sucedido por seu Grão-Mestre Adjunto, Paulo Opuska. Ainda há uma Loja Maçônica do GOB-PR que leva o nome de José Bueno Mendes como homenagem póstuma.

PAULO OPUSKA

Natural de Florianópolis (SC), Paulo Opuska nasceu dia 20 de setembro de 1921. Militar, foi major da Força Aérea Brasileira, atuando em toda a região sul, além de Minas Gerais e Rio de Janeiro. Transferiu residência ainda no ensino médio em 1937 para Curitiba, local onde ingressou na Marinha do Brasil. A transferência para a Força Aérea Brasileira ocorreu em 1941. Recebeu condecorações pela atuação profissional durante o período de trabalho. Na maçonaria assumiu como Grão-Mestre após o falecimento de seu antecessor, José Bueno Mendes, permanecendo no cargo até 24 de junho de 1991.

JOÃO DARCY RUGGERI

Nascido em 28 de julho de 1925, João Darcy Ruggeri tem origens em União da Vitória. Advogado, também foi bacharel em ciências contábeis. Atuou como radialista, criando a rádio Colméia de Porto União, em Santa Catarina, divisa com União da Vitória. Na política foi vereador de seu município entre 1959 e 1963. Ruggeri é fundador e primeiro ocupante da cadeira nº 12 da Academia de Letras do Vale do Iguaçu (ALVI)⁸⁵. As três edições do livro “Eles & Eu” demonstra a ação literária de Ruggeri, sendo esta uma coletânea de pensamentos. Da mesma forma que José Bueno Mendes, João Darcy Ruggeri foi eleito Grão-Mestre do Grande Oriente do Brasil-Paraná quando integrava a Loja Maçônica Cruzeiro do Sul⁸⁶, de Curitiba. O mandato se iniciou em 24 de junho de 1991 e se estendeu até 24 de

⁸⁵ Informação da página da ALVI na internet. Disponível em: < <http://alvi.org.br/academicos/cadeira12/>> Acesso: 12 jan 2016.

⁸⁶ Disponível em: < http://www.gob-pr.org.br/cruzeiroadosul/historia_4.htm> Acesso: 12 jan 2016.

junho de 1995. Recebeu os títulos de cidadania honorária de Curitiba (1994) e de União da Vitória (2008).

CLICEU LUIS BASSETTI

Natural de Ponta Grossa, Cliceu Luis Bassetti promoveu uma nova fase de interiorização do Grande Oriente do Brasil-Paraná, desenvolvendo encontros estaduais. Advogado, Procurador e Professor, esteve no Ministério Público do Trabalho de 1982 a 1996. Em 2005 foi eleito vice-presidente da Sociedade “Círculo Trentino di Curitiba”, uma entidade voltada a congregar os naturais da província de Trento, na Itália.

Na maçonaria fundou a Academia Paranaense Maçônica de Letras, ocupando a cadeira nº 34. Presidiu a Assembleia Legislativa Maçônica de 2011 a 2013 e de 1994 a 1995. Foi Grão-Mestre do Grande Oriente do Brasil-Paraná entre 1995 e 1999 e de 1999 a 2003. Recebeu a cidadania benemerita de Ponta Grossa em 1996.

PAULO MAIA DE OLIVEIRA

Baiano, nascido em 10 de setembro de 1949 em Jacobina, Paulo Maia de Oliveira é professor e político. Na educação foi Presidente da Associação dos Professores do Paraná e Presidente do Conselho Estadual de Educação entre 1995 e 1998. Ainda presidiu comissões de diálogo entre os professores e o Governo do Estado do Paraná entre 1981 e 1990.

Na política, Maia foi eleito Deputado Estadual em 1990 pelo Partido Socialista Brasileiro (PSB), com 6.064 votos, exercendo o mandato de 1991 a 1994. Atualmente é Vice-Presidente do Partido Ecológico Nacional (PEN) no Paraná. Em 2013 foi nomeado pelo Prefeito de Curitiba, Gustavo Fruet, como Secretário Extraordinário de Relações Interinstitucionais⁸⁷. Presidiu de 1999 a 2003 a

⁸⁷ Disponível em: < <http://www.fabiocampana.com.br/2013/02/paulo-maia-nomeado-secretario-de-fruet/>>. Acesso: 14 jan 2016.

Assembleia Legislativa Maçônica do Grande Oriente do Brasil-Paraná⁸⁸ e foi Grão-Mestre de 2003 a 2007.

DALMO WILSON LOUZADA

Natural de Bauru (SP), Dalmo Wilson Louzada é administrador, sendo um dos responsáveis pela implantação da Cidade Industrial de Curitiba. Trabalhou em boa parte de sua atividade profissional no Banestado. Ingressou na maçonaria em 1989 e foi eleito Grão-Mestre do GOB/PR por dois mandatos: de 2007 a 2011 e de 2011 a 2015. Em 2010 foi agraciado com o título de cidadão honorário de Curitiba, além de ter recebido a Ordem do Pinheiro, uma condecoração do Governo do Estado do Paraná em 2013.

LUIZ RODRIGO LARSON CARSTENS

Atual Grão-Mestre do Grande Oriente do Brasil-Paraná, Luiz Rodrigo Larson Carstens assumiu a função em 2015. Militar, é Tenente-Coronel da Polícia Militar do Paraná, sendo especialista em segurança pública pela Universidade Federal do Paraná (2006). Em 2009 assumiu como sub-comandante⁸⁹ da Polícia Militar no Paraná, após ter sido nomeado em 2006 como assistente geral do comandante da época. Carstens exerceu a função somente de março a outubro daquele ano. Também recebeu a “Ordem do Pinheiro” pelo Governo do Estado do Paraná⁹⁰.

⁸⁸ Interessante observar na biografia de Paulo Maia de Oliveira é a participação tanto como Deputado Estadual, em nossa sociedade, como a atuação em cargo similar internamente na maçonaria.

⁸⁹ Disponível em: < <http://www.parana-online.com.br/editoria/policia/news/363001/?noticia=ESCOLHIDO+NOVO+SUB+COMANDANTE+DA+POLICIA+MILITAR+DO+PARANA>> Acesso: 15 jan 2016.

⁹⁰ Disponível em: < <http://www.itribuna.com.br/agronegocio/2012/12/gallassini-e-condecorado-pelo-governador/1058856/>> Acesso: 15 jan 2016.

FREDERICO CHALBAUD BISCAIA

Frederico Chalbaud Biscaia foi o primeiro Grão-Mestre de Maringá. Integrante da Loja Justiça, a qual foi Venerável Mestre, participou de diretorias do Country Club de Maringá e da Sociedade Médica de Maringá. Médico, assumiu o cargo de Grão-Mestre do Grande Oriente do Paraná em 24 de junho de 1980, permanecendo até 24 de junho de 1983. Há uma Loja Maçônica em Maringá que recebeu seu nome, fundada em 2000.

JOÃO LAÉRCIO GAGLIARDI FERNANDES

Nascido em João Pessoa (PB), João Laércio Gagliardi Fernandes é Auditor Fiscal, além de advogado e administrador de empresas. Atuou na fiscalização no Paraná, em Brasília e na Paraíba. Foi Chefe de Gabinete do Governador da Paraíba, além de ter dirigido três secretarias de governo: casa civil, planejamento e controladoria geral⁹¹. Foi presidente da Companhia de Desenvolvimento da Paraíba entre 2009 e 2010. Destaca-se ainda pela militância na Associação Nacional dos Auditores Fiscais da Receita Federal do Brasil, sendo vice-presidente executivo de 2007 a 2009 e pela presidência no Rotary Club de João Pessoa-Norte.

Na maçonaria, João Laércio foi Grão-Mestre do Grande Oriente do Paraná de 1983 a 1985. Ainda exerceu o cargo de Grão-Mestre do Grande Oriente da Paraíba por cinco oportunidades: 1989-1992, 1992-1995, 1995-1998, 1998-2001 e 2004-2007. De 1995 a 1996 foi presidente da Confederação Maçônica do Brasil (COMAB).

LUIZ GASTÃO FELIZARDO

Advogado e servidor público, nasceu em 01 de janeiro de 1938 em Marília (SP). Originário de Sertãoópolis, foi vereador no município de 1969 a 1972, além de

⁹¹ A biografia resumida de João Laércio Gagliardi Fernandes está no portal da internet da ANFIP. Disponível em: < <http://www2.anfip.org.br/associacao/conselhos/executivo/includes/joaoaercio.php>>. Acesso 16 jan 2016.

ter exercido cargo comissionado na Secretaria de Saúde do Estado do Paraná entre 1990 e 1991. Grão-Mestre do Grande Oriente do Paraná de 05 de agosto de 1985 a 24 de junho de 1986, completando o mandato deixado por João Laércio Gagliardi Fernandes.

ARELI DA SILVA CORREIA

De Ponta Grossa, Areli da Silva Correia nasceu em 09 de setembro de 1933. Graduado em direito pela Universidade Federal do Paraná, é advogado, sendo especialista em direito pela Universidade Estadual de Maringá (UEM). Foi professor da UEM, lecionando na década de 1980, além de ingressar como promotor público em 1966 em Ribeirão do Pinhal. Atuou ainda em São Mateus do Sul, Carlópolis, Ibaiti, Nova Fátima, Santo Antonio do Sudoeste e Cianorte, até se aposentar em Maringá em 1983.

Após a aposentadoria, foi coordenador jurídico da Prefeitura Municipal de Maringá entre 1989 e 1992, do então prefeito Ricardo Barros. Em 2005 retornou à prefeitura como subprocurador administrativo na gestão de Silvio Barros II⁹². Em 2005 era vice-presidente do Lions Club Pioneiros de Maringá, além de ter integrado o conselho fiscal da ADESG (Associação dos Diplomados na Escola Superior de Guerra), subseção Maringá em 2011⁹³. Na maçonaria integrou as Lojas Virtus Et Labor e Maringá, ambas de Maringá, a qual representou quando foi eleito Grão-Mestre do Grande Oriente do Paraná, com mandato de 24 de junho de 1986 a 24 de junho de 1989.

⁹² Areli Correia retornou à administração municipal no governo Silvio Barros II. Disponível em: <<http://www.maringa.com/noticias/591/Silvio+Barros+empossa+novos+integrantes+da+administracao>>. Acesso: 16 jan 2016.

⁹³ Informações constantes no portal do jornal O Diário do Norte do Paraná na internet. Disponível em: <<http://maringa.odiarario.com/maringa/2011/03/adesg-maringa-retoma-as-atividades/403077/>>. Acesso: 16 jan 2016.

LOURIVAL PEDRO KALED

Comerciante, nascido em 15 de janeiro de 1935 em Lapa (PR), Lourival Pedro Kaled presidiu a Liga de Futebol de Londrina de 1974 a 1975, além de integrar Sindilojas (Sindicato dos Lojistas) de Curitiba, sendo secretário. Na maçonaria assumiu como Grão-Mestre do Grande Oriente do Paraná em 24 de junho de 1989, sucedendo mais um mandato, que se estendeu até 24 de junho de 1995. Foi Venerável Mestre da Loja Pitágoras, de Londrina, de 1979 a 1980. Foi o segundo paranaense a exercer o cargo de presidente da COMAB entre 1994 e 1995.

JOSÉ BUZATO

Natural de Bandeirantes, José Buzato (18 de dezembro de 1949) é advogado, formado pela Universidade Estadual de Maringá, instituição em que foi professor até a aposentadoria, sendo chefe do departamento de Direito. Profissionalmente ainda atuou como superintendente da Companhia Paranaense de Energia (COPEL), além de exercer diversos cargos na administração pública de Maringá, destacando-se a procuradoria jurídica da Prefeitura e da Câmara Municipal.

Foi membro da comissão de ética da Ordem dos Advogados do Brasil (OAB), subseção de Maringá. Na política disputou as eleições de 1982, sendo candidato a vice-prefeito pelo Partido do Movimento Democrático Brasileiro (PMDB). Atualmente é tesoureiro do Partido Progressista (PP) em Maringá.

Exerceu o cargo de Venerável Mestre na Loja Justiça de Maringá de 1977 a 1979. Foi Deputado da Assembleia Legislativa Maçônica do Grande Oriente do Paraná e também presidente da mesma. Grão-Mestre Adjunto entre 1989 e 1995, assumiu como Grão-Mestre em 24 de junho de 1995, sendo reeleito, permanecendo

portanto até 2001 na função. Em 2012 recebeu o título de cidadão benemérito de Maringá⁹⁴.

ADEMILSON JOSÉ MIRANDA

De Teixeira Soares, Ademilson José Miranda nasceu em 29 de agosto de 1946. Advogado e professor, participou do Clube Duque de Caxias de Curitiba⁹⁵ como ex-presidente do conselho e da Confederação Nacional dos Servidores Públicos. Fundou a Associação Paranaense de Administradores Escolares (APADE), além de ter dirigido a casa de custódia de São José dos Pinhais de 2007 a 2008⁹⁶. Na maçonaria foi Venerável Mestre da Loja Apóstolo da Caridade de 1981 a 1983, sendo Grão-Mestre do Grande Oriente do Paraná de 2001 a 2004, após ter sido Grão-Mestre Adjunto de 1995 a 2001.

JOÃO KRAINSKI NETO

Natural de Agudos do Sul, nasceu em 27 de julho de 1950. Militar, é formado em letras-português e direito. Exerceu os cargos de diretor da guarda municipal de Curitiba, da prisão provisória de Curitiba, da Penitenciária Central do Estado, da colônia penal agrícola e coordenou adjuntamente o Departamento Penitenciário do Estado (DEPEN). É um dos fundadores da “Cidadão Alerta”, instituição direcionada para a conscientização política e cidadã das pessoas⁹⁷. É vogal do Partido Ecológico Nacional (PEN) no Paraná. Foi Venerável Mestre da Loja Amigos do Interior, de

⁹⁴ Projeto de Lei de iniciativa da Vereadora Márcia Socreppa (PSDB). Disponível em: < <http://maringa.odiario.com/maringa/2012/05/advogado-jose-buzato-recebe-titulo-de-cidadao-benemerito-de-maringa-na-quinta-feira/570639/>>. Acesso: 16 jan 2016.

⁹⁵ Disponível em: < http://www.clubedequedecaxias.com.br/pagina/t1/o-clube/5_diretoria.html>. Acesso: 16 jan 2016.

⁹⁶ Disponível em: < <http://www.depen.pr.gov.br/modules/conteudo/conteudo.php?conteudo=149>>. Acesso: 16 jan 2016.

⁹⁷ Curiosamente, outro Grão-Mestre do GOP (Celso Girardello) também participa da organização não-governamental, que tem endereço na sede do Grande Oriente do Paraná. Disponível em: < <http://www.cidadaoalerta.org.br/conteudo.php?id=29>>. Acesso: 16 jan 2016.

Curitiba, sendo Grão-Mestre do Grande Oriente do Paraná em três oportunidades: de 2004 a 2007; de 2007 a 2010; e de 2013 a 2017. Presidiu a COMAB de 2007 a 2008. Recebeu o título de cidadão honorário de Curitiba em 2012.

CELSO LUIZ GIRARDELLO

Curitibano, nascido em 30 de novembro de 1952, Celso Luiz Girardello é Cabo do exército⁹⁸, já aposentado, além de corretor de imóveis e empresário. Também participa da ONG “Cidadão Alerta”. É Conselheiro no Hospital Erasto Gaertner e Escoteiro. Ingressou na maçonaria em 1983, na Loja Breno Trautwein, sendo Venerável Mestre da mesma. Assumiu o cargo de Grão-Mestre do Grande Oriente do Paraná em 2010, com mandato durando até 2013.

HUGO GUTIERREZ SIMAS

Hugo Gutierrez Simas nasceu em 23 de outubro de 1883 em Paranaguá. Graduou-se em farmácia no Rio de Janeiro e, após exercer a profissão na farmácia do pai, retornou ao Rio de Janeiro para cursar direito. Professor, foi promotor público em Antonina, Palmeira e Rio Negro. Ainda lecionou na Universidade Federal do Paraná e foi jornalista de periódicos em Curitiba. Também foi Desembargador de Justiça no Paraná. Em 1916 foi eleito Deputado Estadual, exercendo apenas um mandato.

Destacado professor, exerceu a docência em diversas áreas e publicou livros enquanto escritor, destacando-se na área do direito marítimo e aeroviário. Na maçonaria foi o primeiro Grão-Mestre da Grande Loja do Paraná, em 1941, sendo este o cargo mais destacado em sua carreira maçônica. É retratado por Rui Cavalin

⁹⁸ Breve currículo disponível em: < <http://lojanovaesperanca.blogspot.com.br/2010/05/eleicoes-do-grande-orientado-parana.html>>. Acesso: 16 jan 2016.

Pinto, na página oficial do Ministério Público do Paraná na internet como o “maior jurista” da história do Paraná⁹⁹:

Enfim, Hugo Simas foi sem dúvida nosso maior jurista. Uma figura emblemática, digna da admiração e orgulho de sua terra. E desse sentimento geral, com maior razão deve compartilhar o Ministério Público, que ele ajudou a construir e que lhe deve, com certeza, boa parte do prestígio que a instituição hoje desfruta, na defesa dos valores sociais e promoção da justiça em nossa terra. (PINTO, 2011).

Como homenagem póstuma denomina um colégio estadual em Londrina e é patrono da cadeira nº 17 da Academia Paranaense de Letras Jurídicas. Ainda figura o nome de uma rua em Curitiba.

FULTON LEE SWAIN

Natural de Antonina, Fulton Lee Swain data de 19 de março de 1906. Advogado, foi Grão-Mestre da Grande Loja do Paraná entre 1941 e 1945, sendo o segundo daquela instituição.

JORGE KARAM

Libanês, Jorge Karam nasceu em 15 de novembro de 1906. Mudou-se para Curitiba aos 15 anos de idade e, posteriormente para o Rio de Janeiro, onde se graduou em Medicina. Retornou à capital paranaense em 1939, filiando-se posteriormente ao Partido Comunista do Brasil. Após o golpe militar de 1964, foi preso por algumas vezes¹⁰⁰. Também militou em favor do Instituto Paranaense de Cegos. Na maçonaria foi Grão-Mestre da Grande Loja do Paraná de 1945 a 1947.

⁹⁹ Biografia detalhada com a referência disponível em: <<http://www.memorial.mppr.mp.br/modules/conteudo/conteudo.php?conteudo=15>>. Acesso: 18 jan 2016.

¹⁰⁰ Disponível em: <http://www.museumaconicoparanaense.com/MMPRaiz/Autoridades_PR/GLPR_946jorge_Karam.htm> Acesso: 18 jan 2016.

SILAS DE FARIA PIOLI

Natural de Rio Branco do Sul (10 de dezembro de 1905), integrou família pioneira daquele município. Foi atleta, pertencendo ao Atlético Paranaense, além de conquistar o campeonato brasileiro de basquete em 1929. Mesmo durante o curso de engenharia, criou a Associação Esportiva Universitária, da UFPR, além de ter presidido o centro acadêmico do curso. Ainda na militância profissional foi tesoureiro do Instituto de Engenharia do Paraná.

Fundador do município de São Carlos do Ivaí, foi prefeito de 1961 a 1965. Retornando a Rio Branco do Sul, também exerceu o cargo de prefeito, de 1973 a 1977¹⁰¹. Ingressou na maçonaria em 1938, sendo Venerável Mestre da Loja Dario Vellozo entre 1942 e 1944. Apesar de fundar a Grande Loja Unida do Paraná em 1981 – instituição que não prosperou por muito tempo, foi Grão-Mestre da Grande Loja do Paraná em 1947.

HERCÍLIO JORDÃO GUIRAUD

Nascido em 22 de novembro de 1898, Hercílio Jordão Guiraud foi Grão-Mestre da Grande Loja do Paraná em duas oportunidades: de 1947 a 1948 e, posteriormente, de 1950 a 1951. Profissionalmente exerceu a função de industrial. Em conjunto com a esposa Amélia Guiraud iniciou as atividades da umbanda no Paraná, com Associação do Movimento Espiritualista Morimbatá¹⁰², conhecido à época da fundação como Grupo Caboclo da Mangueira.

DIVONSIR BORBA CORTES

Curitibano, de 09 de fevereiro de 1909, Divonsir Borba Cortes graduou-se em direito pela Universidade do Paraná (posteriormente UFPR). Como promotor público atuou em Guarapuava, Ponta Grossa e Curitiba. Suspendendo

¹⁰¹ Disponível em: < <http://jucaparanhos.com.br/silas>>. Acesso: 20 jan 2016.

¹⁰² Disponível em: < <http://www.crisa.vet.br/amem/historia.php>>. Acesso: 20 jan 2016.

temporariamente a carreira de promotor, transferiu residência para Londrina em 1945. Foi eleito Deputado Estadual em 1951 (sendo vice-presidente e primeiro-secretário da Assembleia Legislativa do Estado do Paraná) e eleito Deputado Federal em 1955 (ocupando a primeira-secretaria na Câmara dos Deputados)¹⁰³.

Na maçonaria fundou a Loja Regeneração III, de Londrina. Foi Grão-Mestre da Grande Loja do Paraná em 1948. Seu irmão, Helenton Borba Cortes é pioneiro de Maringá, também participando da maçonaria, além de exercer um mandato como vereador na mesma localidade¹⁰⁴. Foi homenageado postumamente denominando uma rua em Curitiba.

ANTONIO MOREIRA SOBRINHO

Grão-Mestre da Grande Loja do Paraná em 1948, Antonio Moreira Sobrinho é português, nascido em 14 de abril de 1892¹⁰⁵. Assumiu o mandato em decorrência da saída de Divonsir Borba Cortes.

FLAMARION PINTO DE CAMPOS

Militar, foi Grão-Mestre da Grande Loja do Paraná de 1948 a 1949, quando transferido para o Rio de Janeiro foi obrigado a deixar a função. Comandou a Companhia Escola de Guerra Química de 1965 a 1966 no Rio de Janeiro.

¹⁰³ Memórias de Divonsir Borba Cortes presentes no portal “Pelicanos de Balandrau”. Disponível em: < <http://pelicanosdebalandrau.blogspot.com.br/2009/03/deputados-lembram-centerario-de.html>>. Acesso: 20 jan 2016.

¹⁰⁴ Biografia consultada no portal da internet da Prefeitura Municipal de Maringá. Disponível em: < <http://www2.maringa.pr.gov.br/cultura/?cod=simbolos/4>>. Acesso: 20 jan 2016.

¹⁰⁵ A biografia de Antonio Moreira Sobrinho carece de informações, tanto na Grande Loja do Paraná, quanto em demais acervos consultados.

JOÃO DE MATTOS GUEDES

Coronel da Polícia Militar, João de Mattos Guedes nasceu em 04 de novembro de 1882. Foi Grão-Mestre da Grande Loja do Paraná apenas por dois meses: de 22 de abril de 1949 a 22 de junho do mesmo ano. Postumamente foi homenageado com o nome de uma rua em Curitiba.

THEODORO ZUBINSKI

Grão-Mestre da Grande Loja do Paraná em 1949, Theodoro Zubinski é curitibano, sendo lembrado por uma rua que leva sua alcunha no mesmo município. Participou da Liga Desportiva do Paraná.

EDUARDO XAVIER DA VEIGA

Bacharel em direito e, posteriormente, juiz de direito, Eduardo Xavier da Veiga nasceu em 06 de maio de 1895, no Rio de Janeiro. Atuou em Irati, União da Vitória e Lapa até a transferência definitiva para Curitiba, quando seria nomeado em 1948 desembargador. Ainda lecionou, sendo professor de direito civil na Faculdade de Direito de Curitiba. Foi Grão-Mestre da Grande Loja do Paraná em duas oportunidades: de 1949 a 1950 e de 1951 a 1956.

MANOEL MOREIRA DA SILVA

Grão-Mestre da Grande Loja do Paraná por apenas dois meses, em 1956, Manoel Moreira da Silva assumiu na transição do mandato de Eduardo Xavier da Veiga. Português, nasceu em 04 de fevereiro de 1895.

CÍCERO MARQUES

Paranaense de Palmas, Cícero Marques ingressou no exército em 1920, atuando em Santa Catarina, Rio Grande do Sul, Rio de Janeiro e Mato Grosso até

chegar a Curitiba em 1947, sendo promovido a major 1952¹⁰⁶. Na maçonaria foi Grão-Mestre da Grande Loja do Paraná em três oportunidades: de 1956 a 1962, de 1966 a 1972 e de 1976 a 1980, exercendo o grão-mestrado em três décadas distintas. Postumamente foi homenageado denominando uma Loja Maçônica da Grande Loja do Paraná.

ANTONIO SERUR

Nascido em 10 de julho de 1925, Antonio Serur é médico, formado em 1951 pela Universidade Federal do Paraná. Atuou na pediatria, foi funcionário público por 37 anos seguidos. Na Grande Loja do Paraná foi Grão-Mestre de 1962 a 1964 e de 1982 a 1984. Após o falecimento foi homenageado duplamente; em 2000 com a fundação de uma Loja Maçônica com seu nome e após um templo construído na sede administrativa da GLP.

ALBARINO DE MATTOS GUEDES

Grão-Mestre da Grande Loja do Paraná de 1964 a 1966, Albarino de Mattos Guedes (irmão de sangue de João Mattos Guedes) era advogado, natural de Jaguariaíva (08 de dezembro de 1923). Foi vice-presidente da Caixa dos Advogados do Paraná de 1971 a 1981, quando em 1982 assumiu a presidência até 1983¹⁰⁷. Também recebeu homenagem da Grande Loja do Paraná denominando um templo na sede administrativa desta instituição.

MANOEL CURSINO DIAS PAREDES

Natural de Irati (04 de fevereiro de 1918), Manoel Cursino Dias Paredes foi militar e político. De 1956 a 1959 foi comandante do Corpo de Bombeiros do Paraná,

¹⁰⁶ ZUCOLI, 2001. Disponível em: <http://www.museumaiconicoparanaense.com/MMPRaiz/Autoridades_PR/GLPR_956-Cicero_Marques.htm>. Acesso: 20 jan 2016.

¹⁰⁷ Disponível em: <http://www.caapr.org.br/diretoria_presidentes.php>. Acesso: 20 jan 2016.

cargo também exercido por seu filho entre 1995 e 1997. De março a novembro de 1960 também chefiou a Casa Militar do Estado. Na política foi vereador em Curitiba por dois mandatos: de 1964 a 1968 e de 1973 a 1976¹⁰⁸. Na maçonaria foi Grão-Mestre da Grande Loja do Paraná de 1972 a 1974.

ARION NICZ RODA

Arion Nicz Roda foi Grão-Mestre da Grande Loja do Paraná de 1974 a 1976. Servidor público, foi delegado da polícia civil. Em 1964 dirigiu a subdivisão policial de Cascavel¹⁰⁹ e de abril de 1982 a junho de 1983 foi diretor do Instituto de Identificação do Paraná¹¹⁰.

WALDIR DACOL

Catarinense, natural de Curitiba (07 de dezembro de 1923), Waldir Dacol foi militar. Grão Mestre da Grande Loja do Paraná de 1980 a 1982, recebeu o título de cidadania honorária de Antonina, além de nomear uma rua em Curitiba.

ADOLFO BLEY

Nascido em 12 de dezembro de 1937, Adolfo Bley foi médico, sendo presidente da Academia Paranaense de Letras Maçônicas. Ainda presidiu a Assembleia Legislativa Maçônica da Grande Loja do Paraná e foi Grão-Mestre da mesma em dois mandatos: de 1984 a 1985 e de 1986 a 1992. Foi homenageado

¹⁰⁸ Conforme levantamento realizado pela Divisão de Biblioteca e Referência Legislativa da Câmara Municipal de Curitiba. Disponível em: <https://www.cmc.pr.gov.br/down/NOSSA_MEMORIA/vereadores_de_curitiba.pdf>. Acesso: 20 jan 2016.

¹⁰⁹ Jornal “Correio do Paraná” de 17 de outubro de 1964. Disponível em: <http://memoria.bn.br/pdf/171395/per171395_1964_01592.pdf>. Acesso: 20 jan 2016.

¹¹⁰ Página do Instituto de Identificação do Paraná na internet. Disponível em: <<http://www.institutodeidentificacao.pr.gov.br/modules/conteudo/conteudo.php?conteudo=33>>. Acesso: 20 jan 2016.

com os títulos de cidadania honorária de Curitiba e do Estado do Paraná, além de nomear uma rua em Curitiba. Disputou a eleição de 1994 para o cargo de Deputado Federal, obtendo 6.819 votos pelo Partido Progressista (PP).

SIDNEY PINTO

De 04 de novembro de 1935, Sidney Pinto nasceu em Bebedouro (SP). Profissionalmente foi oficial de farmácia e gerente do Banco Bamerindus, além de gerente de terminal portuário em Paranaguá. Na política foi Vereador em Terra Boa (1959), além de presidente do Partido dos Trabalhadores do Brasil (PTB) local. Ainda foi diretor do Instituto Teotônio Vilela do PSDB (Partido da Social Democracia Brasileira)¹¹¹.

A trajetória associativa de Sidney Pinto é vasta, participando das seguintes instituições: Associação Comercial do Paraná como conselheiro político; Centro de Letras do Paraná; fundou o Clube Recreativo de Terra Boa; fundador da APAE de Umuarama; membro do Rotary Club de Curitiba-Cidade Fraterna; integrou o Lions International; e é membro da Academia Paranaense de Letras Maçônicas.

Na maçonaria, Pinto foi Grão-Mestre da Grande Loja do Paraná por 10 anos seguidos, após ter ingressado na maçonaria na Loja Maringá em 1977. Ainda exerceu o cargo de Venerável Mestre das Lojas Acácia do Oeste (Cascavel) e Major Cícero Marques (Curitiba).

JOÃO CARLOS SILVEIRA

Advogado e promotor, João Carlos Silveira ingressou na maçonaria em 1982. Foi Grão Mestre da Grande Loja do Paraná em três ocasiões: 2002 a 2005, 2006 a 2008 e 2009 a 2011. Ainda foi juiz do Tribunal de Justiça Maçônico, bem

¹¹¹ Informações disponíveis em: < <http://glp.org.br/site/grande-loja-pagina-mae/galeria-dos-grao-mestres/>>. Acesso: 20 jan 2016.

como integra a Academia Paranaense de Letras Maçônicas. Em 2009 foi agraciado com o título de cidadão benemérito de Maringá¹¹².

IRACI DA SILVA BORGES

Nascido em 27 de maio de 1952, Iraci da Silva Borges é advogado. Foi Venerável Mestre da Loja Dario Vellozo entre 1994 e 1995, além de Grande Secretário de Relações Exteriores da Grande Loja do Paraná de 2002 a 2005. Foi eleito Grão-Mestre da GLP para o período 2011-2014.

VALDEMAR KRETSCHMER

Coronel da reserva da Polícia Militar do Paraná, Valdemar Kretschmer é natural de Imbituva (17 de setembro de 1949). Integrante da Loja Fraternidade Universal de Curitiba, foi Venerável Mestre de 2004 a 2005. Assumiu como Grão-Mestre da Grande Loja do Paraná em 2014, com mandato previsto para se encerrar em 2017. Na polícia militar comandou o policiamento do interior, foi subcomandante do Estado do Paraná, além de instrutor. É cidadão honorário de Curitiba e Marilândia do Sul e benemérito de Imbituva.

7.1 RELAÇÃO CAPITAL/INTERIOR: OS MUNICÍPIOS DE ORIGEM DOS GRÃO-MESTRES

A primeira variável elencada é a do município de origem dos grão-mestres estudados. A disposição em analisar os municípios de origem destes personagens diz respeito à questão da identificação da atuação deles em outros campos sociais (BOURDIEU, 1990), uma vez que, ainda que pertençam a campo da maçonaria, estes também possuem trajetórias sociais específicas, o que pode ocasionar a

¹¹² Disponível em: < <http://angelorigon.blogspot.com.br/2009/06/joao-carlos-silveira-recebe-titulo.html>>. Acesso: 20 jan 2016.

inserção em outros campos – ou, ainda, espaços em que estes campos se toquem ou se conectem.

Para tal, consideramos a loja maçônica em que o maçom foi iniciado e, em caso de mudança de localidade, a que foi eleito para o cargo de Grão-Mestre. Outro fator relevante para a definição do município de origem diz respeito às carreiras política e inserção social por intermédio das instituições locais, isto é, o *habitus* adquirido ao longo do tempo. Assim, optamos por uma classificação própria, que contemplasse estes pontos de análise sociológica:

Tabela 6 Município preponderante do Grão-Mestre
GOB/PR

Grão Mestre	Município
Sylvestre de Souza	Curitiba
Antonio Couto Pereira	Curitiba
Normando Jusi	Curitiba
Antonio Couto Pereira	Curitiba
Carlos Bardelli	Curitiba
Antenor da Silva Pupo	Curitiba
Aristeu dos Santos Ribas	Londrina
Enoch Vieira dos Santos	Londrina
Melchiades Cardoso de Almeida	Londrina/Curitiba
José de Vitis Silva	Curitiba
Alderico dos Reis Petra	Curitiba
Alderico dos Reis Petra	Curitiba
Alderico dos Reis Petra	Curitiba
José Bueno Mendes	Joaquim Távora
Paulo Opuska	Curitiba
João Darcy Ruggeri	União da Vitória
Clieceu Luis Bassetti	Ponta Grossa
Clieceu Luis Bassetti	Ponta Grossa
Paulo Maia de Oliveira	Ivaiporã
Dalmo Wilson Louzada	Curitiba
Dalmo Wilson Louzada	Curitiba
Luiz Rodrigo Larson Carstens	Curitiba

Fonte: BELINI (2002); o autor.

O Grande Oriente do Brasil – Paraná é a potência com a maior quantidade de municípios envolvidos na liderança da instituição, totalizando 6 localidades diferentes: Curitiba, Londrina, Joaquim Távora, União da Vitória, Ponta Grossa e Ivaiporã. Além desta multiplicidade de localidades diante do grão-mestrado, o GOB/PR alternou períodos de liderança da capital versus o ingresso de Grão-Mestres do interior nos respectivos mandatos.

Findado o mandato de Enoch Vieira dos Santos – que permaneceu como Grão-Mestre do Grande Oriente do Paraná quando de sua autonomia, o GOB/PR elegeu Melchiades Cardoso de Almeida como liderança, mantendo a tradição de Londrina frente ao comando da instituição (vinda desde Aristeu dos Santos Ribas). Somente com a entrada de José Vitis da Silva é que esta sequência seria interrompida, após três lideranças com laços sociais interioranos.

O norte do Paraná não elegeria mais nenhum Grão-Mestre da potência, pois os demais líderes do interior ficaram restritos a Joaquim Távora, União da Vitória, Ponta Grossa e Ivaiporã. Ainda assim, conforme apontado por Bellini (2002), o processo de interiorização da instituição foi importante e, com a figura dos Grão-Mestres vindos do interior, esta possibilidade se tornou plausível. Logo, a realocação da posição no campo da maçonaria fez com que a instituição também se expandisse nesta direção, alterando o jogo de forças existentes.

Já o Grande Oriente do Paraná, após a cisão completa do Grande Oriente do Brasil, optou pela alternância entre os principais municípios do Paraná (em aspectos populacionais)¹¹³ no poder da instituição: Curitiba, Londrina e Maringá. Apenas integrantes das lojas destes três municípios exerceram o grão-mestrado.

Tabela 7 Município preponderante do Grão-Mestre GOP

Grão Mestre	Município
Sylvestre de Souza	Curitiba
Antonio Couto Pereira	Curitiba
Normando Jusi	Curitiba
Antonio Couto Pereira	Curitiba
Carlos Bardelli	Curitiba
Antenor da Silva Pupo	Curitiba
Aristeu dos Santos Ribas	Londrina
Enoch Vieira dos Santos	Londrina
Frederico Chalbaud Biscaia	Maringá
João Laércio Gagliardi Fernandes	Curitiba
Luiz Gastão Felizardo	Londrina
Areli da Silva Correia	Maringá
Lourival Pedro Kaled	Londrina
Lourival Pedro Kaled	Londrina
José Buzato	Maringá
José Buzato	Maringá

¹¹³ Conforme contagem populacional de 2015. Disponível em: <<http://www.gazetadopovo.com.br/vida-e-cidadania/populacao-do-parana-aumenta-69-em-cinco-anos-estima-ibge-2dbj03pdvdfihgqbd6ffm3epn>>. Acesso: 07 mar 2016.

Ademilson José Miranda	Curitiba
João Krainski Neto	Curitiba
João Krainski Neto	Curitiba
Celso Luiz Girardello	Curitiba
João Krainski Neto	Curitiba

Fonte: BUZATO (2009); o autor.

Nota-se um predomínio de Grão-Mestres do interior desde a chegada de Aristeu dos Santos Ribas ao poder. A sequência foi rompida apenas com João Laércio Gagliardi Fernandes que, como observamos, também foi Grão-Mestre do Grande Oriente da Paraíba, ultrapassando as fronteiras da maçonaria paranaense. A hegemonia entre Londrina e Maringá demonstra, neste caso, a força da maçonaria das duas cidades no Grande Oriente do Paraná, pois somente estas contaram com lideranças desde o período de fundação da instituição.

Este fato nos remete à denominada “política dos governadores”, um compromisso institucional celebrado entre as oligarquias políticas regionais da Primeira República, no sentido de não intervir na dinâmica política local e, ao mesmo tempo, garantir apoio para a manutenção da unidade nacional (ABRUCIO & SAMUELS, 1997, p. 140).¹¹⁴ A alternância no poder entre Londrina e Maringá é similar à esta prática política, também conhecida como “política do café com leite”, em que mineiros e paulistas se alternavam na Presidência da República.

Por outro lado, de modo similar ao do GOB/PR, o Grande Oriente do Paraná visou interiorizar a maçonaria, em um processo de expansão que se iniciou a partir do litoral, conforme abordado no quarto capítulo desta tese. Todavia, a interiorização do GOP concorre com a instalação da Companhia de Terras Norte do Paraná (CTNP), responsável pela criação de Londrina, Maringá e demais cidades da região, como apontado por Balhana, Machado e Westphalen (1969):

Intensa propaganda, acerca do Norte do Paraná e das condições da colonização, foi realizada pela Companhia, sobretudo através de jornais de grande circulação, principalmente em São Paulo, com o objetivo de atrair colonos nacionais. A aquisição de lotes rurais era facilitada em prestações, até quatro anos, aos juros de 8% ao ano (...) Ao comprador era exigida a reserva de 10%, na propriedade adquirida, de área floresta. A companhia prestava ainda, transporte e assistência inicial dos colonos. (...) o sistema

¹¹⁴ Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/ln/n40-41/a07n4041.pdf>>. Acesso: 21 fev 2016.

de colonização praticado pelo Governo do Estado, foi semelhante ao da Companhia de Terras Norte do Paraná, vendendo suas terras em pequenos lotes agrícolas, exceto nos casos da colônia Centenário que foi loteada em fazendas, e de Paranaíba, onde as propriedades rurais eram de dimensão variada, conforme a sua localização mais próxima ou distante em relação à sede da Colônia. (BALHANA, A.P.; MACHADO, B.P.; WESTPHALEN, C.M., 1969, p. 215-217).

Portanto, a expansão da maçonaria assemelha-se com a expansão do Paraná. Nota-se, então, que a instituição acompanhou o crescimento do Estado e, da mesma maneira, as lideranças passaram a dividir o espaço do campo institucional, disputando as regras do jogo e, por conseguinte, confirmando o argumento de Lahire (2002), em que a luta dentro do campo se dá pela obtenção de capitais específicos – neste caso, o capital simbólico do alcance do cargo de Grão-Mestre.

A Grande Loja do Paraná, diferentemente do GOB/PR e do GOP/PR, optou em concentrar os líderes em Curitiba. Prova disso é a tabela abaixo, constando a listagem de seus Grão-Mestres conforme o município de origem:

Tabela 8 Município preponderante do Grão-Mestre GLP

Grão Mestre	Município
Hugo Gutierrez Simas	Curitiba
Fulton Lee Swain	Curitiba
Jorge Karam	Curitiba
Silas de Faria Pioli	Curitiba
Hercílio Jordão Guiraud	Curitiba
Divonsir Borba Cortes	Curitiba
Antonio Moreira Sobrinho	Curitiba
Flamarion Pinto de Campos	Curitiba
João de Mattos Guedes	Curitiba
Theodoro Zubinski	Curitiba
Eduardo Xavier da Veiga	Curitiba
Hercílio Jordão Guiraud	Curitiba
Eduardo Xavier da Veiga	Curitiba
Manoel Moreira da Silva	Curitiba
Cícero Marques	Curitiba
Antonio Serur	Curitiba
Albarino de Mattos Guedes	Curitiba
Cícero Marques	Curitiba
Manoel Cursino Dias Paredes	Curitiba
Arion Nicz Roda	Curitiba
Cícero Marques	Curitiba
Waldir Dacol	Curitiba
Antonio Serur	Curitiba
Adolfo Bley	Curitiba
Adolfo Bley	Curitiba
Sidney Pinto	Maringá

João Carlos Silveira	Maringá
João Carlos Silveira	Maringá
João Carlos Silveira	Maringá
Iraci da Silva Borges	Curitiba
Valdemar Kretschmer	Curitiba

Fonte: ZUCOLI (2001); o autor.

A GLP é a potência que menos alternou o poder entre os municípios do Estado: apenas duas, sendo Curitiba e Maringá. O primeiro grão-mestre do interior foi Sidney Pinto, seguido por João Carlos Silveira. Após o término dos mandatos de Silveira, a liderança maçônica da GLP retornou à Curitiba, com Iraci da Silva Borges. Se observarmos as trajetórias sociais de Sidney Pinto e de João Carlo da Silveira – os únicos Grão-Mestres do interior da GLP, estes possuem um *habitus* bem diversificado, atuando em diversos segmentos da sociedade ao mesmo tempo, além da articulação presente em mais de um campo social.

O fato da GLP permanecer com a sede do poder na capital alerta-nos para a própria história da potência maçônica, descrita no item 3.6 do capítulo terceiro: face às instabilidades institucionais internas desde a fundação, a opção em difundir o poder não ocorreu e, os indivíduos que *jogavam o jogo do poder* deste organismo da maçonaria concentraram a ocupação deste campo em prol da proximidade de seus interesses, isto é, em Curitiba – local onde estavam instalados e desenvolveram suas trajetórias sociais.

Por fim, apontamos que 41% dos Grão-Mestres do Grande Oriente do Brasil-Paraná foram do interior, contra 59% com origem em Curitiba; o Grande Oriente do Paraná contou com 44% de líderes do interior contra 56% da capital; e a Grande Loja do Paraná obteve apenas 9% de Grão-Mestres do interior, diante de 91% dos oriundos da capital. Tais números demonstram a diversificação do perfil das instituições analisadas: de mesma origem, GOB/PR e GOP optaram em equilibrar as forças políticas entre capital e interior, com números aproximados. Por outro lado, a GLP preferiu manter 21 dos 23 Grão-Mestres em Curitiba, em um poder menos difuso e mais concentrado.

7.2 EDUCAÇÃO E PROFISSÃO: O HABITUS SOCIAL DOS GRÃO-MESTRES

A segunda variável apontada nesta tese diz respeito à origem educacional e profissional dos grão-mestres. Optamos em tratar a escolaridade também no contexto sócio-profissional, pois entendemos que esta condiciona a atividade profissional/ocupacional posteriormente à obtenção de um título acadêmico, por exemplo. Questionamos, primeiramente, se o nível de formação é uma condição para pertencer à elite da maçonaria. Hipoteticamente, tal imposição pode ser verdadeira, pois os membros desta elite possuem, na maioria dos casos, ao menos o ensino superior.

Além disso, possuir determinada profissão não significa necessariamente que alguém irá exercê-la. Por isso, optamos em diferenciar a profissão da ocupação: a primeira é aquela em que o maçom obteve a formação no ensino superior, a partir da variável escolaridade; a segunda é aquela exercida na maior parte de sua trajetória que, em algumas vezes é a mesma que a profissão ou, então, combinada com outra atividade.

Desta forma, indagamos: será que a profissão condiz, de fato, com a ocupação exercida pelo maçom? Em estudo análogo referente aos parlamentares, Rodrigues (2002), sobre as bancadas partidárias da Câmara dos Deputados, o autor estabelece esta distinção. Separar, portanto, o “diploma” adquirido pelo político em relação à ocupação real é tarefa importante, pois assim é possível constatar qual a área de atuação de determinado político – ainda que profissão/ocupação coincidam, esta medida deve ser tomada.

Para a pesquisa, o levantamento da formação profissional aliado à ocupação dos grão-mestres será realizado, justamente para contrapor qual a escolaridade do mesmo e formação profissional com a atividade que exerce. Quanto à divisão dos grandes grupos profissionais, pretendemos aprimorar a análise dos dados para, posteriormente, efetuar a análise. Eis os resultados, conforme cada potência maçônica.

A primeira tabela diz respeito aos Grão-Mestres do Grande Oriente do Brasil – Paraná, analisados enquanto o perfil educacional, profissional e ocupacional:

Tabela 9 Relação profissão/ocupação dos Grão Mestres do Grande Oriente do Brasil – Paraná

Grão Mestre	Escolaridade	Profissão	Ocupação
Sylvestre de Souza	Superior	Engenheiro Civil	Engenheiro Civil
Antonio Couto Pereira	Superior	Aeroviário	Militar/Político
Normando Jusi	Superior	Militar	Militar
Carlos Bardelli	Superior	Militar	Militar
Antenor da Silva Pupo	Superior	Médico	Professor e poeta
Aristeu dos Santos Ribas	Superior	Advogado	Promotor público e professor
Enoch Vieira dos Santos	Superior	Engenheiro Civil	Empresário
Melchiades Cardoso de Almeida	Superior	Farmacêutico	Farmacêutico
José de Vitis Silva	Médio	Gerente de Vendas	Gerente de Vendas
Alderico dos Reis Petra	Superior	Serventuário da Justiça	Serventuário da Justiça
José Bueno Mendes	Superior	Tabelião	Tabelião e Prefeito
Paulo Opuska	Superior	Militar	Militar
João Darcy Ruggeri	Superior	Advogado	Advogado e Político
Cliceu Luis Bassetti	Superior	Advogado	Advogado, Professor e Procurador
Paulo Maia de Oliveira	Superior	Professor	Professor e Político
Dalmo Wilson Louzada	Superior	Administrador	Administrador
Luiz Rodrigo Larson Carstens	Superior	Militar	Militar

Fonte: o autor

Relativamente ao aspecto da escolaridade, nota-se que apenas um Grão-Mestre não possui ensino superior completo (José de Vitis Silva), ressaltando assim a classificação destes personagens enquanto integrantes da classe dominante da sociedade. O capital cultural adquirido por estes indivíduos demonstra o *ethos* de classe dos Grão-Mestres, afastando-os daqueles que não possuem este tipo de conhecimento – o que amplia a desigualdade dentro da sociedade:

a noção de capital cultural impôs-se, primeiramente, como uma hipótese indispensável para dar conta da desigualdade de desempenho escolar de crianças provenientes das diferentes classes sociais, relacionando o sucesso escolar, ou seja, os benefícios específicos que as crianças das diferentes classes e frações de classe podem obter no mercado escolar, à distribuição do capital cultural entre as classes e frações de classe (BOURDIEU, 1998, p.73).

Assim, a alta taxa de escolaridade destes maçons é um tipo de capital cultura adquirido, formador do *habitus* destes indivíduos, isto é, as características relacionadas ao poder simbólico educacional obtidas ao longo dos anos – educação esta vista enquanto instrumento de “reconhecimento social”: “pode-se supor que o

trabalho pedagógico em sua forma elementar se apoia num dos motores que estão nas raízes de todos os investimentos ulteriores: a busca do reconhecimento” (BOURDIEU, 2007, p. 201).

Quanto à relação profissão/ocupação, destacamos a diferença na quantidade entre aqueles que se possuem uma profissão, porém exercem uma ocupação distinta: são 4 militares, 3 advogados e 2 serventuários da justiça e engenheiros civis. Por outro lado, se considerarmos apenas a variável ocupação, obtemos 5 militares, 4 políticos profissionais¹¹⁵, 4 professores e 2 advogados e serventuários da justiça. Logo, o número de Grão-Mestres que utilizaram a atividade política como ocupação principal obtém o segundo lugar, atrás apenas dos militares, que são praticamente um terço de todos os personagens analisados. Ainda assim, destacamos a presença dos professores, uma categoria distinta do que denominaremos a seguir como *triunvirato*¹¹⁶ *ocupacional da maçonaria* (advocacia, militar e político).

Da mesma base de perfil do GOB/PR durante seus primeiros anos, o Grande Oriente do Paraná assemelha-se em relação ao retrato educacional, profissional e ocupacional de seu organismo de origem, como verificamos na tabela a seguir:

Tabela 10 Relação profissão/ocupação dos Grão-Mestres do Grande Oriente do Paraná

Grão Mestre	Escolaridade	Profissão	Ocupação
Sylvestre de Souza	Superior	Engenheiro Civil	Engenheiro Civil
Antonio Couto Pereira	Superior	Aeroviário	Militar/Político
Normando Jusi	Superior	Militar	Militar
Carlos Bardelli	Superior	Militar	Militar
Antenor da Silva Pupo	Superior	Médico	Professor e poeta
Aristeu dos Santos Ribas	Superior	Advogado	Promotor público e professor
Enoch Vieira dos Santos	Superior	Engenheiro Civil	Empresário
Frederico Chalbaud Biscaia	Superior	Médico	Médico
João Laércio Gagliardi Fernandes	Superior	Auditor Fiscal	Auditor Fiscal
Luiz Gastão Felizardo	Superior	Advogado	Advogado
Areli da Silva Correia	Superior	Advogado	Advogado, Professor e Promotor
Lourival Pedro Kaled	Superior	Comerciante	Comerciante

¹¹⁵ Conforme WEBER, 1998, p. 55.

¹¹⁶ Expressão cunhada por MILLS, C. Wright. A Elite do Poder. Rio de Janeiro: Zahar, 1968.

José Buzato	Superior	Advogado	Advogado e Professor
Ademilson José Miranda	Superior	Advogado	Professor
João Krainski Neto	Superior	Militar	Militar
Celso Luiz Girardello	Superior	Militar e Administrador de empresas	Corretor de Imóveis e Empresário

Fonte: o autor.

Todos os grão-mestres do Grande Oriente do Paraná possuem ensino superior, confirmando a hipótese de alta escolaridade, bem como a questão da busca pelo prestígio e reconhecimento social do campo da maçonaria. Quando comparado ao GOB/PR e à GLP, este organismo é o que possui a mais alta taxa de escolaridade, com a totalidade de seus membros – como anunciado – que cursaram o ensino superior.

Os aspectos profissionais são distintos dos ocupacionais em relação ao GOP. Quanto à profissão, há a predominância de advogados, sendo 5, diante de 4 militares, 2 médicos e 2 engenheiros civis. Se observarmos a questão ocupacional, a liderança passa aos professores (salientando que a alta taxa de escolaridade é aplicada no aspecto ocupacional), que tem 5 Grão-Mestres, sendo ainda 4 militares e os advogados divididos em 3 que permaneceram na profissão e 2 que se tornaram promotores. O aspecto “político profissional” ocorreu apenas no caso do Major Antonio Couto Pereira, demonstrando que a sucessão no Grão-Mestrado não promoveu a transitoriedade entre o campo da maçonaria e o campo político.

Enfim, os Grão-Mestres da Grande Loja do Paraná mantêm a tendência das instituições anteriores quanto às evidências educacionais, profissionais e ocupacionais:

Tabela 11 Relação profissão/ocupação dos Grão-Mestres do Grande Loja do Paraná

Grão Mestre	Escolaridade	Profissão	Ocupação
Hugo Gutierrez Simas	Superior	Professor	Desembargador, Jornalista e Escritor
Fulton Lee Swain	Superior	Advogado	Advogado
Jorge Karam	Superior	Médico	Médico
Silas de Faria Pioli	Superior	Engenheiro Civil	Engenheiro Civil e Político
Hercílio Jordão Guiraud	Superior	Industrial	Industrial
Divonsir Borba Cortes	Superior	Advogado	Promotor
Antonio Moreira Sobrinho		-	-
Flamarion Pinto de Campos	Superior	Militar	Militar

João de Mattos Guedes	Superior	Militar	Militar
Theodoro Zubinski		-	-
Eduardo Xavier da Veiga	Superior	Advogado	Juiz
Manoel Moreira da Silva		-	-
Cícero Marques	Superior	Militar	Militar
Albarino de Mattos Guedes	Superior	Advogado	Advogado
Manoel Cursino Dias Paredes	Superior	Militar	Militar e Político
Arion Nicz Roda	Médio	Servidor Público	Servidor Público
Waldir Dacol	Superior	Militar	Militar
Antonio Serur	Superior	Médico	Médico e Servidor Público
Adolfo Bley	Superior	Médico	Médico
Sidney Pinto	Superior	Oficial de farmácia	Comerciário
João Carlos Silveira	Superior	Advogado	Procurador de Justiça
Iraci da Silva Borges	Superior	Advogado	Advogado
Valdemar Kretschmer	Superior	Militar	Militar

Fonte: o autor.

Do mesmo modo do Grande Oriente do Brasil – Paraná, a Grande Loja do Paraná possuiu apenas um grão-mestre sem o ensino superior completo, caso de Arion Nicz Roda. Todos os demais integrantes desta elite cursaram o ensino superior, ainda que a atuação docente não seja a ocupação principal, como observado nos Grão-Mestres do Grande Oriente do Paraná.

Relativamente à profissão, novamente há o predomínio da dupla militar/advogado, com 6 Grão-Mestres exercendo cada uma destas profissões, totalizando assim 12 de 23 indivíduos pesquisados. Em segundo lugar há a categoria dos médicos, sendo 3 ao todo. Acerca da ocupação, os médicos mantêm suas ocupações, bem como os militares (6 no total). Há, ainda, dois políticos que seguiram carreira na “profissão: Silas de Faria Pioli e Manoel Cursino Dias Paredes. O destaque, novamente, diz respeito aos advogados, pois 3 se mantiveram na profissão e os demais tornaram-se servidores públicos, atuando no Poder Judiciário.

7.3 A MAÇONARIA AINDA ATUA POLITICAMENTE COM A MESMA INTENSIDADE?

A atuação política da maçonaria pode ser retratada nesta tese nos itens 1.2 (maçonaria: conceito e ideologia) e 2.1 (a história da maçonaria no Brasil a guisa do Grande Oriente do Brasil). No primeiro, abordamos a questão da ideologia da instituição, isto é, o seu modo de pensamento e ação política – ainda presente nos

manifestos das três instituições analisadas em âmbito nacional (GOB, COMAB e CMSB). Já no segundo item demonstramos a presença de políticos com atuação nacional que integraram a instituição – na maioria das ocasiões, em postos importantes.

Apesar do declínio da posição de destaque dos maçons em relação à política – conforme exposto durante a história do Grande Oriente do Brasil, que teve como pano de fundo a Primeira República, indagamos: é possível afirmar que os Grão-Mestres da maçonaria paranaense, nosso objeto de estudo, ainda tem uma inserção política relevante? Em suma: mesmo com a especialização dos campos sociais (BOURDIEU, 1990, p. 72) e o campo político – enquanto campo que é, com suas regras próprias, os maçons conseguiram integrar mais de um campo (além do maçônico), dispondo de estratégias peculiares para a manobra do jogo do campo político, que é diferente do campo da maçonaria?

Para análise deste questionamento, optamos pela inserção da variável carreira política em face da participação política de integrantes da maçonaria em processos históricos, como apontamos anteriormente, além é claro das disputas eleitorais e filiações partidárias.¹¹⁷ O envolvimento de maçons na Presidência da República demonstrava a atuação de integrantes da instituição enquanto elite estratégica, ocupando postos importantes das relações de poder. Segundo Carvalho (2010b):

A Maçonaria brasileira, que entrou em processo de declínio ideológico a partir da grande cisão de 1927, não se recuperou até os dias atuais. Até aquela data, a Maçonaria era uma elite estratégica do país, confundindo sua história com a do Brasil. (CARVALHO, 2010b, p. 20)

A participação política de maçons disputando cargos e ocupando-os era maior da fundação do Grande Oriente do Brasil (GOB) em 1822 até a primeira ruptura, ocorrida em 1927. Neste sentido, a lembrança histórica nos induz a pensar que a maçonaria, por intermédio de seus membros, atua diretamente em cargos públicos do país. Entretanto, conforme apontamos, a especialização dos campos (próprios da teoria de Bourdieu), nos afirma que o jogo existente em cada um dos

¹¹⁷ Parte 3.1. – A história da maçonaria do Brasil à guisa do Grande Oriente do Brasil.

campos é diferente e, a partir do surgimento dos partidos políticos no país, a tendência da centralidade da atividade política da maçonaria diminuiu.

Efetuamos o levantamento em relação aos Grão-Mestres e as potências pesquisadas, questionando se ainda há a atuação das maiores lideranças maçônicas do Estado com a política e qual a correlação entre as mesmas. A primeira instituição analisada é o Grande Oriente do Brasil – Paraná que, enquanto organismo estadual do Grande Oriente do Brasil (poder central), também registrou intensa atividade política de seus Grão-Mestres. Vale ressaltar que, como apenas os líderes da maçonaria paranaense foram objeto de análise, excluímos personagens políticos conhecidos que integraram a maçonaria, uma vez que a ideia é estabelecer as conexões entre a maçonaria, o Paraná, as trajetórias sociais dos Grão-Mestres e os respectivos desdobramentos :

Tabela 12 Inserção política dos Grão-Mestres do GOB/PR

Grão Mestre	Atuação política
Sylvestre de Souza	Partido Socialista Brasileiro
Antonio Couto Pereira	Deputado Estadual (1933)
Normando Jusi	-
Carlos Bardelli	-
Antenor da Silva Pupo	-
Aristeu dos Santos Ribas	Vereador em Londrina (1951-55)
Enoch Vieira dos Santos	Vereador em Londrina (1955-1959/1959-1963)
Melchiades Cardoso de Almeida	-
José de Vitis Silva	-
Alderico dos Reis Petra	Disputou uma vaga para Vereador em Curitiba (PSD-1954)
José Bueno Mendes	Prefeito de Joaquim Távora (1963-1969)
Paulo Opuska	-
João Darcy Ruggeri	Vereador em União da Vitória (1959-1963)
Cliceu Luis Bassetti	-
Paulo Maia de Oliveira	Deputado Estadual (1991-1994); Vice-Presidente do PEN Paraná
Dalmo Wilson Louzada	-

Luiz Rodrigo Larson Carstens	-
------------------------------	---

Fonte: o autor.

Ainda que 4 dos 16 Grão-Mestres do GOB/PR tem como ocupação a atividade “política profissional”, 7 (praticamente a metade) tentou ingressar na carreira política – demonstrando assim que a posição de elite dirigente destes indivíduos ainda importa no campo da maçonaria para uma possível “capitalização” de interesses diante da atuação política.

Apenas dois Grão-Mestres conseguiram manter a atividade política articulada com a participação na maçonaria no cenário estadual: Antônio Couto Pereira, que também era Major; e Paulo Maia de Oliveira, militante na área educacional. Outros grão-mestres exerceram funções públicas de expressão local, como a vereança e a prefeitura municipal. Mesmo com atividade política em dimensão inferior no âmbito nacional, a maçonaria recruta seus líderes para que atuem politicamente, estimulando a participação política em/na sociedade, como exposto no item 1.2.

Em tendência similar, o Grande Oriente do Paraná também conta com Grão-Mestres atuando politicamente:

Tabela 13 Inserção política dos Grão-Mestres do GOP

Grão Mestre	Atuação política
Sylvestre de Souza	Partido Socialista Brasileiro
Antonio Couto Pereira	Deputado Estadual (1933)
Normando Jusi	-
Carlos Bardelli	-
Antenor da Silva Pupo	-
Aristeu dos Santos Ribas	Vereador em Londrina (1951-55)
Enoch Vieira dos Santos	Vereador em Londrina (1955-1959/1959-1963)
Frederico Chalbaud Biscaia	-
João Laércio Gagliardi Fernandes	Secretário de Governo e Chefe de Gabinete (Paraíba)
Luiz Gastão Felizardo	Vereador em Sertãoópolis (1968)
Areli da Silva Correia	-
Lourival Pedro Kaled	-

José Buzato	Candidato a Vice-Prefeito de Maringá em 1982; Tesoureiro do Partido Progressista de Maringá
Ademilson José Miranda	-
João Krainski Neto	2º Vogal do PEN-Paraná
Celso Luiz Girardello	-

Fonte: o autor.

Nota-se que, 7 dos 17 Grão-Mestres também tem atuação na política paranaense – igualmente, em sua maioria, para o exercício de funções locais. À exceção do Major Antônio Couto Pereira, oriundo do Grande Oriente do Brasil – Paraná, nenhum dos indivíduos estudados possuiu uma posição de destaque no cenário político estadual, surgindo apenas como uma provável¹¹⁸ elite política local.

Aristeu dos Santos Ribas e Enoch Vieira dos Santos foram vereadores em Londrina antes de exercer o grão-mestrado, caracterizando não somente a sucessão política, mas também maçônica na elite dirigente da instituição. Luiz Gastão Felizardo também exerceu a vereança, porém em Sertanópolis. Já João Laércio Gagliardi Fernandes ocupou um posto de destaque no Governo do Estado da Paraíba, demonstrando assim seu capital político em outra localidade.

Apesar de menor em intensidade, os Grão-Mestres da Grande Loja do Paraná também possuíram participação política, porém com maior destaque em relação ao GOB/PR e ao GOP:

Tabela 14 Inserção política dos Grão-Mestres da GLP

Grão Mestre	Atuação política
Hugo Gutierrez Simas	Deputado Estadual (1912)
Fulton Lee Swain	-
Jorge Karam	Filiado ao Partido Comunista do Brasil
Silas de Faria Pioli	Prefeito de São Carlos do Ivaí (1961-1965) e de

¹¹⁸ A probabilidade refere-se no sentido de que, para compreender a dinâmica da política local, tornar-se-ia necessário estudar caso a caso, o que não é objeto deste trabalho.

	Rio Branco do Sul (1973-1977)
Hercílio Jordão Guiraud	-
Divonsir Borba Cortes	Deputado Estadual (1951-1954) e Deputado Federal (1955-1959)
Antonio Moreira Sobrinho	-
Flamarion Pinto de Campos	-
João de Mattos Guedes	-
Theodoro Zubinski	-
Eduardo Xavier da Veiga	-
Manoel Moreira da Silva	-
Cícero Marques	-
Antonio Serur	-
Albarino de Mattos Guedes	-
Manoel Cursino Dias Paredes	Vereador em Curitiba (1964/1968 e 1973-1976)
Arion Nicz Roda	-
Waldir Dacol	-
Adolfo Bley	Candidato a Deputado Federal pelo PP (1994)
Sidney Pinto	Vereador em Terra Boa (1959)
João Carlos Silveira	-
Iraci da Silva Borges	-
Valdemar Kretschmer	-

Fonte: o autor.

Igualmente ao Grande Oriente do Brasil – Paraná, dois grão-mestres da GLP exerceram o cargo de Deputado Estadual: Hugo Gutierrez Simas e Divonsir Borba Cortes, este sendo eleito Deputado Federal. Os casos de Manoel Cursino Dias Paredes e Sidney Pinto demonstram a inserção política local destes Grão-Mestres. Silas de Faria Pioli, eleito prefeito em dois municípios distintos, é um caso em que o capital político pode atuar em dois campos distintos. Por fim, destacamos o caso de Jorge Karam, o único Grão-Mestre filiado ao Partido Comunista do Brasil.

A atividade política dos Grão-Mestres reforça o argumento de que a maçonaria ainda atua politicamente com intensidade, porém o campo de atuação se alterou: de força política nacional, elegendo todos os Presidentes durante a Primeira República, passou a protagonizar espaços político de menor expressão, prova da especialização do campo político e, da mesma forma, do campo maçônico.

7.4. INSERÇÃO SOCIAL DA MAÇONARIA: OS LAÇOS INTERINSTITUCIONAIS

O último componente do levantamento do perfil sociológico dos grão-mestres é a inserção social destes, também conhecidos como vínculos institucionais, ou seja, a participação destes em outras entidades congêneres à maçonaria. Este levantamento ocorre no sentido de identificar a multiplicidade do engajamento social dos grão-mestres e até que ponto estes estão dedicados exclusivamente à maçonaria.

Hunter (1963), durante seu estudo sobre os *decision-makers* apresentou uma lista de entidades para os entrevistados, na tentativa de decifrar as relações institucionais dos “poderosos” da comunidade. Destas relações institucionais, apostamos que uma lista das principais entidades pode ser elaborada e, via perfil dos Grão-Mestres, podemos cruzar as informações e verificar qual o envolvimento destes com as mesmas.

Os vínculos sociais são as ligações entre pessoas importantes dos campos econômico, religioso, cultural, entre outros. O engajamento institucional nos oferta a possibilidade de enxergar este tipo de relacionamento. Autores como Love e Barickman (1991) argumentam que, ao apontar essas conexões, podemos analisar o nível de coesão de um grupo, isto é, quanto maior a dependência entre os membros, maior o vínculo social e, conseqüentemente, maior coesão de grupo. Os resultados em geral apontam uma grande inserção social e institucional dos Grão-Mestres.

Braga (1998, 2001) optou pela análise destes vínculos a partir da participação de seu objeto de pesquisa em instituições sociais. Como em nosso caso esta tese analisa justamente uma instituição social, escolhemos este levantamento de “novos” vínculos para responder a questão: será que estes Grão-Mestres tem vocação para integrar mais do que uma instituição? E mais: o que isto interfere em sua trajetória social, construída lado a lado com o *habitus* da maçonaria?

A primeira tabela, dedicada aos líderes do Grande Oriente do Brasil – Paraná reforça a interação social do campo da vinculação institucional dos respectivos Grão-Mestres:

Tabela 15 Inserção social dos Grão-Mestres do GOB/PR

Grão Mestre	Instituição(ões) que participou
Sylvestre de Souza	Instituto de Engenharia do Paraná; Clube Atlético Ferroviário
Antonio Couto Pereira	Presidente do Coritiba Foot Ball Club
Normando Jusi	-
Carlos Bardelli	-
Antenor da Silva Pupo	-
Aristeu dos Santos Ribas	-
Enoch Vieira dos Santos	Governador do Lions International; Instituto Filadélfia de Londrina; Sociedade Evangélica de Londrina
Melchiades Cardoso de Almeida	Federação Nacional dos Empregados Vendedores e Viajantes do Comércio, Propagandistas, Propagandistas-Vendedores e Vendedores de Produtos Farmacêuticos
José de Vitis Silva	Instituto Néo-Pitagórico
Alderico dos Reis Petra	-
José Bueno Mendes	-
Paulo Opuska	-
João Darcy Ruggeri	Membro da Academia de Letras do Vale do Iguaçu; Academia de Cultura de Curitiba; Centro de Letras do Paraná
Cliceu Luis Bassetti	Conselheiro da OAB/PR; Academia Paranaense de Letras Maçônicas; Sociedade Círculo Trentino de Curitiba
Paulo Maia de Oliveira	Presidente da Associação dos Professores do Paraná (APP); Presidente do Conselho Estadual de Educação
Dalmo Wilson Louzada	-
Luiz Rodrigo Larson Carstens	Associação dos Oficiais Policiais e Bombeiros

Fonte: BELINI (2002); GOB/PR; o autor.

Nota-se que a vinculação institucional dos Grão-Mestres do Grande Oriente do Brasil-Paraná é considerada mediana, uma vez que 8 dos 17 indivíduos tem algum tipo de inserção institucional em outros segmentos que não sejam a maçonaria. Instituições congêneres à maçonaria são as que mais aparecem, como as academias de letras maçônicas, Rotary Club e Lions International. Outrossim, clubes de desporto e associações classistas – ligadas diretamente ao interesse profissional/ocupacional ganham destaque.

Ainda assim, salientamos dois aspectos quanto à vinculação institucional dos Grão-Mestres do GOB/PR: a crescente penetração institucional a partir do mandato de João Darcy Ruggeri (1991) – o que reforça a ideia de que a maçonaria é uma entidade de caráter associativo que estimula a participação social de seus

integrantes; e a presença de um Grão-Mestre, Paulo Maia de Oliveira como Presidente da Associação dos Professores do Paraná (APP-Sindicato), entidade que se opôs ao atual Governador do Estado do Paraná, Carlos Alberto Richa (PSDB).¹¹⁹

Igualmente, o engajamento institucional dos Grão-Mestres do Grande Oriente do Paraná é intenso:

Tabela 16 Inserção social dos Grão-Mestres do GOP

Grão Mestre	Instituição(ões) que participou
Sylvestre de Souza	Instituto de Engenharia do Paraná; Clube Atlético Ferroviário
Antonio Couto Pereira	Presidente do Curitiba Foot Ball Club
Normando Jusi	-
Carlos Bardelli	-
Antenor da Silva Pupo	-
Aristeu dos Santos Ribas	-
Enoch Vieira dos Santos	Governador do Lions International; Instituto Filadélfia de Londrina; Sociedade Evangélica de Londrina
Frederico Chalbaud Biscaia	Sociedade Médica de Maringá; Country Club de Maringá
João Laércio Gagliardi Fernandes	Associação Nacional dos Auditores Fiscais; Grão-Mestre do Grande Oriente da Paraíba; Rotary Club
Luiz Gastão Felizardo	-
Areli da Silva Correia	Lions International; ADESG
Lourival Pedro Kaled	Presidente da Liga de Futebol de Londrina; Sindilojas de Curitiba
José Buzato	Comissão de Ética da OAB
Ademilson José Miranda	Clube Duque de Caxias de Curitiba; Confederação Nacional dos Servidores Públicos
João Krainski Neto	ONG Cidadão em Alerta
Celso Luiz Girardello	Conselheiro no Hospital Erasto Gaertner; Escoteiro; ONG Cidadão em Alerta

Fonte: O autor.

Até o mandato de Enoch Vieira dos Santos (base comum para o GOB/PR e o GOP), a tendência da participação esportiva/não engajamento em outras instituições se manteve. Todavia, da década de 1980 em diante, apenas Luiz Gastão Felizardo não integrou outro segmento associativo, segundo nossas informações. Todos os Grão-Mestres tiveram algum tipo de participação, com a tendência de

¹¹⁹ Disponível em: < <http://www.gazetadopovo.com.br/vida-publica/a-verdadeira-oposicao-a-richa-veio-dos-sindicatos-8yhvk12u8yxymojqa8d12a9jq>> Acesso: 07 mar 2016.

atuação em entidades filantrópicas e de classe. Relembramos, por fim, o caso de João Laércio Gagliardi Fernandes, pois este também foi Grão-Mestre em outro Estado: a Paraíba, entre 1989 e 2001 e de 2004 a 2007, exercendo cinco mandatos.

Os Grão-Mestres da Grande Loja do Paraná foram os que em menor intensidade atuaram em outros segmentos associativos, conforme a tabela abaixo:

Tabela 17 Inserção social dos Grão-Mestres da GLP

Grão Mestre	Instituição(ões) que participou
Hugo Gutierrez Simas	Centro de Letras do Paraná; Academia Paranaense de Letras.
Fulton Lee Swain	-
Jorge Karam	-
Silas de Faria Pioli	Desportista do Clube Atlético Paranaense; Presidente do Centro Acadêmico de Engenharia Civil da UFPR; Presidente da Associação Esportiva Universitária; Tesoureiro do Instituto de Engenharia do Paraná.
Hercílio Jordão Guiraud	Associação do Movimento Espiritualista Morimbatá (Umbanda)
Divonsir Borba Cortes	-
Antonio Moreira Sobrinho	-
Flamarion Pinto de Campos	-
João de Mattos Guedes	-
Theodoro Zubinski	Liga Atlética do Paraná
Eduardo Xavier da Veiga	-
Manoel Moreira da Silva	-
Cícero Marques	-
Antonio Serur	-
Albarino de Mattos Guedes	Caixa dos Advogados do Paraná (OAB)
Manoel Cursino Dias Paredes	-
Arion Nicz Roda	-
Waldir Dacol	-
Adolfo Bley	Presidente da Academia de Letras Maçônicas do Paraná
Sidney Pinto	Fundador do Clube Social e Recreativo de Terra Boa; Membro do Lions International; APAE, Rotary Club; Centro de Letras do Paraná
João Carlos Silveira	Presidente da Academia de Letras Maçônicas do Paraná
Iraci da Silva Borges	-
Valdemar Kretschmer	-

Fonte: ZUCOLI (2001); GLP; o autor.

Quando comparada ao GOB/PR e ao GOP, os líderes da Grande Loja do Paraná possuem baixa participação em outras instituições – são 8 de um total de 23 Grão-Mestres. Um dos fatores que sinaliza a baixa adesão a outras instituições é a

quantidade de militares que exerceu o grão-mestrado, o que culmina com diversas transferências de função e de domicílio, inibindo a participação e o engajamento nos municípios de residência destes.

A tendência da inserção associativa destes indivíduos é a mesma: presença em entidades de classe e participação em subsegmentos da própria maçonaria – como os casos de Adolfo Bley e João Carlos Silveira, que integram a Academia de Letras Maçônicas do Paraná.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

O presente trabalho teve como destino sumário analisar coletivamente, a partir do método prosopográfico, das noções de trajetória social, campo, *habitus* e capital (segundo Bourdieu) o perfil dos Grão-Mestres do Grande Oriente do Brasil – Paraná (GOB/PR), da Grande Loja do Paraná (GLP) e do Grande Oriente do Paraná (GOP), com o objetivo de delimitar uma elite estratégica, constituída a partir de indivíduos e capitais sociais específicos, como profissão, escolaridade e inserção político-social. Assim, a questão desta tese (qual é o perfil sociológico dos Grão-Mestres da maçonaria paranaense) destina-se a compreender este grupo social estratégico, medindo os limites da presença e atuação social coesa no Paraná.

O itinerário percorrido destinou-se, a priori, a expor e analisar a função da maçonaria na sociedade, considerando suas origens, limites e possibilidades de atuação. Por um lado, procuramos identificar como o discurso engajado (isto é, dos pesquisadores ligados à instituição) pode ser articulado com o discurso acadêmico, dos pesquisadores dispostos a estudar a maçonaria – afastando as prenoções existentes acerca do tema, conforme Durkheim (1978), quando da análise do fato social, pois “É necessário afastar sistematicamente todas as noções prévias: significa que o sociólogo deve romper com as representações, ideias e conceitos elaborados pelo senso comum a respeito da vida social em geral (DURKHEIM, 1978, p. 102)”.

Neste sentido, a preocupação inicial desta tese em “afastar as prenoções” se justificou dada a quantidade de discursos comprometidos em relação à maçonaria, elaborados por seus membros, como forma de manutenção das possíveis “tradições inventadas” (HOBBSAWN, 1978), ou seja, do passado glorioso que permeia a instituição. Assim, procuramos também justificar o discurso mitológico maçônico, direcionado para a quantidade de argumentos desconexos entre si, mas que fazem parte do ideário cultural da instituição.

Outrossim, a questão da ideologia da maçonaria é um ponto chave para a compreensão do modo de ação social de seus membros, significando “uma ação que, quanto a seu sentido visado pelo agente ou pelos agentes, se refere ao comportamento de outros, orientando-se por estes em seu curso (WEBER, 1994, p.

3). Portanto, a ação social dos maçons tem um significado objetivo daqueles que a executam, sendo referência o outro em relação ao campo social¹²⁰ – demonstrando que ideologia tem um sentido específico, dotado de significado, com direcionamento para posicionamentos de diversos assuntos, porém sendo o destino a noção de sociedade planejada pela maçonaria.

Em nosso itinerário, examinamos detidamente a organização e estrutura interna da maçonaria, ressaltando a reprodução do modelo do Estado brasileiro (a possível tripartição do poder entre Executivo, Legislativo e Judiciário¹²¹) em seu interior. Da mesma forma, procuramos explicar a relação entre as potências maçônicas, uma espécie de organização nacional e/ou estadual que comanda as atividades da instituição em determinada região, e as lojas maçônicas, espaços locais com relativa autonomia interna. O foco desta seção é explicar, a partir da estrutura interna, os caminhos percorridos por um maçom que deseja atingir o cargo de Grão-Mestre, bem como a complexidade das relações internas, fundadas em mecanismos próprios do campo de ação social – que, com suas disputas internas, ao mesmo tempo que as regula, também sofre as pressões exteriores. (LAHIRE, 2002, p. 47-48).

A segunda parte da tese retratou a história da maçonaria no Brasil, sendo esta uma ambientação para as discussões regionais. Seguindo o método de Comte (1978), procuramos tratar o objeto de estudo (a maçonaria) da ambientação nacional para as questões regionais, nosso ambiente de pesquisa (neste caso, a maçonaria paranaense). Importa lembrar o passado da instituição no país e a atuação de personagens da maçonaria no Século XIX, com intensa atividade política em postos estratégicos, pois todos os Presidentes da Primeira República (1889-1933) eram maçons, como disposto na tabela 1. Ainda estudamos a origem institucionalizada da maçonaria no país, a partir da formação do Grande Oriente do Brasil (GOB) e seus

¹²⁰ A noção de que a maçonaria é um microcosmo social, ou, ainda, um campo social é abordada por KOHN, Margaret. *Foucault and Freemasonry*. University of Florida, Gainesville. Disponível em: <<https://www.unf.edu/~hkoegler/Postmodernism/KoeglerDocs/OtherDocs/Kohn.pdf>>. Acesso: 07 mar 2016.

¹²¹ Acerca da tripartição do poder, ver: VALENCIANO, Tiago & LEAL E SILVA, Rafael Egídio. *Política Brasileira: como entender o funcionamento do Brasil*. Astorga: Editora Sahar, 2015.

líderes protagonizando a atuação política da instituição no Brasil. Além do GOB, explicamos as duas importantes rupturas, que desencadearam a divisão da maçonaria em três no país: a instituição da Confederação da Maçonaria Simbólica do Brasil (CMSB) a partir de 1927; e a formação da Confederação Maçônica do Brasil (COMAB), de 1973 em diante. A partir de então, pode-se estabelecer que, por mais que a filosofia explicitada pela maçonaria a seus membros e à sociedade tivesse uma base comum, existem subdivisões internas que proporcionam a dinâmica da atuação da maçonaria. Em suma: organizacionalmente falando, a maçonaria não é coesa, pois tem suas divisões internas e, sendo este um campo de ação social e poder próprios, há movimentação em torno de um capital simbólico para a manutenção do prestígio dentro do campo – também, influenciado por questões externas, como demonstrado (BOURDIEU, 1990).

A terceira parte explorou a origem e o desenvolvimento da maçonaria paranaense e todas as subdivisões ocasionadas desde o início do Século XX – o que reforça o argumento de que a maçonaria possui um pensamento, uma ideologia coesa, mas internamente dispõe de variações estruturais. A direção deste trajeto pautou-se em retratar a maçonaria articuladamente com a história do Paraná, seu desenvolvimento e a ocupação do território, ora historicamente e socialmente falando, ora de forma “maçônica”, envolvendo assim as disputas, trocas de comando e de sede na instituição. A radiografia da maçonaria no Paraná se concentrou em três pontos: 1) a vontade de autonomia dos organismos estaduais face ao poder nacional; 2) as disputas pelo controle do comando da maçonaria; 3) e a posição estratégica dos Grão-Mestres na sociedade paranaense, sobretudo até a primeira metade do Século XX.

O quinto capítulo – ainda integrante da terceira parte, articula os trabalhos do Núcleo de Estudos Paranaenses (NEP) com a pesquisa sobre a maçonaria. A justificativa da ligação do objeto de pesquisa – os Grão-Mestres – com o Paraná se fez necessária, pois os estudos desenvolvidos pelo NEP nos últimos anos demonstram a multiplicidade de temas para responder a questão: afinal, o que é a sociedade paranaense? Temas como a relação das famílias e as disputas do poder (OLIVEIRA, 2001, 2012); a Assembleia Legislativa do Paraná durante a Primeira República (1889-1930) (GOULART, 2004, 2014); a parentela no poder durante o

período provincial (1853-1889) (ALVES, 2015); e temas reunidos em uma coletânea, como a trajetória e os elementos da ação de um político (Roberto Requião de Mello e Silva), política e futebol, as estruturas de parentesco, as relações de poder da Itaipu Binacional, entre outros (OLIVEIRA, 2015). O propósito, portanto, é o de demonstrar que, considerando a presença da maçonaria na formação política, social e instituição do Paraná, ela é importante no que diz respeito ao jogo destes campos em que ela pode atuar – sobretudo, nos aspectos políticos.

A quarta parte relacionou a aplicabilidade do método prosopográfico à sociologia de Pierre Bourdieu e autores correlatos. A defesa da prosopografia perpassa pela ideia de trajetória social, uma vez que o método só pode ser aplicado a partir do momento em que há o estudo das biografias coletivas considerando a análise das trajetórias sociais, isto é, não somente na coleta de dados dispersos, desunidos e sem articulação entre si (BOURDIEU, 1996). A proposta do uso da prosopografia ainda é aceito, visto que:

De uma maneira geral, podemos dizer que as estruturas políticas e sociais de certos grupos, fenômenos como a continuidade e a descontinuidade de sistemas políticos, de instituições eclesásticas ou seculares, a ação política, a mobilidade social, a transformação social e tantos outros, não podem ser analisados com precisão sem o conhecimento prévio das pessoas. É apenas graças a este conhecimento que é possível relacionar diferentes grupos, considerando que certos indivíduos sem encontram frequentemente no campo de ação de mais de um grupo. O fato de que, neste contexto, as pessoas tenham moldado instituições e tenham sido por elas também impregnadas (ainda que de maneiras bem diversas), deve ser levado em consideração em cada análise prosopográfica (BULST, 2005, p.58).

Ou seja, somente a partir da pesquisa quanto às trajetórias sociais, munida pelo método prosopográfico, é possível analisar grupos sociais coesos ou dispersos na sociedade, bem como seu campo de ação social específico. Neste sentido, os conceitos e categorias de Bourdieu em relação ao *habitus*, campo, capital simbólico e trajetória social (BOURDIEU, 1983; 1986; 1989; 1990; 1994; 1998; 2003; 2009) são fundamentais para a compreensão da análise prosopográfica destes Grão-Mestres e seus desdobramentos: a atuação profissional/ocupacional, a formação escolar, a participação política e os vínculos institucionais estabelecidos.

A análise sociológica contida nesta parte enfoca a metodologia *bourdieusiana*, aliada à prosopografia, proporcionando subsídios para responder a

questão motriz da tese: o perfil sociológico dos Grão-Mestres da maçonaria paranaense forma, assim, uma elite estratégica nos últimos anos que interfere socialmente, economicamente, culturalmente e politicamente na sociedade em que está ambientada, isto é, no Estado do Paraná? Este questionamento abriu os caminhos para a análise em conjunto (prosopográfica) destes indivíduos, reunindo as informações coletadas – o que garantiu os elementos para a construção da quinta e última parte, direcionada, então, para a consolidação coletiva e demonstração das trajetórias sociais destes Grão-Mestres.

A análise sociológica se iniciou com o levantamento das trajetórias sociais de cada Grão-Mestre, estabelecendo uma biografia individual dos indivíduos analisados. Além disto, demonstramos o perfil social e seus componentes, como a carreira maçônica, local de atuação, a escolaridade, a profissão, a ocupação exercida, o engajamento político e a participação em outras instituições sociais. Consideramos, para fins metodológicos, estes elementos como fundamentais para a compreensão do perfil sociológico dos Grão-Mestres, que estão elencados em Perissinotto (2003).

O primeiro aspecto analisa a relação entre capital e interior quando da escolha dos Grão-Mestres. O resultado é a migração do capital político dentro do campo da maçonaria para o interior conforme houve a expansão do território paranaense (BALHANA, A.P.; MACHADO, B.P.; WESTPHALEN, C.M., 1969), algo presente na liderança do Grande Oriente do Brasil-Paraná e do Grande Oriente do Paraná – porém pouco observado na Grande Loja do Paraná. Relativamente ao extrato do perfil sociológico destes indivíduos, 28% destes pertenciam ao interior, contra 72% de liderança da capital. Este resultado espelha o observado na direção do Poder Executivo do Estado, com as forças políticas centradas a partir das famílias que comandam o poder no Paraná (OLIVEIRA, 2001;2012) – em sua maioria presentes na denominada “classe dominante tradicional”, isto é, aquela presente na cúpula do poder estadual (concentrado, na sede administrativa, ou seja, em Curitiba).

Quanto à escolaridade dos Grão-Mestres, cursar o ensino superior é quase que uma unanimidade entre estes personagens. São 90% os maçons que frequentaram as salas de aula no ensino superior, obtendo as profissões que serão

analisadas adiante, contra 4% que finalizaram o ensino médio e 6% que não obtivemos informações precisas. Isto reforça o argumento de que a liderança da maçonaria reflete a hipótese de que seus integrantes formam a classe dominante da sociedade. Ou seja, se espelharmos a partir da liderança da maçonaria paranaense o maçom do Estado, este tende a frequentar o ensino superior, sendo, portanto, um *habitus* adquirido exterior ao campo social da maçonaria, mas que é importante para o recrutamento social de integrantes para a instituição.

Acerca da origem profissional e ocupacional, há um grupo de autores que optaram em estudá-la¹²². Das variadas análises, optamos pela classificação de Rodrigues (2002), que diferencia a profissão, obtida pela escolarização, da ocupação, em alguns casos divergente da profissão. O *ranking* das profissões é liderado pelos advogados, com 27% dos casos, seguido dos militares (25%); profissionais liberais diversos (14%); servidores públicos, comerciários e médicos com 8% cada; sem classificação definida com 6% e professores com 4%. Percebe-se que, além das forças armadas – com um quarto dos Grão-Mestres, os advogados lideram a formação profissional da liderança da maçonaria no Paraná. Esta tradição dos bacharéis na formação cultural brasileira é uma tradição da eclosão do liberalismo no Brasil Imperial e, neste sentido, o bacharel integrava um espaço acadêmico de disputas ideológicas e políticas, na tentativa de recrutar os intelectuais da sociedade brasileira:

Assim no contexto de uma vida acadêmica controvertida, agitada, heterogênea e ambígua, constituída nos interiores das associações e institutos científicos, políticos, literários e filosóficos, o jornalismo foi tanto o espaço que possibilitou a inserção do acadêmico/ bacharel em loci diversos daqueles exclusivamente ditados pela ciência do Direito, quanto o espaço destinado à criação de uma *intelligentzia*, da qual se recrutaram os intelectuais da sociedade brasileira oitocentista [...]. O primeiro jornal acadêmico foi fundado a 4 de abril de 1830 [e] [...] esta imprensa nasceu da necessidade de divulgar ideias liberais. (ADORNO, 1988, p. 163).

¹²² Segundo Perissinotto (2003, p. 5): “Trata-se de um tema importante porque nos permite trabalhar com as seguintes questões recorrentes na literatura: 1) quão estreita ou quão ampla, isto é, quão democrática ou quão “elitista” é a base de seleção das elites políticas [...]; b) é possível estabelecer uma relação explicativa entre ocupação profissional e comportamento político?; c) existem “profissões” para a política, isto é, aquelas que favorecem a carreira política e o acesso aos cargos políticos?”

Além da explicação sobre a presença dos bacharéis – em especial os e direito – na formação da sociedade brasileira do Século XIX e sua herança para o Século XX, há a participação dos militares neste processo. Assim, qual é a importância da militarização da sociedade? Segundo Santin e Lorenzoni (2013, p. 51), “A intensa disputa pelo poder entre os grupos e classes sociais condicionou a militarização das sociedades locais e até mesmo regionais, abrindo precedentes à instauração de um forte aparelho repressor estatal”. Ou seja, o binômio bacharel em direito/militar formava uma equação fundamental para o entendimento do Brasil do início do Século XX, que se perpetua até hoje na trajetória social dos Grão-Mestres estudados.

A predominância de bacharéis e militares na constituição do perfil profissional da maçonaria pouco se altera quando observamos a questão ocupacional dos Grão-Mestres. Em primeiro lugar há a predominância dos advogados ou das atividades diretamente ligadas ao exercício do direito (tais como promotores, juízes, desembargadores ou serventuários da justiça), com 24%. Se considerarmos apenas os advogados que continuaram a exercer a profissão em sua ocupação este número é de 12%. O segundo lugar é dos militares, com 20%, seguidos por: professores (14%); comerciários (12%); políticos profissionais (10%); médicos (6%); profissionais liberais (5%); servidores públicos (4%); e sem classificação (5%).

Os advogados e as derivações da profissão (24%), os militares (20%) e os políticos profissionais (10%) determinam o que denominamos *triunvirato ocupacional da maçonaria*. Nota-se que excluímos tanto os professores quanto os comerciários desta classificação – ainda que possuam índices maiores do que dos políticos profissionais. Este motivo justifica-se pela atividade de professor exercida pelos Grão-Mestres, às vezes consequência de outra ocupação mais relevante. Quanto aos comerciários, esta categoria abarca diversos tipos de profissionais ligados ao comércio, como empresários, industriais e funcionários. Além disso, a intensidade da atividade política (com a tentativa do exercício, pelo menos), representa a predisposição dos maçons em atuar politicamente. Portanto, a escolaridade, profissão e ocupação destes indivíduos são marcadas pela inserção na advocacia, no militarismo e na política.

Como exposto nesta tese, a atividade política é intensa e marcante na maçonaria, principalmente em seu apogeu no Século XIX. Ao analisarmos a inserção política dos Grão-Mestres, 43% destes possuíram alguma experiência com a política em suas trajetórias sociais, desde o ato de se filiar a um partido político até o exercício de uma função pública, seja esta eletiva ou não. Ainda que a maioria (57%) não possua este tipo de relacionamento, justificamos a baixa adesão dos Grão-Mestres da Grande Loja do Paraná à participação política, bem como a especialização dos campos (BOURDIEU, 1990), fatores este que contribuíram para a inserção de maçons em menor intensidade nos últimos anos. Ainda assim, não podemos desprezar a presença da maçonaria na política, uma vez que os manifestos do Grande Oriente do Brasil (2016) e da Confederação Maçônica do Brasil (2013), enunciados nesta tese, demonstram a valorização do assunto política para os maçons e, sobretudo, para seus líderes.

Por fim, a vinculação institucional reflete que 47% dos Grão-Mestres possuíram algum tipo de conexão interinstitucional, refletindo assim a tendência em buscar mais do que um espaço de sociabilidade. Esta sociabilidade pode ser considerada burguesa, pois os resultados demonstram que os Grão-Mestres frequentam locais predominantemente da classe social dominante. Em primeiro lugar, com 27%, há as entidades classistas (demonstrando o interesse nas questões vinculadas à profissão/ocupação). Seguem-se as entidades desportivas (26%), as entidades filantrópicas e educativas (cada uma com 20%) e as instituições congêneres à maçonaria (7%). Logo, se verificarmos as quatro primeira colocadas, temos: 1) o interesse pelos desdobramentos profissionais/ocupacionais; 2) os clubes¹²³ desportivos, frequentados normalmente por pessoas de classe social abastada; 3) as entidades filantrópicas – também com integrantes da classe dominante, afinal, estas entidades tem o mesmo perfil de atividade assistencial que a maçonaria (Lions International, Rotary Clube, por exemplo); 4) e as entidades educacionais, como centros de pesquisa tradicionais no Paraná (o caso do Centro de Letras do Paraná, fundado em 1912 representa nosso argumento).

¹²³ A origem da palavra clube provém do inglês *club*, que é um grupo de pessoas associadas com o mesmo tipo de opinião, seja ela desportista, cultural, artística, política ou filantrópica, por exemplo.

O perfil sociológico dos Grão-Mestres pode ser considerado, desta forma, de predominância do domínio político da capital diante do interior, de alta escolaridade, com um triunvirato profissional/ocupacional formado pelos advogados (a tradição dos bacharéis), pelos militares e políticos profissionais, uma intensidade mediana na participação (ou pelo menos tentativa de) política e, da mesma forma, as conexões estabelecidas em relação aos vínculos institucionais.

Estes Grão-mestres da maçonaria paranaense têm um perfil sociológico em que suas trajetórias sociais foram constituídas nas relações estabelecidas dentro do campo da maçonaria, com o *habitus* adquirido com o tempo, articulado interna e externamente a este campo, além de uma trajetória marcada por alta escolarização, postos ocupacionais tradicionais, atividade política presente e perpetuação em outras instituições sociais – o que caracteriza, em suma, o itinerário percorrido para que um maçom se torne Grão-Mestre, isto é, liderança estadual da instituição no Paraná. Tal posição de protagonismo só existe em virtude das disputas do campo, o que marca, também, o perfil deste:

Em seguida, a partir do âmago da autonomia do campo, devemos delinear as relações entre as posições ocupadas, alocadas, deslocadas pelos agentes e pelos grupos; esmiuçar a trama sincrônica de um determinado momento do campo, resultado de uma história de lutas e conflitos pelo poder legítimo e legitimado pelos próprios agentes envolvidos. Por fim, do resultado destes embates reais e históricos, conseguimos a tessitura dos *habitus* coletivos dos grupos em embate, cujas variações individuais não fazem mais que confirmar, desviando-se às vezes do *mainstream* social, a característica fortemente coletiva das carreiras individuais dos agentes. (MONTAGNER, 2007, P. 254)

Ou seja, ainda que ocorram as disputas internas dentro do campo social da maçonaria, estas auxiliam na formação das trajetórias sociais estabelecidas, que são importantes para a compreensão do andamento destes grupos:

Em suma, perseguir uma trajetória significa acompanhar o desenrolar histórico de grupos sociais concretos em um espaço social definido por esses mesmos grupos em suas batalhas pela definição dos limites e da legitimidade dentro do campo em que se inserem. Seguramente a origem social é um holofote poderoso na elucidação dessas trajetórias, pois o *habitus* primário, devido ao ambiente familiar, é uma primeira e profunda impressão social sobre o indivíduo, que sofrerá outras sedimentações ao longo da vida. (MONTAGNER, 2007, p. 257)

A origem social destes Grão-Mestres é de uma classe social em que a união dos agentes desta classe possuem condições homogêneas, produzindo um *habitus* próprio, garantido com a posse de bens ou poderes que serão incorporados ao *habitus* da classe – neste caso, a dominante, considerando os elementos das trajetórias sociais destes indivíduos (alta escolaridade, inserção política e social aparente).

Assim, ao analisarmos coletivamente este perfil sociológico dos Grão-Mestres, apontamos a existência de uma elite estratégica, constituída a partir de indivíduos com capitais sociais específicos, como profissão, carreira maçônica e inserção social que ainda interessam para a constituição da sociedade paranaense, estabelecendo uma interconexão entre o campo social da maçonaria e os demais campos existentes (como a política, o campo das instituições sociais e as posições ocupacionais estratégicas¹²⁴ – vide a política e a questão militar).

¹²⁴ Vide a questão das “altas rodas”, ditas por Mills (1968), formadas pela trinca políticos, militares e economia.

Referências Bibliográficas

A BÍBLIA. Tradução ecumênica: São Paulo: Paulinas, 2002.

ABRUCIO, Fernando Luiz. SAMUELS, David. A nova geopolítica dos governadores. Revista Lua Nova, n. 40-41, 1997, p-137-166.

ADORNO, Sérgio. Os aprendizes do poder: bacharelismo liberal na política brasileira. São Paulo: Paz e Terra, 1988.

ALVES, Alessandro Cavassin. A província do Paraná (1853-1889). A classe política. A parentela no governo. Tese (doutorado). Curitiba: Programa de Pós-Graduação em Sociologia, Universidade Federal do Paraná, 2014.

ASSIS CARVALHO, Francisco de. Cadernos de estudos maçônicos: ritos e rituais. Londrina, A Trolha, 1993.

AZEVEDO, Mario Luiz Neves de. Espaço Social, Campo Social, Habitus e Conceito de Classe Social em Pierre Bourdieu. Revista Espaço Acadêmico. Ano III, n. 24, Maringá, Maio 2003. Tradução Antônio Marques Bessa.

BALHANA, A. P., PINHEIRO MACHADO, B., WESTPHALEN, C. História do Paraná. Curitiba: Grafipar, 1969. v. 1

BARATA, Alexandre Mansur. Maçonaria, sociabilidade ilustrada e independência do Brasil 1790-1822. São Paulo: Annablume, 2006.

BELLINI, Moyses. Grande Oriente do Brasil – Paraná: uma síntese de sua história. Ponta Grossa: Gráfica Planeta, 2002.

BONNEWITZ, P. Primeiras lições sobre a sociologia de Pierre Bourdieu. Petrópolis: Vozes, 2003.

BOURDIEU, Pierre. Questões de Sociologia, Rio de Janeiro: Marco Zero, 1983

_____. A ilusão biográfica. In: M. A. Ferreira & J. Amado, Usos e abusos da história oral - Rio de Janeiro: FGV, 1986.

_____. La noblesse d'État. Grandes écoles et esprit de corps. Paris: Les Éditions de Minuit, 1989.

_____. Coisas Ditas, São Paulo: Brasiliense, 1990.

_____. Esboço de uma Teoria da Prática. In: ORTIZ, Renato (Org.). A sociologia de Pierre Bourdieu, São Paulo: Editora Ática, 1994, n. 39, p. 46-86. Coleção Grandes Cientistas Sociais.

_____. Escritos de educação. Rio de Janeiro: Vozes, 1998.

_____. Coisas ditas. Tradução Cássia R. da Silveira; Denise M. Pegorim. São Paulo: Brasiliense, 2004.

_____. Meditações pascalinas. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2007.

_____. A economia das trocas simbólicas. São Paulo: Perspectiva, 2009.

BRAGA, Sérgio S. Padrões de organizações das elites partidárias regionais no imediato pós-Segunda Guerra no Brasil (1945-1950) e as singularidades da Região Sul. *História Unisinos*, vol. 5, n. 4, jul./dez/, 2001, pp. 261-297.

BRAGA, Sérgio Soares. Quem foi Quem na Assembléia Constituinte de 1946. Brasília: 2 vols., Centro de Documentação e Informação da Câmara dos Deputados, 1998.

BULST, Neihard. Sobre o Objeto e o método da prosopografia. *Politeia: História e Sociedade, Vitória da Conquista*, v. 5, n. 1, 2005

BUZATO, José. Grande Oriente do Paraná, nova sede: relato da sua construção. Maringá: edição do autor, 2009.

CANO, Wilson. Da Década de 1920 à de 1930: Transição Rumo à Crise e à Industrialização no Brasil. *Revista EconomiA*, Brasília(DF), v.13, n.3b, p.897–916, set/dez 2012.

CARNEIRO JÚNIOR, Renato Augusto. Personagens da história do Paraná. Curitiba: SAMP, Museu Paranaense, 2014.

CARVALHO, José Murilo de. A construção da ordem: a elite política imperial. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2007.

CARVALHO, William Almeida de. Pequena história da maçonaria no Brasil. *Revista de Estudos Históricos de La Masoneria*. San José – Costa Rica: v.2, n.1, p. 30-58, mai-nov. 2010.

_____. 200 anos de maçonaria no Brasil: cenários e perspectivas. *Revista Ao Zênite*. 9 Ed. Brasília: Grande Oriente do Distrito Federal, 2010b. Disponível em: < http://www.godf.org.br/ao_zenyte/ao_zenyte9.pdf>. Acesso em: 07 set 2015.

_____. Maçonaria no Brasil: análise da produção científica universitária. *Pietre-Stones Review of Freemasonry*, 2007. Disponível em: <<http://www.freemasons-freemasonry.com/22carvalho.html>> Acesso em: 28 ago 2015.

CASTELLANI, José. Cartilha do Aprendiz. Londrina: A Trolha, 2004. 4. ed.

CASTELLANI, José. CARVALHO, William Almeida de. História do Grande Oriente do Brasil: a Maçonaria na História do Brasil. São Paulo: Madras, 2009.

CASTRO, Celso. Sociologia e a arte da manutenção de motocicletas. In: Sobre o artesanato intelectual e outros ensaios. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 2009.

CAVALCANTE, Sérgio Roberto. Os antigos manuscritos. Disponível em: <<http://www.fraternidadefarroupilha.org/historia/antigosmanuscritos.htm>>. Acesso: 20 dez 2013.

CHARLE, Christophe. A Prosopografia ou biografia coletiva: Balanço e perspectivas. In: HEINZ, Flávio (Org.). Por Outra História das elites. Rio de Janeiro: FGV, 2006.

CLEBERSON, Max. A Maçonaria e a Proclamação da República. Grande Oriente do Estado de Goiás: Goiânia, 2012. Disponível em: <http://www.gobgo.org.br/detalhes_noticia.php?d29a1eac429ca806b8e4cd2a4233480dd29a1eac429ca806b8e4cd2a4233480dd29a1eac429ca806b8e4cd2a4233480d&idnt=135> Acesso: 07 mar 2016.

CODATO, A. PERISSINOTTO, R. Por um retorno à Sociologia das elites. Rev. Sociol. Polít., Curitiba: v. 16, n. 30, p. 7-15, jun. 2008

COLUSSI, Eliane. A maçonaria gaúcha no século XIX. Passo Fundo: UPF, 2003.

CONFEDERAÇÃO MAÇÔNICA DO BRASIL. Portal da COMAB na internet. Disponível em: <www.comab.org.br> Vários acessos.

CONFEDERAÇÃO DA MAÇONARIA SIMBÓLICA DO BRASIL. Súmula das assembleias. Brasília: edição própria, 2014.

_____. Portal da CMSB na internet. Disponível em: <www.cmsb.org.br> Vários acessos.

CORDEIRO, Vita Lopes. A influência política da maçonaria no período da pré-independência do Brasil. Monografia (especialização). Brasília: Centro de Formação, Treinamento e Aperfeiçoamento (Cefor), da Câmara dos Deputados, Curso de Especialização em Instituições e Processos Políticos do Legislativo, 2008.

COSTA, Frederico Guilherme. A Maçonaria e a República. Londrina: Ed. Maçônica A Trolha, 2003.

DAMATTA, Roberto. Relativizando: uma introdução à Antropologia Social. Rocco: Rio de Janeiro: Vozes, 1981.

DORON, Daniel. Freemasonry: landmarks and old charges. Tel Aviv: Regular Meeting n. 18 of Montefiore Lodge, 2002. Disponível em: <<http://www.freemasons-freemasonry.com/doron.html>> Acesso em: 07 set 2015.

DURKHEIM, Émile. As regras do método sociológico. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 1960. 2. ed.

_____. Educação e sociologia. 11 Ed. São Paulo: Melhoramentos, 1978.

DURÃO, João Ferreira. Pequena história da maçonaria no Brasil. São Paulo: Madras, 2008.

ELIAS, Norbert; SCOTSON, John L. Os Estabelecidos e os Outsiders: sociologia das relações de poder a partir de uma pequena comunidade. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 2000.

ELIAS, Norbert. O processo civilizador. Rio de Janeiro: Zahar, 2003. 2 v.

FILARDO, José Antônio de Souza. (trad.) O Manuscrito Cooke. (2010). Disponível em: < <https://bibliot3ca.files.wordpress.com/2011/03/manuscrito-cooke.pdf>> Acesso em: 07 set 2015.

FLORENZANO, Modesto. As revoluções burguesas. São Paulo: Editora Brasiliense, 1981.

FREITAS, Celma. A prática em Bourdieu. Revista Científica FacMais, Inhumas, Volume. I, Número I. Ano 2012/1º Semestre.

GAGLIANONE, Paulo César. A introdução do rito moderno no Brasil. Supremo conselho do Rito Moderno: Rio de Janeiro, 1994. Disponível em: < <https://bibliot3ca.wordpress.com/a-introducao-do-rito-moderno-no-brasil/>>. Acesso em: 20 ago 2015.

GRANDE LOJA DO PARANÁ. Portal da GLP na internet. Disponível em: <www.glp.org.br> Vários acessos.

GRANDE ORIENTE DO BRASIL. Portal do GOB na internet. Disponível em: <www.gob.org.br> Vários acessos.

GRANDE ORIENTE DO PARANÁ. Portal do GOP na internet. Disponível em: <www.gop.org.br> Vários acessos.

GOMES, Laurentino. 1822: como um homem sábio, uma princesa triste e um escocês louco por dinheiro ajudaram D. Pedro a criar o Brasil – um país que tinha tudo para dar errado. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 2010.

GONÇALVES, N. G. Pierre Bourdieu: educação para além da reprodução. Petrópolis: Vozes, 2010.

GOULART, Mônica Helena Harrich Silva. A dança das cadeiras: análise do jogo político na Assembleia Legislativa do Paraná (1889-1930). Jundiaí: Paco Editorial, 2014.

_____. O poder local e o coronelismo do Estado do Paraná (1880-1930). Dissertação (mestrado). Curitiba: Programa de Pós-Graduação em Sociologia, Universidade Federal do Paraná, 2004.

HAMILL, John. Teorias sobre a origem da Maçonaria. Revista Internacional Hiram Abif. Mar del Plata: n. 9/10, nov-dez. 2000. Disponível em: <<https://bibliot3ca.wordpress.com/teorias-sobre-a-origem-da-maconaria/>> Acesso em: 07 set 2015.

HAYWOOD, H.L. Como a maçonaria operativa se transformou na maçonaria especulativa: o período de transição. Outubro, 2013. Disponível em: <<http://joseroberto735.blogspot.com.br/2013/10/como-maconaria-operativa-se-transformou.html>> Acesso em: 07 set 2015.

HEINZ, Flávio M. Por outra história das elites. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2006.

HEINZ, Flávio M. CODATO, Adriano. A prosopografia explicada para cientistas políticos. In: CODATO, Adriano & PERISSINOTO, Renato. Como estudar elites? Curitiba: Editora UFPR, 2015.

HEYWOOD, Andrew. Ideologias políticas: do liberalismo ao fascismo. v.1. São Paulo: Editora Ática, 2010.

HOBBSAWN, ERIC; RANGER, Terence (orgs.). A invenção das tradições. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1984.

HUNTER, Floyd. Community Power Structure: A Study of Decision Makers. Garden City: 1963, Anchor Books.

ISMAIL, Kenngo. Desmistificando a maçonaria. São Paulo: Universo dos Livros, 2012.

_____. A verdadeira história dos primórdios da maçonaria no Brasil. Blog "No Esquadro": Novembro, 2011. Disponível em: <<http://www.noesquadro.com.br/2011/11/verdadeira-historia-dos-primordios-da.html>>. Acesso em: 20 ago 2015.

_____. O que é filosofismo. Blog "No Esquadro": Fevereiro, 2012. Disponível em: <http://www.noesquadro.com.br/2011/02/o-que-e-filosofismo.html>. Acesso em: 10 mai 2014.

_____. História da maçonaria para adultos. Blog "No Esquadro": Março, 2012. Disponível em: <<http://www.noesquadro.com.br/2012/03/historia-da-maconaria-para-adultos.html>>. Acesso em: 19 dez 2013.

_____. A colonização maçônica inglesa: na contramão dos princípios

maçônicos. Blog “No Esquadro”: Setembro, 2014. Disponível em: < <http://www.noesquadro.com.br/2014/09/colonizacao-maconica-inglesa-na-contramao-dos-principios-maconicos.html>>. Acesso em: 20 ago 2015.

LAHIRE, B. Reprodução ou prolongamentos críticos? Educação & Sociedade, Campinas, v. 23, n. 78, p. 37-55, abr. 2002.

LAIBIDA, Luiz Demétrio Janz. Representação teatral: Assembleia Legislativa do Estado do Paraná – institucionalismo e vetos. Dissertação (mestrado). Curitiba: Programa de Pós-Graduação em Sociologia, Universidade Federal do Paraná, 2007.

LEADBEATER, C.W. Pequena história da maçonaria. 12. Ed. São Paulo: Editora Pensamento, 2012.

LÉVI-STRAUSS, Claude. Mito e significado. Tradução Antônio Marques Bessa. Coletivo Sabotagem, 1978.

LOJA MAÇÔNICA SÃO PAULO 43. Portal da Loja Maçônica São Paulo n. 43. Disponível em: < <http://www.lojasaopaulo43.com.br/maconaria.php>>. Acesso em 19 Jan 2014.

LOVE, Joseph L. and BARICKMAN, Bert. J. “Regional Elites”. In CONNIFF, Michael L. and MCCANN, Frank D (eds.), Modern Brazil: Elites and Masses in Historical Perspective, Nebraska, The University of Nebraska Press, 1991, pp. 3-22.

MACHADO, Vanderlei Hermes. Política e estruturas de parentesco de Campo Largo (1871-2004). Dissertação (mestrado). Curitiba: Programa de Pós-Graduação em Sociologia, Universidade Federal do Paraná, 2005.

MARCELINO, Marcelo Gonçalves. Intervencionismo estatal e ideologia desenvolvimentista na construção do sistema de planejamento do Paraná (1972-1982). Dissertação (mestrado). Curitiba: Programa de Pós-Graduação em Sociologia, Universidade Federal do Paraná, 2006.

MATOS, Carlos Eduardo; NASTACCI, Samantha; FIGUEIREDO DE SÁ, Davi. A maçonaria na história. Rio de Janeiro: Ediouro Publicações, 2015.

MILLS, C. Wright. A Elite do Poder. Rio de Janeiro: Zahar, 1968.

_____. A imaginação sociológica. Rio de Janeiro: Zahar Editores, 1965.

_____. Sobre o artesanato intelectual e outros ensaios. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 2009.

MONTAGNER, Miguel Ângelo. Trajetórias e biografias: notas para uma análise bourdieusiana. Porto Alegre: Revista Sociologias, ano 9, nº 17, jan/jun, 2007. P. 204-264.

MOREL, Marco; SOUZA, Françoise Jean de O. O poder da maçonaria. A história de uma sociedade secreta no Brasil. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 2008.

MOSCA, Gaetano. A classe dirigente. In: Souza, Amaury de (org.). Sociologia Política. Rio de Janeiro: Zahar Editores. Col. "Textos Básicos de Ciências Sociais", 1966.

_____. História das doutrinas políticas: desde a antiguidade. Rio de Janeiro: Zahar, 1968.

NETO, Elias Mansur. O que você precisa saber sobre maçonaria. São Paulo: Universo dos Livros, 2005.

OLIVEIRA, Roberto Cardoso de. O Trabalho do Antropólogo. Brasília/São Paulo: Paralelo Quinze/Editora da UNESP, 1998.

OLIVEIRA, Ricardo Costa de. O silêncio dos vencedores. Genealogia, classe dominante e Estado no Paraná. Curitiba: Moinho do Verbo, 2001.

_____. (org) Análise dos parlamentares paranaenses na entrada do Século XXI. Curitiba: APUFPR-SSind, 2002.

_____. (org) A construção do Paraná moderno – políticos e política no governo do Paraná de 1930 a 1980. Curitiba: Imprensa Oficial, 2004.

_____. Na teia do nepotismo: sociologia política das relações de parentesco e poder político no Paraná e no Brasil. Curitiba: Insight, 2012.

_____. (org) Estado, Classe dominante e parentesco no Paraná. Blumenau: Nova Letra, 2015.

PARETO, Vilfredo. Tratado de sociologia geral. In: Rodrigues, José Albertino (org.). Vilfredo Pareto: sociologia. São Paulo: Ática. Col. "Grandes Cientistas Sociais", v. 43, 1984.

PERISSINOTTO, Renato. Notas metodológicas sobre o estudo de elites. Curitiba: Nusp, 2003.

PIRES, Joaquim da Silva. A cisão maçônica brasileira de 1927. Londrina: A Trolha, 2015.

PROBER, Kurt. Achegas para a história da maçonaria paranaense. Curitiba: Ex-Libris, 1978.

RESENDE, Daiane Carnelós. Elementos decisivos na construção da posição e ação política de Roberto Requião de Mello e Silva. Jundiaí: Paco Editorial, 2014.

RESENDE, Roberta Carnelós. Gênero, performance eleitoral e perfis: uma análise da Assembleia Legislativa do Paraná (1998 a 2006). Dissertação (mestrado). Curitiba: Programa de Pós-Graduação em Sociologia, Universidade Federal do Paraná, 2009.

RODRIGUES, Leôncio Martins. Partidos, ideologia e composição social: um estudo das bancadas partidárias na Câmara dos Deputados. São Paulo, Edusp, 2002.

SANT'ANNA, Anderson de Souza. SOUZA, Iago Vinicius Avelar. A sociologia de Bourdieu: aplicações e potencialidades em pesquisas em administração. Bento Gonçalves: XXIII Enangrad - Encontro Nacional dos Cursos de Graduação em Administração, 2012.

SANTIN, Janaína. LORENZONI, André Luiz. Liberalismo e Direito na formação de bacharéis e instituições políticas e jurídicas no Brasil imperial. MÉTIS: história & cultura – v. 12, n. 23, p. 49-64, jan./jun.2013

SCHÜLER, Octacílio Sobrinho. Uma luz na história: a formação e o sentido da COMAB. Florianópolis: Editora cultural O Prumo SC Ltda, 1998.

_____. Maçonaria: introdução aos fundamentos sociológicos. Florianópolis: Editora Letras Contemporâneas, 1999.

SPOLADORE, Hercule. História da maçonaria paranaense no século XIX. Londrina: Ruahgraf, 2007.

_____. Comentários sobre os graus primitivos da Maçonaria. São Paulo: VII Jornada Maçônica Zona Leste de São Paulo, 2003. Disponível em: < <http://deusecaridadenona.com.br/comentprimitivos.pdf>>. Acesso em: 07 set 2015.

STONE, Lawrence. Prosopografia. Revista de Sociologia e Política. Curitiba: v. 19, n. 39, p. 115-137, jun. 2011.

TABATCHEIK, Guilherme. Desvendando os Diários Secretos: uma análise do uso dos cargos em comissão da Assembleia Legislativa do Paraná (2002-2006). Dissertação (mestrado). Curitiba: Programa de Pós-Graduação em Sociologia, Universidade Federal do Paraná, 2015.

VALENCIANO, Tiago. Qual carreira? O perfil dos grão-mestres da maçonaria paranaense. Porto Alegre: V Seminário Nacional de Ciência Política, 2013.

VALENCIANO, Tiago & LEAL E SILVA, Rafael Egídio. Política Brasileira: como entender o funcionamento do Brasil. Astorga: Editora Sahar, 2015.

WEBER, Max. Ciência e Política. Duas Vocações. São Paulo: Editora Cultrix, 1998.

_____. Economia e sociedade: fundamentos da sociologia compreensiva. V.1 3. Ed. Brasília: UnB, 1994.

ZUCOLI, Hiran Luiz. A Maçonaria no Paraná. Curitiba: edição do autor, 2001.

_____. Museu Maçônico Paranaense. Portal do Museu na internet. Disponível em: <www.museumaiconicoparanaense.com> Vários acessos.

ANEXO I – Prancha nº N. 110/2014 – GGMG



PRANCHA

N. 110/2014 – GGMG

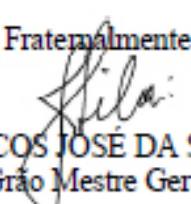
Brasília-DF, 15 de agosto de 2014.

Aos
Grão-Mestres Estaduais e do Distrito Federal
Veneráveis Mestres e Oradores de Lojas Federadas ao GOB

Como é de vosso conhecimento, em 30/04/2014, encaminhamos a Prancha 236/2014 – GGMG, junto à qual enviamos a publicação denominada de “List of Lodges”, versão 2014, que contempla as Potências consideradas Regulares no Mundo Maçônico.

Diante do exposto, cumpre-nos ressaltar que as Lojas do Grande Oriente do Brasil somente podem receber a visitação de maçons que pertençam às Potências Maçônicas Simbólicas ali listadas, enquanto que os maçons do Grande Oriente do Brasil somente podem visitar Lojas Maçônicas vinculadas às mencionadas Potências, cabendo aos Veneráveis Mestres e aos Oradores observar fielmente o cumprimento desta determinação.

Fraternalmente


MARCOS JOSÉ DA SILVA
Grão Mestre Geral

1

www.gob.org.br

ANEXO II – Prancha nº N. 112/2014 – GGMG



PRANCHA

N. 112/2014 – GGMG

Brasília-DF, 15 de agosto de 2014.

Aos

Grão-Mestres Estaduais e do Distrito Federal

Veneráveis Mestres e Oradores de Lojas Federadas ao GOB

Eminente Irmão,

Como é do vosso conhecimento, o Regulamento Geral da Federação dispõe sobre os direitos da Loja, consoante o disposto no Art. 97, sendo que somente são permitidos os eventos com a participação de outras Lojas da Federação, conforme os incisos VII e X, para:

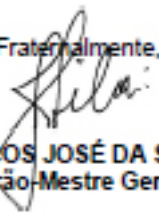
“VII – realizar sessões, podendo ser em conjunto com outras Lojas;”

“X – reunir-se e realizar congressos e palestras com outras Lojas, a fim de tratar de interesses Maçônicos”.

Assim sendo, constata-se que nenhuma outra alternativa é admitida, ficando, portanto, vedada a participação de Loja federada ao Grande Oriente do Brasil em associações, grupos, conselhos ou qualquer outra forma de ligação com outra Loja.

Tal entendimento aplica-se aos Veneráveis Mestres observarem fielmente o cumprimento desta determinação, vez que respondem pelas Lojas e sua participação representa, em síntese a presença da Loja, cabendo aos Oradores a permanente vigilância.

Fraternalmente,


MARCOS JOSÉ DA SILVA
 Grão-Mestre Geral

www.gob.org.br

ANEXO III – Lista de Prefeitos de Curitiba que foram maçons

Prefeito (em negrito e com M os maçons)	Período	Loja a que pertenceu
José Borges de Macedo (M)	1835 a 1838	Loja Candura Curitibana - 1º Prefeito de Curitiba
Cândido Ferreira de Abreu (M)	1892 a 1894	Loja Fraternidade Paranaense nº 0.555 - Curitiba
Guilherme Xavier de Miranda	1894	
Cyro Persiano Veloso (M)	1895	Loja Fraternidade Paranaense nº 0.555 - Curitiba
Jorge Hermano Meyer (M)	1896	Loja Fraternidade Paranaense nº 0.555 - Curitiba
Cícero Gonçalves Marques	1896	
Ignácio de Paula França	1897	
Manoel José Gonçalves	1897 a 1898	
Cícero Gonçalves Marques	1897 a 1900	
Arthur de Souza Ferreira (M)	1900	Loja Fraternidade Paranaense nº 0.555 - Curitiba
Luiz Antonio Xavier	1900 a 1907	
Antonio Rodrigues da Costa	1907 a 1908	
Joaquim Pereira de Macedo (M)	1908 a 1912	Loja Conceição Palmeirense nº 0.633 - Palmeira
João Antonio Xavier (M)	1912	Loja Perseverança nº 0.159 - Paranaguá
Cândido Ferreira de Abreu (M)	1913 a 1916	Loja Fraternidade Paranaense nº 0.555 - Curitiba
João Antonio Xavier (M)	1916	Loja Perseverança nº 0.159 - Paranaguá
Claudino R. F. dos Santos (M)	1916	Loja Luz Invisível nº 0.749 - Curitiba
João Antonio Xavier (M)	1917 a 1920	Loja Perseverança nº 0.159 - Paranaguá
Percy Withers (M)	1920	Loja Fraternidade Paranaense nº 0.555 - Curitiba
João Moreira Garcez	1920 a 1924	
João Moreira Garcez	1924 a 1928	
Eurides da Cunha (M)	1928 a 1930	Loja Fraternidade Paranaense nº 0.555 - Curitiba
Joaquim Pereira de Macedo (M)	1930 a 1932	Loja Conceição Palmeirense nº 0.633 - Palmeira
Avelino Lopes	1932	
João Lothário Meissner	1932 a 1937	
Nicolau Mader Junior	1937	
Aluizio França	1937	
Carlos Heller	1937 a 1938	

Oscar Borges	1938	
João Moreira Garcez	1938 a 1940	
Angelo Lopes	1940	
Rozaldo Gomes de Mello Leitão	1940	
Alexandre Beltrão	1943 a 1944	
Arnaldo Izidoro Beckert	1944	
João Macedo Souza	1945	
Alô Guimarães (M)	1945	Loja Luz Invisível nº 0.749 - Curitiba
Algacyr Munhoz Maeder	1945	
João Macedo Souza	1946	
Angelo Lopes	1947	
Raul de Azevedo Macedo	1947	
João Kracik Netto	1947	
João Macedo Souza	1947	
João Kracik Netto	1948	
Ney Leprevost (M)	1948	Loja Fraternidade Paranaense nº 0.555 - Curitiba
Lineu do Amaral	1949 a 1951	
Amâncio Moro	1951	
Ernani Santiago de Oliveira (M)	1951	Loja Dario Vellozo nº 1.213 - Curitiba
Wallace Tadeu de Mello e Silva (M)	1951	Loja Acácia Paranaense nº 0.715 - Curitiba
Erasto Gaertner	1951 a 1953	
Mario Afonso Alves de Camargo	1952	
João Stival	1952	
Milton Anselmo da Silva	1953	
Dr. José Luis Guerra Rêgo	1953 a 1954	
Ernani Santiago de Oliveira	1954	
Ney Amintas de Barros Braga	1954 a 1958	
Aristides Simão	1958	
Elias Karam	1958	
Edmundo Leinig Saporski	1958	
Elias Karam	1958	
Iberê de Mattos	1958 a 1961	
Aristides Athayde Junior	1961	
Erondy Sivério	1961	
Erondy Sivério	1962	
Ivo Arzua Pereira	1962 a 1966	
Erondy Sivério	1966	
Ivo Arzua Pereira	1966 a 1967	
Acyr Haffez José	1967	

Omar Sabbag	1967-1971	
Edgar Dantas Pimentel (M)	1971	Loja Concórdia IVª nº 0.368 - Curitiba
Jaime Lerner	1971 a 1974	
Donato Gulin	1974	
Saul Raiz	1975 a 1979	
Jaime Lerner	1979 a 1983	
Marício Fruet	1983 a 1985	
Roberto Requião de Mello e Silva	1986 a 1988	
Jaime Lerner	1989 a 1992	
Rafael Greca de Macedo	1993 a 1996	
Cassio Taniguchi	1997 a 2000; 2001-2004	
Beto Richa	2005	

Obs.: Nossa pesquisa sobre maçons, foi até 31/05/1.973.

ANEXO IV – Lista de Governadores do Paraná que foram maçons

Período de abrangência: 1853 a 2007.

Período Império - 1.853 a 1.889.

Nº	Nome (em negrito e com M os que foram maçons)	Condição	Período	Loja Maçônica que pertenceu
01	ZACARIAS DE GÓES E VASCONCELOS	Presidente de Província	19.12.1853 a 03.05.1855	
02	TEÓFILO VITÓRIO RIBEIRO DE REZENDE	Vice-Presidente de Província	03.05.1855 a 27.07.1855	
03	HENRIQUE PEDRO CARLOS DE BEAUREPAIRE ROHAN	Vice-Presidente de Província	27.07.1855 a 01.03.1856	
04	Pe. VICENTE PIRES DA MOTA	Presidente de Província	01.03.1856 a 26.09.1856	
05	JOSÉ ANTONIO VAZ DE CARVALHAES	Vice-Presidente de Província	26.09.1856 a 11.11.1857	
06	FRANCISCO LIBERATO DE MATOS	Presidente de Província	11.11.1857 a 26.02.1859	
07	LUIZ FRANCISCO DA CAMARA LEAL	Vice-Presidente de Província	26.02.1859 a 02.05.1859	
08	JOSÉ FRANCISCO CARDOSO	Presidente de Província	02.05.1859 a 16.03.1861	
09	ANTONIO BARBOSA GOMES NOGUEIRA	Presidente de Província	16.03.1861 a 31.03.1863	
10	MANOEL ANTONIO FERREIRA	Vice-Presidente de Província	31.03.1863 a 05.06.1863	
11	SEBASTIÃO GONÇALVES DA SILVA	Vice-Presidente de Província	05.06.1863 a 07.03.1864	
12	JOSÉ JOAQUIM DO CARMO JÚNIOR	Presidente de Província	07.03.1864 a 18.06.1864	
13	ANDRÉ AUGUSTO DE PÁDUA FLEURY	Presidente de Província	18.06.1864 a 19.08.1864	
14	AGOSTINHO ERMELINO DE LEÃO (M)	Vice-Presidente de Província	19.08.1864 a 18.11.1864	Loja Luz Invisível nº 0.749 - Curitiba
15	ANDRÉ AUGUSTO DE PÁDUA FLEURY	Presidente de Província	18.11.1864 a 04.06.1865	
16	MANOEL ALVES DE ARAÚJO (M)	Vice-Presidente de	05.06.1865 a 18.08.1865	Loja Perseverança

		Provincia		nº 0.159 - Paraguá
17	ANDRÉ AUGUSTO DE PÁDUA FLEURY	Presidente de Provincia	18.08.1865 a 23.03.1866	
18	AGOSTINHO ERMELINO DE LEÃO v	Vice-Presidente de Provincia	23.03.1866 a 15.11.1866	Loja Luz Invisível nº 0.749 - Curitiba
19	POLIDORO CÉSAR BURLAMAQUE	Presidente de Provincia	15.11.1866 a 17.08.1867	
20	CARLOS AUGUSTO FERRAZ DE ABREU	Vice-Presidente de Provincia	17.08.1867 a 31.10.1867	
21	JOSÉ FELICIANO HORTA DE ARAÚJO	Presidente de Provincia	31.10.1867 a 05.05.1868 ou 29.05.1868	
22	CARLOS AUGUSTO FERRAZ DE ABREU	Vice-Presidente de Provincia	05.05.1868 ou 29.05.1868 a 14.09.1868	
23	ANTONIO AUGUSTO DA FONSECA	Presidente de Provincia	14.09.1868 a 28.08.1869	
24	AGOSTINHO ERMELINO DE LEÃO (M)	Vice-Presidente de Provincia	28.08.1869 a 26.11.1869	Loja Luz Invisível nº 0.749 - Curitiba
25	ANTONIO LUIS AFONSO DE CARVALHO	Presidente de Provincia	27.11.1869 a 20.04.1870 (?)	
26	AGOSTINHO ERMELINO DE LEÃO (M)	Vice-Presidente de Provincia	03.05.1870 (?) a 24.12.1870	Loja Luz Invisível nº 0.749 - Curitiba
27	VENÂNCIO JOSÉ DE OLIVEIRA LISBOA	Presidente de Provincia	24.12.1870 a 15.01.1873	
28	MANOEL ANTONIO GUIMARÃES	Vice-Presidente de Provincia	15.01.1873 a 13.06.1873	
29	FREDERICO JOSÉ CARDOSO DE ARAÚJO ABRANCHES	Presidente de Provincia	13.06.1873 a 02.05.1875	
30	AGOSTINHO ERMELINO DE LEÃO (M)	Vice-Presidente de Provincia	02.05.1875 a 08.05.1875	Loja Luz Invisível nº 0.749 - Curitiba
31	ADOLFO LAMENHA LINS	Presidente de Provincia	08.05.1875 a 16.07.1877	
32	MANOEL ANTONIO GUIMARÃES	Vice-Presidente de Provincia	16.07.1877 a 17.08.1877	
33	JOAQUIM BENTO DE OLIVEIRA JÚNIOR	Presidente de Provincia	17.08.1877 a 07.02.1878	
34	JESUINO MARCONDES DE	Vice-	07.02.1878 a	

	OLIVEIRA E SÁ	Presidente de Província	23.03.1878	
35	RODRIGO OTÁVIO DE OLIVEIRA MENEZES	Presidente de Província	23.03.1878 a 31.03.1879	
36	JESUINO MARCONDES DE OLIVEIRA E SÁ	Vice- Presidente de Província	31.03.1879 a 23.04.1879	
37	MANOEL PINTO DE SOUZA DANTAS FILHO	Presidente de Província	23.04.1879 a 04.08.1880	
38	JOÃO JOSÉ PEDROSA	Presidente de Província	04.08.1880 a 03.05.1881	
39	SANCHO DE BARROS PIMENTEL	Presidente de Província	03.05.1881 a 26.01.1882	
40	JESUINO MARCONDES DE OLIVEIRA E SÁ	Vice- Presidente de Província	26.01.1882 a 06.03.1882	
41	CARLOS AUGUSTO DE CARVALHO	Presidente de Província	06.03.1882 a 26.05.1883	
42	ANTONIO ALVES DE ARAÚJO	Vice- Presidente de Província	26.05.1883 a 03.09.1883	
43	LUIZ ALVES LEITE DE OLIVEIRA BELO	Presidente de Província	03.09.1883 a 05.06.1884	
44	BRÁSILIO AUGUSTO MACHADO DE OLIVEIRA	Presidente de Província	05.06.1884 a 21.08.1885	
45	ANTONIO ALVES DE ARAÚJO	Vice- Presidente de Província	24.08.1885 a 18.09.1885	
46	JOAQUIM DE ALMEIDA FARIA SOBRINHO (M)	Vice- Presidente de Província	20.09.1885 a 29.09.1885	Loja 27 de Dezembro - Curitiba
47	ALFREDO D'ESCRAGNOLLE TAUNAY (Visconde)	Presidente de Província	29.09.1885 a 03.05.1886	
48	JOAQUIM DE ALMEIDA FARIA SOBRINHO (M)	Presidente de Província	03.05.1886 a 26.12.1887	Loja 27 de Dezembro - Curitiba
49	ANTONIO RICARDO DOS SANTOS	Vice- Presidente de Província	29.12.1887 a 09.02.1888	
50	JOSÉ CESÁRIO DE MIRANDA RIBEIRO	residente de Província	09.02.1888 a 30.06.1888	
51	ILDEFONSO PEREIRA CORREIA (Barão do Cerro Azul)	Vice- Presidente de Província	30.06.1888 a 04.07.1888	
52	BALBINO CÂNDIDO DA CUNHA	Presidente de Província	04.07.1888 a 18.06.1889	
53	JESUINO MARCONDES DE	Presidente de	18.06.1889 a	

	OLIVEIRA E SÁ	Provincia	23.08.1889	
54	JOAQUIM JOSÉ ALVES (M)	Vice-Presidente de Provincia	03.09.1889 a 11.09.1889	Loja Estrela de Antonina nº 0.190
55	JESUINO MARCONDES DE OLIVEIRA E SÁ	Presidente de Provincia	12.09.1889 a 16.11.1889	
Período República - 1889 a 2007				
56	FRANCISCO JOSÉ CARDOSO JÚNIOR (M)	Presidente do Estado	17.11.1889 a 04.12.1889	Loja Acácia Paranaense nº 0.715-Curitiba
57	JOSÉ MARQUES GUIMARÃES	Presidente do Estado	04.12.1889 a 18.02.1890	
58	UDISLAU HERCULANO DE FREITAS	Vice-Presidente do Estado	18.02.1890 a 04.03.1890	
59	AMÉRICO LOBO LEITE PEREIRA	Presidente do Estado	04.03.1890 a 28.07.1890	
60	JOAQUIM MONTEIRO DE CARVALHO E SILVA	Vice-Presidente do Estado	28.07.1890 a 28.08.1890	
61	INNOCÊNCIO SERZEDELO CORREIA	Presidente do Estado	28.08.1890 a 03.11.1890	
62	JOAQUIM MONTEIRO DE CARVALHO E SILVA	Vice-Presidente do Estado	03.11.1890 a 27.12.1890	
63	JOSÉ CERQUEIRA DE AGUIAR LIMA	Presidente do Estado	27.12.1890 a 03.06.1891	
64	GENEROSO MARQUES DOS SANTOS (M)	Presidente do Estado	03.06.1891 a 29.11.1891	Loja Estrela de Antonia nº 0.190
65	JOAQUIM IGNÁCIO SILVEIRA DA MOTTA JÚNIOR	Vice-Presidente do Estado	15.06.1891 a 19.11.1891	
66	GENEROSO MARQUES DOS SANTOS (M)	Presidente do Estado	19.11.1891 a 29.11.1891	Loja Estrela de Antonia nº 0.190
67	ROBERTO FERREIRA	Membro da Junta Governativa	29.11.1891 a 25.02.1892 (?)	
68	BENTO JOSÉ LAMENHA LINS	Membro da Junta Governativa	29.11.1891 a 25.02.1892 (?)	
69	JOAQUIM MONTEIRO DE CARVALHO E SILVA	Membro da Junta Governativa	29.11.1891 a 25.02.1892 (?)	
70	FRANCISCO XAVIER DA	Presidente do	25.02.1892 (?) a	

	SILVA	Estado	12.04.1893	
71	VICENTE MACHADO DA SILVA LIMA	Vice-Presidente do Estado	12.04.1893 a 31.05.1894 (?)	
72	THEÓFILO SOARES GOMES (M)	Presidente do Estado	Jan. de 1894 a 21.01.1894	Loja Modéstia nº 0.214-Morretes
73	JOÃO MENEZES DÓRIA	Presidente do Estado	21.01.1894 a 24.03.1894	
74	FRANCISCO JOSÉ CARDOSO JÚNIOR (M)	Presidente do Estado	24.03.1894 a 03.04.1894	Loja Acácia Paranaense nº 0.715-Curitiba
75	TERTULIANO TEIXEIRA DE FREITAS (M)	Presidente do Estado	03.04.1894 a abr/maio 1894	Loja 27 de Dezembro - Curitiba
76	ANTONIO JOSÉ FERREIRA BRAGA	Presidente do Estado	abr/maio 1894 a abr/maio 1894	
77	VICENTE MACHADO DA SILVA LIMA	Vice-Presidente do Estado	maio 1894 a maio/jun. 1894	
78	FRANCISCO XAVIER DA SILVA	Vice-Presidente do Estado	maio/jun. 1894 a 25.02.1896	
79	JOSÉ PEREIRA DOS SANTOS ANDRADE (M)	Presidente do Estado	25.02.1896 a 03.04.1899 (?)	Loja Estrela de Antonina nº 0.190
80	JOSÉ BERNARDINO BORMANN	Vice-Presidente do Estado	03.04.1899 (?) a 10.05.1899	
81	JOSÉ PEREIRA DOS SANTOS ANDRADE (M)	Presidente do Estado	10.05.1899 (?) a 25.02.1900	Loja Estrela de Antonina nº 0.190
82	FRANCISCO XAVIER DA SILVA	Presidente do Estado	25.02.1900 a 25.02.1904	
83	VICENTE MACHADO DA SILVA LIMA	Vice-Presidente do Estado	25.02.1904 a 13.04.1906	
84	JOÃO CÂNDIDO FERREIRA	Vice-Presidente do Estado	13.04.1906 a 21.07.1907	
85	JOAQUIM MONTEIRO DE CARVALHO E SILVA	Vice-Presidente do Estado	21.07.1907 a 25.02.1908	
86	MANOEL DE ALENCAR GUIMARÃES	Vice-Presidente do Estado	25.02.1908 a 26.04.1908	
87	FRANCISCO XAVIER DA	Presidente do	26.04.1908 a	

	SILVA	Estado	25.02.1912	
88	CARLOS CAVALCANTI DE ALBUQUERQUE	Presidente do Estado	25.02.1912 a 25.02.1916	
89	AFONSO ALVES DE CAMARGO (M)	Vice-Presidente do Estado	25.02.1912 a 25.02.1916	Loja Luz Invisível nº 0.749-Curitiba
90	AFONSO ALVES DE CAMARGO (M)	Presidente do Estado	25.02.1916 a 25.02.1920	Loja Luz Invisível nº 0.749-Curitiba
91	CAETANO MUNHOZ DA ROCHA	Vice-Presidente do Estado	25.02.1916 a 25.02.1920	
92	CAETANO MUNHOZ DA ROCHA	Presidente do Estado	25.02.1920 a 25.02.1924	
93	EURIDES CUNHA	Vice-Presidente do Estado	25.02.1920 a 25.02.1924	
94	CAETANO MUNHOZ DA ROCHA	Presidente do Estado	25.02.1924 a 25.02.1928	
95	MARINS ALVES DE CAMARGO (M)	Vice-Presidente do Estado	25.02.1924 a 25.02.1928	Loja Apostolo da Caridade (Ind.)
96	AFONSO ALVES DE CAMARGO (M)	Presidente do Estado	25.02.1928 a 05.10.1930	Loja Luz Invisível nº 0.749-Curitiba
97	MARIO ALVES MONTEIRO TOURINHO (M)	Interventor	05.10.1930 a 29.12.1931	Loja Luz Invisível nº 0.749-Curitiba
98	JOÃO PERNETA	Governador Interino	29.12.1931 a 30.01.1932	
99	MANOEL RIBAS (M)	Interventor	30.01.1932 a 12.01.1935	
100	EURIPEDES GARCEZ DO NASCIMENTO	Interventor	11.05.1934 a 22.05.1934	
101	MANOEL RIBAS (M)	Governador	12.01.1935 a 10.11.1937	
102	MANOEL RIBAS (M)	Interventor no Regime do Estado Novo	10.11.1937 a 03.11.1945	
103	CLOTÁRIO DE MACEDO PORTUGAL	Interventor	05.11.1945 a 25.02.1946	
104	BRASIL PINHEIRO MACHADO	Interventor	25.02.1946 a 06.10.1946	
105	JOÃO CÂNDIDO FERREIRA FILHO	Governador Substituto	21.09.1946 a 07.10.1946	
106	MARIO GOMES DA SILVA	Interventor	07.10.1946 a 06.02.1947	


107	ANTONIO A. DE CARVALHO CHAVES	Interventor	06.02.1947 a 12.03.1947	
108	MOYSÉS LUPION (MOYSÉS WILLE LUPION DE TROIA) (M)	Governador	12.03.1947 a 31.01.1951	
109	GUATAÇARA BORBA CARNEIRO	Governador Substituto	25.07.1949 a 31.10.1949	
110	BENTO MUNHOZ DA ROCHA NETTO	Governador	31.01.1951 a 03.04.1955	
111	ANTONIO ANIBELLI	Governador Substituto	03.04.1955 a 01.05.1955	
112	ADOLPHO DE OLIVEIRA FRANCO	Governador	01.05.1955 a 31.01.1956	
113	MOYSÉS LUPION (MOYSÉS WILLE LUPION DE TROIA) (M)	Governador	31.01.1956 a 31.01.1961	
114	GUATAÇARA BORBA CARNEIRO	Governador Substituto	31.10.1959 a 09.03.1960	
115	NEY AMINTHAS DE BARROS BRAGA	Governador	31.01.1961 a 17.11.1965	
116	AFFONSO ALVES DE CAMARGO NETO	Vice-Governador	31.01.1961 a 17.11.1965	
117	AGOSTINHO JOSÉ RODRIGUES	Governador Substituto	22.05.1963 a 07.06.1963 e 15.09.1963 a 04.10.1963	
118	ANTONIO FERREIRA RÜPPEL	Governador Substituto	17.11.1965 a 20.11.1965	
119	ALGACIR GUIMARÃES	Governador Eleito pela Assembléia Legislativa	20.11.1965 a 31.01.1966	
120	ALIPIO AYRES DE CARVALHO	Vice-Governador	20.11.1965 a 31.01.1966	
121	PAULO CRUZ PIMENTEL	Governador	31.01.1966 a 15.03.1971	
122	PLINIO FRANCO FERREIRA DA COSTA	Vice-Governador	31.01.1966 a 15.03.1971	
123	HAROLDO LEON PERES	Governador	15.03.1971 a 23.11.1971	
124	PEDRO VIRIATO PARIGOT DE SOUZA	Vice-Governador - Governador Substituto	15.03.1971 a 23.11.1971 e 23.11.1971 a 11.07.1973	
125	JOÃO MANSUR	Governador Substituto	04.07.1973 a 11.08.1973	
126	EMILIO HOFFMANN GOMES	Governador	11.08.1973 a	


			15.03.1975	
127	JAYME CANET JÚNIOR	Vice-Governador - Governador	11.08.1973 a 15.03.1975 e 15.03.1975 a 15.03.1979	
128	OCTÁVIO CESÁRIO PEREIRA JÚNIOR	Vice-Governador - Governador Substituto	15.03.1975 a 15.03.1979 e 02.09.1977 a 21.09.1977	
129	NEY AMINTHAS DE BARROS BRAGA	Governador	15.03.1979 a 14.05.1982	
130	JOSÉ HOSKEN DE NOVAES	Vice-Governador - Governador Substituto	15.03.1979 a 14.05.1982 e 28.07.1980 a 09.09.1980 e 15.03.1983	
131	JOSÉ RICHA	Governador	15.03.1983 a 09.05.1986	
132	JOÃO ELÍSIO FERRAZ DE CAMPOS	Vice-Governador - Governador	15.03.1983 a 09.05.1986 e 09.05.1986 a 15.03.1987	
133	ÁLVARO FERNANDES DIAS (M)	Governador	15.03.1987 a 15.03.1991	Loja Maçônica Londrina nº 14
134	ARY VELOSO QUEIROZ	Vice-Governador	15.03.1987 a 15.03.1991	
135	ROBERTO REQUIÃO DE MELLO E SILVA	Governador	15.03.1991 a 02.04.1994	
136	MÁRIO PEREIRA	Vice-Governador - Governador	15.03.1991 a 02.04.1994 e 02.04.1994 a 01.01.1995	
137	JAIME LERNER	Governador - Reeleito Governador	01.01.1995 a 01.01.1999 e 01.01.1999 a 01.01.2003	
138	EMILIA DE SALLES BELINATI	Vice-Governadora - Reeleita Vice-Governadora	01.01.1995 a 01.01.1999 e 01.01.1999 a 01.01.2003	
139	ROBERTO REQUIÃO DE MELLO E SILVA	Governador	01.01.2003 a	
140	ORLANDO PESSUTI (M)	Vice-Governador	01.01.2003 a	Loja Fênix de Ivaiporã

Obs.: Nossa pesquisa sobre maçons, foi até 31/05/1.973.


ANEXO V – FICHAS DOS PERFIS DOS GRÃO-MESTRES

GRANDE ORIENTE DO BRASIL – PARANÁ

	Nome	Silvestre de Souza
	Período	1952
	Município	Curitiba
	Escolaridade	Superior
	Profissão	Engenheiro civil
	Ocupação	Engenheiro civil
	Política	-
	Sociedade	Instituto de Engenharia do Paraná; Partido Socialista Brasileiro; Clube Atlético Ferroviário

	Nome	Antonio Couto Pereira
	Período	1952-1954 e 1957/1961
	Município	Curitiba
	Escolaridade	Superior
	Profissão	Aeroviário
	Ocupação	Militar/político
	Política	Deputado Estadual (1953)
	Sociedade	Presidente do Coritiba Foot Ball Club

	Nome	Normando Jusi
	Período	1954-1957
	Município	Curitiba
	Escolaridade	Superior
	Profissão	Militar
	Ocupação	Militar
	Política	-
	Sociedade	-


	Nome	Carlos Bardelli
	Período	1961-1964
	Município	Curitiba
	Escolaridade	Superior
	Profissão	Militar
	Ocupação	Militar
	Política	-
	Sociedade	-


	Nome	Antenor da Silva Pupo
	Período	1964-1965
	Município	Curitiba
	Escolaridade	Superior
	Profissão	Médico
	Ocupação	Professor e poeta
	Política	-
	Sociedade	-

	Nome	Aristeu dos Santos Ribas
	Período	1965-1970
	Município	Londrina
	Escolaridade	Superior
	Profissão	Advogado
	Ocupação	Promotor público e professor
	Política	-
	Sociedade	-


	Nome	Enoch Vieira dos Santos
	Período	1970-1973
	Município	Londrina
	Escolaridade	Superior
	Profissão	Engenheiro civil
	Ocupação	Empresário
	Política	Vereador em Londrina (1955-1959 e 1959-1963)
	Sociedade	Governador do Lions International; Instituto Filadélfia de Londrina; Sociedade Evangélica de Londrina.

	Nome	Melchiades Cardoso de Almeida
	Período	1973-1977
	Município	Londrina/Curitiba
	Escolaridade	Superior
	Profissão	Farmacêutico
	Ocupação	Farmacêutico
	Política	-
	Sociedade	FENAVENPRO

	Nome	José de Vitis Silva
	Período	1977-1978
	Município	Curitiba
	Escolaridade	Médio
	Profissão	Gerente de vendas
	Ocupação	Gerente de vendas
	Política	-
	Sociedade	Instituto Néo-Pitagórico

	Nome	Alderico dos Reis Petra
	Período	1978-1979, 1979-1983, 1983-1987
	Município	Curitiba
	Escolaridade	Superior
	Profissão	Serventuário da justiça
	Ocupação	Serventuário da justiça
	Política	-
	Sociedade	-

	Nome	José Bueno Mendes
	Período	1978-1989
	Município	Joaquim Távara
	Escolaridade	Superior
	Profissão	Tabelião
	Ocupação	Tabelião/Prefeito
	Política	Prefeito de Joaquim Távara (1963-1969)
	Sociedade	-

	Nome	Paulo Opuska
	Período	1989-1991
	Município	Curitiba
	Escolaridade	Superior
	Profissão	Militar
	Ocupação	Militar
	Política	-
	Sociedade	-

	Nome	João Darcy Ruggeri
	Período	1991-1995
	Município	União da Vitória
	Escolaridade	Superior
	Profissão	Advogado
	Ocupação	Advogado e político
	Política	Vereador em União da Vitória (1959-1963)
	Sociedade	Membro da Academia de Letras do Vale do Iguaçu; Academia de Cultura de Curitiba; Centro de Letras do Paraná.

	Nome	Cliceu Luís Bassetti
	Período	1995-1999 e 1999-2003
	Município	Ponta Grossa
	Escolaridade	Superior
	Profissão	Advogado
	Ocupação	Advogado, professor e procurador
	Política	-
	Sociedade	Conselheiro da OAB-PR


	Nome	Paulo Maia de Oliveira
	Período	2003-2007
	Município	Ivaiporã
	Escolaridade	Superior
	Profissão	Professor
	Ocupação	Professor e político
	Política	Deputado Estadual (1991-1994)
	Sociedade	Presidente da Associação dos Professores do Paraná; Presidente do Conselho Estadual de Educação.

	Nome	Dalmo Wilson Louzada
	Período	2007-2011 e 2011-2015
	Município	Curitiba
	Escolaridade	Superior
	Profissão	Administrador
	Ocupação	Administrador
	Política	-
	Sociedade	-


	Nome	Luiz Rodrigo Larson Carstens
	Período	2015
	Município	Curitiba
	Escolaridade	Superior
	Profissão	Militar
	Ocupação	Militar
	Política	-
	Sociedade	Associação dos Oficiais, Policiais e Bombeiros.

GRANDE ORIENTE DO PARANÁ

	Nome	Silvestre de Souza
	Período	1952
	Município	Curitiba
	Escolaridade	Superior
	Profissão	Engenheiro civil
	Ocupação	Engenheiro civil
	Política	-
	Sociedade	Instituto de Engenharia do Paraná; Partido Socialista Brasileiro; Clube Atlético Ferroviário

	Nome	Antonio Couto Pereira
	Período	1952-1954 e 1957/1961
	Município	Curitiba
	Escolaridade	Superior
	Profissão	Aeroviário
	Ocupação	Militar/político
	Política	Deputado Estadual (1953)
	Sociedade	Presidente do Curitiba Foot Ball Club

	Nome	Normando Jusi
	Período	1954-1957
	Município	Curitiba
	Escolaridade	Superior
	Profissão	Militar
	Ocupação	Militar
	Política	-
	Sociedade	-


	Nome	Carlos Bardelli
	Período	1961-1964
	Município	Curitiba
	Escolaridade	Superior
	Profissão	Militar
	Ocupação	Militar
	Política	-
	Sociedade	-


	Nome	Antenor da Silva Pupo
	Período	1964-1965
	Município	Curitiba
	Escolaridade	Superior
	Profissão	Médico
	Ocupação	Professor e poeta
	Política	-
	Sociedade	-

	Nome	Aristeu dos Santos Ribas
	Período	1965-1970
	Município	Londrina
	Escolaridade	Superior
	Profissão	Advogado
	Ocupação	Promotor público e professor
	Política	-
	Sociedade	-

	Nome	Enoch Vieira dos Santos
	Período	1970-1973
	Município	Londrina
	Escolaridade	Superior
	Profissão	Engenheiro civil
	Ocupação	Empresário
	Política	Vereador em Londrina (1955-1959 e 1959-1963)
	Sociedade	Governador do Lions International; Instituto Filadélfia de Londrina; Sociedade Evangélica de Londrina.

	Nome	Frederico Chalbaud Biscaia
	Período	1981-1983
	Município	Maringá
	Escolaridade	Superior
	Profissão	Médico
	Ocupação	Médico
	Política	-
	Sociedade	Sociedade Médica e Country Club de Maringá

	Nome	João Laércio Gagliardi Fernandes
	Período	1983-1985
	Município	Curitiba
	Escolaridade	Superior
	Profissão	Auditor Fiscal
	Ocupação	Auditor Fiscal
	Política	-
	Sociedade	Associação Nacional dos Auditores Fiscais; Grão-Mestre do Grande Oriente da Paraíba

	Nome	Luiz Gastão Felizardo
	Período	1986
	Município	Londrina
	Escolaridade	Superior
	Profissão	Advogado
	Ocupação	Advogado
	Política	-
	Sociedade	-

	Nome	Areli da Silva Correia
	Período	1986-1989
	Município	Maringá/Curitiba
	Escolaridade	Superior
	Profissão	Advogado
	Ocupação	Advogado, Professor e Promotor
	Política	-
	Sociedade	Lions International

	Nome	Lourival Pedro Kaled
	Período	1989-1992;1992-1995
	Município	Londrina
	Escolaridade	Superior
	Profissão	Comerciante
	Ocupação	Comerciante
	Política	-
	Sociedade	Presidente da Liga de Futebol de Londrina; Sindilojas de Curitiba.


	Nome	José Buzato
	Período	1995-1998; 1998-2001
	Município	Maringá
	Escolaridade	Superior
	Profissão	Advogado
	Ocupação	Advogado e Professor
	Política	Candidato a Vice-Prefeito de Maringá em 1982
	Sociedade	Comissão de Ética da OAB; Tesoureiro do Partido Progressista de Maringá.

	Nome	Ademilson José Miranda
	Período	2001-2004
	Município	Curitiba
	Escolaridade	Superior
	Profissão	Advogado
	Ocupação	Professor
	Política	-
	Sociedade	Clube Duque de Caxias de Curitiba; Confederação Nacional dos Servidores Públicos.

	Nome	João Krainski Neto
	Período	2004-2007;2007-2010;2013-2017
	Município	Curitiba
	Escolaridade	Superior
	Profissão	Militar
	Ocupação	Militar
	Política	-
	Sociedade	ONG Cidadão em Alerta; Partido Ecológico Nacional

	Nome	Celso Luiz Girardello
	Período	2010-2013
	Município	Curitiba
	Escolaridade	Superior
	Profissão	Administrador de Empresas
	Ocupação	Corretor de Imóveis e Empresário
	Política	-
	Sociedade	Conselheiro no Hospital Erasto Gaertner;Escoteiro; ONG Cidadão em Alerta.

GRANDE LOJA DO PARANÁ


 <p>HUGO GUTIERREZ SIMAS 1932</p>	Nome	Hugo Gutierrez Simas
	Período	1941
	Município	Curitiba
	Escolaridade	Superior
	Profissão	Professor
	Ocupação	Desembargador, Jornalista e Escritor
	Política	Deputado Estadual (1912)
	Sociedade	-


	Nome	Fulton Lee Swain
	Período	1941-1945
	Município	Curitiba
	Escolaridade	Superior
	Profissão	Advogado
	Ocupação	Advogado
	Política	-
	Sociedade	-

	Nome	Jorge Karam
	Período	1945-1947
	Município	Curitiba
	Escolaridade	Superior
	Profissão	Médico
	Ocupação	Médico
	Política	-
	Sociedade	-


	Nome	Silas de Faria Pioli
	Período	1947
	Município	Curitiba
	Escolaridade	Superior
	Profissão	Engenheiro Civil
	Ocupação	Engenheiro Civil e Político
	Política	Prefeito de São Carlos do Ivaí (1961-1965) e de Rio Branco do Sul (1973-1977)
	Sociedade	Desportista do Clube Atlético Paranaense; Presidente do Centro Acadêmico de Engenharia Civil da UFPR; Presidente da Associação Esportiva

		Universitária; Tesoureiro do Instituto de Engenharia do Paraná.
--	--	---

	Nome	Hercílio Jordão Guiraud
	Período	1947-1948; 1950-1951
	Município	Curitiba
	Escolaridade	Superior
	Profissão	Industrial
	Ocupação	Industrial
	Política	-
	Sociedade	Associação do Movimento Espiritualista Morimbatá (Umbanda)

	Nome	Divonsir Borba Cortes
	Período	1948
	Município	Curitiba
	Escolaridade	Superior
	Profissão	Advogado
	Ocupação	Promotor
	Política	Deputado Estadual (1951-1954) e Deputado Federal


		(1955-1959)
	Sociedade	Conselheiro da OAB

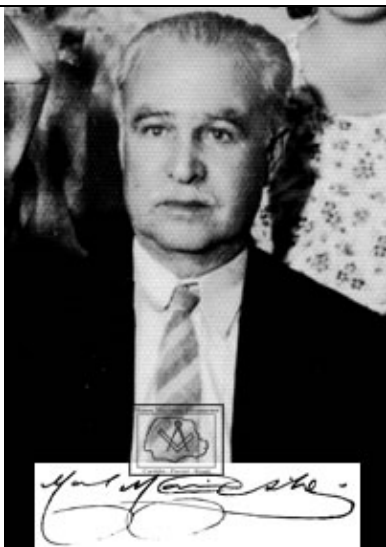
	Nome	Antonio Moreira Sobrinho
	Período	1948
	Município	Curitiba
	Escolaridade	-
	Profissão	-
	Ocupação	-
	Política	-
	Sociedade	-

	Nome	Flamarion Pinto de Campos
	Período	1948-1949
	Município	Curitiba
	Escolaridade	Superior
	Profissão	Militar
	Ocupação	Militar
	Política	-
	Sociedade	-


	Nome	João de Mattos Guedes
	Período	1949
	Município	Curitiba
	Escolaridade	Superior
	Profissão	Militar
	Ocupação	Militar
	Política	-
	Sociedade	-

	Nome	Theodoro Zubinski
	Período	1949
	Município	Curitiba
	Escolaridade	-
	Profissão	-
	Ocupação	-
	Política	-
	Sociedade	Liga Atlético do Paraná

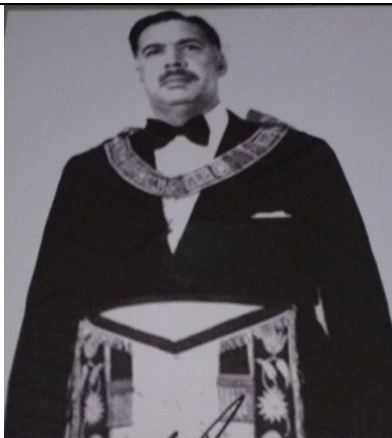
	Nome	Eduardo Xavier da Veiga
	Período	1949-1950; 1951-1956
	Município	Curitiba
	Escolaridade	Superior
	Profissão	Advogado
	Ocupação	Juiz
	Política	-
	Sociedade	-

	Nome	Manoel Moreira da Silva
	Período	1956
	Município	Curitiba
	Escolaridade	-
	Profissão	-
	Ocupação	-
	Política	-
	Sociedade	-


	Nome	Cícero Marques
	Período	1956-1962; 1966-1972; 1976-1980
	Município	Curitiba
	Escolaridade	Superior
	Profissão	Militar
	Ocupação	Militar
	Política	-
	Sociedade	-

	Nome	Antônio Serur
	Período	1962-1964; 1982-1984
	Município	Curitiba
	Escolaridade	Superior
	Profissão	Médico
	Ocupação	Médico e Servidor Público
	Política	-
	Sociedade	-

	Nome	Albarino de Mattos Guedes
	Período	1964-1966
	Município	Curitiba
	Escolaridade	Superior
	Profissão	Advogado
	Ocupação	Advogado
	Política	-
	Sociedade	Caixa dos Advogados do Paraná (OAB)

	Nome	Manoel Cursino Dias Paredes
	Período	1972-1974
	Município	Curitiba
	Escolaridade	Superior
	Profissão	Militar
	Ocupação	Militar
	Política	Vereador em Curitiba (1964)
	Sociedade	-

	Nome	Arion Nicz Roda
	Período	1974-1976
	Município	Curitiba
	Escolaridade	Superior
	Profissão	Servidor Público
	Ocupação	Servidor Público
	Política	-
	Sociedade	-

	Nome	Waldir Dacol
	Período	1980-1982
	Município	Curitiba
	Escolaridade	Superior
	Profissão	Militar
	Ocupação	Militar
	Política	-
	Sociedade	-

	Nome	Adolfo Bley
	Período	1984-1985;1986-1992
	Município	Curitiba
	Escolaridade	Superior
	Profissão	Médico
	Ocupação	Médico
	Política	-
	Sociedade	Presidente da Academia de Letras Maçônicas do Paraná

	Nome	Sidney Pinto
	Período	1992-2002
	Município	Maringá
	Escolaridade	Superior
	Profissão	Oficial de farmácia
	Ocupação	Comerciário
	Política	Vereador em Terra Boa (1959)
	Sociedade	Fundador do Clube Social e Recreativo de Terra Boa; Lions International; APAE; Rotary Club; Centro de Letras PR

	Nome	João Carlos Silveira
	Período	2002-2005; 2006-2008; 2009-2011
	Município	Maringá
	Escolaridade	Superior
	Profissão	Advogado
	Ocupação	Procurador de Justiça
	Política	-
	Sociedade	Presidente da Academia de Letras Maçônicas do Paraná

	Nome	Iraci da Silva Borges
	Período	2011-2014
	Município	Curitiba
	Escolaridade	Superior
	Profissão	Advogado
	Ocupação	Advogado
	Política	-
	Sociedade	-

	Nome	Valdemar Kretschmer
	Período	2014-2017
	Município	Curitiba
	Escolaridade	Superior
	Profissão	Militar
	Ocupação	Militar
	Política	-
	Sociedade	-